FERNANDA RIBEIRO

INDEXAÇÃO E CONTROLO DE AUTORIDADE EM ARQUIVOS

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Arquivo Histórico /1996

Autor
Fernanda Ribeiro

Título
Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos (*)

Edição
Câmara Municipal do Porto
Departamento de Arquivos

Design
João Machado

Impressão
Orgal-Organização Gráfica
e Publicidade de Orlando & C. Lda.

Depósito legal nº 106363/96

ISBN 972-605-041-3

(*)Trabalho de síntese a que se refere a alínea b), do nº 2, do artigo 58º, da Lei nº 19/80, de 16 de Julho (Estatuto da Carreira Docente Universitária), apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Curso de Especialização em Ciências Documentais - no âmbito das "Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica", realizadas em Fevereiro de 1993.

SUMÁRIO

Nota de abertura 5
Introdução 9

Capítulo 1
A Pesquisa da Informação em Arquivos Portugueses 13
1. A natureza dos documentos de arquivo 13
2. O acesso à informação nos Arquivos 13
3. Os instrumentos de pesquisa e o acesso à informação nos arquivos históricos (inquérito) 14
3.1. Instrumentos de pesquisa 15
3.1.1. Instrumentos de pesquisa manual 15
3.1.2. Instrumentos de pesquisa automática 16
3.2. Pontos de acesso à informação 17
3.3. Indexação por assuntos 18
3.4. Conclusões gerais do inquérito 19
4. Os pedidos de informação por assuntos: análise de 4 casos 20
Quadros 1 a 16 23 a 36

Capítulo 2
A Construção de uma Base de Dados com o Programa "ARQBASE" 37
1. Escolha do programa informático e âmbito da documentação introduzida 37
2. Caracterização do programa ARQBASE 37
3. Fases da construção da base de dados 40
4. Breve apreciação do programa ARQBASE enquanto modelo de descrição arquivística 53

Capítulo 3
A Indexação por Assuntos aplicada à ARQBASE: o uso de linguagem controlada 56
1. Caracterização dos documentos indexados e política de indexação aplicada 56
2. A necessidade da indexação ao nível de Inventário e sua complementaridade com a classificação arquivística 59
3. A análise do conteúdo documental: identificação e selecção dos conceitos representativos do mesmo conteúdo 60
4. A representação dos conceitos por termos de indexação: o uso de linguagem controlada 64
5. A lista de termos de indexação como instrumento do controlo de autoridade 67
5.1. Forma dos termos de indexação 68
5.2. Termos compostos 73
5.3. Relações semânticas entre os termos de indexação 74
5.4. Apresentação da lista de autoridade 75
5.5. Apoio informático à criação da lista de autoridade 75
6. Alterações à ARQBASE com vista à inclusão de termos de indexação 76

Capítulo 4
A Avaliação da eficácia das Bases de Dados construídas: concepção do Teste de Avaliação 78
1. A avaliação de Sistemas de Recuperação de Informação: breve resenha histórica 78
2. Medidas a usar na avaliação 82
3. O Teste de avaliação 88
3.1. Objectivo do teste 88
3.2. Concepção e desenvolvimento do teste 89
3.2.1. Escolha das questões e dos utilizadores 89
3.2.2. Método usado na execução do teste 89
3.2.3. Dispositivos de pesquisa utilizados 90
3.2.4. Condicionantes do teste 94

Capítulo 5
Os Resultados do Teste de Avaliação 96
1. Medidas utilizadas na avaliação do desempenho das bases de dados 96
2. A eficácia das bases de dados: análise comparativa do seu desempenho 97
3. A eficiência das bases de dados: análise comparativa do seu desempenho 99
4. A complementaridade das bases de dados 100
5. Análise dos êxitos e das falhas identificados a partir do teste 103
6. Conclusões do teste de avaliação 106
Quadros 17 a 22 108 a 113

Conclusão 114

Glossário 116

Referências bibliográficas 122

Anexos
Anexo 1-A - Inquérito aos Arquivos da Administração Central 130
Anexo 1-B - Inquérito aos Arquivos dos Governos Civis 134
Anexo 1-C - Inquérito aos Arquivos das Câmaras Municipais 135
Anexo 2 - Arquivos da Administração Central aos quais foi enviado o inquérito 138
Anexo 3-A - Quadro de Classificação do fundo da Câmara Municipal do Porto 142
Anexo 3-B - Quadro de Classificação do fundo da Confraria de Nossa Senhora da Batalha 145
Anexo 3-C - Quadro de Classificação do fundo do Jockey Club Portuense 146
Anexo 4 - Tipologias Documentais 148
Anexo 5 - Lista de Termos de Indexação 154

NOTA DE ABERTURA

O estudo que ora se publica resultou do cumprimento de uma etapa aguardada na carreira da Drª. Fernanda Ribeiro que, após largos e produtivos anos de trabalho técnico em Arquivo, se decidiu pelo ensino e pela investigação na área das chamadas Ciências Documentais. Como docente do CECD da Faculdade de Letras do Porto, fez em 1993 as suas provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, com um trabalho inovador sobre "Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos".

Desde muito cedo, a Drª. Fernanda Ribeiro evidenciou clara propensão para a análise das relações entre a Arquivística e as demais Ciências da Informação. A sua excelente preparação teórica e o seguro domínio das técnicas documentais encontram-se bem patentes nesta obra, cujo sucesso radica igualmente numa experiência profissional sólida, adquirida ao longo dos anos em que trabalhou em bibliotecas e arquivos. A passagem pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto despertou-lhe o interesse pela Arquivística, permitindo encontrar nesta um fértil campo de pesquisa.

A descoberta da individualidade de qualquer disciplina passa pela clarificação do seu *objecto* e pelo esclarecimento do respectivo *método*. Isto pouco tem a ver com a mera praxis de descrição de documentos e a utilização de certas técnicas mais ou menos próximas de outras disciplinas da chamada área das Ciências Documentais. Pelo contrário, a valorização científica da Arquivistica e suas congéneres assenta, precisamente, na pesquisa dessas aplicações tecnicamente compatíveis, mas que, ao mesmo tempo, respeitem a natureza do objecto e clarifiquem os traços que as individualizam, umas em relação às outras e todas elas em relação ao campo mais vasto das Ciências da Informação.

Já há muito que a Arquivística ultrapassou o estádio de actividade empírica. As operações tradicionais de ordenação e descrição estão hoje marcadas por novas preocupações técnicas e pelo aprofundamento da pesquisa sobre as características do *Objecto*. O trabalho da Comissão Ad Hoc do Conselho Internacional de Arquivos, para criar uma norma internacional de descrição, é já disso um importante reflexo. A categorização multinível dos arquivos, o zonamento descritivo e a definição de pontos de acesso à informação constituem avanços substanciais, não apenas no plano normativo, mas também no da pesquisa de um método conducente à afirmação da Arquivística como verdadeira *Ciência*.

O trabalho da Drª. Fernanda Ribeiro situa-se nesta linha, procurando ir ainda mais além na pesquisa das metodologias de acesso à informação. A estratégia escolhida baseou-se na análise de um procedimento descritivo concreto, com aplicações informáticas distintas, e na comparação dos resultados da pesquisa por assuntos em duas bases de dados relativas aos mesmos "fundos", embora concebidos com perspectivas diferenciadas.

A primeira permitia que a busca se efectuasse através de linguagem natural, usando termos pré-seleccionados nas descrições de conteúdo, enquanto a segunda foi preparada para responder a pesquisas mediante linguagem de indexação controlada.

O campo de análise incidiu em documentação bem conhecida da autora, existente no Arquivo Histórico Municipal do Porto. Após um ensaio preparatório de organização e descrição[1],

a Drª. Fernanda Ribeiro seleccionou e introduziu em ARQBASE[2] três "fundos" de origem e características bastante distintas: Câmara Municipal do Porto, Confraria de Nossa Senhora da Batalha e Jockey Club do Porto.
A adaptação, em dois modelos informáticos para pesquisa de assuntos, foi possível graças ao apoio do Dr. João Emanuel Leite, director da Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto, a quem endereçamos aqui o nosso agradecimento por todo o apoio que deu nesta matéria, graças aos seus conhecimentos de programação em Mini-Micro CDS/ISIS.
A avaliação da eficácia dos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI), constitui uma novidade entre nós e, do ponto de vista internacional, têm sido também bastante raros os testes de desempenho das técnicas utilizadas. Embora em bibliotecas e centros de documentação já existam estudos com cerca de trinta anos, eles são em número muito reduzido. Em Arquivística, o único trabalho conhecido anteriormente é de Richard Lytle (*Intellectual access to archives,* 1980) e dele existe notícia num breve artigo com menos de trinta páginas.

Correspondendo às expectativas e exigências de um estudo académico, a Drª Fernanda Ribeiro inicia o seu trabalho com uma introdução sobre os conceitos ligados ao seu objecto de análise e apresenta-nos um interessante levantamento sobre o estudo da pesquisa da informação em arquivos portugueses.
Em seguida, a autora aborda questões sobre a política e metodologia de indexação, níveis de aplicação, análise de conteúdo, selecção de conceitos e sua representação. Neste capítulo merece especial destaque a análise do uso de linguagem controlada e dos instrumentos de controlo de autoridade. São matérias, até ao momento, de convivência pouco habitual na prática arquivística, o que realça o carácter inovador do percurso seguido pela autora. A coragem desde logo revelada na escolha geral do tema encontra-se bem explícita no capítulo seguinte, ao abordar especializadas técnicas de avaliação da qualidade de desempenho. Os índices são obtidos através de taxas estatísticas, sendo chamados à colacção conceitos bastante específicos da área da informação e comunicação como: pertinência, relevância, revocação, precisão, ruído, generalidade.
A análise comparativa do desempenho de cada uma das bases de dados foi efectuada com a colaboração de leitores considerados mais activos no Arquivo Histórico Municipal do Porto, os quais apresentaram pedidos de pesquisa por assunto. A conclusão mais interessante terá sido a da *complementaridade dos dois sistemas:* o da linguagem natural e o da linguagem controlada. Todavia, este último revelou alguma superior eficácia (mais elevada taxa de precisão e, portanto, menor ruído) e maior eficiência (menor esforço e menos tempo dispendidos).

Estudos como este constituem passos decisivos para a demonstração do quadro de transdisciplinaridade em que necessariamente deverá posicionar-se a moderna pesquisa arquivistíca. A abertura da Disciplina às metodologias quantitativas das ciências sociais, a fim de tornar cognoscíveis os aspectos não quantitativos do processo informacional, é uma condição preponderante para o conhecimento do rigor e da eficácia das aplicações arquivísticas.
A análise dos impactos da moderna revolução tecnológica e da explosão da informação não pode, porém, dissociar-se do estudo do *objecto* intemporal da Arquivística e do seu campo científico. É um percurso árduo, mas constitui a única via que permitirá a afirmação da sua própria individualidade, sem o receio - por vezes caricato - da avaliação de certas afinidades e do estreitamento de relações metodológicas com outras áreas das chamadas Ciências Documentais.

O conflito entre teóricos e pragmáticos deixa de ter também sentido, se se tomar consciência de que a correcta aplicação das técnicas documentais não pode deixar de ter em conta um conjunto de *princípios* e um *método*, directamente vinculados à noção de "Arquivo". Isto não se atinge por mera prática ou intuição, como o comprova o passado da disciplina, que nos mostra um percurso eivado de hesitações e de desvios.

A Arquivística, para se fundar em bases verdadeiramente cientifícas necessita, por conseguinte, de desenvolver novos campos de pesquisa. O estudo da Drª. Fernanda Ribeiro encontra-se precisamente nesta moderna linha de abordagem interdisciplinar, através da qual a consistência da própria disciplina não deixará de sair reforçada.

A publicação dos resultados deste trabalho é gratificante para o Departamento Municipal de Arquivos da Câmara Municipal do Porto e muito prestigia a Arquivística portuguesa. O reconhecimento da importância internacional da pesquisa da Drª. Fernanda Ribeiro está já patente na síntese que lhe foi solicitada pelo "Journal of the Society of Archivists" (Reino Unido), onde acaba de publicar um artigo sobre a matéria, no primeiro número de 1996.

Antes de concluir, não podemos deixar de agradecer à autora toda a dedicação que tem demonstrado pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto - desde a época em que exerceu funções técnicas e depois, em paralelo com a sua carreira universitária, como colaboradora regular e sempre disponível - e desejar-lhe igual êxito nas pesquisas que actualmente desenvolve sobre o Controlo da Informação em Arquivos.

Manuel Luís Real

(Director do Departamento de
Arquivos da Câmara Municipal do Porto)

1 A este respeito é justo evocar o motivador trabalho de cooperação com o signatário e, numa primeira fase, com a Drª. Maria Adelaide Meireles, a quem o Arquivo Histórico também muito deve, na fase de arranque do processo de Inventário.

2 Sistema de descrição arquivística concebido pelo ex-Instituto Português de Arquivos e que, na ocasião, veio trazer um importante contributo para a informatização dos arquivos nacionais.

INTRODUÇÃO

Organizar, descrever e tornar acessível a informação contida nos documentos são funções primordiais de qualquer serviço de informação, seja ele uma biblioteca, um arquivo ou um centro de documentação. Tais funções concretizam-se através de operações técnicas, indispensáveis para o tratamento documental das espécies e, consequentemente, para as tornar acessíveis aos utilizadores.

No campo da Biblioteconomia, as técnicas de tratamento documental estão suficientemente estudadas e têm uma aplicação generalizada. É também conhecido o facto de existirem organismos internacionais e nacionais de normalização, cujas determinações se aplicam às diversas operações de tratamento técnico dos documentos.

No campo da Arquivística, porém, as técnicas de tratamento documental não estão ainda devidamente aprofundadas, nem as normas que existem têm aplicação consensual. Carecemos, ainda hoje, de normalização internacional nas principais áreas de tratamento dos fundos arquivísticos. Obviamente que tal facto leva à existência, não de uma técnica arquivística, mas sim de técnicas arquivísticas diversificadas, ao sabor de práticas mais ou menos empíricas e dos usos estabelecidos nos diferentes países.

A organização de um arquivo pressupõe diversas operações: a classificação, a ordenação, a descrição e a instalação dos fundos arquivísticos.

A classificação tem por base determinados princípios e implica, essencialmente, um estudo criterioso da pessoa/entidade produtora da documentação, sua história, quadro legal, regulamentação, órgãos, funções, actividades, etc. É uma operação essencial, talvez mesmo a operação-chave da organização de um arquivo. Embora se possam elaborar quadros de classificação "tipo", para organismos de natureza semelhante, a respectiva elaboração terá de ter sempre em conta as especificidades de cada caso.

A ordenação é uma operação de carácter essencialmente prático e apenas pressupõe o estudo das características de cada série arquivística e da sua ordem original, com vista à aplicação de um método de ordenação adequado, caso seja necessário a reorganização dos fundos.

Relativamente à descrição, ela é uma das operações mais importantes na organização de um arquivo, pois é através dela que se criam as representações dos documentos (ou conjuntos documentais) com vista à sua posterior identificação e localização. É, porém, uma das áreas em que se tem verificado uma carência absoluta de normas ou mesmo princípios orientadores. Os diferentes autores, dos mais diversos países, teorizam sobre a descrição arquivística, indicando inclusivamente os seus elementos e orientando na sua apresentação. Contudo, tais orientações divergem. A nível nacional, desde 1983, assistimos a algumas tentativas de elaboração de normas descritivas. Os exemplos mais conhecidos e de maior aplicação são as regras americanas da autoria de Steven Hensen, intituladas *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: a Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries* (2ª ed., 1989), as regras de descrição canadianas, *Rules for Archival Description* (1990) e, em Inglaterra, o *Manual of Archival Description*, da autoria de Michael Cook e Margaret Procter (2ª ed., 1989). A nível internacional, só muito recentemente se está a trabalhar com vista à elaboração de normas de descrição arquivística. Com efeito, no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos, foi criada em 1989

uma Comissão Ad-Hoc com a incumbência de elaborar as referidas normas. Esta comissão adoptou como base para discussão as 3 normas nacionais acima referidas, por serem consideradas as de maior aplicação no seio da comunidade arquivística internacional. Como resultado do trabalho desta Comissão foram já produzidos e aprovados, como versão definitiva, os princípios gerais que estarão na base das normas de descrição, sob o título *Statement of Principles Regarding Archival Description*. Foi também elaborada uma versão provisória, para discussão internacional, das futuras normas de descrição arquivística, *ISAD(G): General International Standard Archival Description*.

Quanto à instalação dos fundos arquivísticos, esta operação tem a ver mais com princípios racionais de gestão do que com a técnica arquivística. Ela é a consequência última da organização de um arquivo, estando intimamente ligada às operações anteriores se reflectir a estrutura dos fundos organizados.

As operações de organização de um arquivo, a que nos referimos sucintamente, são condições "sine qua non" para tornar acessíveis os fundos arquivísticos, pois elas estão na base da elaboração dos instrumentos de pesquisa que deverão ser disponibilizados aos utilizadores.

Além de classificar, ordenar e descrever, importa também definir como se vai recuperar a informação tratada, quais os pontos de acesso que deverão ser criados, que forma terão as rubricas de acesso, que tipo de linguagem de indexação será usada.

Estamos conscientes de que uma definição geral destas questões é impossível sem a resolução de outras que lhe estão subjacentes, como seja, a definição dos modelos de descrição arquivística. Sem sabermos quais os elementos que constituem a descrição de uma série ou de um fundo de arquivo, por exemplo, não podemos definir os respectivos pontos de acesso. A descrição constituirá sempre o conjunto de informação a pesquisar, sendo a partir dela estabelecidos os referidos pontos de acesso, como meios de recuperar rápida e eficazmente essa informação.

Precisamente por estarmos conscientes deste facto é que não nos propomos chegar à definição dos pontos de acesso à informação de uma forma geral e concludente. Os objectivos do nosso estudo são menos genéricos, pois centram-se apenas no acesso por assuntos. Procuramos, portanto, por um lado, demonstrar a necessidade da indexação como forma mais eficaz de criar pontos de acesso e de recuperar a informação por assuntos, e por outro lado, verificar a hipótese de o uso do controlo de autoridade na indexação ser também mais eficaz na recuperação da informação e na precisão da informação recuperada.

Para a prossecução deste desígnio, definimos um objecto de trabalho concreto: a avaliação e comparação dos resultados da pesquisa por assuntos em duas bases de dados constituídas pelo mesmo fundo documental - uma delas sem qualquer tipo de controlo na linguagem de indexação utilizada; a outra com controlo de autoridade nessa mesma linguagem.

No desenvolvimento do estudo, seguimos o seguinte método:

- construção de uma base de dados no Programa ARQBASE, na qual é utilizada uma linguagem de indexação não controlada;
- duplicação da base de dados elaborada, na qual se fizeram algumas alterações, nomeadamente a criação de um campo específico para introdução dos termos de indexação;
- realização de um teste de avaliação de resultados de pesquisas feitas nas duas bases, com vista a compará-las, em termos de eficácia na recuperação da informação.

Na construção das bases de dados utilizámos documentação do Arquivo Histórico Municipal do Porto, tendo incluído todo o fundo municipal aí existente (com excepção de algumas colecções factícias) e mais dois pequenos fundos, o da Confraria de Nossa Senhora da Batalha e o do Jockey Club Portuense, num total de 5843 unidades de instalação.

Acresce ainda salientar que usámos, para efeito deste estudo, o nível de descrição arquivística próprio de um dos instrumentos de pesquisa mais pertinentes em Arquivos: o *Inventário*. As

descrições efectuadas situaram-se, geralmente, ao nível da *série* e, no caso de unidades arquivísticas isoladas, sem integração em qualquer série, ao nível da *peça*. Daí que as expectativas sobre os resultados da pesquisa tenham de centrar-se mais no plano da eficácia da recuperação da informação, do que no nível de profundidade da indexação. Os temas indexados têm necessariamente de estar em conformidade com o nível da descrição. A recuperação da informação a partir de um inventário tem as limitações próprias do inventário, que não é, evidentemente, um instrumento de análise profunda e pormenorizada, ao nível dos documentos individuais. No entanto, pensamos que isso não põe em causa as virtualidades do método.

No que se refere à terminologia arquivística, seguimos o *Dictionary of Archival Terminology*, editado por Peter Walne (2ª ed., 1988) e publicado na colecção de Manuais de Conselho Internacional de Arquivos. Um ou outro conceito que, porventura, entendemos discutir, é explicitado no seu contexto ou em nota de rodapé.

Quanto aos termos técnicos mais directamente relacionados com as áreas da Indexação e da Recuperação da Informação, cujo uso nos Arquivos não tem sido muito comum, vão explicitados num glossário, no final deste estudo. A inclusão do glossário não impediu que, ao longo do texto, muitos termos fossem definidos, para uma melhor compreensão do sentido com que são utilizados. Poderá ainda ser consultada a obra de Brian Buchanan, intitulada *A Glossary of Indexing Terms* (1976), onde muitos dos termos que utilizamos são objecto de definição.

A finalizar, sentimos o dever de testemunhar o nosso sincero reconhecimento às pessoas e instituições, cujo apoio foi fundamental para a realização deste trabalho.

Assim, não podemos deixar de referir, antes de todos, o Dr. Manuel Real, Director do Arquivo Histórico Municipal do Porto. As facilidades concedidas para utilizar a documentação, que serviu de base a este estudo, e o apoio que recebemos do Arquivo, nomeadamente através dos seus funcionários, que sempre nos acolheram da melhor forma, foram condições indispensáveis ao desenvolvimento da nossa investigação. Mas, acima de tudo, foram fundamentais a estima, a disponibilidade permanente e o entusiasmo com que o Dr. Manuel Real sempre acompanhou o nosso trabalho. Além de inúmeras sugestões e comentários pertinentes, da sua parte houve sempre uma palavra amiga de encorajamento.

Também devemos especial gratidão à Drª Maria Teresa Pinto Mendes, Bibliotecária Assessora da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cuja exigência e apreciação crítica em muito contribuíram para estimular o estudo e o rigor que sempre nos "obrigou" a desenvolver. Ainda na sua pessoa, queremos agradecer à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra o apoio insubstituível, relativamente à obtenção de bibliografia, tão difícil de conseguir sem um apoio institucional.

À Drª Madalena Garcia, Directora de Serviços de Arquivística do extinto Instituto Português de Arquivos e, muito especialmente, à Drª Ana Franqueira, responsável da Divisão de Informática daquela instituição, estamos gratas pela cedência do Programa ARQBASE, suporte informático deste trabalho.

Ao Dr. João Leite, responsável da Biblioteca Central da Faculdade de Letras do Porto e colega de docência do Curso de Especialização em Ciências Documentais, devemos uma palavra de agradecimento pela ajuda preciosa que nos deu, relativamente às alterações na parametrização do Programa ARQBASE, indispensáveis para o estudo que desenvolvemos.

Queremos ainda deixar expresso o nosso reconhecimento aos Arquivos Distritais do Porto e de Viseu, ao Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e, novamente, ao Arquivo Histórico Municipal do Porto, pela recolha dos pedidos de informação dos seus utilizadores, durante um período de dois meses.

Seria injusto não referir também, a inestimável colaboração dos utilizadores do Arquivo Histórico Municipal do Porto*, que aceitaram participar no teste de avaliação feito às bases de dados. O seu contributo foi uma condição "sine qua non" para a concretização do projecto que empreendemos.
Aos Drs. Maria Adelaide Meireles, Augusto Santos Silva e Vilma Moreira dos Santos queremos também deixar expressa a nossa gratidão pelas sugestões, que ajudaram a enriquecer o produto final.
Não podemos terminar sem referir, ainda, os nomes do Professor Doutor José Marques, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do Professor Michael Cook, da Universidade de Liverpool, orientadores científicos deste trabalho, cujo acompanhamento e disponibilidade muito ajudaram a consolidar o presente estudo.
Agora, no momento da edição, cabe ainda uma última palavra de agradecimento à Câmara Municipal do Porto que, através do serviço de publicações do seu Arquivo Histórico, se disponibilizou para editar este estudo. Tal gesto, revelador do interesse em divulgar trabalhos de Arquivística, plenamente inseridos na vocação do A.H.M.P., constitui para nós, naturalmente, um motivo de grande satisfacção.

(*) Adelaide Millàn da Costa, Ana Isabel Marques Guedes, Ana Patrício, Ana Sílvia Albuquerque, Aníbal Barreira, Anni Günther Nonell, António Cardoso, Augusto Pedro Lopes Cardoso, Francisco Ribeiro da Silva, Gaspar Manuel Martins Pereira, Helena Maria Matos Monteiro, Isabel Maria Marinho Cardoso, Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, José Vitor das Neves Ferreira, Manuel Leão, Maria Antonieta Cruz, Maria da Guia de C. P. Rio Vicente Barata, Maria José Moutinho dos Santos, Maria Rosário da Costa Bastos, Paula Vitória Amaro, Pedro de Brito, Rui Tavares.

CAPÍTULO 1

A PESQUISA DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS PORTUGUESES

1. A natureza dos documentos de arquivo

Os documentos de arquivo apresentam-se sob inúmeras formas e nos mais variados suportes materiais. Não é o tipo, nem a forma, nem o conteúdo informativo, que caracterizam um documento de arquivo, mas sim a sua origem, ou seja, o modo como ele foi produzido, em função e no decurso, da actividade de uma pessoa física ou colectiva. A *proveniência* é, portanto, o elemento mais importante a identificar num conjunto de documentos, pois é com base nela que se estruturam e organizam os fundos arquivísticos.

Definido o documento de arquivo na sua correcta acepção, facilmente será também entendido que, em Arquivística, os documentos não têm significado enquanto entidades individuais, independentes umas das outras. Pelo contrário, eles fazem geralmente parte de unidades arquivísticas mais vastas — as *séries* — que são o resultado de actividades concretas do organismo (ou pessoa) que produziu a documentação. Por sua vez, as séries integram-se em *secções* (e também, por vezes, em *sub-secções*) orgânico/funcionais que, de uma forma estruturada compõem um *fundo* de arquivo. A estrutura de um fundo pode ser mais ou menos complexa, com mais ou menos níveis de organização, de acordo com a própria complexidade da entidade produtora.

Para se elaborarem descrições documentais em Arquivo, há que considerar toda a estrutura do fundo a descrever e cada descrição deverá situar correctamente, nessa mesma estrutura, o objecto de que se ocupa. A descrição de um documento ou de uma série só terá sentido se, através dela, nos for dado perceber como foram produzidos tais documentos no interior do fundo a que pertencem.

A natureza da documentação de Arquivo é, portanto, determinante no que respeita à organização dos fundos, quer quanto à sua classificação e ordenação, quer quanto à sua própria descrição.

2. O acesso à informação nos Arquivos

Todos os documentos (de arquivo ou outros) possuem informação, a qual não depende só da natureza dos mesmos e deve ser disponibilizada ao utilizador. Nos Arquivos, essa informação torna-se acessível através dos instrumentos de pesquisa[1], constituídos por unidades de descrição, organizadas segundo determinados critérios.

Se, quanto à organização dos fundos há que respeitar princípios arquivísticos (princípio da proveniência, princípio da ordem original) e quanto à descrição há que situar os objectos descritos na estrutura do fundo a que pertencem, o mesmo não se poderá dizer relativamente ao acesso à

[1] Embora muitas vezes se utilizem outras designações, como "instrumentos de descrição" ou "instrumentos de trabalho", consideramos aquela a terminologia mais adequada, visto que as demais designações não têm um sentido tão preciso. Elas poderão ser aplicadas a outros instrumentos que não têm a ver com a pesquisa, como sejam regras de descrição ou instrumentos de controlo da documentação (registos ou guias de incorporação, por exemplo). Os guias, os inventários e os catálogos são mais do que "instrumentos de descrição", embora resultem dessa operação técnica. Eles incluem também outros elementos de identificação como por exemplo as rubricas de um quadro classificatório. A sua função é, de facto, permitir o acesso à informação. Por isso preferimos a designação de "instrumentos de pesquisa", aliás bem de acordo com o termo inglês "finding aid" ou o francês "instrument de recherche".

informação contida nos documentos. De facto, esse acesso não se rege apenas por princípios arquivísticos, pois ele não depende exclusivamente da natureza dos documentos.
Os critérios que se adoptam para definir as diferentes rubricas de acesso à informação, tanto são válidos para os documentos de arquivo, como para quaisquer outros tipos de documentos. Tais critérios baseiam-se numa definição dos elementos que poderão constituir ponto de acesso.
No que concerne à elaboração dos instrumentos de pesquisa tradicionais, o critério adoptado relativamente ao ponto de acesso — que, por sua vez, servirá de elemento ordenador das descrições — é que permite designar o tipo de instrumento produzido. Teremos então, por exemplo, instrumentos de tipo onomástico (acesso por nomes), cronológico (acesso por datas), geográfico e/ou toponímico (acesso por locais), classificado (acesso por código de classificação), topográfico (por cotas), etc., independentemente do tipo e do nível de descrição utilizados e do âmbito da documentação descrita.
Complementarmente, poderão ser elaborados vários índices (dependentes) dos instrumentos de pesquisa, que mais não serão do que outros pontos de acesso (acesso secundário) à mesma informação.
Se pensarmos em termos de instrumentos de pesquisa automática, a diferença consistirá apenas na definição não de um ponto de acesso principal e outros secundários, mas de vários pontos de acesso, com idêntico valor, podendo cada um deles servir de elemento ordenador das descrições a que se referem.

3. Os instrumentos de pesquisa e o acesso à informação nos arquivos históricos (inquérito)

Antes de iniciarmos o nosso estudo, procurámos caracterizar a realidade arquivística do nosso país, no que se refere aos meios de acesso à informação. Para isso, levámos a cabo um inquérito, sob a forma de questionário, aos arquivos históricos portugueses, com o objectivo concreto de conhecer os instrumentos de pesquisa aí existentes e, em particular, os instrumentos de acesso à informação por assuntos (ver Anexo 1-A).
O questionário foi enviado aos *arquivos públicos abertos à consulta*[2], que nos foi possível referenciar (ver Anexo 2). Dentro da noção de "arquivo público" limitámo-nos aos arquivos da administração pública, não considerando, portanto, serviços públicos não estatais, empresas públicas, organismos de utilidade pública, etc., por verificarmos que tais entidades, na sua grande maioria, não possuem arquivos históricos abertos ao público. Foram ainda excluídos os fundos arquivísticos conservados em bibliotecas (por exemplo, fundos de mosteiros e conventos, de família, pessoais, etc.) a não ser nos casos de arquivos históricos que se encontram na dependência de bibliotecas, como sucede, algumas vezes, com arquivos municipais.
Dada a inexistência de qualquer fonte de referência sobre a situação dos arquivos dos Governos Civis e das Câmaras Municipais, decidimos enviar o questionário a todas estas entidades, tendo alterado os campos 1 e 2 do mesmo (relativos à identificação e caracterização dos arquivos) com a finalidade de incluir duas questões: a primeira sobre a existência (ou não) de arquivo histórico; a segunda sobre a sua abertura (ou não) ao público (ver Anexos 1-B e 1-C).
Juntamente com o questionário enviámos uma folha com instruções para o seu preenchimento, na qual explicitámos e definimos os conceitos e termos utilizados, por forma a não surgirem dúvidas na sua interpretação.

[2] Considerámos apenas os arquivos de Portugal Continental excluindo, portanto, os das Regiões Autónomas.

O envio do questionário foi feito no mês de Maio de 1991, a 326 entidades, tendo sido recebidas 243 respostas. Em virtude desta boa receptividade decidimos enviar uma segunda via às entidades que não tinham respondido, obtendo com isso mais 17 respostas, o que veio a totalizar 260 (79,8%).
Nos campos 1 e 2 do questionário procurámos recolher elementos para a identificação dos arquivos e sua caracterização em termos gerais. A análise dos dados obtidos permitiu chegar a algumas conclusões interessantes, mas foi, sobretudo, fundamental para um levantamento bastante completo dos arquivos públicos portugueses e, em especial, dos arquivos municipais[3]. Dado que tais elementos não são considerados relevantes para este estudo, dispensamo-nos de os apresentar, passando de imediato à análise do campo 3 do questionário, onde se situa toda a informação pertinente para este trabalho.

3.1. Instrumentos de pesquisa

No questionário elaborado colocámos duas perguntas (3.1 e 3.2.) relativas aos tipos de instrumentos de pesquisa, procurando a partir das respostas obter uma panorâmica geral dos meios de acesso à informação, nas suas mais diversas formas. Considerámos para análise somente os arquivos abertos ao público, num total de 68 respostas.

3.1.1. Instrumentos de pesquisa manual

Os instrumentos de pesquisa manual mais utilizados nos arquivos são, como se sabe, os guias, os inventários, os catálogos e os índices. Por isso mesmo, colocámos no questionário estas várias hipóteses de resposta, acrescentando ainda uma pergunta aberta para serem indicados outros instrumentos que não coubessem nas categorias citadas. Em cada tipo de instrumento de pesquisa pedimos que fosse assinalada a sua forma física (livro, folheto, desdobrável, fichas) apenas com o objectivo de facilitar o preenchimento do questionário. Por isso, este aspecto não foi considerado relevante na análise das respostas.
Dos 68 arquivos que responderam, verificámos que 33 (49%) deles possuem guias, 51 (74%) inventários, 43 (63%) catálogos, 35 (51%) índices e, apenas 3 (4%) dizem possuir outro tipo de instrumentos de pesquisa, não explicitando qual (ver Quadro 1).
Logo numa primeira análise se pode dizer que é significativo o facto de o número de guias ser bastante inferior ao dos inventários e dos catálogos, o que, sem dúvida, corresponde a uma prática arquivística — que vigorou (e vigora ainda) nos arquivos portugueses — desligada de uma planificação em termos de descrição documental. De facto, os teóricos da Arquivologia estão de acordo em que o primeiro instrumento de pesquisa a ser elaborado será o guia, com a finalidade de orientar o utilizador e fornecer uma visão geral sobre os fundos existentes num arquivo[4]. Só depois do guia, ou a par com ele, se passará a descrições mais completas — o inventário — e apenas em situações especiais se elaborarão catálogos, os quais pressupõem uma descrição documento a documento, necessariamente morosa.
Esta planificação arquivística em termos de descrição documental não tem sido corrente entre nós, apesar de noutros países se praticar desde há bastante tempo. Na vizinha Espanha, por

[3] Cf. RIBEIRO, Fernanda – O *Acesso à Informação nos Arquivos Públicos Portugueses*, in "CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 4º, Braga, 1992 – *Informação, Ciência, Cultura. Bibliotecas e Arquivos para o Ano 2000. Actas*", vol. 1, Braga, BAD, 1992, p. 136-[176].
[4] Ver, por exemplo: ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS – *Les Instruments de Recherche*, in "*Manuel d'Archivistique*". Paris, S.E.V.P.E.N., 1970, p. 243-293; HEREDIA HERRERA, Antónia – *Archivística General. Teoría y Práctica*. Sevilla, Diputación Provincial, 1989; HEREDIA HERRERA, Antónia – *Los Intrumentos de Descripción*, in "*Archivística. Estudios Básicos*". Sevilla, Diputación Provincial, 1981, p. 81-95; LODOLINI, Elio – *Archivistica. Principi e Problemi*. Milano, Franco Angeli, 1984.

exemplo, esta prática é comum, sendo defendida em manuais e obras teóricas que têm chegado até nós frequentemente, sobretudo nos últimos dez anos[5].

De facto, a tradição portuguesa assenta numa prática de todo contrária à que referimos, sendo habitual entre nós o trabalho insano da elaboração de catálogos e índices, sem dúvida úteis, mas necessariamente parcelaríssimos face à quantidade de documentação existente nos arquivos. Aliás, até há muito poucos anos, o próprio ensino da Arquivística e da prática de descrição documental orientava nesta via, não sendo, pois, de estranhar que os técnicos formados nessa linha de orientação a aplicassem ao seu trabalho quotidiano.

Por outro lado, o facto de, só após a criação do I.P.A., terem sido elaborados e difundidos quadros de classificação "tipo" para determinados fundos, também contribuiu, sem dúvida, para a não produção de instrumentos de pesquisa com carácter global, como os guias, pois havia grande dificuldade no tratamento da documentação em termos orgânicos.

Considerando as respostas obtidas numa outra perspectiva (ver Quadros 2 a 6), pudemos chegar ainda a diversas conclusões. Assim, dos 33 arquivos que possuem guias, 25 (76%) têm inventários, 20 (61%) têm catálogos, 18 (55%) têm índices e somente 4 (12%) possuem outro tipo de instrumentos. Se estes dados parecem conformes à planificação descritiva de que falámos atrás, ao analisarmos na mesma perspectiva os outros instrumentos de pesquisa, logo verificamos que não é assim. Senão vejamos:

— dos 51 arquivos com inventários, apenas 25 (49%) possuem guia;

— dos 43 arquivos com catálogos, 34 (79%) têm inventários, mas somente 20 (47%) possuem guias;

— os índices (que deverão ser encarados como instrumentos auxiliares de pesquisa) existem em 51% dos arquivos mas, em alguns casos (17%), apenas se verifica, para além deles, a existência de catálogos ou guias;

— existem 5 arquivos com outros instrumentos de pesquisa, sendo um deles completamente desprovido dos instrumentos essenciais para acesso à informação.

Em conclusão ainda, podemos dizer que o instrumento de pesquisa mais utilizado é o inventário — existe em 75% dos arquivos. Uma vez que é um instrumento mais completo e mais rico de informação, poderia dispensar a elaboração do guia. E, assim, o facto de existirem guias em apenas 49% dos arquivos que possuem inventários não seria de estranhar. Mas, para isso, haveria que verificar se os inventários mencionados se referem à totalidade dos fundos dos arquivos, ou somente a conjuntos documentais parcelares. Este facto fica por apurar, embora o que nos é dado conhecer, nomeadamente através de edições de inventários de alguns arquivos, faça crer que eles raramente serão respeitantes à globalidade dos fundos[6].

3.1.2. Instrumentos de pesquisa automática

As questões relativas aos instrumentos de pesquisa automática visavam, essencialmente, conhecer até que ponto a utilização da informática se verifica nos arquivos portugueses.

[5] Ver, por exemplo: *Archivística. Estudios Básicos.* Sevilla, Diputación Provincial, 1981; CORTES ALONSO, Vicenta – *Los Documentos y Su Tratamiento Archivístico.* "Boletín de la ANABAD", Madrid, 31 (3) Jul.-Sep. 1981, p. 365-381; GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga; LÓPEZ GÓMEZ, Pedro – *Introducción na Arquivística.* [S. l., s. n.], 1985; HEREDIA HERRERA, Antónia – *Archivística General...* (o.c.); PESCADOR DEL HOYO, Maria del Carmen – *El Archivo. Instrumentos de Trabajo.* Madrid, Ediciones Norma, 1986.

[6] Veja-se, a este propósito, o trabalho exaustivo de Avelino de Jesus da Costa, sobre os arquivos eclesiásticos, onde são referidos os instrumentos de pesquisa existentes nesses arquivos: COSTA, Avelino de Jesus da – *Arquivos Eclesiásticos,* in "ANDRADE, António Alberto Banha de, dir. – *Dicionário de História da Igreja em Portugal",* vol. 1, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p. 515-553. Apesar deste artigo se referir aos arquivos eclesiásticos, que são arquivos privados, contém inúmeras referências a fundos eclesiásticos conservados em arquivos públicos. Daí a sua importância para fundamentar o facto referido.

Da análise das 68 respostas (ver Quadro 7), verificámos que apenas em 17 (25%) arquivos existem instrumentos de pesquisa automática e que também em 17 (25%) arquivos tais instrumentos se encontram em fase de preparação. Destes últimos, 4 deles indicaram também a existência de instrumentos de pesquisa automática, pelo que só deveremos considerar 13 arquivos em vias de automatização. Teremos, portanto, 30 arquivos com meios automáticos, ou em preparação, no que respeita aos instrumentos de pesquisa.

Foi-nos também indicado por 14 arquivos, 10 deles dependentes do I.P.A., que a automatização em curso está a ser feita com a aplicação do programa ARQBASE.

A percentagem de arquivos com meios automáticos de acesso à informação é reveladora de um certo atraso nesta área, mas está, por certo, relacionada com o facto de, até ao aparecimento do programa ARQBASE (que ainda não é de divulgação generalizada) não existir em Portugal nenhuma aplicação informática específica para arquivos. Aliás, neste campo, o panorama internacional não era muito diferente até há poucos anos, pois embora houvesse nos arquivos aplicações de "packages" bibliográficos, de gestão integrada, de bases de dados, de tratamento de texto, etc., escasseava o "software" específico[7]. Mesmo actualmente, no que se refere à descrição arquivística, se exceptuarmos os casos dos arquivos americanos e canadianos, que estão a aplicar para esse efeito os formatos de tipo MARC, como é o caso do MARC-AMC[8], não encontramos ainda suficientemente divulgadas outras aplicações informáticas para descrição em arquivos e, consequentemente, para produção de instrumentos de pesquisa automática[9].

3.2. Pontos de acesso à informação

Outra das perguntas do questionário destinava-se a saber que tipo de acesso à informação é permitido através dos instrumentos de pesquisa existentes nos arquivos.

Partindo ainda das 68 respostas obtidas, pudemos organizar um quadro em que se visualiza o tipo de acesso à informação em termos quantitativos e percentuais (ver Quadro 8). Verifica-se assim, que os instrumentos de tipo cronológico são os que atingem uma maior percentagem (57%), logo seguidos dos de acesso por classificação (orgânica ou funcional), que se registam em 54% dos arquivos. Seguem-se depois os instrumentos de tipo onomástico (50%), ideográfico (40%), geográfico/toponímico (32%), topográfico (31%) e de acesso por classificações não orgânicas (24%). Resta um grupo residual de instrumentos de pesquisa com acesso diferente dos indicados e que só foi referido por 3 arquivos (4%), não sendo especificado qual o tipo de rubrica de acesso.

Destes dados ressalta como significativo o facto de 16 arquivos referirem a existência de instrumentos de pesquisa com acesso através de uma classificação não orgânico/funcional. Como se sabe, as classificações temáticas, tipológicas, fictícias ou de qualquer outra natureza, sem correspondência com a estrutura orgânica da entidade produtora da documentação, não devem ser usadas

[7] A este propósito veja-se: COOK, Michael – *Encuesta Internacional sobre Aplicaciones Informáticas a la Gestión Archivística.* "ADPA", Madrid, 5 (2) 1986, p. 43-54.

[8] Sobre o formato MARC-AMC ver, por exemplo: GERTZ, Janet; STOUT, Leon J. – *The MARC Archival and Manuscripts Control (AMC) Format: a New Direction in Cataloging.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 9 (4) 1989, p. 5-25; *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, 11 (3/4), 1990.

[9] Muito recentemente o Archivo General de Indias, em Sevilha, iniciou um projecto de tratamento automatizado dos seus fundos, o qual se apresenta como uma aplicação informática muito completa e especificamente desenhada para corresponder às necessidades de tratamento técnico requeridas por um arquivo histórico. (Cf.: *Computerization Project for the Archivo General de Indias.* Madrid, Ministerio de Cultura [etc.], 1990.)

em arquivos[10]. A sua existência em 24% dos arquivos que nos responderam revela ainda uma aplicação incorrecta dos princípios arquivísticos de organização dos fundos.

Outra conclusão que se pode tirar das respostas recebidas relaciona-se também com a utilização das classificações, mas agora das orgânico/funcionais. Se voltarmos a considerar os 33 arquivos que disseram possuir guias, verificamos que não mais do que 25 (76%) têm como classificação um quadro orgânico/funcional (ver Quadro 9). E, dos 51 arquivos que possuem inventários, também somente 30 (61%) possuem tal tipo de classificação (ver Quadro 10). Estes números revelam que ainda, muitas vezes, a organização arquivística não reflecte a aplicação de princípios teóricos essenciais, como sejam os princípios da proveniência e da ordem original.

A não existência, em muitos casos, de acesso por classificação orgânico/funcional significa que a estruturação dos fundos assenta, porventura, noutros princípios já há muito abandonados, como seja o princípio da pertinência (organização temática) que outrora esteve na base da organização de muitos arquivos.

Relativamente às possibilidades de acesso por assuntos à informação, cujo conhecimento era um dos objectivos do nosso inquérito, verificámos que 27 arquivos (40%) dizem possuir instrumentos de tipo ideográfico. É um facto que, muitas vezes, os instrumentos de acesso à informação por "nomes" ou por "locais" também se referem ao conteúdo dos documentos e, não apenas a elementos relativos à autoria, destinatários, intervenientes, datas tópicas, etc. Assim, a pesquisa por assuntos, entendida como acesso ao conteúdo, terá de ser feita não apenas através de instrumentos de tipo ideográfico, mas também nos onomásticos e nos geográficos e/ou toponímicos. Daí que, os instrumentos de acesso de tipo ideográfico não possam, rigorosamente, ser encarados como os únicos que possibilitam o acesso à informação por assuntos.

Como conclusão, é também interessante verificar que apenas 21 arquivos (31%) dizem possuir instrumentos de tipo topográfico (por cotas). Até que ponto este facto nos poderá levar a pensar numa falta de controlo dos depósitos e, necessariamente, da documentação? Será que outros tipos de instrumentos de trabalho, como por exemplo os registos, são suficientes para o controlo dos fundos? Será que em todos os arquivos o número de registo funciona como cota? A não ser assim, como podemos avaliar pelo conhecimento directo de vários arquivos, como se controlam, de facto, os fundos?

3.3. Indexação por assuntos

Um dos objectivos do inquérito era também, como já referimos, saber se nos arquivos existem meios de acesso à informação por assuntos. Complementarmente, procurámos conhecer o tipo de linguagem usada na indexação, os instrumentos de apoio à indexação e a forma sob a qual se apresentam (perguntas 3.4, 3.5 e 3.6 do questionário).

Como já havíamos verificado, 27 arquivos indicaram que possuíam instrumentos de tipo ideográfico para acesso à informação. Analisando a questão em que se pedia que fosse indicada a linguagem de indexação utilizada, colocando as hipóteses de a mesma ser controlada ou não controlada, verificámos que responderam 45 arquivos. Há aqui uma anomalia, pois seria lógico que apenas respondessem os 27 arquivos que referiram a existência de instrumentos de tipo ideográfico. Contudo, houve mais 18 respostas.

[10] Não é um princípio de aplicação recente. Pelo contrário, já é defendido em obras gerais ou manuais de Arquivística que datam de há vários anos. (Ver, por exemplo: ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS – *Manuel d'Archivistique*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1970, ou SCHELLENBERG, T. R. – *Manual de Arquivos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959).

Pensamos que, quer a formulação das perguntas, quer as instruções para preenchimento do questionário eram suficientemente claras, de forma a não surgirem dúvidas na sua interpretação. Verificamos, no entanto, que houve dificuldades no preenchimento das últimas questões relativas à indexação.

Dos 45 arquivos que responderam (ver Quadro 11), 15 (33,3%) dizem que utilizam linguagem controlada na indexação e 26 (57,8%) referem que usam linguagem não controlada. No entanto, dos primeiros 15 arquivos, 6 não haviam referido a existência de instrumentos de tipo ideográfico e, dos 26 últimos, também 12 os não referiram. Há, pois, incorrecções no preenchimento do questionário, o que poderá comprometer a validade das respostas e a análise dos resultados. Em função de tais incorrecções, vamos considerar válidas apenas as respostas dos 27 arquivos que indicaram a existência de instrumentos de acesso por assuntos. Teremos então 9 (33,3%) com uso de inguagem controlada e 14 (44,4%) com uso de linguagem não controlada.

Quanto à utilização de instrumentos de apoio à indexação, obtivemos respostas de 14 arquivos:

— 8 referem que fazem a indexação com apoio de uma lista de termos previamente elaborada (mas 5 destes arquivos não haviam referido que possuíam instrumentos de tipo ideográfico)[11]

— 5 dizem que usam uma lista de termos que vai sendo construída à medida que é feita a indexação (mas 2 destes arquivos não haviam indicado que possuíam instrumentos de tipo ideográfico)

— 1 arquivo indica que utiliza como apoio à indexação o "thesaurus" da UNESCO

— 1 arquivo diz que não usa qualquer instrumento de apoio à indexação, embora refira o uso de linguagem controlada.

No que se refere à forma de apresentação do(s) instrumento(s) de apoio à indexação utilizado(s), temos o seguinte:

— 5 arquivos dizem que ele se apresenta sob a forma de lista alfabética simples

— 4 arquivos dizem que tem a forma de lista alfabética estruturada (tipo "thesaurus")

— 2 arquivos indicam que tem uma apresentação gráfica

— 1 arquivo refere que segue a estrutura do programa ARQBASE (parece-nos que só poderá ser a de lista alfabética simples!)

Dadas as anomalias verificadas no preenchimento das 3 últimas perguntas do questionário, não podemos deixar de acentuar, mais uma vez, que devem ser colocadas reservas à validade destes dados, sobretudo no caso dos arquivos que não mencionaram a existência de instrumentos de tipo ideográfico e depois responderam às questões relativas à indexação por assuntos.

3.4. Conclusões gerais do inquérito

Da análise dos resultados deste inquérito e, para além das considerações feitas à medida que os apresentámos, extraímos como conclusões principais as seguintes:

— relativamente aos instrumentos de pesquisa existentes nos arquivos, o que se verifica, em muitos casos, é a ausência de uma planificação em termos de descrição documental;

— a inexistência, em muitos arquivos, de instrumentos para acesso à informação com uso de classificações de tipo orgânico/funcional, revela uma deficiente organização dos fundos, sem respeito pelos princípios da proveniência e da ordem original;

— a automatização começa a ser uma realidade em diversos arquivos (44% dos que responderam) sendo, na maioria deles, utilizado o programa ARQBASE;

[11] Há 1 arquivo que assinala esta situação e a seguinte.

— no que se refere à indexação por assuntos, ela é inexistente em 60% dos arquivos que analisámos e, nos casos em que é feita, raramente é utilizado um controlo do vocabulário e um instrumento de apoio à indexação.

4. Os pedidos de informação por assuntos: análise de 4 casos

Do inquérito que realizámos verifica-se que, apenas em 40% dos arquivos que responderam, existem instrumentos de acesso à informação por assuntos. No entanto, da nossa experiência pessoal verificamos que há utilizadores, nos arquivos, que procuram informação sobre os temas mais diversos, seja para efeitos de estudos de investigação, seja por mera curiosidade, seja porque não conhecem os fundos e começam por fazer uma pesquisa genérica antes de se centrarem numa documentação particular.

Uma vez que não há nenhum estudo sobre os utilizadores dos arquivos, nem sobre as suas necessidades de informação, não nos podemos basear em fontes minimamente rigorosas para afirmar que os pedidos de informação por assuntos determinam a necessidade da existência de instrumentos de acesso de tipo ideográfico, como meios de satisfazer as perguntas dos utilizadores. Contudo, procurámos comprovar a ideia que temos sobre a existência de pedidos de informação por assuntos, com o estudo das perguntas de utilizadores em 4 arquivos, durante um período de dois meses.

Estes casos deverão ser entendidos como meros exemplos ilustrativos das necessidades dos utilizadores, pois um estudo profundo e rigoroso sobre esta matéria necessita, obviamente, da análise de mais casos e de ter em conta outras variáveis, por nós não consideradas.

Os arquivos que escolhemos para estudo foram os Distritais do Porto e de Viseu e os Municipais do Porto e de Guimarães. Seleccionámos os arquivos em função do seu tipo (distrital e municipal), porque têm utilizadores com características diferentes, e tendo em conta a sua localização (um grande centro urbano e centros urbanos de menor dimensão).

A recolha dos dados foi feita da seguinte forma:

— em cada Arquivo, os funcionários encarregados do atendimento ao público anotaram, durante dois meses, os pedidos dos utilizadores que se baseavam numa procura de informação sobre determinados assuntos, discriminando os assuntos pedidos;

— no Arquivo Distrital do Porto e no Arquivo Histórico Municipal do Porto foram também anotados os pedidos de informação por assuntos, feitos por via postal ou telefonicamente.

A análise dos dados (ver Quadro 12) permite-nos, antes de mais, chegar à conclusão de que os pedidos de informação por assuntos existem em qualquer das referidas instituições, o que serve de indicador face à generalidade dos arquivos do mesmo tipo. Verificámos, contudo, que a quantidade dos pedidos é bastante variável, de arquivo para arquivo, o que se relaciona não tanto com o tipo de documentação que conservam, mas com as funções informativas que desempenham.

Todo e qualquer Arquivo tem, antes de tudo, a obrigação de conservar e preservar os fundos que lhe estão legalmente adstritos. Mas, evidentemente, a criação dos instrumentos necessários para tornar acessível a informação contida nos documentos é também outra das funções essenciais de um Arquivo, pois só assim irá de encontro às necessidades dos seus utilizadores.

De uma forma geral, verifica-se que o tipo de público que procura informação nos Arquivos tem características muito próprias. Normalmente, os arquivos históricos são consultados por investigadores, que os frequentam durante largos períodos de tempo, com vista à elaboração de dissertações ou estudos profundos sobre determinados temas. Este tipo de utilizador é muito característico dos Arquivos Distritais. Por isso, não é de estranhar que, no caso do Arquivo Distrital do Porto, na

sala de leitura, apenas se tenha verificado a existência de um pedido de informação por assuntos, durante os dois meses em que centrámos a nossa análise. De facto, na sua quase totalidade, os utilizadores deste Arquivo consultam regularmente documentos que previamente seleccionaram para os seus trabalhos de investigação e não solicitam informação por matérias, pois já sabem exactamente que fundos ou séries vão estudar.

Os Arquivos Distritais têm também um outro tipo de utilizador típico, que é o cidadão comum que necessita de certidões com vista à obtenção de cópias de documentos com valor legal. Este tipo de pessoas também não faz pesquisas por assuntos.

No caso do Arquivo Distrital do Porto, a investigação erudita e a obtenção de certidões constituem a esmagadora maioria dos pedidos dos utilizadores, o que justifica a baixa percentagem de solicitações de informação por assuntos. Além disso, pelo facto de existirem na cidade do Porto outras instituições muito vocacionadas para fornecerem informação sobre os mais diversos temas, nomeadamente sobre História do Porto, é natural que o público recorra com mais frequência a estas últimas, para o efeito pretendido.

Relativamente ao Arquivo Distrital de Viseu, os seus utilizadores podem caracterizar-se da mesma forma que os do Arquivo Distrital do Porto, pelo que a maior parte dos pedidos também não se baseia na obtenção de informação por assuntos. Contudo, em Viseu, o Arquivo Distrital é uma das principais instituições onde é possível obter informações de carácter histórico. Não existe na cidade uma biblioteca com a importância da Biblioteca Pública Municipal do Porto, nem um arquivo municipal com a mesma envergadura do portuense. Daí que a procura de informação histórica por parte de estudantes e simples curiosos se faça no Arquivo Distrital de Viseu, mais do que no seu homólogo do Porto.

Os Arquivos Municipais, além dos investigadores mais eruditos, têm outro tipo de utilizadores menos regulares, que a eles acorrem, essencialmente, com o objectivo de procurar informação sobre variados temas, muito relacionados com a História Local.

No que respeita ao Arquivo Histórico Municipal do Porto — onde registámos o maior número de pedidos por assuntos — as suas características são um pouco diferentes da generalidade dos arquivos. De facto, neste Arquivo foi criado, desde há cerca de dez anos, um Centro de Documentação de História Local[12], no qual se integra uma biblioteca de assuntos portuenses. Este sector cumpre funções informativas complementares das do Arquivo Histórico propriamente dito, sendo a instituição, no seu conjunto, o local privilegiado para a pesquisa sobre temas citadinos. Além disso, a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal do Porto também suscita pedidos de informação diversificados, quer sobre aspectos de índole cultural, quer sobre assuntos directamente ligados aos interesses dos munícipes, o que leva a que os serviços camarários remetam, muitas vezes, os pedidos de informação para o Arquivo Histórico.

No Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) verifica-se que há um sector do público ligado à Universidade do Minho, que recorre ao Arquivo com vista à elaboração de teses e trabalhos académicos. Porém, há um outro estrato de utilizadores, sobretudo estudantes e cidadãos vimaraneneses, que buscam informações muito particulares sobre a História do concelho de Guimarães. Os pedidos por assuntos que registámos procedem deste tipo de público.

A caracterização individual dos quatro arquivos relaciona-se estreitamente com a quantidade de pedidos de informação por assuntos verificados em cada um deles. Mas, para além do número destes pedidos e da sua relação percentual com a totalidade das consultas feitas durante o

[12] Cf.: REAL, Manuel Luís, *et al.* – *Arquivística e Documentação de História Local*. Porto, [s.n.], 1986. (Sep. de: "Actas do 1º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas", vol. 2, Porto, BAD, 1985)

mesmo período de tempo, importa também analisar o tipo de questões que são apresentadas pelos utilizadores (ver Quadros 13 a 16).

Se atentarmos nas perguntas que ocorreram nos quatro arquivos, facilmente verificamos que se trata de temas bastante específicos, o que implica necessariamente buscas difíceis e morosas, só evitáveis se os fundos estiverem descritos ao nível de catálogo, ou se existirem índices dos documentos. No caso do Arquivo Histórico Municipal do Porto sucede mesmo que algumas das informações são fornecidas com base em elementos encontrados na documentação impressa e não nos fundos do Arquivo. Muitas outros pedidos são satisfeitos a partir de pesquisas efectuadas nos índices existentes (em número muito elevado), os quais têm por base um tratamento individual dos documentos.

Perante estes factos e numa análise superficial, seríamos levados a pensar que, para satisfazer as necessidades dos utilizadores, no que concerne aos pedidos por assuntos, só a elaboração de instrumentos de pesquisa com grande profundidade de descrição e indexação — os Catálogos, por exemplo — cumpriria verdadeiramente tal desígnio. No entanto, também sabemos que o instrumento de pesquisa de maior utilização nos arquivos é o Inventário e que, na prática, é inviável chegar à produção de outros instrumentos mais detalhados para todos os fundos, pelo simples facto de a sua elaboração ser extraordinariamente morosa.

Porém, se olharmos com mais atenção para os dados recolhidos (Quadro 12), reparamos que o número de pedidos de informação por assuntos é percentualmente baixo, face ao número total de consultas. Isto sucede, precisamente, porque a maioria dos utilizadores que recorrem aos arquivos investiga temas que implicam consultas continuadas com os próprios originais. Regra geral, só carecem de uma pesquisa por assuntos no início da investigação, com vista a seleccionar os fundos e as séries, relevantes para os temas em estudo.

É exactamente para dar resposta a este tipo de investigação que o inventário se revela o instrumento mais eficaz, pois proporciona uma visão global dos fundos e da estrutura dos mesmos, informando sobre as respectivas séries e descrevendo-as uma a uma. Nesta perspectiva, pensamos que, sem uma indexação das séries descritas, muita informação não será disponibilizada aos utilizadores e a pesquisa sobre os temas gerais, que são objecto dos seus estudos, sairá muito prejudicada.

Quadro 1

Instrumentos de pesquisa manual

Nº. de respostas	Guias	Inventários	Catálogos	Índices	Outros
1	•		•		
2		•			
3		•	•	•	
4	•	•	•	•	
5		•	•	•	
6		•	•	•	
7		•			
8	•	•		•	
9			•	•	
10	•				
11	•				
12		•	•		
13			•	•	
14		•	•		
15			•	•	
16	•			•	
17		•			
18		•			
19		•			
20	•	•	•		
21	•	•	•	•	•
22		•			
23		•			
24	•	•	•	•	
25	•	•	•		
26		•	•	•	
27			•		
28	•	•			•
29					•
30	•				
31	•	•	•	•	
32			•	•	
33	•	•			
34	•			•	
35	•	•	•	•	
36	•	•	•		
37	•	•			
38	•	•	•	•	
39	•	•	•	•	
40		•		•	
41	•	•		•	
42		•	•	•	
43	•	•			
44	•	•	•	•	
45	•	•	•	•	
46	•	•	•	•	
47			•	•	
48	•		•		
49	•	•	•	•	
50		•	•		
51	•				
52	•	•			
53	•	•	•	•	
54		•	•	•	
55	•	•	•		
56		•	•		
57					
58		•			
59	•	•	•	•	
60	•	•	•	•	
61			•		
62		•	•	•	
63		•	•		
64		•			
65		•	•	•	
66		•	•	•	
67		•	•	•	
68		•	•	•	
Totais	**33**	**51**	**43**	**35**	**3**
%	**49 %**	**75 %**	**63 %**	**51 %**	**4 %**

Quadro 2

Quadro comparativo dos instrumentos de pesquisa manual
(em função da existência de guias)

	Guias	Inventários	Catálogos	Índices	Outros
1	•	•			•
2	•	•	•		
3	•	•	•	•	
4	•	•		•	
5	•	•	•	•	
6	•	•	•	•	
7	•				
8	•	•			•
9	•	•	•		
10	•			•	•
11	•	•			
12	•	•	•	•	
13	•	•	•	•	
14	•	•			
15	•				
16	•	•	•	•	
17	•	•	•	•	
18	•	•	•		
19	•	•	•	•	
20	•	•	•	•	
21	•	•			
22	•	•	•	•	
23	•		•		
24	•	•	•	•	
25	•			•	
26	•		•		
27	•	•	•		
28	•	•	•	•	
29	•	•		•	
30	•				
31	•				
32	•	•	•	•	
33	•	•	•	•	•
	33	**25**	**20**	**18**	**4**
	100%	**76%**	**61%**	**55%**	**12%**

Quadro 3

Quadro comparativo dos instrumentos de pesquisa manual
(em função da existência de inventários)

	Guias	Inventários	Catálogos	Índices	Outros
1	•	•	•		
2	•	•	•	•	
3		•	•		
4	•	•	•	•	
5	•	•	•	•	
6	•	•			•
7	•	•	•	•	
8	•	•			•
9	•	•	•	•	
10	•	•			
11	•	•	•	•	
12		•			
13		•		•	
14	•	•	•	•	
15		•	•	•	
16	•	•	•		
17	•	•			
18	•	•	•	•	
19		•	•		
20	•	•			
21		•	•	•	
22	•	•		•	
23	•	•	•	•	
24	•	•	•	•	
25	•	•	•	•	
26		•	•	•	
27		•	•	•	
28		•	•	•	
29	•	•		•	
30		•			
31		•	•		
32		•	•	•	
33		•			
34		•	•	•	
35		•			
36		•	•	•	
37		•	•	•	
38		•	•	•	
39	•	•	•	•	
40		•			
41	•	•	•	•	•
42	•	•	•		
43	•	•	•		
44	•	•	•	•	
45		•			
46		•	•	•	
47		•	•		
48		•	•		
49		•			
50		•			
51		•			
	25	**51**	**34**	**28**	**3**
	49%	**100%**	**67%**	**55%**	**6%**

Quadro 4

Quadro comparativo dos instrumentos de pesquisa manual
(em função da existência de catálogos)

	Guias	Inventários	Catálogos	Índices	Outros
1	•	•	•	•	
2		•	•	•	
3			•	•	
4	•	•	•	•	
5	•	•	•	•	
6	•	•	•		
7	•	•	•		
8	•	•	•	•	
9		•	•	•	
10		•	•		
11			•		
12	•	•	•	•	
13	•		•		
14	•	•	•	•	
15			•	•	
16	•	•	•	•	
17		•	•	•	
18	•	•	•	•	
19	•	•	•		
20	•	•	•	•	
21	•	•	•	•	
22		•	•		
23		•	•	•	
24		•	•	•	
25			•	•	
26		•	•		
27		•	•	•	
28		•	•	•	
29		•	•	•	
30	•		•		
31		•	•	•	
32		•	•	•	
33	•	•	•	•	
34	•	•	•	•	
35		•	•	•	
36		•	•		
37	•	•	•	•	•
38	•	•	•		
39	•	•	•	•	
40			•	•	
41		•	•		
42			•	•	
43			•		
	20	34	43	30	1
	47%	79%	100%	70%	2%

Quadro 5

Quadro comparativo dos instrumentos de pesquisa manual
(em função da existência de índices)

	Guias	Inventários	Catálogos	Índices	Outros
1	•	•		•	
2		•		•	
3	•	•	•	•	
4	•	•	•	•	
5	•	•	•	•	
6		•	•	•	
7			•	•	
8	•	•	•	•	
9		•	•	•	
10	•	•	•	•	
11	•	•	•	•	
12	•			•	•
13		•	•	•	
14		•	•	•	
15	•	•	•	•	
16		•	•	•	
17		•	•	•	
18		•	•	•	
19	•	•	•	•	
20			•	•	
21	•	•	•	•	
22	•	•	•	•	
23		•	•	•	
24	•	•	•	•	
25	•	•	•	•	•
26		•	•	•	
27		•	•	•	
28			•	•	
29	•	•		•	
30	•			•	
31			•	•	
32	•	•	•	•	
33		•	•	•	
34	•	•	•	•	
35			•	•	
	18	28	30	35	2
	51%	80%	86%	100%	6%

Quadro 6

Quadro comparativo dos instrumentos de pesquisa manual
(em função da existência de "outros" (grupo residual) instrumentos de pesquisa)

	Guias	Inventários	Catálogos	Índices	Outros
1	•	•			•
2	•	•	•	•	•
3					•
4	•	•			•
5	•			•	•
	4	3	1	2	5
	80%	60%	20%	40%	100%

Quadro 7

Instrumentos de pesquisa automática

Nº. de respostas	Existentes	Em preparação
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		•
12		•
13		
14		
15	•	
16		
17		•
18		
19		
20		
21	•	•
22		
23		
24		
25		•
26		•
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33	•	•
34	•	
35	•	
36		•
37	•	
38	•	
39	•	
40		•
41	•	
42	•	
43	•	
44	•	
45	•	•
46		•
47		•
48		
49		
50		
51		
52	•	
53		
54		•
55	•	
56		
57		
58		•
59	•	•
60		•
61		
62		
63		
64		
65	•	
66		
67		
68		•
Totais	**17**	**17**
%	**25%**	**25%**

Quadro 8

Tipo de acesso à informação

Nº. de respostas	Classificado (org./func.)	Classificado	Onomástico	Geográfico Toponímico	Ideográfico	Cronológico	Topográfico	Outro
1	•					•		
2			•		•	•		
3	•			•		•		
4		•			•			
5					•			
6			•	•	•	•		
7							•	
8								
9			•		•	•	•	
10		•				•		
11	•					•		
12	•			•				
13	•							
14								
15		•	•	•	•		•	
16		•	•	•		•		
17	•							
18	•			•		•		
19	•					•		
20	•		•		•			
21	•		•	•	•	•	•	
22		•						
23	•							
24		•	•	•	•			
25	•		•	•		•		
26		•			•		•	
27					•			
28	•				•	•		
29					•			
30	•					•		
31	•							
32								
33	•			•		•		
34	•		•	•		•	•	
35	•	•	•	•	•	•	•	
36	•		•					
37	•					•		
38	•	•	•	•	•	•	•	
39	•		•			•		
40			•	•		•	•	
41	•					•		
42	•		•	•	•	•	•	
43	•		•	•		•	•	
44	•							
45	•		•			•		
46			•	•	•	•		
47			•			•		
48	•					•		
49	•		•		•		•	
50	•		•					
51								•
52	•		•		•	•	•	
53	•	•	•		•	•	•	•
54	•	•				•		
55	•		•		•	•	•	
56								
57			•	•	•	•		
58							•	
59		•	•					
60	•	•		•		•		
61			•	•			•	•
62		•				•	•	
63			•					
64	•	•	•	•	•	•	•	
65			•		•	•	•	
66			•		•			
67	•	•	•		•	•		
68			•	•	•	•	•	
Totais	**37**	**16**	**34**	**22**	**27**	**39**	**21**	**3**
%	**54%**	**24%**	**50%**	**32%**	**40%**	**57%**	**31%**	**4%**

Quadro 9

Quadro comparativo dos instrumentos de pesquisa com o tipo de acesso à informação por eles permitido (em função da existência de guias)

	Instrumentos de pesquisa manual						
	Guias	**Inventários**	**Catálogos**	**Índices**	**Outros**	**Classificado (org./func.)**	**Classificado**
1	•	•				•	
2	•	•	•			•	
3	•	•	•	•		•	•
4	•	•		•		•	
5	•	•	•	•		•	
6	•	•	•	•		•	•
7	•					•	
8	•	•			•	•	
9	•	•	•			•	
10	•			•		•	
11	•	•				•	
12	•	•	•	•		•	
13	•	•	•	•		•	•
14	•	•				•	
15	•						
16	•	•	•	•		•	•
17	•	•	•	•			•
18	•	•	•			•	
19	•	•	•	•		•	
20	•	•	•	•		•	
21	•	•				•	
22	•	•	•	•		•	
23	•		•			•	
24	•	•	•	•			
25	•			•			•
26	•		•			•	
27	•	•	•			•	
28	•					•	
29	•	•		•			
30	•	•	•	•			•
31	•						•
32	•	•	•	•			•
33	•	•	•	•	•	•	
	33	25	20	18	2	25	9
	100%	76%	61%	55%	6%	76%	27%

Tipo de acesso à informação					
Onomástico	Geográfico Toponímico	Ideográfico	Cronológico	Topográfico	Outro
			•		
•					
•	•	•	•	•	
			•		
•			•		
•	•	•	•	•	
			•		
		•	•		
•	•		•		
•	•		•	•	
	•		•		
•		•	•	•	•
•		•	•	•	
					•
	•		•		
•					
•		•	•	•	
•			•		
•	•		•	•	
•		•		•	
			•		
•	•	•	•		
•	•		•		
			•		
•		•			
			•		
		•			
			•		
•	•	•			
•	•	•	•	•	
18	11	12	23	9	2
55%	33%	36%	70%	27%	6%

Quadro 10

Quadro comparativo dos instrumentos de pesquisa com o tipo de acesso à informação por eles permitido (em função da existência de inventários)

	Instrumentos de pesquisa manual						
	Guias	**Inventários**	**Catálogos**	**Índices**	**Outros**	**Classificado (org./func.)**	**Classificad**
1	*	*	*	*		*	*
2	*	*				*	
3	*	*				*	
4	*	*	*	*		*	*
5	*	*				*	
6	*	*	*			*	
7	*	*	*	*		*	*
8	*	*			*	*	
9	*	*	*	*		*	*
10		*					
11	*	*	*	*		*	
12	*	*	*	*			*
13	*	*	*	*		*	
14	*	*	*			*	
15		*	*				
16	*	*	*	*			
17		*	*	*		*	*
18		*	*			*	
19	*	*	*	*		*	
20		*	*	*		*	
21	*	*		*		*	
22		*		*			
23	*	*	*	*		*	
24	*	*	*	*		*	
25	*	*				*	
26		*	*	*			*
27		*	*	*		*	*
28	*	*		*			
29		*					
30		*	*			*	
31		*	*	*			
32		*	*	*			
33		*	*	*		*	
34		*					
35		*	*	*			
36		*	*	*			
37		*	*	*			
38	*	*	*	*			*
39		*				*	*
40		*					*
41	*	*	*	*	*	*	
42	*	*	*			*	
43	*	*	*			*	
44	*	*	*	*			*
45		*				*	
46		*	*	*			*
47		*	*				
48		*	*				
49		*				*	
50		*				*	
51		*				*	
	25	**51**	**34**	**28**	**2**	**31**	**13**
	49%	**100%**	**67%**	**55%**	**4%**	**61%**	**25%**

Tipo de acesso à informação					
Onomástico	Geográfico Toponímico	Ideográfico	Cronológico	Topográfico	Outros
*	*	*	*	*	
*		*	*	*	
	*		*		
*	*	*	*	*	
			*		
*					
	*		*		
		*	*		
*		*	*	*	*
				*	
*					
*			*		
*		*	*	*	
*	*	*	*		
			*		
*					
*		*		*	
*	*	*	*	*	
			*		
*	*		*	*	
*			*		
*	*		*	*	
		*		*	
*		*	*		
				*	
	*				
*		*	*	*	
*		*			
	*		*		
*		*	*		
*	*	*	*	*	
*	*	*	*		
		*			
		*			
*	*	*	*	*	
*	*	*	*	*	
*		*			
*	*		*		
*	*	*			
			*	*	
*					
			*		
	*		*		
27	17	22	29	17	1
53%	33%	43%	57%	33%	2%

Quadro 11

Indexação por assuntos

Nº. de respostas	Existência de instrumentos de acesso por assuntos	Linguagem controlada	Linguagem não controlada	Tipo de instrumento de apoio à indexação	Forma do instrumento de apoio à indexação
1	Não		*		
2	Sim	*		Lista construída à medida que é feita a indexação	Lista alfabética simples
3	Não		*		
4	Não		*		
5	Sim				
6	Não	*	*	Lista construída à medida que é feita a indexação Lista de termos previamente elaborada (ARQBASE)	Lista alfabética simples Lista alfabética estruturada
7	Não		*		
8	Sim				
9	Não	*		Lista de termos previamente elaborada	Estrutura do programa ARQBASE
10	Não		*		
11	Sim		*		
12	Não		*		
13	Não		*		
14	Sim	*		Lista construída à medida que é feita a indexação	Lista alfabética simples
15	Sim	*	*		
16	Sim				
17	Sim		*		
18	Sim				
19	Sim		*		
20	Sim		*		
21	Não		*		
22	Não	*		Lista de termos previamente elaborada	Lista alfabética simples Apresentação gráfica
23	Sim		*		
24	Não	*		Lista de termos previamente elaborada	
25	Sim		*		
26	Sim	*		Elaborada pelo indexador sem qualquer apoio	
27	Sim		*		
28	Sim		*		
29	Não		*		
30	Não		*		
31	Sim		*		
32	Sim		*		
33	Sim	*		Lista de termos previamente elaborada	Lista alfabética estruturada
34	Sim		*		
35	Não		*		
36	Sim		*		
37	Sim	*		Thesaurus da UNESCO	Lista alfabética estruturada
38	Não	*		Lista de termos previamente elaborada	Lista hierárquica
39	Sim				
40	Não			Lista construída à medida que é feita a indexação	
41	Sim	*		Lista de termos previamente elaborada	Lista alfabética estruturada Apresentação gráfica
42	Sim	*		Lista de termos previamente elaborada	
43	Sim	*		Lista construída à medida que é feita a indexação	Lista alfabética simples
44	Sim		*		
45	Não	*			
		15	26		

Quadro 12

Pedidos de informação por assuntos, em 4 arquivos, durante 2 meses

ARQUIVOS	Nº. de consultas Leitura de presença	Pedidos de informação por assuntos			
		Leitura de presença	Via postal	Via telefónica	Total
Arquivo Distrital do Porto	310	1 (0,3%)	2		**3**
Arquivo Distrital de Viseu	124	21 (16,8%)			**21**
Arquivo Histórico Municipal do Porto	169	27 (15,9%)	11	8	**46**
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães)	137	15 (10,9%)			**15**

Nota: O nº. de consultas refere-se apenas à leitura de presença, visto que os Arquivos não registam, sistematicamente, os pedidos de informação por escrito, ou orais, fora da sala de leitura. Daí que as percentagens apresentadas digam respeito apenas à leitura de presença.

Quadro 13

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO Assuntos pedidos pelos utilizadores
Capelas
Convento de Santo António da Cidade
Violência e criminalidade na época de Camilo Castelo Branco

Quadro 14

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU Assuntos pedidos pelos utilizadores
Casa da Calçada
Ciganos
Concertos musicais realizados em Viseu
Criação do Posto da Guarda Nacional Republicana em Tondela
D. Diogo Ortiz
D. Duarte
Extinção da Companhia de Jesus
Fernão Lopes
Fernão Ortiz
Fontelo
Grão Vasco
Infante D. Henrique
Judeus
Moedas antigas
Morgado de Loureiro
Obras efectuadas na Casa Amarela
Oliveira do Conde
Passagem de Orgens a freguesia
Ricardo Russell
Rita Lopes de Almeida (ou Madre Rita Amada de Jesus)
Trasladações

Quadro 15

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO Assuntos pedidos pelos utilizadores	
Antero de Quental	Inquirições e Devassas
Cadeia do Tribunal da Relação do Porto	Localização de edifício no cruzamento das ruas de Santa Catarina e Rua Formosa
Calçada de Monchique	Localização de edifício na Rua de Santo Ildefonso
Capela dos Alfaiates	Mercado do Bolhão
Casa na Rua do Bonfim	Mercado inglês de nome Thompson
Casa de Ramalde	Minas de água em Miragaia
Chafariz na Rua das Taipas	Os Moreiras no Porto e sua descendência
Cheias do Rio Douro	Muralhas do Porto
Colégio de Nossa Senhora da Esperança	Música regional portuguesa
Companhia Carril Americano	Nicolau Trant
Companhia Carris de Ferro do Porto	Origem do nome "tripeiro"
Coração de D. Pedro IV	Origens da festa de São João
Doação de terrenos da Associação Comercial do Porto à Câmara do Porto	Postigo do Carvão
Escultura a Rosalia de Castro	Procissão de Corpus Christi
Fábrica de Tapetes no Largo 1º. de Dezembro	Quando e porquê foi atribuído o nome à Praça da Galiza
Fonte de São Sebastião	Relação do Infante D. Henrique com o Porto
Fontes e chafarizes do Porto (2 pedidos)	Reunião da Câmara Municipal do Porto em apoio a D. Miguel
Governadores Civis do Porto	Rua dos Castelos
Iconografia sobre a Associação Comercial do Porto	Rua de Santa Catarina
Iconografia sobre a zona da Cordoaria	Sinagoga do Olival
Igreja de Cristo Rei	Toponímia (séc. XVIII)
Igreja de Ramalde	Urbanização da zona das Fontaínhas

Quadro 16

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA Assuntos pedidos pelo utilizadores
Aliança Anglo-Portuguesa assinada em Tagilde, no séc XIV
Os "Brasileiros" de Guimarães
Brasões e pedras de armas
Convento de São Francisco em Guimarães
Fabricas antigas do concelho de Guimarães
Figuras notáveis do século XIX
Hino de Guimarães
Igreja de São Tiago
Implantação da República no concelho de Guimarães
Jesuítas em Guimarães
Maria Adelaide (escritora vimaranense)
Martins Sarmento
Morgado de Carvalho
Revolução industrial em Guimarães
Torre da Igreja da Oliveira

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DE DADOS COM O PROGRAMA "ARQBASE" (*)

1. Escolha do programa informático e âmbito da documentação introduzida

O estudo que realizámos teve como base uma aplicação a fundos de um arquivo concreto: o Arquivo Histórico Municipal do Porto (A.H.M.P.).
Para a descrição dos documentos e posterior pesquisa de informação utilizámos meios informáticos, tendo escolhido o programa ARQBASE, o qual nos foi gentilmente cedido pelo I.P.A.
A decisão da escolha deste programa deveu-se, por um lado, ao facto de a ARQBASE ser a primeira aplicação informática em Portugal concebida especificamente para tratamento automático de documentação de arquivos históricos, dimanada de um organismo oficial, com responsabilidades ao nível da política arquivística[1]; por outro lado, a partir das respostas ao inquérito efectuado, verificámos que nos arquivos em que já há meios automáticos de acesso à informação, ou que se encontram em vias de os desenvolver, o programa ARQBASE está a ser utilizado por grande parte deles. Outro factor determinante da nossa escolha foi o facto de o A.H.M.P. ter também decidido adoptar a ARQBASE, com vista ao tratamento automatizado dos seus fundos.
A estes motivos, acresce a circunstância de o I.P.A., nos arquivos que lhe estão adstritos, ter adoptado esta aplicação informática como norma de descrição para tratamento automatizado dos documentos[2]. Procurámos, assim, não só utilizar um programa, com carácter oficial, concebido especificamente para arquivos, mas também o de maior aplicação nos arquivos portugueses e, provavelmente, aquele que virá a ter carácter normativo.
A base de dados construída para este trabalho é composta de 1211 registos, correspondentes a 5843 unidades de instalação. A documentação do A.H.M.P. descrita inclui o fundo da Câmara Municipal do Porto (com excepção de algumas colecções factícias) e mais dois pequenos fundos, o do Jockey Club Portuense e o da Confraria de Nossa Senhora da Batalha.

2. Caracterização do programa ARQBASE

A ARQBASE é uma aplicação informática que resultou de uma parametrização do software da UNESCO, Mini-Micro CDS/ISIS, definido como um sistema destinado à gestão de bases de dados estruturadas, cuja componente principal é o texto[3]. Funciona em ambiente MS-DOS, em micro-

(*) Embora o objecto deste estudo se centre nas questões relativas à indexação e à pesquisa por assuntos, para a sua elaboração tivemos de criar uma base de dados e resolver diversos problemas que se nos foram colocando à medida do seu desenvolvimento. Daí a razão de ser de um capítulo desta natureza.

[1] Paralelamente surgiram outras aplicações informáticas para tratamento de arquivos, como o programa "Heródoto", desenvolvido no âmbito do Gabinete de Informática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e outros projectos do laboratório de Micro-Informática do Arquivo Distrital de Braga (Universidade do Minho).

[2] No manual da ARQBASE refere-se que "o projecto ARQBASE integra parte das suas [do I.P.A.] atribuições e competências nomeadamente na aplicação das técnicas de normalização e tratamento informático, no desenvolvimento de aplicações informáticas para arquivos e, na constituição de uma rede informática entre arquivos e sua gestão global. O projecto ARQBASE engloba duas vertentes fundamentais: a normalização das descrições dos documentos e o tratamento informático dos elementos de informação constantes dessas mesmas descrições". (Cf.: FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena – *ARQBASE. Metodologia de Descrição Arquivística para Tratamento Automatizado de Documentação Histórica*. [Lisboa], Instituto Português de Arquivos, 1991.)

[3] Cf.: UNESCO. Division of Software Development and Applications. Office of Information Programmes and Services – *Mini-Micro CDS/ISIS Reference Manual, (Version 2.3)*, 1st ed., Paris, UNESCO, 1989.

computadores com um mínimo de 640 Kb de memória RAM e disco rígido. Mas, a ARQBASE é mais do que uma aplicação informática, pois pressupõe também a normalização das descrições arquivísticas e enuncia princípios a seguir para esse efeito.

No manual da ARQBASE[4] é, pois, apresentado não só o método para elaboração das descrições arquivísticas, mas também disposições relativas à pesquisa da informação nas bases de dados ou nos instrumentos de pesquisa elaborados a partir delas.

A ARQBASE pressupõe uma determinada filosofia de descrição arquivística, que assenta nos princípios avançados pelo *Manual of Archival Description* (MAD), de Michael Cook e Margaret Procter[5]. Assim, considera-se que existem diversas entidades arquivísticas[6] passíveis de serem descritas numa base de dados, correspondendo a cada uma delas uma unidade de descrição. Pressupõe também que, entre as entidades arquivísticas existe uma relação hierárquica, reflexo da estrutura de um Arquivo (enquanto entidade detentora de documentação) e da própria estrutura dos fundos arquivísticos. Aos diferentes graus da hierarquia das entidades arquivísticas correspondem diferentes níveis de descrição.

De acordo com estes princípios básicos, é estabelecido um método de descrição, por níveis hierárquicos, correspondentes às entidades descritas. Assim:

— o topo da hierarquia das entidades arquivísticas é a "**entidade detentora**", à qual corresponde o primeiro nível de descrição (nível 0.0);

— o 2º nível de descrição (1.0) corresponde ao "**grupo de arquivos**";

— após estes dois primeiros níveis que enquadram todos os fundos conservados num Arquivo, passa-se à descrição das unidades documentais, designadas por unidades arquivísticas, as quais são concebidas como "conjunto ou conjuntos de documentos que testemunham as funções e as actividades da entidade produtora do arquivo"[7]; a ARQBASE considera como fundamentais as unidades **fundo**, **série** e **peça**, às quais correspondem os níveis de descrição 2.0, 3.0 e 5.0, respectivamente;

— além dos níveis básicos acima referidos, poderão ainda ser considerados níveis intermédios correspondentes, quer a níveis de descrição necessários para fins de gestão (por exemplo, subgrupos de arquivos), quer a níveis representativos da estrutura dos fundos (por exemplo, secções e subsecções), quer ainda a subdivisões das séries (subséries);

— é ainda considerado um nível de descrição (4.0) correspondente à *unidade de instalação*,[8] considerada como "a unidade básica de cotação, instalação e inventariação das unidades arquivísticas"[9].

Com base neste método de descrição por níveis, a ARQBASE apresenta diversos modelos de folhas de recolha de dados (FRD), cada um deles correspondente a um nível de descrição. Os diferentes modelos de FRD incluem dois tipos básicos de elementos de informação:

— os elementos necessários à *identificação* de uma unidade de descrição;

— os elementos relativos à *descrição* propriamente dita, variáveis de acordo com os níveis de descrição[10].

[4] O. c.

[5] COOK, Michael; PROCTER, Margaret – *Manual of Archival Description*, 2nd ed., Aldershot, Gower, cop. 1989.

[6] Por "entidade arquivística" entende-se quer as unidades arquivísticas (o fundo e as suas partes), quer outras entidades que são determinadas para fins de gestão do arquivo (por exemplo, os grupos de arquivos), quer a própria entidade detentora da documentação.

[7] O. c., p. 7.

[8] Em anteriores versões da ARQBASE, a unidade de instalação era designada por "item".

[9] O. c., p. 7.

[10] As designações "identificação" e "descrição" são as que constam do manual da ARQBASE (o. c.), não sendo, portanto, da nossa responsabilidade.

Os "elementos de identificação" têm por objectivo situar inequivocamente, dentro da estrutura do Arquivo e dos fundos, as unidades de descrição, visto que estas se integram sempre num contexto ou hierarquia. Estabelece-se assim uma identificação unívoca de cada unidade de descrição, não só dentro da entidade arquivística imediatamente superior, como também de todas as outras superiores, caso existam.

Esta identificação unívoca é conseguida através da atribuição do elemento "**nome**" (que designa a entidade descrita) bem como de "**códigos de referência**" representativos de cada unidade de descrição. Tais códigos assentam numa sintaxe própria, que permite referenciar o contexto da entidade descrita, situando-a na estrutura em que ela se insere. A sintaxe usada na estruturação dos códigos de referência pressupõe a utilização de elementos alfabéticos ou alfa-numéricos, nos níveis 0.0 a 2.0 (até ao nível da série, exclusive), e elementos numéricos nos níveis 3.0 a 5.0 (da série até à peça), bem como a utilização de separadores (/ e —) para tornar perceptível essa mesma estruturação.

Vejamos, pois, como se apresenta a estruturação dos códigos de referência, desde o nível mais elevado (entidade detentora) até ao mais baixo (peça):

ED/GA-F/SC/SSC/SR/SSR/U/I-P

|

codificação alfabética ou alfa-numérica | codificação numérica

ED - **entidade detentora**
GA - **grupo de arquivos**
F - **fundo**
SC - **secção**
SSC - **subsecção**
SR - **série**
SSR - **subsérie**
UI - **unidade de instalação**
P - **peça**

No que se refere aos elementos componentes da descrição, eles variam, como se disse, de acordo com o nível de descrição em causa. No manual da ARQBASE é enunciada uma disposição genérica, segundo a qual "em princípio as descrições em arquivo devem prever a inclusão de *elementos de informação precisos*, como sejam, datas, número e tipo de unidades de instalação ou outros, e de *elementos de informação em texto livre*"[11]. As tabelas de elementos de informação por níveis de descrição, que constam do referido manual, discriminam os diferentes elementos de cada FRD.

Além do método referido para elaboração das descrições arquivísticas, a ARQBASE contempla também diversas disposições relativas ao acesso e à recuperação da informação, seja esta feita através de sistemas em linha, seja a partir de produtos impressos sob a forma de livro, lista, fichas ou outros. Assim, no manual da ARQBASE é referido que "a recuperação de informação relativa às entidades arquivísticas descritas faz-se através da determinação de certos elementos de informação como *ponto de acesso*"[12]. Há, pois, no programa ARQBASE, determinados "pontos de

[11] O. c., p. 11.
[12] O. c., p. 15.

acesso obrigatórios", que estão definidos à partida, não havendo aí qualquer intervenção por parte de quem o utiliza. Além desses, o programa prevê a possibilidade de serem criados "pontos de acesso suplementares definidos em função dos elementos de informação pertinentes para garantir o acesso e a recuperação da informação"[13]. Estes pontos de acesso designados por "suplementares" ficam ao critério do utilizador do programa.

A pesquisa da informação é feita através dos instrumentos de pesquisa, que são de dois tipos:

— sistemas em linha

— produtos impressos

Os sistemas em linha assentam numa estrutura de base de dados, que suporta as descrições arquivísticas. Pode-se aceder à informação armazenada nas bases de dados através dos pontos de acesso definidos. Os elementos de informação que constituem ponto de acesso constam de ficheiros indexados que permitem a sua rápida recuperação.

A partir de uma base de dados o programa possibilita a produção de instrumentos de pesquisa impressos, designadamente quadros de classificação, guias, inventários e outros que são referidos e caracterizados no manual[14].

3. Fases da construção da base de dados

O A.H.M.P. iniciou em 1984[15] a descrição dos seus fundos documentais tendo, à época, adoptado como norma de descrição as "Regras de Catalogação Anglo-Americanas"[16] (doravante designadas por AACR2), cujo capítulo 4 é especialmente dedicado à descrição de manuscritos.

Esta decisão não foi tomada de ânimo leve. Pelo contrário, foi bem ponderada e teve em conta diversos factores. Por um lado, verificava-se, tal como ainda hoje, a ausência de uma norma internacional para descrição em Arquivos. Por outro lado, em Portugal não existiam quadros classificativos, com carácter normativo, para a organização de fundos de arquivos. Os princípios de descrição arquivística e as recomendações teóricas que se conheciam, nomeadamente os seguidos em Espanha, apresentavam-se mais como orientações a seguir no tratamento dos fundos, do que como regras, pois careciam de normalização e sistematização.

Perante esta carência absoluta de um instrumento normativo, passível de aplicação aos arquivos, o A.H.M.P. procurou, através de consultas à British Library e à Library of Congress, obter informações sobre a normalização adoptada no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, em matéria de descrição arquivística. As respostas, nos dois casos, indicaram a utilização das AACR2.

Embora houvesse plena consciência de que aquelas regras se destinavam, sobretudo, à descrição de materiais próprios de bibliotecas, o facto é que, perante a ausência de outras normas mais apropriadas para arquivos, as AACR2 apresentavam algumas vantagens. Entre outras destaca-se o facto de fornecerem um método disciplinador, definindo inequivocamente *zonas* na descrição documental, especificando os elementos componentes de cada zona e indicando de que forma devem ser registados tais elementos. Foi considerado também, como vantajoso, o facto de o modelo de descrição para manuscritos, das AACR2, ser aproximado ao da descrição de quaisquer outras espécies documentais, o que permitia adoptar um método mais universal e, em certos

[13] Idem, ibidem.

[14] O. c., p. 16.

[15] Nessa altura, fazíamos parte do quadro de pessoal do A.H.M.P., onde desempenhávamos as funções de Técnica Superior de BAD, pelo que participámos directamente em todo o processo de organização do Arquivo.

[16] *Anglo-American Cataloguing Rules*, 2nd ed., London, The Library Association, 1984.

casos, incluir nos mesmos instrumentos de pesquisa (por exemplo, em catálogos ou bases de dados especializados) materiais de arquivo a par com outra documentação.

Sentia-se, porém, a necessidade de estruturar organicamente os fundos arquivísticos e de incluir na descrição elementos que reflectissem essa estrutura. De facto, a descrição documental resultante da aplicação das AACR2, embora contemple elementos essenciais à identificação da unidade arquivística descrita, não inclui, uma zona que permita indicar o contexto em que a mesma unidade se insere. Aplicando este método, sem mais, não é possível estabelecer níveis na descrição e, assim, situar correctamente na estrutura de um arquivo os objectos dessa mesma descrição.

Para colmatar tal lacuna, o A.H.M.P. iniciou paralelamente um aprofundado estudo, quer da história da administração municipal, quer da evolução dos serviços camarários, através da recolha de legislação, quadros orgânicos dos serviços, regulamentos municipais, relatórios de actividades, etc. Esse estudo tinha por objectivo a criação de um quadro classificativo para o fundo da Câmara Municipal do Porto. Pensava-se, então, que com a atribuição das rubricas do quadro de classificação, como cabeçalho principal, às fichas de descrição já elaboradas segundo as AACR2, se superaria a falta dos elementos relativos à estrutura orgânica do fundo.

Após a criação do I.P.A., em 1988, rapidamente surgiu uma versão provisória de um quadro de classificação para os arquivos municipais e, desde logo também, foi difundida a primeira versão do programa ARQBASE, apresentando-se como norma de descrição arquivística.

O A.H.M.P. aderiu naturalmente aos princípios normativos difundidos pelo I.P.A. e encarou como hipótese a adopção da ARQBASE para o tratamento automatizado dos seus fundos. É neste contexto que se insere o protocolo que o A.H.M.P. assinou com o I.P.A., com vista à obtenção da ARQBASE.

O presente estudo, desenvolvido a partir das informações previamente compiladas, permitiu — antes mesmo do A.H.M.P. iniciar a aplicação da ARQBASE — avançar no processo de organização dos fundos e no seu tratamento automatizado.

A falta de dados sobre a estrutura orgânica do arquivo, que se verificava nas descrições segundo as AACR2, bem como a diferença nos elementos dessas descrições e os da ARQBASE, obrigou a efectuar diversos procedimentos na conversão do sistema manual (em fichas) do A.H.M.P. para a base de dados que criámos.

Impõe-se ainda referir que, desde que iniciámos o trabalho com a 3ª versão da ARQBASE[17] (Setembro de 1990) até agora, o programa informático sofreu algumas alterações, fruto da experiência na sua aplicação, por parte de diversos arquivos, nomeadamente os Arquivos Distritais dependentes do I.P.A. Além disso, o próprio método de descrição também foi alvo de ligeiras modificações, com vista a uma melhor adequação dos princípios descritivos às diversas realidades arquivísticas. Esta evolução traduziu-se numa nova versão do manual da ARQBASE, publicada em Outubro de 1991, e nas correspondentes alterações ao programa informático.

Dado que as alterações referidas ocorreram já na fase final da elaboração da nossa base de dados, não utilizámos a versão actualizada do programa informático. Contudo, seguimos o novo manual no que respeita ao preenchimento das FRD e actualizámos, na medida do possível, os registos da base de dados.

A conversão do sistema manual do A.H.M.P. ocorreu em duas grandes fases:

1ª — aplicação de quadros de classificação aos fundos descritos;

2ª — preenchimento das FRD a partir das fichas tradicionais do A.H.M.P.

[17] FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena – *ARQBASE. Metodologia de Descrição Arquivística para Tratamento Automatizado de Documentação Histórica (3ª Versão – Janeiro de 1990).* [Lisboa], Instituto Português de Arquivos, [1990]. (Texto policopiado)

1ª FASE — Aplicação de quadros de classificação

Como referimos, a descrição efectuada segundo as AACR2 não inclui os elementos relativos à estrutura orgânica hierarquizada, que devem enquadrar qualquer descrição arquivística. Tivemos, pois, de proceder à classificação dos fundos do A.H.M.P., a fim de tornar possível a sua descrição pelo método ARQBASE.

Para a classificação do fundo da Câmara Municipal do Porto foi adoptado o "Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais"[18], concebido e elaborado pelo I.P.A., como modelo normativo para todos os fundos das Câmaras Municipais.

A aplicação deste quadro classificativo levantou diversos problemas[19]. De facto, a Câmara Municipal do Porto, quer pela antiguidade, quer pela complexidade dos seus serviços, desempenhou e desempenha funções que não se espelham no Quadro de Classificação do I.P.A. Houve, portanto, necessidade de fazer adaptações e de criar novas rubricas, se bem que procurando sempre não alterar a estrutura, nem as designações, nem a notação daquele quadro. Deste trabalho, difícil e moroso, pela necessidade de inúmeras consultas da legislação, de ampliar o estudo da história do município do Porto, e do recurso constante à própria documentação, resultou uma versão mais desenvolvida do "Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais" (ver Anexo 3-A).

Nesta nova versão, os desenvolvimentos dizem respeito à inclusão de muitas subsecções que não estavam previstas e, ainda, à subdivisão de algumas subsecções. Nos casos em que foi necessário incluir rubricas correspondentes a orgãos ou funções antigas da Câmara Municipal do Porto, tal inclusão foi feita no início de cada classe, tendo havido a preocupação de manter a notação estabelecida. Daí que, por diversas vezes, surjam subsecções com a notação * (antes da letra A)[20].

Os fundos da Confraria de Nossa Senhora da Batalha e do Jockey Club Portuense foram organizados e classificados no A.H.M.P., tendo sido elaborados quadros de classificação específicos, pois não existem quadros de classificação normativos para estes tipos de instituições (ver Anexos 3-B e 3-C).

2ª FASE — Preenchimento das FRD

O nível básico de descrição que adoptámos para criar a nossa base de dados foi o de *série* (nível 3.0 da ARQBASE), dado que o produto que se pretende obter a partir desta base é o *inventário*. Escolhemos este nível sobretudo porque o instrumento de pesquisa mais comum nos Arquivos deverá ser o inventário, pese o facto de em condições justificadas se elaborarem descrições mais pormenorizadas, com vista à produção de catálogos.

Além das séries (e algumas subséries) incluímos também 160 descrições de peças (utilizando para o efeito as FRD de nível 4.0), por se tratar de documentos individuais que não formam série, mas que fazem parte de diferentes secções e subsecções dos fundos do A.H.M.P. e, por isso mesmo, devem também ser incluídos num inventário.

[18] MARIZ, José – *Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais. (Versão Definitiva).* [Lisboa], Instituto Português de Arquivos, 1989.

[19] Este trabalho foi desenvolvido conjuntamente com o Director do A.H.M.P., não propriamente com vista à prossecução deste estudo, mas na sequência da investigação já realizada, com a finalidade de elaborar o quadro de classificação para o fundo municipal, uma necessidade que há muito se fazia sentir, pois daí dependia a organização do próprio Arquivo.

[20] Decidimos usar este sinal e não uma letra, pelo facto de na ordenação de caracteres feita automaticamente, os sinais precederem as letras e assim ser possível integrar antes de subsecções com a notação "A", outras que entendemos dever precedê-las.

Preenchemos ainda as diferentes FRD relativas aos níveis hierarquicamente superiores (subsecção, secção, fundo, grupo de arquivos e entidade detentora) a fim de situarmos correctamente na estrutura do Arquivo todas as descrições efectuadas.
O preenchimento das FRD de *série*, *subsérie* e *unidade de instalação* foi feito, como se disse, a partir das fichas do A.H.M.P. com a descrição baseada nas AACR2. A transposição dos elementos da descrição daquelas fichas para as FRD colocou também diversos problemas visto que eles não coincidem nos dois modelos.
As zonas da descrição das AACR2 usadas sistematicamente no A.H.M.P. são a do título e menções de responsabilidade (quando a indicação de autoria se justifica), a da data e a da descrição física. A estas zonas seguem-se diversas notas, sendo a primeira delas uma nota de conteúdo, feita através de um resumo em texto livre, e as outras relativas às zonas da descrição, à existência de instrumentos de pesquisa, versões publicadas, condições de acessibilidade, etc.[21]
Vejamos, seguidamente, quais os procedimentos adoptados para o preenchimento das **FRD do nível 3.0 — série**.
Nas FRD da ARQBASE correspondentes à descrição de séries (ver Fig. 1), os elementos a incluir distribuem-se por diversos campos e subcampos, da seguinte forma:
— nos 6 primeiros campos são incluídos os "elementos de identificação" relativos aos diversos níveis da estrutura do Arquivo (entidade detentora, grupo de arquivos, fundo, secção, subsecção e série); cada um destes campos subdivide-se em 2 subcampos — um para indicação do "código de referência" e outro para o "nome" da respectiva subdivisão hierárquica (este último subcampo não existe nos dois primeiros campos);
— seguem-se dois campos para indicação das "data inicial" e "data final" da série;
— o campo seguinte é designado por "descrição documental" e subdivide-se em diversos sub-campos: "tipologia documental", "origem/autoria", "destinatário", "assunto", "critério de ordenação", "número e tipo de items", "descrição física", "localização", "acessibilidade", "prazo de conservação" e "número do quadro de classificação";
— o último campo é de "observações".

No preenchimento dos vários campos adoptámos os seguintes critérios:

1 — Preenchimento dos 3 primeiros campos — foram registados os códigos de referência de acordo com os princípios da ARQBASE, que prevê a indicação de siglas inequivocamente identificativas da entidade detentora, do grupo de arquivos e do fundo.

2 — Preenchimento dos campos relativos à secção e subsecção — foi feito de acordo com o Quadro de Classificação aplicado, correspondendo os "códigos de referência" das secções e subsecções à notação do referido quadro e os "nomes" às designações das rubricas do mesmo quadro.

3 — Preenchimento do campo relativo à série — é também subdividido em dois subcampos, "código de referência" e "nome da série". Os códigos de referência são, como indicámos atrás, numéricos. Assim, dentro de cada subsecção, as respectivas séries foram ordenadas segundo critérios lógicos — tendo em conta, em grande medida, a sequência cronológica — e foi-lhes atribuída uma numeração sequencial.

[21] Dado que não são do âmbito deste estudo os problemas de descrição arquivística e seus elementos, não indicamos pormenorizadamente o que pode ser objecto de nota nestas descrições. Para maior detalhe cf. AACR2, cap. 4 (o. c.).

ARQBase

NÍVEL 3.0 (SR)
SÉRIE

ED
^a

GA
^a

FUNDO
^a ^b

SECÇÃO
^a ^b

SUBSECÇÃO
^a ^b

SÉRIE
^a ^b

Data Inicial
Inferida s/n

Data Final
Inferida s/n

DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

Tipologia
^a

Origem
^b

Destinatário
^c

ARQB NÍVEL 3.0 SÉRIE

DESCRIÇÃO DOCUMENTAL (CONT.)

ASSUNTO
^d

Critério de Ordenação
^f

Nº e Tipo de Items
^g

Descrição Física
^h

Localização
^i

Acessibilidade
^j

Prazo de Conservação
^l

Nº do Quadro de Classificação
^m

Observações
^a

ARQBASE (1990)

Fig. 1

O subcampo "nome da série" foi preenchido com o título da série, pois consideramos que é o elemento de identificação adequado[22]. Os títulos — retirados das fichas de descrição segundo as AACR2 — foram transcritos dos próprios originais, sem observância rigorosa no que respeita ao uso de maiúsculas e minúsculas e pontuação, e tendo sido actualizada a grafia e desdobradas as abreviaturas. Quando um título se apresentava demasiado extenso, foi abreviado, sem prejuízo da sua inteligibilidade, sendo substituídas por reticências (...) as partes omitidas. Os títulos (ou parte de títulos) atribuídos pelo arquivista foram indicados dentro de parêntesis rectos: [ ].
De acordo com as AACR2, o título deverá ser transcrito exactamente no que respeita à ortografia. Contudo, porque na ARQBASE o título da série é ponto de acesso obrigatório e não existe nenhum outro campo onde possa ser registado um título uniforme, com grafia actualizada — condição para ser ponto de acesso — optámos por "adulterar" a exactidão do título relativamente à sua ortografia, pois de outra forma estaríamos a criar rubricas com grafias antigas e diversas abreviaturas, muitas vezes inintelegíveis[23].

4 — Preenchimento dos campos "data inicial" e "data final" — estes campos destinam-se à indicação das datas extremas de criação da série. Em muitos casos, porém, as datas dos documentos inclusos numa série podem não coincidir com as datas de criação da mesma e essa informação é, sem dúvida, de interesse para o utilizador. No caso de cópias, também a data destas poderá ter interesse e, portanto, deverá ser registada numa descrição. Como na ARQBASE não há mais nenhum campo para a indicação de datas, a não ser estes, outras informações deste teor foram dadas no subcampo "assunto", que é de preenchimento em texto livre e susceptível de abarcar todas as informações relativas ao conteúdo da série.

5 — Preenchimento do campo "descrição documental" — relativamente aos elementos a incluir nos diversos subcampos tivemos de resolver várias questões, por um lado porque as AACR2 não prevêem todos esses elementos e, por outro lado, porque há determinadas notas nas descrições feitas pelo A.H.M.P. que não têm correspondência nos subcampos da ARQBASE.
a) Subcampo ^a — destina-se à indicação da "tipologia documental" da série. Embora no manual da ARQBASE se diga que este é um "elemento que se preenche apenas quando o nome da série não for suficientemente elucidativo"[24], julgamos necessária a sua indicação sistematicamente. Isto, não por os títulos serem ou não elucidativos, mas porque é um elemento fundamental na descrição das séries, devendo a sua indicação obedecer a designações exactas e uniformes, que de modo algum poderão ser substituídas por informações deduzíveis dos títulos.
Este elemento não constava das descrições do A.H.M.P. Em muitos casos ele pôde ser identificado a partir dos resumos de conteúdo, mas também em muitos outros houve necessidade de analisar os documentos para a sua identificação.
À falta de estudos em Portugal sobre tipologias documentais e à falta de listas normativas ou outros instrumentos de referência para identificação das mesmas, seguimos de perto as formulações teóricas de Antónia Heredia sobre a definição deste conceito e os elementos a incluir

[22] No manual da ARQBASE (o. c.) não são dadas quaisquer indicações sobre o preenchimento deste subcampo, nem sobre a forma que deverá ser escolhida para a indicação dos elementos. Apenas é indicado que o "nome da série" é ponto de acesso obrigatório.
[23] Na descrição segundo as AACR2 é possível respeitar a exactidão do título porque está prevista a criação de um cabeçalho (ponto de acesso) com grafia actualizada e desdobramento das abreviaturas.
[24] O. c., p. 44.

na sua designação formal[25]. Temos consciência de que esta é uma questão em aberto, porventura controversa e que ainda carece de estudo aprofundado[26]. Porém, dada a necessidade prática de definirmos os tipos documentais das séries incluídas na base de dados, optámos por criar uma lista de controlo da terminologia, com vista a uniformizar o preenchimento das FRD (ver Anexo 4). O facto da tipologia documental ser um elemento que constitui ponto de acesso na pesquisa, isso implica, a nosso ver, que se definam formas controladas para a sua designação[27].

No caso de algumas séries factícias, isto é, séries que não resultaram de uma actividade concreta, mas se apresentam mais como colecções de documentos, indicámos os diferentes tipos documentais inclusos nessas séries, pois este subcampo é repetível e permite tal procedimento.

b) Subcampo ^b — é designado "origem/autoria"[28] e destina-se à indicação dos autores das séries. Esta noção de autoria é distinta da noção de proveniência, a qual é identificada através dos dados registados nos 5 primeiros campos, relativos aos "elementos de identificação" da série. Assim, e porque na grande maioria dos casos, a autoria da série coincide com o órgão produtor (proveniência), este campo só muito poucas vezes foi preenchido. Há, de facto, alguns casos em que se identifica um autor pessoa-física ou colectividade, directamente responsável pela criação de uma série e, nesses casos, tal autor ou autores foram registados neste subcampo. Os casos mais vulgares de existência de autores numa série, distintos da entidade produtora, são o da correspondência e o do expediente interno dos serviços (por exemplo, ordens de pagamento, ordens de serviço, circulares, informações, etc.).

Embora o manual da ARQBASE não dê indicações sobre a forma a usar para os nomes dos autores, optámos por seguir os princípios relativos à "Forma do Cabeçalho" preconizados nas "Regras Portuguesas de Catalogação"[29].

c) Subcampo ^c — destina-se à indicação do "destinatário" da série[30]. Tal como no caso dos autores, à excepção da correspondência e do expediente interno dos serviços, não se verifica a existência deste elemento na maioria das séries. Quando identificado, preenchemos o sub-

[25] A este propósito são de consultar as seguintes obras de Antónia Heredia Herrera: *Archivística General...(o. c.)* e *Manual de Instrumentos de Descripción Documental.* Sevilla, Diputación Provincial, 1982. Apesar de a autora definir, em termos gerais, o que deve ser entendido como tipologia documental, não dá indicações sobre o método a seguir na determinação deste elemento, enquanto componente de uma descrição arquivística.

[26] Neste campo, tem sido de uma importância notável o trabalho desenvolvido pelo "Grupo de Archiveros Municipales de Madrid", no que se refere ao estudo das séries dos arquivos municipais. Não deixa, contudo, em nossa opinião, de ser essencialmente uma caracterização individual de cada série, enquanto tipo específico, e não uma definição de categorias tipológicas, independentemente da natureza dos fundos em que se inserem. Nesta perspectiva, a designação tipológica deverá ser normalizada e constituir uma lista de autoridade, com vista à sua inclusão na descrição documental. (Cf.: GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID – *Manual de Tipologia Documental de los Municipios.* Madrid, Consejeria de Cultura, 1988; e da autoria do mesmo Grupo – *Tipologia Documental Municipal 2.* Arganda del Rey, Ayuntamiento, 1992).

Para a determinação das tipologias documentais, sobretudo para documentação medieval e moderna, poderá ser de utilidade a consulta de: COMMISSION INTERNATIONALE DE DIPLOMATIQUE. Comité International des Sciences Historiques – *Vocabulaire International de la Diplomatique.* València, Conselleria de Cultura; Universitat de València, 1994.

Como contributo no sentido de clarificar a noção de "tipologia documental" é de consultar também: BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Tipologia Documental em Arquivos: Novas Abordagens.* "Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação", Lisboa, 2, 1989, p. 9-20.

[27] O formato MARC-AMC (i.e. Machine-Readable Catalogue for Archives and Manuscripts Control) também preconiza a criação de uma lista de autoridade para preenchimento do campo designado por "form/type/genre" (designação equivalente a "tipologia documental").

[28] Na última versão da ARQBASE, à qual corresponde o manual que temos vindo a citar, este subcampo foi suprimido. No entanto, visto que a versão com que iniciámos a base de dados o incluía, não deixámos de o preencher nos casos em que identificámos os respectivos elementos.

[29] *Regras Portuguesas de Catalogação,* vol. 1, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Bibliotecas Arquivos e Serviços de Documentação,1984.

[30] Idem nota 28.

campo seguindo igualmente os princípios das "Regras Portuguesas de Catalogação" para a escolha da forma.

d) Subcampo ^d — é designado por "assunto"[31] e destina-se a indicar "o assunto principal da série ou o conjunto das matérias versadas"[32]. O seu preenchimento é feito em texto livre, no qual são assinalados, entre os sinais < >, as palavras ou conjuntos de palavras, que se considerem significativos para constituição de pontos de acesso.

Preenchemos este subcampo com os resumos de conteúdo existentes nas fichas do A.H.M.P. A nova designação dada a este subcampo — "assunto/conteúdo" — está mais conforme ao objectivo a que o mesmo se destina, pois permite a inclusão de todos os dados dignos de nota, contidos numa série, e que não têm qualquer outro campo apropriado para serem registados. Assim, incluímos aqui a maior parte das notas existentes nas descrições segundo as AACR2, nomeadamente:

— referência às datas dos documentos inclusos na série, desde que distintas das datas extremas da mesma

— referência a datas de cópias ou certidões

— referência a documentação relacionada (outras séries, outros fundos)

— referência a documentação inclusa na série, mas não respeitante a ela (documentos anexos ou documentos juntos posteriormente sem relação com a série).

Tal como é preconizado no manual da ARQBASE, assinalámos entre os sinais < > os termos significativos para estabelecimento de pontos de acesso.

e) Subcampo ^f — destina-se à indicação do critério de ordenação da série. Este é também um elemento que não figurava nas descrições segundo as AACR2, o que implicou a análise da documentação para o determinar.

f) Subcampo ^g — designa-se por "nº e tipo de items" e refere-se à quantidade de unidades de instalação que compõem a série e à indicação do seu tipo (livro, maço, caixa, etc.). Foi preenchido com os elementos correspondentes das fichas do A.H.M.P.

g) Subcampo ^h — é designado por "descrição física". O manual da ARQBASE indica que aqui se deverão registar as "dimensões em metros lineares, estado de conservação e características especiais"[33]. A descrição segundo as AACR2 prevê a indicação das dimensões, não em extensão da série, mas sim em altura, sendo mencionada a altura da maior unidade de instalação que compõe a série. Por isso, também neste caso, houve que manusear a documentação para proceder à medição das séries.

No caso de séries compostas por uma única unidade de instalação, registámos neste subcampo, após a indicação das medidas, o número de folios e, em certos casos, o suporte (por exemplo, quando se tratava de pergaminho).

Não respeitámos as orientações do manual da ARQBASE no que se refere à indicação do estado de conservação da série, neste subcampo, por consideramos que tal elemento não é estável (pode haver degradação de alguns documentos ou recuperação de outros através de restauro) e, portanto, não deverá fazer parte da descrição documental. Registámo-lo no campo "observações".

h) Subcampo ^i — é designado por "localização" e visa a indicação do espaço físico do Arquivo onde está instalada a série. Neste subcampo indicámos a *cota* da série, visto que não há outro local para registar esta informação, que é esssencial para a localização das unidades descritas.

[31] Na versão mais recente da ARQBASE é designado por "assunto/conteúdo" (o. c., p. 44).

[32] O. c., p. 44.

[33] Idem, ibidem.

i) Subcampo ^j — designa-se por "acessibilidade" e destina-se à "indicação dos IDDs [i.é Instrumentos de Descrição] existentes e referência a microfilmes, nível de tratamento arquivístico"[34]. Registámos neste subcampo todas as notas existentes nas fichas do A.H.M.P., relativas à existência de instrumentos de pesquisa (catálogos e índices, geralmente) e versões publicadas da série ou de partes da mesma.
j) Subcampo ^l — denomina-se "prazo de conservação" e destina-se à indicação do tempo durante o qual a série deverá ser conservada[35]. Como a documentação que tratámos é toda de conservação permanente, não preenchemos este subcampo.
l) Subcampo ^m — é designado por "nº do quadro de classificação" e tem por objectivo indicar a notação do quadro de classificativo adoptado[36]. Este subcampo só é preenchido nos casos em que é feita uma classificação após a descrição e, portanto, não haviam sido usadas as notações como códigos de referência nos campos relativos à secção e subsecção.
No nosso caso nunca foi preenchido este subcampo.

6 — Preenchimento do campo "observações — trata-se de um campo de preenchimento em texto livre, no qual deverão ser incluídos "elementos considerados pertinentes que não se integram em nenhum dos elementos de informação previstos para este nível de descrição. Pode ser indicada bibliografia, documentação relacionada, etc."[37]. Geralmente, indicámos neste campo os seguintes elementos:
— fonte de informação usada para retirar o título da série;
— referência a folhas em branco, erros ou anomalias na numeração das folhas ou páginas;
— particularidades das encadernações;
— referências ao estado de conservação da série, apenas quando esta se apresenta em condições de degradação assinaláveis.
Todos estes elementos foram transcritos das fichas do A.H.M.P.
Não respeitámos a orientação do manual da ARQBASE no sentido de aqui serem dadas as referências a documentação relacionada, por considerarmos que essa informação é mais apropriada no subcampo "assunto/conteúdo", devido à sua relação com o conteúdo informativo da série e à sua importância para o utilizador. Neste campo de observações, não deverão, a nosso ver, ser registadas informações relevantes para a pesquisa, embora o manual da ARQBASE refira que "constituem ponto de acesso as palavras ou frases assinaladas no texto como significativas"[38].

Como referimos anteriormente, além das FRD do nível 3.0 (série) incluímos também na base de dados alguns registos de nível 3.5 (subsérie) e de nível 4.0 (unidade de instalação).
No caso das **FRD do nível 3.5 — subsérie** (ver Fig. 2), apenas é de assinalar o seguinte:

1 — Preenchimento dos campos relativos aos "elementos de identificação" da subsérie — seguimos os critérios expostos relativamente à série; no subcampo "nome da subsérie" indicámos o título da subsérie, da mesma forma que o fizemos no caso das séries.

[34] Idem, ibidem.
[35] Na última versão do manual da ARQBASE, este subcampo foi eliminado.
[36] Idem.
[37] O. c., p. 44.
[38] Idem, ibidem.

ARQBase

NÍVEL 3.5 (SSR)
SUBSÉRIE

ED
^a

GA
^a

FUNDO
^a ^b

SECÇÃO
^a ^b

SUBSECÇÃO
^a ^b

SÉRIE
^a ^b

SUBSÉRIE
^a ^b

DESCRIÇÃO GENÉRICA
(sublinhar os pontos de acesso)
^a

ARQBASE (1990)

Fig. 2

2 — Preenchimento do campo "descrição genérica" — o manual da ARQBASE apenas refere que deve ser indicado o "critério que presidiu à criação da subsérie"[39]. Uma vez que se trata de um campo, com um único subcampo (^a), de preenchimento em texto livre, decidimos registar aqui todos os elementos considerados imprescindíveis, transcrevendo-os das fichas do A.H.M.P. Assim, além do critério de organização da subsérie, incluímos o seguinte:

— datas extremas;

— resumo do conteúdo, com referência a documentos anexos e suas datas, e referência a documentação relacionada (outras séries, outros fundos);

— cota;

— observações.

De acordo com as indicações do manual da ARQBASE, assinalámos entre os sinais < > os termos considerados relevantes para o estabelecimento de pontos de acesso.

No que se refere à descrição das *peças*, utilizámos as FRD de nível 4.0 para esse efeito. A sua descrição deveria ser feita nas respectivas FRD, ou seja, no nível 5.0. Porém, a concepção das FRD e a definição dos elementos que as compõem não se adaptam para a descrição de documentos individuais, que não fazem parte de séries. Embora a filosofia que está na base do modelo de descrição da ARQBASE — e que assenta no princípio segundo o qual cada unidade arquivística faz parte de outra que lhe é hierarquicamente superior — não pressuponha a existência de todos os níveis na estruturação de um fundo, é necessário prever os casos em que faltem níveis intermédios. Por exemplo, para efectuar a descrição do Foral do Porto, que é um documento desinserido de qualquer série, mas que se integra na primeira subsecção do Quadro Classificativo, haverá que o situar ao nível 5.0 (peça), seguindo-se-lhe na hierarquia, o nível 2.5 (subsecção).

Quando iniciámos a descrição das peças arquivísticas, desinseridas de séries, deparámos com várias dificuldades. Com efeito, a sua descrição nas FRD de nível 5.0 inviabilizava a inclusão das mesmas num inventário, pois nos respectivos formatos de impressão não estava prevista a saída de dados registados ao nível da peça, por serem considerados próprios de catálogos. Para obviar a esta dificuldade, resolvemos descrever as peças, enquanto unidades de instalação, tendo, por isso, usado as FRD de nível 4.0[40].

Contudo, outras dificuldades tiveram ainda de ser ultrapassadas. As FRD de nível 4.0 foram concebidas para a descrição das unidades de instalação que integram as séries. Daí o facto de não incluírem determinados elementos, essenciais na descrição, pois pressupõe-se que no nível imediatamente superior (série) tais elementos são já registados. Como, na realidade, estamos a lidar com documentos não inseridos em séries, esta filosofia não se adapta às nossas necessidades. O principal obstáculo encontrado foi a falta de um campo para registar o título da unidade de instalação a descrever, elemento imprescindível para a identificação correcta de qualquer objecto de descrição[41]. Tivemos, mais uma vez, de utilizar um artifício para poder incluir o título nas FRD.

[39] O. c., p. 47.

[40] Esta decisão foi tomada por razões meramente funcionais e com a consciência de que não é a solução definitiva para resolver o problema. O que se espera é uma alteração da ARQBASE, com vista à correcta descrição das peças arquivísticas não integradas em séries e à sua inclusão nos modelos de impressão destinados à produção de inventários. Do ponto de vista informático, a questão é facilmente resolúvel, pelo que deverá ser analisada e solucionada, tal como outras que, ao longo da "vida" da ARQBASE, têm sido progressivamente revistas, como se pode verificar pelas 4 versões do programa, as quais apresentam uma evolução no sentido de um, cada vez mais correcto e completo, método de descrição.

Caso se verifique esta alteração, rapidamente se poderá proceder à transferência das descrições do nível 4.0 para o nível 5.0, pois é diminuta a quantidade de registos a alterar.

[41] Na última versão da ARQBASE já está prevista a indicação do título da unidade de instalação, no subcampo ^a do campo "descrição documental". No entanto, continua a faltar este elemento na FRD correspondente à peça (nível 5.0).

Tal artifício consistiu na indicação do título do documento, no campo referente à série, precedido da letra "P" (peça), a fim de o distinguir das séries, que figuram nos formatos de visualização e de impressão precedidas da abreviatura "SR".
Resolvidas estas questões de base — o que tornou possível a integração de todas as unidades arquivísticas num inventário — passámos, pois, ao preenchimento das **FRD de nível 4.0 — unidade de instalação** (ver Fig. 3). Os critérios adoptados foram os seguintes:

1 — Preenchimento dos campos relativos aos "elementos de identificação" — foram registados da mesma forma que no caso das FRD de série e subsérie.

2 — Preenchimento do campo "unidade de instalação" — neste campo está prevista a indicação de 4 elementos, em igual número de subcampos:
Subcampo ^a — destina-se à indicação do tipo de unidade de instalação, sendo usadas as abreviaturas "Lv", "Mç", "Pt", "Rl" ou "Cx", consoante se trate de livro, maço, pasta, rolo ou caixa. Estas abreviaturas são as aconselhadas numa "nota técnica" elaborada pelo I.P.A.[42]
Subcampo ^b — é designado por "nº actual" e destina-se à indicação da cota em uso no arquivo para referenciação da unidade de instalação. Indicámos, obviamente, as cotas do A.H.M.P.
Subcampo ^c — serve para a indicação da "cota original", no caso de existir[43]. Não tivemos necessidade de o preencher.
Subcampo ^d — visa a indicação de outras cotas[44]; também nunca o preenchemos.

3 — Preenchimento do campo "referência a microfilmes" — subdivide-se em dois subcampos[45], que nunca utilizámos:
Subcampo ^a — refere-se ao código de referência do microfilme;
Subcampo ^b — destina-se à indicação do número de exposições do microfilme.

4 — Preenchimento dos campos "data inicial" e "data final" — seguimos os critérios referidos a propósito das séries[46].

5 — Preenchimento do campo "descrição documental" — os subcampos ^a, ^b, ^c e ^d são os mesmos da FRD de série, pelo que procedemos analogamente no seu preenchimento.
Subcampo ^e — designa-se "tradição documental"[47] e segundo as indicações do manual da ARQBASE só deverá ser preenchido no caso de não se estar a descrever um original, mas sim cópias, certidões ou minutas.

[42] PORTUGAL. Instituto Português de Arquivos – *ARQBASE. Nota Técnica nº 4.* 1990. (Texto policopiado)
[43] Na última versão da ARQBASE, este subcampo passou a designar-se "unidade de depósito" e a destinar-se ao registo da localização da unidade de instalação, no depósito, corredor, estante e prateleira do Arquivo. Constitui um ponto de acesso obrigatório. No caso do A.H.M.P., esta informação é dispensável, já que as cotas são perfeitamente identificativas das unidades de instalação.
[44] Na versão mais actualizada da ARQBASE, este subcampo destina-se à indicação da cota original, que antes se registava no subcampo ^c.
[45] Na actual versão da ARQBASE, existem 3 subcampos: ^a para a identificação do microfilme, ^b para indicar as datas extremas dos documentos nele contidos e ^c para registar o número de exposições.
[46] Na última versão da ARQBASE, já está prevista a indicação das datas sob a forma "ano/mês/dia" (na versão anterior apenas era possível indicar o ano), bem como datas aproximadas.
[47] O subcampo ^e, na nova versão da ARQBASE, refere-se à indicação do "estado de conservação", tendo sido suprimida a tradição documental.

ARQBase

NÍVEL 4.0 (I)
ITEM

ED
^a

GA
^a

FUNDO
^a ^b

SECÇÃO
^a ^b

SUBSECÇÃO
^a ^b

SÉRIE
^a ^b

SUBSÉRIE
^a ^b

ITEM

Tipo
^a

Nº Actual
^b

Cota ou Num. Orig.
^c

Outras Cotas
^d (campo repetível)

REFERÊNCIA A MICROFILMES
^a ^c

Data Inicial
Inferida s/n

Data Final
Inferida s/n

ARQB NÍVEL 4.0 ITEM

DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

Tipologia
^a

Origem/Autoria
^b

Destinatário
^c

Assunto
^d

Tradição Documental
^e

Descrição Física
^f x x cm

Localização

	Depósito	Sala/Corredor	Estante	Prateleira
Actual	^a	^b	^c	^d
Futura	^e	^f	^g	^h

Observações
^a

ARQBASE (1990)

Fig. 3

Subcampo ^f — intitula-se "descrição física" e aí são registadas as dimensões da unidade de instalação, as quais se indicam em centímetros, pela seguinte ordem: altura x lombada x profundidade. O manual da ARQBASE preconiza que as medidas sejam arredondadas por excesso e que se use um número constante de dígitos na sua indicação, a fim de que seja possível, informaticamente, fazer cálculos da ocupação de espaço num arquivo.
Além das medidas, registámos neste subcampo o número de folhas, ou páginas, da unidade de instalação.*

6 — Preenchimento do campo "localização" — subdivide-se em 8 subcampos, destinados ao registo da localização actual e futura da unidade de instalação, prevendo-se, nos dois casos, a referência ao depósito, sala/corredor, estante e prateleira[48].
Nunca preenchemos estes elementos, pois no A.H.M.P. não há necessidade de os utilizar como meio de localizar as espécies documentais.
7 — Preenchimento do campo "observações" — seguimos os critérios enunciados relativamente às séries.

Expusemos detalhadamente os procedimentos seguidos no preenchimento das FRD, com vista à construção da nossa base de dados. Sem deixar de aplicar os princípios enunciados no manual da ARQBASE, tivemos de fazer muitas opções e, por diversas vezes, de enquadrar elementos não previstos, nos modelos de descrição disponíveis. O pormenor a que descemos, nesta exposição, teve por objectivo contribuir para uma análise das características da ARQBASE, enquanto "metodologia de descrição arquivística" (é assim que o manual é designado) e suscitar uma reflexão sobre a necessidade de serem introduzidas mais algumas alterações ao programa e ao manual, tendentes a solucionar os problemas de descrição com que deparámos. O facto de nesta base de dados terem sido introduzidos praticamente todos os fundos conservados no A.H.M.P., quer pela sua quantidade, quer pela sua diversidade, permitiu levantar problemas ao nível da descrição arquivística, cuja resolução poderá servir de indicador para a generalidade dos arquivos municipais e, porventura, para outros arquivos que procedam à descrição dos seus fundos igualmente ao nível das séries e das peças arquivísticas.

4. Breve apreciação do programa ARQBASE enquanto modelo de descrição arquivística

Antes de tecermos quaisquer comentários sobre a ARQBASE queremos deixar expressa a nossa consideração pelo trabalho realizado no I.P.A. e manifestar o nosso regozijo por já existir em Portugal um programa desta natureza. A sua importância para o tratamento da documentação dos arquivos é de um valor inestimável e representa um passo enorme no desenvolvimento da Arquivística portuguesa.
As notas que se seguem não deverão, pois, ser encaradas como uma crítica depreciativa, mas tão só como um contributo mais para o aperfeiçoamento do programa, resultado de uma reflexão sobre o mesmo, mercê da experiência entretanto adquirida.

1 — Tal como é referido na nota prévia do manual da ARQBASE, "prevê-se desde já que algumas alterações possam ser introduzidas tanto no que respeita à normalização das descrições (funda-

[48] Os elementos deste campo, relativos à "localização actual" são, na última versão da ARQBASE, indicados no subcampo ^c do campo "unidade de instalação".

mentalmente no que respeita à compatibilização com as normas de descrição internacionais agora em preparação no Conselho Internacional de Arquivos), como à evolução do programa informático que lhe serve de suporte"[49].

Em nosso entender, a definição dos elementos da descrição arquivística está na base de muitas outras questões, as quais, em grande parte, ainda não estão suficientemente resolvidas a nível internacional. Referimo-nos nomeadamente aos problemas de forma nos elementos descritivos, de determinação de pontos de acesso, de cabeçalhos principais e secundários, de controlo de autoridade (como e onde), etc.

Apesar de se prever uma revisão dos elementos da descrição, de acordo com as futuras normas internacionais, a experiência de utilização da ARQBASE suscita-nos, desde já, algumas considerações. Assim, sentimos necessidade de mais elementos na descrição, sobretudo para registar os diversos dados que incluímos nos campos de preenchimento em texto livre (subcampo "assunto" e campo "observações"). Muitas vezes, trata-se de elementos de informação que podem ser sistematizados num campo de "notas" à descrição, para o que deveriam ser definidos os diversos tipos de notas e indicada uma ordem para a sua apresentação. É um método utilizado por outras normas internacionais, nomeadamente as ISBD, e que se revela extremamente eficaz.

2 — Em diversos campos e subcampos da descrição está previsto que os elementos a registar possam ser vários, embora sempre do mesmo tipo. Para esse efeito, os campos e subcampos são designados de "repetíveis", isto é, pode-se repetir a informação. No entanto, embora se trate do mesmo tipo de informação, o seu valor ou a sua importância documental pode ser diferente e isso terá de ser perceptível através da descrição.

Por exemplo, quando se regista um elemento no subcampo "autoria", terá importância diferente o autor de um documento ou um colaborador, que não deixa de ter responsabilidades na sua produção. Não havendo forma de distinguir a função de cada elemento, num mesmo campo, torna-se evidente que todos os elementos têm o mesmo valor ou o mesmo significado, o que não é verdadeiro.

Neste mesmo exemplo da indicação de autoria, se considerarmos que, no respectivo campo, só serão de registar os nomes dos autores e não quaisquer outros tipos de menções de responsabilidade, então haverá que criar outros campos para a sua indicação, sob pena de se ter de desprezar informação, muitas vezes, essencial.

Igualmente, no subcampo "tipologia documental" poderá haver necessidade de indicar, além da tipologia principal duma série, outros tipos que a integram ou que caracterizam documentos nela contidos, os quais podem ser designados por "tipologias secundárias". Ao registarmos estas tipologias de importância e significado diferentes num mesmo campo, sem qualquer distinção, o utilizador não se aperceberá da unidade tipológica caracterizadora da série. Os tipos secundários servirão apenas de informação adicional nos casos em que esta se justifique.

Também para a indicação das datas há que distinguir mais do que um tipo (por exemplo, datas de criação dos documentos; datas de documentos inclusos numa série, distintas das respectivas datas extremas; datas de cópias e/ou certidões) e, portanto, prever campos para a sua inclusão na descrição.

Face a estas questões, pensamos que não é suficiente criar campos repetíveis para registar elementos de informação do mesmo tipo. Haverá que distinguir o significado desses elementos na documentação e tornar evidente tal destrinça na descrição.

[49] O. c., p. II.

3 — Uma vez definidos os elementos da descrição arquivística, importa explicitar de que forma se deve fazer a sua indicação. O manual da ARQBASE carece, quase em absoluto, de instruções neste sentido.

4 — Para se recuperar a informação registada numa descrição arquivística é necessário criar pontos de acesso a essa mesma informação. A ARQBASE determina que os elementos componentes de diversos campos e subcampos constituem ponto de acesso, mas não especifica como deverá ser aí registada a informação.
Pensamos que, se não forem utilizadas formas controladas na especificação dos elementos a recuperar na pesquisa, haverá uma tal diversidade de designações formais que dificilmente se esgotarão (ou se saberá se se esgotaram) todas as hipóteses de recuperação de informação. A nosso ver, carece definir, na ARQBASE, em que campos deve ser aplicado o controlo de autoridade.

CAPÍTULO 3

A INDEXAÇÃO POR ASSUNTOS APLICADA À ARQBASE: O USO DE LINGUAGEM CONTROLADA

1. Caracterização dos documentos indexados e política de indexação aplicada

No capítulo anterior explicitámos que tipo de documentação foi utilizada para este estudo e caracterizámos detalhadamente o método de descrição adoptado.

Consideramos que o nível de tratamento técnico a que se submeteram os documentos foi o factor que mais profundas implicações teve na definição da política de indexação por assuntos.

Segundo a Norma Portuguesa 3715[1], a operação "indexação"[2] engloba três fases distintas (que muitas vezes, na prática, ocorrem num só tempo): a primeira fase, de análise do documento e de determinação do seu conteúdo; a segunda fase, de identificação e selecção dos conceitos representativos daquele conteúdo; a terceira fase, de representação desses mesmos conceitos através de "termos de indexação"[3]. É precisamente na primeira fase da indexação que o tipo de documentação a analisar tem mais implicações. A referida norma distingue dois tipos de documentos — os escritos e os não escritos — para referir que "a precisão com que um documento pode ser analisado depende em grande medida da sua forma física"[4]. Os documentos que indexámos cabem na primeira categoria, ou seja, nos documentos escritos. Porém, no caso dos Arquivos, a análise do conteúdo documental, no que se refere ao tipo de documento a analisar, não é condicionada apenas pela sua forma física. O método para a análise dos documentos e determinação do respectivo conteúdo é condicionado, fundamentalmente, pelo conjunto documental a analisar e pela quantidade de documentos que compõem esse mesmo conjunto. Esta circunstância traduz-se, muitas vezes, num volume enorme de informação.

Sendo o Inventário o instrumento de pesquisa mais usado nos Arquivos, e a Série arquivística a correspondente unidade básica de tratamento documental (onde se incluem as operações de descrição e indexação) facilmente se compreenderá que os métodos de análise e tratamento dos documentos têm de ser distintos dos seguidos nas Bibliotecas, onde a unidade de descrição e indexação é, quase sempre, o documento individual[5].

Esta diferença essencial leva a que não se possam aplicar linearmente aos Arquivos a maioria das normas existentes, com vista ao tratamento documental, já que elas são concebidas em função das Bibliotecas ou Serviços de Informação (no sentido restrito do termo), apesar de nem sempre isso ser

[1] PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 – *Norma Portuguesa NP 3715. Documentação. Método para a Análise de Documentos, Determinação do Seu Conteúdo e Selecção de Termos de Indexação.* Lisboa, I.P.Q., 1989. Esta norma é equivalente à ISO 5963.

[2] O conceito de "indexação" pode ser definido, de uma forma genérica, como uma operação que se destina à elaboração de *índices*. No entanto, utilizaremos este vocábulo no seu sentido restrito, para designar a operação que visa criar *rubricas para acesso por assuntos*, à informação. Este, aliás, é o sentido que tecnicamente se consagrou para o termo "indexação".

[3] Os "termos de indexação" são expressões vocabulares que representam os conceitos e, no seu conjunto, constituem a linguagem documental, ou seja, um vocabulário convencional que serve de intermediário entre o documento e o utilizador, baseado numa condensação da linguagem natural dos próprios documentos. Podem ser designados por "termos preferenciais" ou "descritores", quando autorizados para representar os conceitos, ou por "não-preferenciais" ou "não-descritores" quando integram uma lista de termos na qualidade de remissivas dos termos autorizados, não sendo, portanto, atribuídos aos documentos.

[4] O. c., ponto 5.1, p. 5.

[5] Os estudos teóricos sobre métodos para análise de conteúdo ou sobre a profundidade da indexação são, portanto, desajustados da realidade arquivística, pois consideram sempre o documento enquanto entidade individual. Veja-se, no entanto:

explícito. No caso particular da indexação, por outro lado, há especificações próprias dos Arquivos que não são contempladas nas normas. Referimo-nos, designadamente, à NP-3715, que é essencial para disciplinar os procedimentos a executar durante as duas primeiras fases da indexação já referidas (análise do conteúdo documental e identificação dos conceitos representativos desse conteúdo).

O tratamento documental em Arquivística pressupõe a diferenciação de níveis hierárquicos, os quais já foram referidos a propósito da descrição. Paralelamente, os mesmos princípios teóricos terão de ser aplicados à indexação, a qual deverá estar sempre em conformidade com o nível da descrição. Por isso mesmo, o seu grau de exaustividade[6] e especificidade[7] variará segundo o nível a que é feita. Quanto mais elevado for o nível hierárquico da descrição, maior será o conjunto documental abrangido e, necessariamente, mais genérica será a indexação. Quanto mais baixo for esse nível, menor será o conjunto documental analisado (poderá ser mesmo o documento individual) e, portanto, mais possibilidades haverá de realizar uma indexação exaustiva e específica. Assim, tal como na descrição, poderemos considerar vários níveis no que respeita à profundidade da indexação[8].

Para efeitos deste estudo, utilizámos a série arquivística como unidade básica de descrição. Daí que a indexação, efectuada em conformidade com o nível da descrição, tivesse de partir da análise dos conjuntos documentais constitutivos daquelas mesmas séries.

Definimos, portanto, uma política de indexação adequada ao tratamento das séries arquivísticas, como base para a elaboração de um Inventário. Outros níveis de tratamento requerem, obviamente, diferentes critérios no que respeita à profundidade da indexação.

Verifica-se assim que, na maioria dos casos, cada unidade de descrição é constituída por várias unidades de instalação (livros, pastas, caixas, etc.), as quais, por sua vez, são compostas por tipos documentais análogos, que se sucedem uns aos outros, testemunhando uma actividade

FROHMANN, Bernd – *Rules of Indexing: a Critique of Mentalism in Information Retrieval Theory.* "Journal of Documentation", London, 46 (2) June 1990, p. 81-101; HUTCHINS, W.J. – *The Concept of "Aboutness" in Subject Indexing.* "ASLIB Proceedings", London, 30 (5) May 1978, p. 172-181; LANGRIDGE, D.W. – *Subject Analysis: Principles and Procedures.* London [etc.], Bowker-Saur, cop. 1989; MARON, M.E. – *Depth of Indexing.* "Journal of the American Society for Information Science", Washington, July 1979, p. 224-228; MCCARTHY, Constance – *The Reliability Factor in Subject Access.* "College & Research Libraries", Chicago, 47, Jan. 1986, p. 48-56; PINTO MOLINA, Maria – *Introducción al Análisis Documental y sus Niveles: el Análisis de Contenido.* "Boletín de la ANABAD", Madrid, 39 (2) Abr.-Jun. 1989, p. 323-341; RANGANATHAN, S.R. – *Facet Analysis: Fundamental Categories*, in "CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* – *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook*". Littleton, Libraries Unlimited, 1985, p. 86-93; STUDWELL, William E. – *Subject Suggestions 6: Some Concerns Relating to Quantity of Subjects.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 10 (4) 1990, p. 99-104; VICKERY, B.C. – *Analysis of Information*, in "*Encyclopedia of Library and Information Science*", vol. 1, New York, Marcel Dekker, 1969, p. 355-384.

[6] A *exaustividade* refere-se ao número de conceitos que caracterizam o conteúdo integral do(s) documento(s).

[7] A *especificidade* refere-se à exactidão com que um determinado conceito é representado por um termo de indexação. Se um conceito é representado por um termo de indexação que tem um significado mais geral, ocorre uma perda de especificidade.

[8] A este propósito veja-se: SMIRAGLIA, Richard P. – *Subject Access to Archival Materials Using LCSH.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 63-90. O autor considera que a indexação em Arquivos é feita a níveis diferentes, em função do conjunto documental a analisar. Assim, estabelece três níveis na indexação: "summary level" (nível sumário) —um fundo documental é analisado no seu conjunto, reduzindo-se a indexação a uma frase identificativa do assunto principal, bem como à indicação dos tipos documentais que integram o mesmo fundo; "depth level" (nível de profundidade) — um fundo é dividido em partes (as séries), sendo feito um resumo do conteúdo de cada uma delas; "exhaustive level" (nível exaustivo) — é feita uma análise de cada um dos componentes do fundo (os documentos), sendo estabelecidos cabeçalhos de assunto para todos esses componentes.

Embora estando de acordo, genericamente, com esta teorização, permitimo-nos, no entanto, discordar da designação de indexação atribuída aos dois primeiros níveis. Em particular, relativamente ao nível de profundidade — que é o que se aplica ao nosso caso — entendemos que o resumo de conteúdo não é "indexação" no rigoroso sentido do termo. Embora também pressuponha a análise do conteúdo e a síntese do mesmo, aí não se identificam conceitos, nem se faz a sua representação em "termos de indexação". O resumo poderá antes designar-se por "descrição do conteúdo", "síntese do conteúdo" ou algo equivalente, mas não por "indexação".

O mesmo autor preconiza ainda que, a partir do resumo do conteúdo, sejam estabelecidos os pontos de acesso para recuperação da informação por assuntos, com base nos "Library of Congress Subject Headings" (LCSH) e indica os princípios a seguir na aplicação deste vocabulário. Esta operação é que, na verdade, pode ser considerada rigorosamente indexação.

concreta da entidade que os produziu. Podemos, pois, afirmar que, em termos formais, as séries arquivísticas denotam com grande unidade, não só relativamente ao aspecto físico dos documentos, mas também quanto à maneira como se apresentam e se dispõem os diversos elementos informativos que integram cada um desses mesmos documentos. Porém, a indexação tem por objecto, não os caracteres físicos ou aspectos formais, mas sim o conteúdo ideológico, procurando identificar os assuntos ou os conceitos existentes nos documentos. Sendo assim, é óbvio que a indexação de uma série arquivística terá de partir da análise global da mesma, enquanto conjunto de documentos, e não poderá analisar detalhadamente, uma a uma, as peças documentais que a compõem. Esta prática é usada em Arquivos quando se trata da elaboração de um Catálogo ou para a produção de Índices independentes de qualquer outro instrumento de pesquisa.

Além do *nível de tratamento técnico* a que se submeteu a documentação — factor do qual dependeu, fundamentalmente, a política de indexação seguida — tivemos em conta também outros aspectos importantes, como por exemplo, o *tipo de Arquivo* e o *tipo de fundo* em que se insere a documentação e o *perfil dos utilizadores*[9].

Como referimos, a documentação pertence, na sua quase totalidade, ao fundo de uma Câmara Municipal que, por sua vez, se insere num Arquivo também de âmbito municipal. Trata-se, portanto, de um tipo de documentos cuja temática é muito diversificada, podendo mesmo dizer-se de carácter geral, onde não se verifica nenhum tipo de especialização no que respeita aos assuntos abrangidos.

O Arquivo Histórico Municipal do Porto caracteriza-se ainda por ser uma instituição vocacionada para fornecer informações de todo o tipo sobre a História da Cidade do Porto, não se verificando restrições de carácter temático, no acesso à documentação. O A.H.M.P. costuma ser também procurado por utilizadores que desejam informações sobre os mais variados temas, desde que relacionados com a vida e a história do município do Porto.

Dado o carácter geral do conteúdo temático da documentação analisada, a diversidade incontrolável de assuntos nela abrangidos e a ocorrência de questões de todos os tipos, por parte dos utilizadores do Arquivo, procurámos definir critérios a seguir na indexação.

Assim, verificamos que a maioria das séries arquivísticas se apresentam com bastante unidade temática, destinando-se a uma função bem determinada e registando informação de tipo idêntico. Nestas séries, mesmo sendo compostas por um número elevado de unidades de instalação, é possível identificar os conceitos nelas abrangidos. Daí que tenhamos definido como critério, a realização de uma *indexação exaustiva*, embora com *pouca especificidade*. Por exemplo, se muitos conceitos específicos podem ser representados por um único termo genérico, a opção foi sempre a de usar esse termo e não os respectivos termos específicos.

[9] A implantação de um sistema de indexação requer, evidentemente, uma análise prévia de diversos parâmetros, como por exemplo, a documentação a tratar, o tipo de serviço em que se insere o sistema, as características dos utilizadores, o tipo de linguagem de indexação a utilizar, os equipamentos e os meios técnicos e humanos disponíveis, os produtos a elaborar. Estes factores têm sido objecto de estudo, no que respeita à definição de uma política de indexação para bibliotecas ou centros de documentação. (A este propósito podem ser consultadas, por exemplo, as seguintes obras: AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan – *System Design*, in "*Thesaurus Construction. A Practical Manual*". London, ASLIB, 1972, p. 2-12; DIJK, Marcel van; SLYPE, Georges van – *Le Service de Documentation Face à l'Explosion de l'Information*. Paris, Les Éditions d'Organisation; Bruxelles, Les Presses Universitaires, [1969]; SLYPE, Georges van – *Conception et Gestion des Systèmes Documentaires*. Paris, Les Éditions d'Organisation, 1979).

No que respeita à definição de políticas de indexação para Arquivos, carecemos em absoluto de orientações. Pela nossa parte, centrámos-nos em três parâmetros que consideramos essenciais e que acima referimos: o nível de tratamento técnico (implica a definição dos produtos a elaborar), os tipos de arquivo e de fundo em que se insere a documentação e o perfil dos utilizadores. A estes factores associa-se, ainda, a definição da linguagem a utilizar.

Outros factores poderão, naturalmente, influir nas decisões a tomar, embora, em nossa opinião, de uma forma menos determinante.

Aquele critério básico não pôde, contudo, ser aplicado a alguns casos, em que a variedade de assuntos contidos numa série é de tal ordem, que se torna impraticável uma análise do seu conteúdo, com vista à identificação dos conceitos. Temos nesta situação, por exemplo, uma série de 413 volumes de correspondência ou uma outra, de actas de reuniões da Câmara, composta por 182 volumes. Estas séries contêm, como facilmente se compreende, uma quantidade incomensurável de assuntos.
Este tipo de séries constituíram excepção relativamente às possibilidades de indexação, pois não foi possível aplicar o critério estabelecido, nem mesmo qualquer outro, pelo que não foram indexadas[10].
Adiante explicitamos a aplicação dos critérios definidos, na análise do conteúdo e na identificação e selecção dos conceitos, em dois casos concretos.
Relativamente à representação dos conceitos, a opção foi a de utilizar uma linguagem controlada, a qual foi construída à medida que ia sendo feita a indexação. As razões que fundamentam esta decisão vão explicitadas no ponto 4 deste mesmo capítulo.

2. A necessidade da indexação ao nível de Inventário e sua complementaridade com a classificação arquivística

O quadro de classificação de um fundo é, muitas vezes, utilizado como meio para aceder ao conteúdo, especialmente quando o tratamento da documentação se faz a um nível pouco detalhado, como acontece no caso da elaboração de um inventário. Assim, poder-se-ia pensar que o quadro classificativo de um fundo é suficiente para uma abordagem geral do seu conteúdo, sendo dispensável a indexação. Porém, esta suposição não é correcta, por diversas razões que passamos a expor.
Um quadro de classificação em Arquivo representa a estrutura orgânico/funcional do fundo ao qual se aplica; é completamente diferente, na sua essência, dos sistemas de classificação bibliográficos, cujas rubricas representam assuntos. Embora haja serviços ou funções na actividade de um organismo que possam ser coincidentes com assuntos (por exemplo Empréstimos, Impostos, Eleições, Polícia, Agricultura, Pecuária, Comércio, Urbanismo, Matadouros, etc., etc.), a estruturação de um quadro classificativo não tem, de modo algum, uma base temática. A classificação em Arquivos possibilita um acesso por proveniência, não se destinando, por isso, à recuperação da informação por assuntos[11].
A estrutura do quadro de classificação permite identificar unidades arquivísticas até ao nível da secção ou subsecção. Porém, um inventário "desce" a uma maior especificação, ou seja, até

[10] O facto de não termos indexado este tipo de séries ocasiona, obviamente, no momento da pesquisa, a não recuperação de informação relevante. Trata-se de séries, provenientes dos serviços administrativos centrais, que reflectem a actividade da Câmara do Porto, nos seus vários aspectos e, por isso, contêm informação útil para todo o tipo de pesquisas. São as seguintes: "Copiador Geral", "Próprias", "Registo Geral" e "Vereações".
Dado que nem todos os utilizadores sabem da importância destas séries — sem a consulta das quais as suas pesquisas ficarão muito prejudicadas — decidimos colocar nos locais e nos instrumentos próprios para a pesquisa, uma indicação de que deverão consultar sempre as referidas séries — servindo-se dos catálogos e índices a elas respeitantes — seja qual for o âmbito da questão ou do tema que investigam.

[11] Apesar de a classificação em arquivos não ter como finalidade a organização temática dos documentos, é um facto que ela é, muitas vezes, utilizada para pesquisa por assuntos. A nosso ver, esta é uma perspectiva que subverte os princípios teóricos subjacentes à construção da classificação arquivística, mas admitimos que, a partir de um quadro classificativo, se possa complementar a informação recuperada através da indexação. Como exemplo de acesso ao conteúdo por "proveniência" e por "assuntos", nesta perspectiva de complementaridade, poderá consultar-se: LYTLE, Richard H. – *Intellectual Access to Archives: I – Provenance and Content Indexing Methods of Subject Retrieval.* "The American Archivist", Chicago, 43 (1) Winter 1980, p. 64-75; REED, Dale – *Some Considerations on Archival Subject Access.* 15 p. (Comunicação apresentada ao "Annual Meeting of the Society of American Archivists", Ago. 1986 — texto dactilografado, cedido amavelmente pelo autor).

ao nível da série. Ora, devendo a profundidade da indexação estar conforme com o nível da descrição, é evidente que ela é maior ao nível da série, pois pode ser feita uma análise mais detalhada do que ao nível de subsecção, superando-se dessa forma as potencialidades do quadro classificativo.

Embora, como se disse, alguns assuntos possam ser coincidentes com rubricas do quadro de classificação, na realidade, uma rubrica não esgota o tema em causa, já que apenas reune a documentação produzida e/ou recebida pelo serviço que dá o nome à rubrica, ou a documentação resultante de uma função expressa pela designação da mesma rubrica. Um assunto pode ser abordado em diversas séries, as quais fazem parte também de diferentes secções ou subsecções. Esta dispersão temática pelas várias classes do quadro classificativo só pode ser recuperada com uma indexação das séries, não sendo, portanto, suficiente a pesquisa através da classificação.

A título de exemplo, escolhemos dois assuntos que podem ser estudados a partir do fundo da Câmara Municipal do Porto: o "Colégio dos Órfãos" e os "Impostos". Se atentarmos no quadro de classificação (ver Anexo 3-A) verificamos que o "Colégio dos Órfãos" corresponde à subsecção Q/E1 e que os "Impostos" constituem a secção F do mesmo quadro. Porém, não basta estudar a documentação classificada nestas duas rubricas, para esgotar os temas em causa.

Pelo facto de a administração do Colégio dos Órfãos ser tutelada pela Câmara do Porto, os serviços centrais recebiam, regularmente, documentação enviada pelo Reitor. Assim, na secção D (Património) são classificados os inventários de bens, na subsecção E/B (Tesouraria) encontram-se séries relativas a receitas e despesas, na subsecção E/C (Aquisições e Aprovisionamento) podem ser consultados os processos de aquisição de bens e serviços do referido Colégio; etc.

Quanto aos "Impostos", haverá também que consultar documentos que não se encontam classificados na secção F. Devido à organização antiga dos serviços de tesouraria e arrecadação das receitas provenientes do fisco, na secção E (Serviços Financeiros) existem três subsecções que respeitam à gestão global do dinheiro relativo a diferentes impostos (Cofre da Imposição do Vinho; Cofre do Subsídio Militar; Cofre da Imposição dos Carros); na secção H (Funções Militares) encontram-se também séries referentes à aplicação do referido imposto do Subsídio Militar, em actividades relacionadas com a tropa; na subsecção E/B (Tesouraria), correspondente ao Serviço que veio substituir os primitivos Cofres, são classificadas as séries relativas a receitas provenientes de cada imposto; etc.

À semelhança destes dois temas gerais, poderíamos apresentar um sem número de casos que ilustram a dispersão de uma mesma temática ao longo de diferentes rubricas do quadro classificativo. Face a esta realidade, a pesquisa por assuntos, a partir de um Inventário, nunca se poderá restringir às categorias da classificação, pois tal acesso constitui não o meio privilegiado para recuperar a informação, mas sim um complemento da pesquisa feita a partir da indexação das séries descritas.

Tal complementaridade é a razão determinante para que a indexação se imponha como necessária, mesmo não sendo possível realizá-la sempre com total exaustividade e um elevado grau de especificidade.

3. A análise do conteúdo documental: identificação e selecção dos conceitos representativos do mesmo conteúdo

A indexação é uma operação do tratamento técnico documental que se rege por princípios, que são independentes dos objectos aos quais se aplicam (os documentos), bem como dos meios técnicos e humanos e dos equipamentos que são utilizados. Esta afirmação tanto é válida para docu-

mentos próprios de Bibliotecas, como para documentos de Arquivo, desde que o objecto da indexação seja a espécie documental, independente do contexto em que se insere.
Porém, quando não se trata de indexar documentos individuais, mas sim conjuntos documentais, compostos por um número elevado de espécies e contendo uma grande variedade de assuntos — como no caso das séries arquivísticas — há que definir métodos apropriados para disciplinar a análise do seu conteúdo, a identificação e a selecção dos conceitos a indexar. O processo de indexação manter-se-á na sua essência, embora a análise do conteúdo documental tenha de seguir orientações diferentes daquelas a que normalmente estamos habituados e que se encontram consagradas, por exemplo, na já referida NP-3715.
Diversamente do que aquela norma preconiza como método para análise do conteúdo dos documentos escritos[12], não podemos considerar que a "apreensão global" de uma série arquivística implique a "leitura minuciosa dos textos". Esta prática seria, evidentemente, impossível de realizar. No entanto, à semelhança do que preconiza a norma, consideramos que é possível estabelecer orientações para proceder à análise do conteúdo das séries e definir as "partes importantes" que "devem ser analisadas com cuidado"[13]. Assim, deverão ser tidos em conta, essencialmente, os seguintes elementos:

— **Título da série** — quando exista; nestas circunstâncias ele pode ser retirado das lombadas ou capas dos livros, de folhas iniciais ou do interior dos mesmos.

— **Termo de abertura** — quando a série é formada por livros, na maioria dos casos, eles têm um termo de abertura, no qual é indicada a função a que se destinam.

— **Índices** — em muitos casos, os livros ou os maços que constituem uma série contêm, no início ou no final, índices ou listas de conteúdo, que são de extrema utilidade para o indexador.

— **Tipos documentais** — deverá analisar-se o conjunto da série, a fim de se verificar se há unidade tipológica nos documentos que a compõem, ou se se trata de uma série "miscelânea", constituída por tipos documentais diversos. Esta análise é fundamental, pois a unidade tipológica facilita a indexação, uma vez que, nos vários documentos, a organização do texto e o tipo de informação que registam são semelhantes.

— **Elementos que compõem cada documento ou cada assento**[14] — sendo as séries, geralmente, formadas por tipos documentais análogos, é possível, na maioria dos casos, determinar

[12] Consideramos apenas os problemas relativos aos documentos escritos, pois foi este tipo de material que utilizámos como base de trabalho. Naturalmente que os documentos não escritos, ao serem tratados ao nível de série, também levantam problemas de indexação diversos dos que se põem no tratamento dos documentos individuais.
[13] Richard Smiraglia, no artigo já referido, "Subject Access to Archival Materials Using LCSH" define fases e métodos para a análise de conteúdo (subject analysis), embora as suas considerações se afastem muito do conceito de indexação, tal qual ele é consensualmente aceite, pois não limita a noção de "assunto" (subject) apenas ao conteúdo ideológico. Ao estabelecer categorias como "proveniência", "forma intelectual", "forma física", "forma de apresentação", determinando que elas devem ser tidas em conta no momento da análise dos materiais de arquivo, de modo algum está a restringir a indexação ao seu verdadeiro objecto: *o assunto*. É, pois, um método que poderá ser válido para análise de conteúdo — entendido como aquilo que está contido — e indexação num sentido muito lato. Como esta "elasticidade" não é definida pressupõe-se que o autor se refere à indexação por assuntos, como é normalmente entendida. Sendo assim, o método proposto não será aplicável para a análise de conteúdo, pois as categorias estabelecidas não têm a ver com os assuntos.
[14] Das séries resultantes de actividades de controlo administrativo, como são os registos de variadíssimos tipos, os livros de contas (assentos de receitas e despesas), os livros de cobranças, etc., etc., não se pode dizer que sejam compostas por documentos, mas sim por assentos que se sucedem, geralmente por ordem cronológica. A série é, pois, o resultado de uma actividade ou função concretas de um organismo.

os elementos que integram o seu conteúdo e, a partir daí, identificar os assuntos a indexar. Quando os documentos obedecem a um "formulário" estereotipado (por exemplo, certos tipos de registos, as guias de receita, as ordens de pagamento, os livros de contabilidade, os termos, os contratos, as listas, etc.) ou contêm sempre o mesmo tipo de informações, com uma temática restrita, é mais fácil a identificação dos conceitos. Porém, há casos de séries que, mesmo apresentando unidade tipológica e sendo possível determinar os elementos que compõem o texto dos documentos, pela quantidade e diversidade dos assuntos que registam torna-se impraticável uma análise do seu conteúdo. Tais séries, no caso do A.H.M.P., reflectem a actividade generalizada da Câmara do Porto e provêm, essencialmente, dos serviços administrativos centrais. São, como atrás referimos, as séries "Vereações", "Próprias" (correspondência recebida), "Copiador Geral" e "Registo Geral". A imensidão de assuntos que comportam não permite uma análise de conteúdo, pois isso implicaria a leitura dos documentos e conduziria a um rol infindável de termos de indexação.

Todas as partes acima enunciadas deverão ser cuidadosamente analisadas e anotados os seus elementos, aquando da análise de uma série arquivística. Quanto mais detalhada for essa análise, maior possibilidade haverá de uma indexação correcta e exaustiva.
Relativamente à identificação dos conceitos, também existem implicações decorrentes do tipo de documentos a analisar. A NP-3715 enuncia princípios que, mais uma vez, não podem ser aplicados linearmente à indexação das séries arquivísticas. Esta norma refere que "os organismos devem construir grelhas de identificação que contenham os critérios considerados importantes na área abrangida pela indexação"[15] e apresenta exemplos de critérios a fixar por tais grelhas.
Este método não pode ser utilizado na maioria dos Arquivos — no nosso caso, não tem mesmo qualquer aplicabilidade — pois é praticamente impossível definir quais as áreas abrangidas pela indexação, uma vez que a temática das séries é extraordinariamente diversificada e os interesses dos utilizadores são também muito variáveis, em função do perfil de cada um e das próprias tendências da investigação histórica. Além disso, os exemplos de critérios apontados na norma são, de todo, desajustados da realidade arquivística.
Assim sendo, há que definir critérios para proceder à identificação dos conceitos, não em função do domínio abrangido pelos documentos, mas do tipo de informação que eles contêm. A identificação dos conceitos passa, sobretudo, pela determinação da função de uma série arquivística e dos elementos informativos que a integram. Apesar disto, não podemos deixar de considerar a possibilidade de se estabelecerem algumas grelhas para identificação dos conceitos, as quais terão, essencialmente, a função de garantir a uniformidade possível no tratamento de temáticas análogas. Obviamente que tais grelhas terão de ser estabelecidas pelo indexador, com base nos temas mais frequentes e de acordo com as necessidades dos utilizadores[16]. O factor "subjectividade" está inevitavelmente ligado ao processo de indexação, embora a aplicação de

[15] O. c., ponto 6.1, p. 5.
[16] A título de exemplo, sugerimos alguns critérios que podem servir para estabelecer as referidas grelhas, sobretudo no caso de um arquivo municipal, onde muitas das questões dos utilizadores se ligam a aspectos da vida local:
— a série refere profissões?
— a série refere zonas geográficas ou topónimos?
— no caso de se tratar de uma série relativa a comércio ou indústria, são indicados os produtos ou as mercadorias?
— são mencionados edifícios, monumentos ou outro tipo de construções, como pontes, fontes, chafarizes, etc.?
— existem referências a instituições?
— são referidas personalidades ligadas à arte, à cultura, à ciência?
— etc.

métodos tendentes a estabelecer procedimentos coerentes seja fundamental, no sentido de uma análise mais objectiva.
Vamos considerar duas séries, para exemplificar o método de identificação dos conceitos representativos do seu conteúdo:

1 — *Licenças para Vendedores Ambulantes*
Nesta série, destinada ao registo de certo tipo de licenças, o assunto principal será "licenças para venda ambulante" e os conceitos a identificar são "licenças" e "venda ambulante". Além disso, a análise de cada assento, no interior dos livros, permite a identificação de diversos elementos informativos, a saber: nome do vendedor; produtos a comercializar; área geográfica onde é exercida a venda; número, data e prazo da licença[17]. Face a tais elementos, é possível identificar outros conceitos, embora com um grau de generalidade elevado. Teremos, então, "comerciantes", "produtos" (poderão ser identificados todos, se o seu número e diversidade não forem muito elevados, ou apenas o conceito genérico "produtos de comércio"), "locais" (se forem poucos também poderão ser todos identificados ou, então, apenas uma área geográfica mais abrangente, como uma zona urbana).
No caso dos comerciantes e dos locais de venda, que normalmente são muitos, o conceito a identificar será genérico, tal como impõe o nível de tratamento da série. A identificação de todos os nomes e de todos os topónimos seria um tratamento desadequado para fins de inventário, mas próprio de um catálogo.

2 — *Recebimento da Décima. Cedofeita*
Esta série destina-se a registar a receita proveniente da cobrança do imposto da décima sobre propriedades, maneio (trabalho) e dinheiro emprestado a juros, dos moradores da freguesia de Cedofeita.
A partir da análise da função da série, podem identificar-se os conceitos "décima", "receita" e "freguesia de Cedofeita". Com base nos elementos informativos de cada assento, verifica-se que também é possível identificar conceitos como "propriedade imobiliária", "maneio", "dinheiro a juros", "moradores". É óbvio que cada assento apresenta os conceitos de uma forma específica, indicando os nomes dos moradores e as quantias cobradas, por exemplo. Porém, a este nível, o indexador deverá identificar os conceitos, com exaustividade, mas não com a especificidade que a documentação apresenta, pois não se trata de produzir, por exemplo, um índice onomástico da série.

Relativamente à selecção dos conceitos, a NP-3715 determina que "o critério principal (...) deve ser sempre o seu valor potencial, como um elemento na expressão do conteúdo de um documento e na sua recuperação. Ao escolher os conceitos, o indexador deve ter presentes as perguntas que podem ser feitas ao sistema de informação, tanto quanto possam ser conhecidas"[18]. Verificamos, novamente, que a citada norma está concebida em função da espécie individual e não de conjuntos documentais, se bem que o critério apontado seja válido para a selecção dos conceitos no caso das séries arquivísticas. A sua aplicabilidade pressupõe, todavia, um conhecimento fundamentado dos utilizadores. Se é certo que, num Arquivo, os utilizadores que o frequentam regularmente são, regra geral, em número reduzido — o que facilita a definição dos seus perfis —

[17] A identificação de todos estes elementos é importante sobretudo para a elaboração do resumo de conteúdo, que faz parte da descrição arquivística e é produto da análise da série. Será, no entanto, a partir desse resumo que se isolarão os conceitos susceptíveis de serem representados por "termos de indexação" e de constituírem pontos de acesso para a pesquisa.
[18] O. c., ponto 6.3.3., p. 6.

também não é menos verdadeiro que carecemos, em absoluto, de estudos sobre as suas necessidades e os seus interesses.

No caso das séries que resultam de funções de controlo administrativo, cujos assentos obedecem a um "formulário" estereotipado, não é difícil a identificação dos conceitos. A selecção dos mesmos deve pautar-se por um máximo de exaustividade e um nível elevado de generalidade, tal como apontámos nos exemplos atrás escolhidos. Reter para indexação todos os conceitos identificados permite dar ao utilizador uma noção exacta do conteúdo duma série e, simultaneamente, informar sobre as diferentes perspectivas de pesquisa a que a mesma pode servir.

Ao nível de inventário, a indexação possibilita ao utilizador, acima de tudo, a escolha dos conjuntos documentais que terá de utilizar como fontes para um dado tipo de investigação. Tal como o próprio inventário, ela não tem como objectivo primeiro a localização de documentos individuais, sobre assuntos particulares.

Quando se trata de séries constituídas por documentos com uma variedade temática incontrolável, já atrás referimos que não é possível a análise do seu conteúdo e, naturalmente, a identificação dos conceitos. Mesmo que se procurasse apenas identificar alguns conceitos (o que pressupõe, desde logo, uma selecção), não seria possível estabelecer critérios para orientar tal selecção, dado que todos eles seriam de ordem subjectiva[19]. A solução que adoptámos, nestes casos, foi a de não indexar esse tipo de séries.

Apesar destes condicionalismos, é de assinalar que tais séries, embora de uma riqueza informativa inestimável, são uma minoria no conjunto do Arquivo, representando, por isso, excepções no que respeita às possibilidades de indexação.

4. A representação dos conceitos por termos de indexação: o uso de linguagem controlada

A última fase da indexação consiste na representação dos conceitos seleccionados através de uma linguagem documental, que permitirá determinar as rubricas que vão ser ponto de acesso na fase da pesquisa.

A opção face à linguagem a utilizar tem implicações, quer na própria indexação — fase de representação dos conceitos — quer na fase de recuperação da informação, ou seja, na pesquisa.

Tecnicamente, consideram-se dois tipos de linguagem próprios para a indexação: a linguagem natural e a linguagem controlada. A primeira é aquela que é utilizada pelos próprios autores dos documentos, sendo por isso, uma linguagem livre, sem qualquer tipo de restrições ou controlo, a não ser nos casos em que a área temática da documentação já pressupõe uma terminologia adequada. A segunda é elaborada conscientemente com a finalidade específica de armazenar e recuperar informação, pressupondo, por isso, um controlo do vocabulário utilizado e restringindo-o a um conjunto limitado de termos.

A ARQBASE não especifica qualquer tipo de linguagem para a indexação. Os pontos de acesso ao conteúdo são determinados a partir do resumo em texto livre (subcampo "assunto/conteúdo"), onde o indexador assinala palavras ou conjuntos de palavras entre os sinais de < >.

Apesar de não ser considerado qualquer vocabulário, especificamente concebido para a representação dos conceitos, também não se poderá falar em rigor do uso de linguagem natural.

[19] Por exemplo, numa série de correspondência recebida, formada por 413 livros, com início em 1448 e extensiva até 1940, como é o caso da série "Próprias" do A.H.M.P., nenhum critério para a selecção dos conceitos pode ser objectivo.

O resumo é já o resultado da análise do conteúdo, sendo independente da linguagem dos próprios documentos. Preferimos, pois, dizer que a ARQBASE utiliza uma "linguagem não-controlada" para efeitos de indexação. A própria designação que utilizamos deixa perceber que o vocabulário de indexação não tem qualquer tipo de controlo terminológico. Assim, as palavras são usadas, indiferentemente, no singular ou no plural; podem empregar-se sinónimos ou quase-sinónimos, não havendo controlo sobre o número de termos equivalentes usados; as noções polissémicas não são distinguidas por nenhuma forma.

Tal linguagem, embora facilite e torne mais expedita a indexação pois não é gasto muito tempo na determinação e escolha dos termos — o que pode ser considerado uma vantagem — gera, no entanto, dificuldades no momento da pesquisa, fazendo então perder muito tempo e aumentando as possibilidades de acesso a documentação não relevante para as questões postas pelos utilizadores.

Como alternativa à linguagem não-controlada, decidimos aplicar à ARQBASE um vocabulário controlado, cujos "termos de indexação" representam os conceitos contidos nas séries arquivísticas, seleccionados após a identificação resultante da análise do conteúdo.

A identificação e selecção dos conceitos foi feita a partir dos resumos e de outros elementos da descrição arquivística (notas, por exemplo), existentes nas fichas do A.H.M.P. Aquando do tratamento documental dos fundos do Arquivo, a indexação fora feita paralelamente à descrição, tendo sido desenvolvida uma linguagem controlada, em actualização permanente, à medida que avançava o tratamento da documentação. Esta decisão foi tomada em virtude de se verificar a inexistência de qualquer tipo de instrumento de apoio à indexação ("thesaurus", lista de termos, léxico, etc.) passível de ser aplicado em Arquivos[20]. A linguagem elaborada incluía também diversos termos que não representavam conceitos, mas que designavam, por exemplo, tipos documentais ou menções de responsabilidade contidos nas séries analisadas. Dado que a ARQBASE prevê subcampos específicos para a indicação de tais elementos e porque, na verdade, eles não deveriam fazer parte da linguagem de indexação, tivemos de proceder a uma revisão total do vocabulário, com o fim de excluir todos os termos não representativos do conteúdo ideológico. Por outro lado, houve também necessidade de conferir a indexação de cada registo incluído na base de dados, não só com vista a verificar a exactidão dos termos atribuídos, mas também para garantir a coerência na atribuição dos mesmos termos, a séries com conteúdo análogo[21]. Por outro lado ainda, a revisão da linguagem foi necessária porque, a partir da lista alfabética simples, de termos de indexação, desenvolvemos um vocabulário com a estrutura de um "thesaurus".

A criação de um vocabulário estruturado, isto é, com inclusão de relações semânticas entre os termos de indexação, acarreta um duplo benefício. Não só facilita a própria indexação, como também auxilia os utilizadores na medida em que sugere pistas para a pesquisa, graças à indicação das relações entre os termos. É, pois, um instrumento de apoio ao desenvolvimento das estratégias de pesquisa.

Criámos, portanto, uma lista de termos autorizados — que designamos por "lista de autoridade" — os quais constituem pontos de acesso à documentação tratada.

[20] Recentemente, o Comité de Planification sur les Normes de Description, do Bureau Canadien des Archivistes editou uma obra da autoria de Elizabeth Black, dedicada ao controlo de autoridade em Arquivos, a qual representa um passo muito significativo face aos actuais trabalhos de normalização arquivística. Porém, nesta obra apenas são contemplados os problemas relativos aos nomes de pessoas físicas e de colectividades, não sendo abordado o controlo de autoridade para rubricas de assunto. (Cf.: BLACK, Elizabeth – *Le Contrôle d'Autorité. Un Manuel Destiné aux Archivistes.* [Ottawa], Bureau Canadien des Archivistes, 1991.)

[21] Sobre esta questão, essencial para uma consistência da indexação, ver: MCCARTHY, Constance (o. c.).

Tradicionalmente (ou seja, na literatura relativa às técnicas biblioteconómicas) o "controlo de autoridade" é considerado como um dispositivo inerente às funções de um catálogo e tem sido estudado e desenvolvido sobretudo no que concerne aos cabeçalhos a usar no catálogo de autores e títulos. Ele é concebido para gerir os pontos de acesso, estabelecendo-se uma forma única para cada rubrica, a qual constitui o cabeçalho autorizado. É ainda do âmbito do controlo de autoridade a criação de remissivas para as formas não autorizadas e o registo das decisões tomadas face à escolha das rubricas de acesso[22].

O principal objectivo do controlo de autoridade é, pois, manter consistência nos pontos de acesso à informação, seja num sistema manual, seja num sistema automatizado.

Apesar de a maior parte dos estudos sobre controlo de autoridade se dirigirem para os catálogos bibliográficos e, nomeadamente, para o controlo dos pontos de acesso na perspectiva da catalogação (rubricas de autores e títulos), os fundamentos teóricos são os mesmos no caso das linguagens de indexação. Desenvolver uma linguagem de indexação controlada, não é mais do que aplicar os princípios do controlo de autoridade às rubricas de assuntos.

Nos anos 60 e 70, após a explosão dos sistemas de informação automatizados e as numerosas experiências de "indexação automática", que utiliza linguagens não-controladas, houve por parte de variados autores a tendência para considerarem que nos sistemas computorizados o controlo de autoridade não era necessário. Defendiam que as capacidades de pesquisa proporcionadas pelo computador dispensavam tal controlo[23].

Porém, hoje em dia, e face à avaliação dos sistemas de informação, verifica-se que, embora haja mais custos de implantação de um sistema em que se desenvolve um trabalho de autoridade, os benefícios da linguagem controlada são suficientemente justificativos do seu uso, mesmo nos sistemas automatizados[24].

De facto, um sistema de informação sem controlo nos pontos de acesso poderá ser bastante eficaz em termos de pesquisa, mas não dá garantias ao utilizador de que ele recupera toda a informação existente e relevante para as suas questões.

Um dos graves problemas deste tipo de sistemas é que um utilizador não sabe quando deverá terminar uma pesquisa não sucedida. Poderão sempre existir ainda outros pontos de acesso que ele não "tentou", susceptíveis de recuperar a informação que pretende. Se, numa base de dados, um utilizador tenta localizar determinado(s) documento(s) e não o consegue fazer, o mais natural é que pense que, pura e simplesmente, ele(s) não existe(m) nessa base. A questão que se põe é,

[22] Arlene Taylor define "trabalho de autoridade" (authority work) como o processo de determinação da forma de um nome, título ou assunto, que será usado como cabeçalho num registo bibliográfico; determinação das remissivas necessárias; e determinação de relações desse cabeçalho com outros cabeçalhos de autoridade.

A mesma autora define "controlo de autoridade" como o processo que permite manter consistência nos cabeçalhos de um ficheiro bibliográfico, através da sua ligação a um "ficheiro de autoridade" (authority file). Este ficheiro de autoridade será constituído por um conjunto de "registos de autoridade" (authority records), os quais contêm as decisões tomadas no decurso do trabalho de autoridade. (Cf.: TAYLOR, Arlene G. – *Authority Files in Online Catalogs: an Investigation of Their Value.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 4 (3) Spring 1984, p. 1-17.)

A propósito, ver também: BURGER, Robert H. – *Authority Control. The Creation, Use, Maintenance and Evaluation of Authority Records and Files.* Littleton, Libraries Unlimited, 1985.

[23] Ver, por exemplo: SALTON, Gerard – *A Comparison Between Manual and Automatic Indexing Methods.* "American Documentation", Washington, 20, Jan. 1969, p. 61-71; SVENONIUS, Elaine F. – *An Experiment in Index Term Frequency.* "Journal of the American Society for Information Science", Washington, 23 (2) Mar.-Apr. 1972, p. 109-121; JONES, Karen Sparck – *Automatic Indexing.* "Journal of Documentation", London, 30 (4) Dec. 1974, p. 393-432; FREEDMAN, Maurice J.; MALINCONICO, S. Michael, ed. lit. – *The Nature and Future of the Catalog. Proceedings of the ALA's Information Science and Automation Division's 1975 and 1977 Institutes on Catalog.* Phoenix, Oryx Press, 1979 (vários capítulos).; SALTON, Gerard - *Suggestions for Library Network Design.* "Journal of Library Automation", Chicago, 12, Mar. 1979, p. 39-52; VIEIRA, Simone Bastos – *Indexação Automática e Manual: Revisão de Literatura.* "Ciência da Informação", Brasília, 17 (1) Jan.-Jun. 1988, p. 43-57.

[24] Ver historial de experiências de avaliação de sistemas de recuperação de informação, neste mesmo estudo, capítulo 4, ponto 1.

porém, a de saber se ele esgotou todos os pontos de acesso criados para chegar à informação pretendida. Sem controlo de autoridade, esta questão fica em aberto, gerando-se o chamado "silêncio" da informação[25].

Por outro lado, sabe-se que também é grave o problema do "ruído" nos sistemas baseados em linguagens não-controladas. Apesar de ser possível recuperar os documentos relevantes para resposta às questões dos utilizadores, geralmente verifica-se que o número de documentos recuperados "a mais" (ou seja, não relevantes e, por isso, causadores do "ruído") obriga a uma inútil perda de tempo. Esta perda de tempo ocorre não só no momento da pesquisa no sistema de informação, mas muitas vezes também na altura de consultar os documentos, pois em muitos casos só perante a documentação é que é possível determinar a sua não relevância face à questão colocada.

Foi tendo em conta a vasta experiência no domínio da Biblioteconomia e dos sistemas de informação automatizados, quanto ao uso de linguagens de indexação, bem como os resultados de diversos estudos de avaliação da eficácia[26] e da eficiência[27] da recuperação da informação, que decidimos optar por uma linguagem controlada[28].

5. A lista de termos de indexação como instrumento do controlo de autoridade

Para a escolha dos termos de indexação e para a estruturação da lista de autoridade, seguimos os princípios preconizados na Norma ISO 2788[29].

Dado que não foi seguido na íntegra qualquer instrumento de apoio à indexação, pela razão já invocada de não existir nenhum vocabulário aplicável em Arquivos, a lista de termos de indexação foi desenvolvida à medida que o tratamento das espécies foi feito. Foi, portanto, seguido o método indutivo na elaboração do vocabulário de indexação.

Contudo, no que respeita à escolha dos termos de indexação e à própria estruturação das relações semânticas estabelecidas, foram usados como auxiliares dois "thesauri", a saber: o "Unesco Thesaurus"[30] e o "thesaurus" de urbanismo do Secretariat des Missions d'Urbanisme et d'Habitat.[31]. O seu uso revelou-se útil, na medida em que facilitou a tomada de decisões quanto à escolha de variadíssimos termos, de carácter mais geral. Evidentemente que muitos dos termos estabelecidos

[25] Ver TAYLOR, Arlene G.(o. c.).

[26] Um sistema de informação é considerado eficaz em termos de pesquisa se, face a uma questão, for capaz de recuperar a informação relevante e de não recuperar a informação não relevante, nele armazenada.

[27] A eficiência consiste numa recuperação da informação de uma forma eficaz, com o mínimo de custos, seja em procedimentos a executar, seja, obviamente, em tempo gasto na pesquisa.

[28] Sobre resultados de estudos de avaliação, ver neste estudo, capítulo 4, notas 16-18.

[29] INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION – *Documentation. Principes Directeurs pour l'Établissement et le Dévéloppement de Thésaurus Monolingues. Norme Internationale ISO 2788*, 2ème éd., [Genève, ISO], 1986.

Esta norma representa um esforço de síntese, relativamente ao que antes havia sido estudado e publicado em matéria de construção de "thesauri". Para maior desenvolvimento, poderão ser consultadas diversas obras, como por exemplo: AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan – *Thesaurus Construction: a Practical Manual.* London, ASLIB, 1972; *AUSTIN, Derek; DALE, Peter – *Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri*, 2nd rev. ed., London, PGI/UNISIST, 1981. (PGI/81/WS/15); LANCASTER, F.W. – *Thesaurus Construction and Use. A Condensed Course.* Paris, UNESCO, 1985. (PGI/85/WS/11); TOWNLEY, Helen M.; GEE, Ralph, D. – *Thesaurus-Making. Grow Your Own Word-Stock.* London, Andre Deutsch, 1980; *UNISIST – *Principes Directeurs pour l'Établissement et Développement de Thesaurus Monolingues.* Paris, UNESCO, 1973. (SC/WS/555).

* As duas referências assinaladas estiveram na base do texto que a ISO veio a consagrar como norma (Norma ISO 2788).

Em Portugal, encontra-se em fase de projecto, e será brevemente convertida em texto definitivo, a norma equivalente à ISO 2788, que se designará por NP-4036.

[30] AITCHISON, Jean, compil. – *Unesco Thesaurus. A Structured List of Descriptors for Indexing and Retrieving Literature in the Fields of Education, Science, Social Science, Culture and Communication.* Paris, UNESCO, 1977. 2 vol.

[31] SECRETARIAT DES MISSIONS D'URBANISME ET D'HABITAT – *Thesaurus.* Paris, S.M.U.H., 1975. 2 vol.

representam conceitos específicos, estreitamente ligados à realidade local (no caso concreto, a cidade do Porto e a sua História) e, portanto, não figuram em nenhum vocabulário de indexação.
As experiências, com vista ao desenvolvimento de uma linguagem passível de uma aplicação generalizada, têm sido inconsequentes por falta de viabilidade[32]. Tentativas no sentido de estudar a aplicabilidade de vocabulários gerais já existentes como, por exemplo, os LCSH, têm-se debatido com francas dificuldades, pela manifesta desadaptação à realidade dos Arquivos[33]. O desenvolvimento de vocabulários restritos, que possam, no entanto, ser aplicáveis a arquivos congéneres, parece ser a via mais consequente[34].
Pela experiência que desenvolvemos, verificámos que, cerca de 50% dos termos de indexação utilizados representam entidades concretas, designadas pelos seus nomes próprios[35]. Tais termos, pela sua especificidade e singularidade, não são normalmente integrados num "thesaurus"[36], devendo constituir listas de autoridade autónomas, permanentemente actualizáveis. No nosso caso, dado que o instrumento de apoio à indexação é uma lista de termos (em actualização) e não um "thesaurus", decidimos não excluir os nomes próprios, pois uma única lista é mais funcional para consulta.
A especificidade dos conceitos a indexar é uma das características que distingue o conteúdo ideológico dos documentos de Arquivo mas, por outro lado, dificulta a criação de vocabulários de indexação com carácter "de autoridade". Como consequência disso, cada arquivo, face às necessidades da indexação, vê-se na contingência de desenvolver a sua própria linguagem e de criar a sua lista de autoridade. A criação de vocabulários de indexação, com vista a uma aplicação generalizada, não é, a nosso ver, uma utopia. Consideramos possível a criação de uma lista de autoridade, ou mesmo um "thesaurus", para aplicar a arquivos, ou fundos, com características idênticas (por exemplo, arquivos municipais, fundos notariais, fundos judiciais, etc.). No entanto, tal lista terá de conter, essencialmente, termos de carácter geral, os quais representem classes temáticas que se subdivirão em termos específicos, consoante as necessidades particulares de cada arquivo, ou fundo de arquivo.

5.1. Forma dos termos de indexação

Os termos de indexação dividem-se em dois tipos: *termos simples* (formados por uma só palavra) e *termos compostos* (formados por mais do que uma palavra).
No que respeita aos problemas de forma, seguimos o ponto 6 da Norma ISO 2788, tendo aplicado, na generalidade, todas as suas recomendações. No entanto, importa explicitar, à luz da referida norma, as decisões tomadas, bem como as soluções adoptadas nos casos não previstos na mesma.

a) Formas gramaticais (corresponde ao ponto 6.2 da Norma ISO 2788):
— *Nomes e locuções nominais* — nos termos simples, usámos sempre substantivos; nos termos compostos empregámos, quer locuções adjectivas, quer locuções prepositivas, sendo a sua forma determinada pelo uso mais consagrado.

[32] A este propósito, ver: COOK, Michael – *Applying Automated Techniques to Archives Administration: a Commentary on the Present Situation and Areas of Likely Progress.* "Journal of Documentation", London, 39 (2) June 1983, p. 81.
[33] Ver: OSTROFF, Harriet – *Subject Access to Archival and Manuscript Material.* "American Archivist", Chicago, 53, Winter 1989, p. 100-105; SMIRAGLIA, Richard P. (o. c.).
[34] Um exemplo disto, pode ser analisado em: MCNITT, William H. – *Development of the PRESNET Subject Descriptor Thesaurus.* "American Archivist", Chicago, 52, Summer 1989, p. 358-364.
[35] Se esta percentagem se verifica na indexação ao nível de inventário, muito mais elevada será, obviamente, nos casos de maior profundidade de tratamento documental.
[36] Cf. Norma ISO 2788 (o. c., ponto 6.5.8, p. 8).

Exemplos:

Alojamento militar

e não

Alojamento para militares ou Alojamento de militares

Instituição de assistência

e não

Instituição assistencial

— *Adjectivos* — só foram usados na situação de qualificativos de um nome (a norma designa-os por "distintivos" ou "modificadores")[57], ou seja, no caso de termos compostos.

— *Advérbios* e *verbos* — não foram usados.

— *Abreviaturas* e *acrónimos* — também não foram utilizados, apenas porque nunca se verificou que tais formas fossem de uso mais conhecido do que as respectivas formas desenvolvidas; não houve sequer necessidade de os utilizar como não-descritores[58].

b) Escolha da forma singular ou plural (corresponde ao ponto 6.3 da Norma ISO 2788):

À semelhança de outras línguas de estrutura idêntica ao Português, como é o caso da língua francesa, optámos por usar sempre os termos de indexação no *singular*, pois é a forma habitual em dicionários e vocabulários[59]. Apenas foi usado o plural no caso do termo representar um conceito diferente nessa forma; quando, em termos compostos, o seu uso é generalizado na segunda (ou mais) palavra do termo; ou ainda, se se trata de nomes próprios numa forma plural.

Exemplos:

Armas nacionais

Bens móveis

Escola de desprotegidos

Estados Unidos da América

Estatutos

Imposição dos Carros

Sisa das entradas do mar

c) Escolha do género masculino ou feminino (não previsto na Norma ISO 2788):

Embora haja linguagens de indexação que optam sistematicamente pelo masculino (é a forma usada pelos franceses, por exemplo)[60], decidimos empregar as duas variantes, consoante a noção surge nos documentos. Há, por exemplo, casos de profissões que só são exercidas por mulheres, ou só por homens, tendo o conceito de ser expresso, necessariamente, no feminino,

[57] O "distintivo" ou "modificador" refere-se não só ao adjectivo associado a um nome, mas também às formas proposicionais (ver o. c., ponto 7.1.4, alínea b).

[58] O facto de não integrarmos abreviaturas e acrónimos na nossa lista de autoridade, não significa que, em vários casos, eles não possam ser considerados como termos de indexação, desde que sejam as formas mais conhecidas dos utilizadores.

[59] Na Norma ISO 2788 considera-se que factores culturais podem influir nesta decisão, como sendo a tradição existente em cada país, referindo-se os casos dos franceses e dos alemães como exemplos de povos que preferem o uso do singular (cf. o. c., p. 6).

[60] Cf.: CHAUMIER, Jacques – *Analyse et Langages Documentaires. Le Traitement Linguistique de l'Information Documentaire.* Paris, Entreprise Moderne d'Édition, 1982, p. 91.

ou no masculino, conforme as situações. Por outro lado, verificam-se casos em que a ortografia dos dois géneros é tão diferente que não permite a redução simplista ao uso do masculino.

Exemplos:

Barão e Baronesa
Príncipe e Princesa
Rei e Rainha

d) Homógrafos ou polissemos (corresponde ao ponto 6.4 da Norma ISO 2788):
Para distinguir este tipo de noções, foi usado um *qualificativo,* entre parêntesis, o qual faz parte integrante do termo de indexação a que se aplica.

Exemplos:

Almoxarifado (delegação administrativa)
Almoxarifado (serviço camarário)
Ofício (documento)
Ofício (profissão)

Embora a norma empregue o "qualificativo" com um sentido bastante restrito, ou seja, apenas quando há necessidade de distinguir homógrafos, seguimos um critério diverso, alargando o âmbito da aplicação deste elemento.
Verifica-se, em muitos casos, que as noções não surgem com mais do que um significado, não havendo, por isso, necessidade de as distinguir de outras homógrafas. No entanto, sempre que detectámos um conceito polissémico, incluímos no termo o respectivo qualificativo, pois só assim se torna inequívoco o seu significado[11].

Exemplos:

Alça (rendimento)
Contraste (marca)
Contribuição (imposto)
Gravador (artista)
Regimento (lei)

Ainda com o mesmo aspecto formal dos qualificativos (entre parêntesis), associámos aos termos de indexação determinados elementos, com a finalidade de restringir o âmbito ou identificar correctamente a noção expressa[12]. Tais elementos, usados quase exclusivamente nos termos de indexação representativos de entidades concretas, foram empregues nos seguintes casos:
— *Pessoas* apenas conhecidas por um único nome (é o caso dos membros de famílias reais, por exemplo) — houve necessidade de usar um elemento de identificação (ou distinção, se surgem nomes iguais); esta é, aliás, a prática seguida no estabelecimento de cabeçalhos em catalogação.

[11] A norma, no ponto 6.6, prevê também a utilização de "notas de aplicação" e "definições", as quais poderiam ser usadas para este efeito. Contudo, consideramos que o uso do qualificativo com esta função é uma forma mais imediata de precisar o significado dos termos polissémicos.
[12] Estes elementos, embora usados em noções polissémicas e cabendo na categoria dos qualificativos, assemelham-se mais ao que em catalogação se designa por "elementos de identificação e distinção", pois o seu uso é praticamente exclusivo dos nomes próprios (pessoas físicas e colectividades, topónimos, factos, acontecimentos ou objectos com designação própria).

Exemplos:

Henrique (infante de Portugal)
Pedro II (imperador do Brasil)
Pedro IV (rei de Portugal)

— *Factos ou acontecimentos* que ocorreram em datas distintas e que são conhecidos pela mesma designação — usámos um elemento cronológico para os identificar.

Exemplos:

Comemorações Henriquinas (1894)
(houve outras Comemorações Henriquinas em 1960)

Motim (1757)
(é um acontecimento conhecido pela data em que ocorreu; sem a inclusão do elemento cronológico, o termo não teria precisão)

— *Topónimos* que necessitam de uma identificação correcta — em muitos casos o nome de uma localidade, desinserido de qualquer contexto, não torna evidente que se trata de um topónimo (Exemplos: Barca; Pinheiro — necessitam de um elemento de identificação para precisar o seu significado; as formas "Barca (São Martinho)" e "Pinheiro (São Vicente)" já são indicativas de que se trata de localidades).
A opção face aos nomes de povoações (normalmente coincidem, ou já coincidiram, com freguesias) foi a de incluir na sua designação o nome do respectivo orago[43], pois é um elemento de identificação preciso.

Exemplos:

Bougado (São Martinho)
Bougado (São Tiago)
Raimonda (São Pedro)

Exceptuaram-se, evidentemente, os casos de cidades, concelhos e das freguesias do Porto, cujos nomes são suficientemente inequívocos, e os casos de topónimos que já incluem o nome do orago na sua designação.

Exemplos:

Aguiar de Sousa
Matosinhos
Santa Eulália da Ordem
São Félix da Marinha

— *Objectos* conhecidos por uma designação própria, nem sempre com um significado inequívoco — também nestes casos usámos um elemento de identificação.

[43] Para a identificação dos topónimos e respectivos oragos utilizámos como fonte de referência: COSTA, Américo – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto, A.C., 1929-1943. 12 vol.

Exemplos:

Diário do Governo (publicação periódica)

Prazos (série arquivística)

Nota (série arquivística)

e) Escolha dos termos (corresponde ao ponto 6.5 da Norma ISO 2788):

Se analisarmos atentamente as diversas recomendações sobre esta questão, existentes na Norma ISO 2788, verificámos que o princípio de base é o de escolher, para os termos de indexação que podem ter diversas formas equivalentes, a designação que é mais conhecida dos utilizadores. Foi este o princípio genérico que seguimos.

Relativamente a designações antigas e suas equivalentes actuais, optámos pelas formas actualizadas. O caso dos topónimos merece uma nota especial. Como se sabe, a mudança dos nomes geográficos, correspondendo a alterações urbanísticas ou a circunscrições administrativas diferentes ao longo dos tempos, é uma constante. Perante as variantes de nomes antigos e actuais, fizemos as seguintes opções:

— Uso dos nomes actuais, como termos autorizados, e estabelecimento de remissivas para as formas antigas.

Exemplos:

Termo autorizado - Praça da Liberdade

Remissiva - Praça Nova *ver* Praça da Liberdade

Termo autorizado - Rua do Infante Dom Henrique

Remissiva - Rua Nova *ver* Rua do Infante Dom Henrique

— Nos casos em que o local antigo desapareceu, face a alterações urbanísticas e não se verifica correspondência na topografia actual, mantivemos os nomes da época.

Exemplo:

Termo autorizado - Bouças

— Nas situações em que um topónimo deu origem a mais do que um nome na actualidade, ou quando não há correspondência exacta entre a realidade histórica e a actual, usámos a forma antiga para representar o conceito já desaparecido e formas actuais para a realidade hoje existente. Formas antigas e actualizadas ligaram-se através do estabelecimento de remissivas do tipo "ver também"[44].

Exemplo:

Bouças *ver também* Matosinhos

Matosinhos *ver também* Bouças

[44] O uso desta remissiva corresponde ao estabelecimento da "relação associativa" tratada neste mesmo capítulo (ponto 5.3, alínea c). No caso presente, não se deveria, rigorosamente, estabelecer tal relação entre os dois termos, pois a sua ligação deve-se mais ao facto de permitirem o acesso a informação complementar, do que a uma associação de natureza semântica. No entanto, como a relação associativa tem por função, precisamente, ligar termos que representam conceitos relacionados, susceptíveis de, na pesquisa, serem usados para acesso a um dado assunto, não vemos qualquer impedimento para estabelecer este tipo de remissiva.

As remissivas do tipo "ver também" deverão ser igualmente criadas sempre que não existe correspondência exacta entre uma noção antiga e a actual que, em parte, a substitui. É o caso de nomes próprios de instituições, organismos ou outras colectividades, cuja evolução no tempo originou nomes diversos, que correspondem também a realidades distintas, embora muitas vezes parcialmente equivalentes. Apesar de esta situação não ter ocorrido na documentação que analisámos, o critério a usar fica definido.

— Relativamente à escolha dos termos, acresce ainda referir que, no caso dos nomes de pessoas físicas, seguimos — tal como a norma preconiza — as regras de catalogação, quer no que respeita à escolha do nome, quer quanto à forma a usar na sua apresentação[45]. No caso dos nomes de colectividades e instituições, a norma também aconselha o uso da forma reconhecida em catalogação[46]. No entanto, somos de opinião que, embora relativamente à escolha do nome, se devam seguir os critérios das regras de catalogação, quanto à forma, não é possível seguir tais regras, especialmente no que respeita às colectividades dependentes[47]. Os cabeçalhos estabelecidos para tais colectividades--autores obedecem a critérios que funcionam relativamente à organização de catálogos de autores, mas que não são apropriados para o estabelecimento de rubricas de assuntos.

f) Notas de aplicação e definições (corresponde ao ponto 6.6 da Norma ISO 2788):
Embora com muito pouca frequência, também usámos estes elementos associados aos termos de indexação, com a finalidade de explicar o contexto em que determinados termos deverão ser usados. A preceder este elemento é utilizada a abreviatura "NA" (nota de aplicação).

Exemplo:

Italiano

NA Usar no sentido de cidadão italiano

(Perante esta breve explicação, o indexador saberá que o termo não poderá ser empregue para designar a língua italiana, mas apenas os "italianos").

5.2. Termos compostos

Consideram-se compostos os termos formados por mais do que uma palavra. A regra geral estabelecida pela Norma ISO 2788 determina que os termos de indexação devem representar, tanto quanto possível, noções simples ou unitárias e que os termos compostos devem decompor-se em elementos mais simples, a não ser que isso afecte a sua compreensão por parte do utilizador[48].
Ainda de acordo com os princípios da mesma norma, os termos podem ser decompostos semântica ou sintacticamente[49]. A decomposição semântica é uma técnica não recomendada, pois origina uma perda de precisão na pesquisa. Relativamente à decomposição sintáctica, a norma procura estabelecer critérios para que o indexador possa decidir se um termo deve ser registado sob uma forma composta ou, pelo contrário, deve ser decomposto em termos simples. A todos os critérios enunciados estão subjacentes dois princípios essenciais:

[45] Ver: *Regras Portuguesas de Catalogação* (o. c., p. 79-88).
[46] Ver o. c., ponto 6.5.8, p. 8-9.
[47] Ver: *Regras Portuguesas de Catalogação* (o. c., p. 89).
[48] Cf. o. c., ponto 7.1.1., p. 9.
[49] Cf. o. c., ponto 7.1.3, p. 10.

— é de preferir a forma composta sempre que a decomposição origina uma perda de significado ou ambiguidade e conduz a falsas combinações no momento da pesquisa;
— é de preferir também a forma composta sempre que a noção é de uso consagrado e é mais conhecida pelos utilizadores.
A estes princípios, é de acrescentar o de que o termo composto se torna obrigatório, sempre que um conceito não pode ser expresso de outra forma.
Estes foram os princípios que nortearam as nossas decisões relativamente ao uso dos termos compostos.
No que respeita à forma directa ou invertida a usar nestes termos, seguimos as recomendações da norma, no sentido de não se inverter a ordem da linguagem natural. Usámos, portanto, em todos os termos compostos, a forma directa.

5.3. Relações semânticas entre os termos de indexação

Com o fim de proporcionar um controlo mais eficaz da qualidade da indexação, enriquecemos a lista de autoridade com o estabelecimento de relações semânticas entre os termos, igualmente em conformidade com a Norma ISO 2788[50].
As relações estabelecidas são as preconizadas na norma, ou sejam:

a) Relação de equivalência — estabelece-se entre termos preferenciais (autorizados) e não-preferenciais (não usados), quando se considera que, para efeitos de indexação, todos eles representam um mesmo conceito[51].
É explicitada na lista de autoridade através da palavra "USE" e da abreviatura "UP" (usado por), que precedem o termo autorizado e o não-preferencial, respectivamente.

Exemplos:

Afilamento	AFERIÇÃO
USE Aferição	UP Afilamento

b) Relação hierárquica — assenta em graus ou níveis de superioridade e subordinação, sendo o termo superior representativo de uma classe ou de um todo, e os termos subordinados representativos dos elementos ou partes[52].
É expressa pelas abreviaturas "TG" (termo genérico) e "TE" (termo específico) antecedendo os respectivos termos.

Exemplos:

ALIMENTO	BEBIDA	CEREAL	PEIXE
TE Bebida	TG Alimento	TG Alimento	TG Alimento
Carne			
Cereal	CARNE	PÃO	
Pão	TG Alimento	TG Alimento	
Peixe			

[50] Esta problemática corresponde ao ponto 8 da Norma ISO 2788.
Princípios teóricos, subjacentes ao estabelecimento das relações semânticas, podem ser estudados, por exemplo, em: JOHANSEN, Thomas – *Elements of the Non-Linguistic Approach to Subject-Relationships.* "International Classification", Frankfurt, 14 (1) 1987, p. 11-18.; WILLETS, Margaret – *An Investigation of the Nature of the Relation Between Terms in Thesauri.* "Journal of Documentation". London, 31 (3) Sep. 1975, p. 158-184.
[51] Cf. o. c., ponto 8.2, p. 13-14.
[52] Cf. o. c., ponto 8.3, p. 15-17.

c) Relação associativa — estabelece-se entre termos que, não sendo equivalentes, nem fazendo parte de uma mesma cadeia hierárquica, são mentalmente associáveis. O estabelecimento desta relação permite indicar ao indexador, ou ao utilizador, outros termos passíveis de serem usados na indexação ou na pesquisa[53].
A abreviatura "TR" (termo relacionado) precede os termos ligados por esta relação.

Exemplos:

ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA INFANTIL
TR Assistência infantil	TR Assistência social

5.4. Apresentação da lista de autoridade

A Norma ISO 2788 enuncia três métodos — os mais comuns — para fazer a apresentação dos termos e respectivas relações semânticas: a apresentação alfabética, a apresentação sistemática e a apresentação gráfica[54]. Estes métodos não devem ser considerados como alternativas, pois eles são, essencialmente, vias diferentes, no que respeita à abordagem que se pode fazer de um "thesaurus". Em muitos casos, a lista alfabética é acompanhada de um quadro sistemático, que evidencia as áreas temáticas fundamentais. Noutros casos, a apresentação alfabética funciona como índice da parte sistemática, não sendo, portanto, absolutamente autónoma. A apresentação gráfica é também sempre acompanhada de uma parte alfabética que tem a função de índice.
Para organização formal da lista de autoridade (ver Anexo 5) decidimos apresentar os termos apenas numa sequência alfabética, dado que se trata de um instrumento não acabado e, portanto, ainda insuficiente para serem determinadas as grandes áreas temáticas, susceptíveis de enquadrar uma apresentação sistemática. Assim, incluímos na lista todos os termos autorizados e todos os não-descritores, numa sequência alfabética única. A cada termo de indexação segue-se a indicação das relações semânticas que foram estabelecidas com outros termos, pela ordem prevista na norma[55].
Os não-descritores — expressos em minúsculas — apenas são acompanhados das remissivas para os termos autorizados.

5.5. Apoio informático à criação da lista de autoridade

Dado que o "software" que serviu de suporte a este estudo — o Mini-Micro CDS/ISIS — possui na sua estrutura uma aplicação apropriada para criar "thesauri", decidimos utilizar esta possibilidade para apoio à construção da lista de termos de indexação.
Esta aplicação informática assenta numa estrutura de bases de dados — é designada por "base THES" — permitindo uma apresentação alfabética dos registos, com a forma de um "thesaurus", ou seja, a apresentação dos termos de indexação acompanhados das respectivas relações semânticas.
O interesse da utilização desta base de dados para elaboração da lista de autoridade manifesta-se em dois aspectos. Por um lado, dá-nos a possibilidade de fornecer ao utilizador a referida lista para consulta em linha. Por outro lado, ao possibilitar tal consulta, permite que a pesquisa se inicie

[53] Cf. o. c., ponto 8.4, p. 17-19.
[54] Cf. o. c., ponto 9, p. 19-29.
[55] Cf. o. c., ponto 9.2.1., p. 19-20.

através da lista de autoridade, com vista à selecção dos termos de acesso pretendidos, entrando-se daí directamente na base de dados que contém a informação descritiva dos documentos, sem necessidade de repetir as operações de pesquisa.
Relativamente à gestão da própria lista de autoridade, no que respeita ao controlo do estabelecimento das relações semânticas, inclusão, eliminação e substituição de termos, o programa informático não tem qualquer utilidade. Todo o trabalho de controlo e gestão da lista tem de ser feito manualmente, o que se traduz numa verificação constante da exactidão e da reciprocidade das relações estabelecidas. O programa não é, de facto, um verdadeiro "gestor" de "thesauri"[56], mas um simples utilitário que possibilita ter em linha a lista de autoridade, e a todo o momento, proceder à respectiva actualização.

6. Alterações à ARQBASE com vista à inclusão de termos de indexação

Para aplicar a linguagem controlada à base de dados criada, tivemos de proceder a alterações à parametrização do programa informático que lhe serve de suporte. Tais alterações consistiram no seguinte:

1 — Criação de um campo para registo dos termos de indexação. Este campo é repetível e os elementos a incluir são considerados de igual valor; não tem, portanto, subdivisões em subcampos.

2 — No léxico de pesquisa da ARQBASE, que é formado por todos os termos, de todos os campos e subcampos, que constituem pontos de acesso, fizemos preceder os termos de indexação da abreviatura "AS" (assuntos), com o objectivo de os distinguir dos demais termos utilizáveis na pesquisa. Assim, quando se pretende recuperar informação sobre determinado assunto e se utiliza para o efeito a escolha de termos do léxico de pesquisa, sabe-se inequivocamente quais são os termos relativos ao conteúdo ideológico. Não há mais o risco de se recuperar informação a partir de palavras componentes de títulos, ou das rubricas do quadro de classificação, ou de qualquer outro campo.

3 — Criação de um campo para registo de datas, distintas das datas extremas indicadas nos campos "data inicial" e "data final". Este campo, embora nada tenha a ver com a indexação por assuntos, foi criado pela necessidade de aí registar os dados de tipo cronológico que haviam sido incluídos no subcampo "assunto/conteúdo", devido a não existir local próprio para a sua indicação[57]. É também um campo repetível e sem subcampos.

[56] Sobre as funções que podem ser realizadas automaticamente, quanto à gestão de "thesauri", ver: CHAUMIER, Jacques – *Les Logiciels de Gestion de Thesaurus*, in "*Analyse et Langages Documentaires...*" (o. c., p. 159-177); ROHOU, Cécile – *La Gestion Automatisée des Thésaurus. Étude Comparative de Logiciels.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 24 (3) Mai--Juin 1987, p. 103-108.

[57] Estabelecemos formas normalizadas para a indicação das datas, usando as abreviaturas "c." (cerca de), "a." (anterior a) e "p." (posterior a), associadas a datas arquivísticas, ou seja, datas atribuídas. Estas indicações são feitas a seguir à data — e não antes, como é prática estabelecida — por razões que têm a ver com a ordenação no léxico de pesquisa. De outra forma, uma data do tipo "c. 1800" seria ordenada na letra "C" e separada, portanto, das restantes datas em que o primeiro carácter é numérico.
Nos casos em que as datas limites de uma série abrangem mais do que um século, criámos pontos de acesso para todos os séculos incluídos. Vejamos um exemplo: os limites cronológicos de uma série são 1530-1850; os respectivos pontos de acesso serão os seguintes — 15 -- (1530-1850); 16 -- (1530-1850); 17 -- (1530-1850); 18 -- (1530-1850). Desta forma, é possível recuperar esta série numa questão sobre os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Se fossem usadas, para pesquisa, apenas as datas extremas, como a ARQBASE prevê, a série apenas seria recuperada face a uma questão sobre os séculos XVI e XIX. Esta opção foi tomada, com base na experiência de trabalho no A.H.M.P., onde se verifica que a pesquisa por datas é absolutamente fundamental para os utilizadores.

4 — Eliminação de todos os pontos de acesso existentes nos campos de preenchimento em texto livre (subcampo "assunto/conteúdo" e campo "observações"), os quais se estabelecem a partir do que é assinalado entre os sinais < >. Em substituição destes elementos, para efeitos de pesquisa, passam a constituir ponto de acesso os *termos de indexação* e as *datas*, registados nos dois novos campos criados.

Após estas alterações à parametrização da ARQBASE, o que resultou na criação de uma estrutura nova para suporte de bases de dados, fizemos uma cópia da base elaborada (a qual passamos, doravante, a designar por "A") para a nova estrutura. Obtivemos, portanto, uma outra base de dados (que passamos a designar por "B"), idêntica à original, na qual introduzimos, num dos novos campos criados, os termos de indexação relativos a cada registo (dos níveis 3.0, 3.5 e 4.0).

Igualmente introduzimos, num campo novo, relativo a datas, os elementos deste tipo que, na base de dados original, figuravam no sub-campo "assunto/conteúdo" ou, eventualmente, no campo "observações".

As duas bases de dados serviram, como veremos adiante, para testar a eficácia da pesquisa e comparar os resultados na recuperação de informação com uma linguagem não-controlada (base de dados A) e uma linguagem controlada na indexação (base de dados B).

CAPÍTULO 4

A AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS BASES DE DADOS CONSTRUÍDAS: CONCEPÇÃO DO TESTE DE AVALIAÇÃO

1. A avaliação de Sistemas de Recuperação de Informação: breve resenha histórica

Um sistema de recuperação de informação (doravante designado por SRI) define-se numa dupla vertente. É, por um lado, um sistema que se destina ao armazenamento de unidades de informação e, por outro lado, executa procedimentos com vista ao tratamento, pesquisa e recuperação da mesma informação, para satisfazer as necessidades dos seus utilizadores. Normalmente, um sistema destes lida com dados textuais e com registos bibliográficos[1].

Hoje em dia, o processamento da informação é, geralmente, executado com o auxílio de equipamento informático, pelo que existe uma estreita relação entre "recuperação de informação" e "computadores". De facto, a informática e a sua aplicação às Ciências Documentais, foi um factor que teve uma influência vital nas técnicas de armazenamento e pesquisa de informação. O processamento automático da informação abriu novas possibilidades, quer aos técnicos de documentação, quer aos utilizadores, que passaram a dispor de instrumentos capazes de a tratar e recuperar de uma forma mais rápida e mais eficiente.

Por outro lado, ainda, as novas possibilidades criadas pela informática permitiram o desenvolvimento de projectos de avaliação de SRI, não só com vista a determinar a eficácia do seu desempenho[2], como também para detectar falhas e estudar formas de melhorar a sua qualidade.

Foi após a Segunda Guerra Mundial e em consequência da explosão documental verificada, que ocorreram as primeiras tentativas de avaliação de SRI. No início dos anos 50, Cordonnier, em França, C. N. Mooers e Mortimer Taube, nos Estados Unidos, e outros, desenvolviam novos métodos de indexação, propondo a utilização de linguagens documentais baseadas no princípio da pós-coordenação[3]. Estava-se no limiar daquilo que veio a ser a grande "moda" das linguagens combinatórias, que procuravam romper com os constrangimentos e rigidez das classificações, enquanto forma de representação do conteúdo dos documentos.

A estes novos métodos de indexação, associavam-se as facilidades que os computadores apresentavam, possibilitando a combinação de palavras e termos aquando da pesquisa, com vista à equação de questões complexas, necessariamente expressas por mais do que uma única rubrica de acesso.

Foi, de facto, em 1953, que Mortimer Taube realizou os primeiros testes de avaliação do seu novo sistema "Uniterm"[4], comparando-o com o catálogo convencional de assuntos preparado

[1] Para maior desenvolvimento sobre sistemas de recuperação de informação e suas características, ver: SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. – *Information Retrieval: an Introduction*, in "*Introduction to Modern Information Retrieval*", international student ed., Auckland [etc], McGraw-Hill International Book Company, 1983, p. 1-23.

[2] Sobre o conceito de desempenho ("performance"), inserido no contexto das Ciências da Informação, ver: HANNABUSS, Stuart – *The Concept of Performance: a Semantic Review*. "ASLIB Proceedings", London, 39 (5) May 1987, p. 149-158.

[3] Cf.: MOOERS, C.N. – *Zatocoding Applied to Mechanical Organization of Knowledge*. "American Documentation", Washington, 2 (1) Jan. 1951, p. 20-32; MOOERS, C.N. – *The Indexing Language of an Information Retrieval System*, in "CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* – *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook*". Littleton, Libraries Unlimited, 1985, p. 247-261; JASTER, J.J., *et al.* - – *The State of the Art of Coordinate Indexing*. Washington, Documentation Incorporated, 1962. Ver também: LANCASTER, F.W. – *Subject Indexing, Index Terms, and Controlled Vocabularies. Part 2: Concept Coordination*, in "*Information Retrieval Systems. Characteristics, Testing and Evaluation*". New York [etc.], John Wiley & Sons, 1968, p. 21-39.

[4] O sistema concebido por Mortimer Taube baseava-se na descrição do conteúdo documental, para fins de indexação, através de palavras soltas, designadas por "unitermos", cuja combinação, no momento da pesquisa, permitiria representar o conteúdo dos documentos.

pela ASTIA (Armed Services Technical Information Agency). Devido a discordâncias entre os dois grupos de utilizadores que participaram no teste, bem como a problemas surgidos durante a sua realização, os resultados — só publicados em 1956[5] — foram inconclusivos. Apesar disso, este teste teve importância pela influência produzida nos projectos de avaliação que se lhe seguiram.

O primeiro grande projecto de avaliação de SRI, que influenciou, de uma forma absolutamente decisiva, toda a experiência neste campo até aos nossos dias, foi realizado por Cyril Cleverdon[6] e ficou conhecido por "Cranfield I". Este projecto, que decorreu entre 1957 e 1962, foi desenvolvido no College of Aeronautics, em Cranfield, promovido pela ASLIB e financiado pela National Science Foundation.

Cleverdon procurou comparar o desempenho de quatro linguagens de indexação — a CDU, cabeçalhos alfabéticos de assuntos, um sistema "Uniterm" e uma classificação facetada — tendo utilizado, como base do seu estudo, 18.000 documentos e 1.200 pesquisas.

Os resultados de Cranfield I indicaram, surpreendentemente, que não se verificava uma diferença significativa no desempenho dos quatro sistemas. Concluiu-se também que a especificidade e a exaustividade da indexação são os factores que mais influenciam o desempenho dos SRI[7].

Mais do que pelos resultados relativos à eficácia dos sistemas testados, Cranfield I foi importante porque permitiu identificar os factores que afectam o desempenho dos SRI e, sobretudo, desenvolveu métodos aplicáveis à avaliação destes sistemas e definiu os parâmetros e as medidas a utilizar nessa mesma avaliação.

Ao primeiro projecto da ASLIB, seguiu-se um outro, iniciado em 1963, com o objectivo de estudar os dispositivos inerentes às linguagens de indexação e à sua influência no desempenho dos SRI. Este segundo projecto, designado por "Cranfield II" e também conduzido por Cyril Cleverdon, usou como amostra 29 linguagens de indexação, constituídas por diferentes dispositivos, os quais foram testados isoladamente e em variadas combinações entre si. Foram testados 1.400 documentos e feitas 221 pesquisas.

Os resultados de Cranfield II foram também algo inesperados, pois concluiu-se que as linguagens que apresentavam melhor desempenho, em termos de pesquisa, eram aquelas que se baseavam no uso de termos retirados da linguagem natural dos textos dos documentos[8].

Os estudos de Cranfield, apesar da sua importância, não deixaram de ser criticados, essencialmente, por se tratar de uma "experiência de laboratório". De facto, os testes decorreram fora de um ambiente real, tendo sido escolhidos previamente os documentos a utilizar, bem como as questões a testar, em função dos mesmos documentos[9].

[5] GULL, C.D. – *Seven Years of Work on the Organization of Materials in the Special Library*. "American Documentation", Washington, 7, 1956, p. 320-329.

[6] LANCASTER, F.W. – *Cleverdon, Cyril*, in "*ALA World Encyclopedia of Library and Information Sciences*". 2nd ed., Chicago, American Library Association, 1986, p. 205-206.

[7] Para informação detalhada sobre Cranfield I, consultar: CLEVERDON, C.W. – *Report on the First Stage of an Investigation into the Comparative Efficiency of Indexing Systems*. Cranfield, College of Aeronautics, 1960; CLEVERDON, C.W. – *ASLIB Cranfield Research Project. Report on the Testing and Analysis of an Investigation into the Comparative Efficiency of Indexing Systems*. Cranfield, College of Aeronautics, 1962; LANCASTER, F.W.; MILLS, J. – *Testing Indexes and Index Language Devices: the ASLIB Cranfield Project*. "American Documentation", Washington, Jan. 1964, p. 4-13.

[8] Sobre Cranfield II ver, por exemplo: CLEVERDON, C.W. – *The Cranfield Tests on Index Language Devices*. "ASLIB Proceedings", London, 19 (6) June 1967, p. 173-194; CLEVERDON, C.W.; MILLS, J. – *The Testing of Index Language Devices*, in "CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* – *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook*" (o. c., p. 221-246).

Cleverdon publicou diversos relatórios e artigos em periódicos, relativos aos dois projectos de Cranfield. Foi também co-autor de uma obra inteiramente dedicada aos estudos feitos e seus resultados. (Cf.: CLEVERDON, C.W., *et al.* – *Factors Determining the Performance of Indexing Systems*. Cranfield, ASLIB Research Project, 1966. 2 vol.)

[9] Como contraponto e aguda crítica aos resultados de Cranfield I, ver: SWANSON, Don R. – *The Evidence Underlying Cranfield Results*. "The Library Quarterly", Chicago, 35 (1) Jan. 1965, p. 1-20.

Nos anos subsequentes à experiência de Cranfield, diversos testes de avaliação foram realizados, com consequente publicação dos respectivos resultados[10]. De entre eles, destacam-se algumas experiências, pela importância das suas conclusões. Uma delas é o trabalho de Gerard Salton com o Sistema SMART, cuja experiência e conclusões foram publicadas em livro, em 1968[11]. O sistema, totalmente automático, operava com textos completos de documentos e pesquisas em linguagem natural, ou seja, pesquisas em texto livre, sem uso de qualquer controlo no vocabulário de indexação e de pesquisa. Salton conseguiu desenvolver métodos extremamente sofisticados para melhorar o desempenho do sistema. Os resultados da experiência confirmaram muitas das conclusões de Cranfield. Porém, a principal conclusão de Salton foi a de que não haveria justificação para realizar indexação manual, com uso de vocabulário controlado, pois a linguagem natural e a pesquisa em texto livre proporcionavam a mesma eficácia, em termos de recuperação de informação.

Os resultados do teste efectuado por Salton foram criticados, pelo facto de se considerar que não era possível aplicar as sofisticações do projecto a um SRI real. A complexidade do processamento automático era de tal ordem que se tornaria proibitivo, em termos económicos, o seu uso em qualquer sistema operacional[12].

Apesar das críticas, o projecto SMART permitiu demonstrar as limitações inerentes aos SRI, bem como definir acções tendentes a melhorar o desempenho dos mesmos.

Uma outra experiência, digna do maior realce, teve lugar em 1966-1967 e foi conduzida por F. W. Lancaster[13]. Trata-se da avaliação do sistema MEDLARS (Medical Literature Analysis and Retrieval System) na National Library of Medicine, em Washington. Foi, até hoje, o maior teste de avaliação realizado, no que se refere à quantidade de documentação envolvida (cerca de 800.000 documentos). Além disso, teve a importante característica de ter sido efectuado num sistema de informação a funcionar e não num ambiente laboratorial. No teste, foram usadas 302 pesquisas, resultantes de questões reais dos utilizadores do sistema.

A análise dos resultados permitiu calcular a média dos valores característicos da eficácia do sistema, bem como identificar cerca de 400 falhas, no que respeita a documentos incorrectamente recuperados e documentos relevantes não recuperados. O teste funcionou, portanto, não só como indicador do desempenho do sistema, mas também como meio de corrigir deficiências detectadas[14].

Ainda digna de destaque, consideramos a experiência de avaliação levada a cabo por E. Michael Keen, no College of Librarianship Wales, iniciada em 1968, que ficou conhecida por "Aberystwyth Project". Foram testados diversos tipos de linguagens de indexação, aplicadas a documentos no âmbito da biblioteconomia e das ciências da informação. Os resultados da expe-

Relativamente aos resultados de Cranfield II, ver críticas em: HARTER, Stephen P. – *The Cranfield II Relevance Assessments: a Critical Evaluation.* "The Library Quarterly", Chicago, 41, 1971, p. 229-243.

Sobre o projecto na sua globalidade, ver ainda: NUYL, T.W. – *Examination of the Validity of the Conclusions Arrived at in the ASLIB Cranfield Research Project.* Zeist, [FID, Committee on Classification Research], 1967.

[10] Sobre os variados testes de avaliação realizados na década de 60, consultar: CLEVERDON, C.W. – *Progress in Documentation. Evaluation Tests of Information Retrieval Systems.* "Journal of Documentation", London, 26 (1) Mar. 1970, p. 55-67; HUNTER, Eric J.; BAKEWELL, K.G.B. – *Testing and Evaluation of Information Retrieval Systems*, in "*Cataloguing*", 1st ed., London, Clive Bingley, 1979, p. 153-161.

[11] SALTON, Gerard – *Automatic Information Organization and Retrieval.* New York, McGraw-Hill, 1968. Sobre o Sistema SMART, ver também: SALTON, Gerard – *The Evaluation of Automatic Retrieval Procedures. Selected Tests Results Using the SMART System.* "American Documentation", Washington, 16 (3) July 1965, p. 209-222; SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. (o. c., p. 118-156).

[12] Cf. CLEVERDON, C.W. – *Progress in Documentation...* (o. c., p. 57-58).

[13] HEWITT, Joe A. – *Lancaster, F. Wilfrid*, in "*ALA World Encyclopedia of Library and Information Sciences*", 2nd ed., Chicago, American Library Association, 1986, p. 429.

[14] Sobre a avaliação do Sistema MEDLARS ver os seguintes trabalhos de F.W. Lancaster: *Evaluation of the MEDLARS Demand Search Service.* Washington, National Library of Medicine, 1968; *MEDLARS: Report on the Evaluation of Its Operating Efficiency.*

riência foram muito similares aos de Cranfield, ou seja, concluiu-se que todas as linguagens apresentavam desempenhos idênticos e que as linguagens não-controladas respondiam tão bem como as controladas. Um dos aspectos mais significativos deste teste foi, no entanto, a atenção dada ao desenvolvimento das estratégias de pesquisa, aspecto esse bastante desprezado em experiências anteriores[15].

Além dos quatro casos referidos (Cranfield, Sistemas SMART e MEDLARS, e Projecto de Aberystwyth) muitos outros testes de avaliação de SRI têm sido realizados. Cranfield permitiu definir os métodos a usar na avaliação e os estudos de Salton e Lancaster vieram reafirmar a validade das medidas a usar nessa mesma avaliação. Desde os anos 70 e até aos nossos dias, têm proliferado as experiências nesta área, sendo considerável a literatura publicada sobre os mais variados projectos de avaliação[16]. Todos eles lidam com os parâmetros e as medidas definidas a partir de Cranfield.

Em síntese, pode-se afirmar que os testes que se conhecem visam, essencialmente:

— comparar o desempenho de diferentes SRI;

— testar a eficácia de sistemas concretos;

— avaliar resultados de pesquisas, com vista a determinar a qualidade de linguagens de indexação e, consequentemente, introduzir dispositivos capazes de melhorar tal qualidade.

Embora sejam contributos válidos, os diversos testes, realizados desde os anos 70, não trouxeram inovações muito significativas no que respeita aos métodos e aos parâmetros que devem orientar a avaliação de SRI. Os Projectos de Cranfield, SMART e MEDLARS continuam, ainda hoje, a ser as referências fundamentais nesta matéria.

Relativamente às linguagens de indexação, verifica-se actualmente uma tendência para serem usados vocabulários controlados, uma vez que as experiências de avaliação permitiram demonstrar que o seu uso garante uma maior consistência da indexação. Embora em termos de eficácia da pesquisa não se tenha provado o melhor desempenho das linguagens controladas, no que respeita à eficiência, vários testes concluíram que estas linguagens suplantam os vocabulários não-controlados[17].

"American Documentation", Washington, 20, Apr. 1969, p. 119-142; *Aftermath of an Evaluation.* "Journal of Documentation", London, 27 (1) Mar. 1971, p. 1-10; *Evaluating the Performance of a Large Computerized Information System,* in "CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* – *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook*" (o. c., p. 326-339). Ver ainda: DE LA FUENTE, Concepción – *La Anatomia de MEDLARS. El Informe Lancaster.* "Boletín de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas", Madrid, 19 (116) Nov.-Dic. 1970, p. 58-60; GODINHO, José António Matos – *MEDLARS e MEDLINE, Duas Técnicas de Recuperação Automática de Informação Biomédica.* Coimbra, [s. n.], 1978.

[15] Sobre o Projecto de Aberystwyth consultar: KEEN, E. Michael; DIGGER, J.A. – *Report of an Information Science Index Languages Test.* Aberystwyth, College of Librarianship Wales, 1972; KEEN, E. Michael – *The Aberystwyth Index Languages Test.* "Journal of Documentation", London, 29 (1) Mar. 1973, p. 1-35.

[16] Da variadíssima literatura existente — muitas vezes de difícil acesso em Portugal, ou mesmo impossível de localizar no estrangeiro, devido aos elevadíssimos custos que isso implica — podem-se consultar diversos estudos que ilustram os desenvolvimentos neste campo: BLAIR, David C. – *Full Text Retrieval: Evaluation and Implications.* "International Classification", Frankfurt, 13 (1), 1986, p. 18-23; CHARTRON, Ghislaine, *et al.* – *Indexation Manuelle et Indexation Automatique. Dépasser les Oppositions.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 26 (4/5) Juil.-Oct. 1989, p. 181-187; HENZLER, Rolf G. – – *Free or Controlled Vocabularies: Some Statistical User-Oriented Evaluations of Biomedical Information Systems.* "International Classification", Frankfurt, 5 (1) 1978, p. 21-26, 32; JAMIESON, Alexis J., *et al.* – *Keyword Searching vs. Authority Control in an Online Catalog.* "Journal of Academic Librarianship", Ann Arbor, 12 (5) Nov. 1986, p. 277-283; JONES, Karen Sparck, ed. lit. – *Information Retrieval Experiment.* London, Butterworths, 1981; KRISTENSEN, Jaana; JÄRVELIN, Kalervo – *The Effectiveness of a Searching Thesaurus in Free-Text Searching in a Full-Text Database.* "International Classification", Frankfurt, 17 (2) 1990, p. 77-84; NIEOFF, Robert; MACK, Greg – *The Vocabulary Switching System: Description of Evaluation Studies.* "International Classification", Frankfurt, 12 (1) 1982, p. 2-6; RADA, Roy – *Connecting and Evaluating Thesauri: Issues and Cases.* "International Classification", Frankfurt, 14 (2) 1987, p. 63-69; RADA, ROY, *et al.* – *Creating and Evaluating Entry Terms.* "Journal of Documentation", London, 44 (1) Mar. 1988, p. 19-41; SCHEELE, Martin – *Automatic Indexing of Titles and Keywords on the Bases of a Model for an Overall Thesaurus of Knowledge.* "International Classification", Frankfurt, 10 (3) 1983, p. 135-137; VIEIRA, Simone Bastos – *Indexação Automática...* (o. c., p. 43-57).

[17] Ver: AUSTIN, Derek – *Vocabulary Control and Information Technology.* "ASLIB Proceeedings", London, 38 (1) Jan. 1986, p. 1-15; CAVALCANTI, Cordelia R. – *A Recuperação da Informação e as Linguagens Documentárias.* "Revista Latinoamericana de Documentación", Brasília, 3 (2) Jul.-Dic. 1983, p. 24-27; DUBOIS, C.P.R. – *The Use of Thesauri in Online Retrieval.* "Journal

Não deixa de ser significativo, também, o facto de diversos testes de avaliação permitirem concluir que o desempenho dos SRI considerado melhor, em termos de resultados da pesquisa, é produto da combinação de linguagens controladas com vocabulários não-controlados[18].

No que respeita à avaliação de recuperação de informação em Arquivos, apenas há notícia de uma experiência neste campo. Trata-se do estudo que Richard Lytle[19] desenvolveu, com vista ao seu doutoramento, em 1979. Esta experiência visou a comparação do desempenho de duas bases de dados, nas quais foram usados dois métodos distintos de "pesquisa por assuntos". Tais métodos são designados pelo autor por "provenance method" e "content indexing method". O primeiro assenta na estrutura orgânico/funcional dos fundos, como meio de aceder ao seu conteúdo temático; o segundo baseia-se na utilização de termos de acesso por assuntos, determinados a partir de uma análise do conteúdo da documentação. Richard Lytle considera que, normalmente, os dois métodos são utilizados nos Arquivos e se complementam em termos de pesquisa por assuntos.

O objecto deste estudo consistiu, portanto, na análise comparativa dos resultados das pesquisas efectuadas com base nos métodos acima referidos. A principal conclusão de Lytle apontou no sentido de um pobre desempenho dos dois métodos testados, no que respeita à capacidade de recuperação de documentos com interesse. O autor afirma que este facto é, provavelmente, típico na recuperação de informação em Arquivos[20].

Um dos aspectos que nos parece mais significativo nesta experiência, é o facto de terem sido, pela primeira vez, aplicados em Arquivos conhecimentos adquiridos e testados em Bibliotecas e Serviços de Documentação, já desde há cerca de 30 anos.

2. Medidas a usar na avaliação

Os parâmetros que devem orientar a avaliação de um SRI são suficientemente conhecidos e têm sido objecto de diversos estudos[21]. Não vamos deter-nos na análise global de tais parâmetros, mas considerar apenas as medidas que devem ser utilizadas na avaliação daqueles sistemas.

of Information Science", London, 8 (2) 1984, p. 63-66; JAMIESON, Alexis J., *et al.* (o. c.); KRISTENSEN, Jaana; JÄRVELIN, Kalervo (o. c.); LANCASTER, F.W. – *Vocabulary Control for Information Retrieval*, 1st ed., Washington, Information Resources Press, 1972; PULIS, Noelle van; LUDY, Lorene E. – *Subject Searching in an Online Catalog with Authority Control*. "College & Research Libraries", Chicago, 49 (6) Nov. 1983, p. 523-533.

[18] Ver, por exemplo: CHARTRON, Ghislaine, *et al.* (o. c.); FUGMANN, Robert – *The Complementarity of Natural and Indexing Languages*. "International Classification", Frankfurt, 9 (3) 1982, p. 140-144; GRUPO DE TRABAJO SOBRE LENGUAJES DE INDIZACIÓN – *Control Versus no Control de Vocabulário en Sistemas de Almacenamiento y Recuperación de Información*. "Revista Latinoamericana de Documentación", Buenos Aires, 3 (1) Ene.-Jun. 1983, p. 22-26; HENZLER, Rolf G. (o. c.); *Informatique Documentaire: Langage Documentaire ou Langage Naturel? Compte Rendu du Débat Organisé par la Commission "Systèmes et Méthodes de Traitement de l'Information", à l'Occasion du 10e. Anniversaire de l'A.D.B.S. (Paris, SICOB, 26 Septembre 1973)*. "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 11 (1) Mars 1974, p. 47-54; VIEIRA, Simone Bastos (o. c.)

[19] LYTLE, Richard – *Intellectual Access to Archives*. "The American Archivist", Chicago, 43 (1) Winter 1980, p. 64-75; 43 (2) Spring 1980, p. 191-207.

[20] O. c., p. 193.

[21] Como estudo fundamental, contendo os princípios essenciais que devem nortear a avaliação de SRI, destacamos: LANCASTER, F.W. – *Principes Directeurs pour l'Évaluation des Systèmes et Services d'Information*. Paris, UNESCO, 1978. (PGI-78/WS/18). Ver também, por exemplo: KANTOR, Paul B. – *Evaluating of and Feedback in Information Storage and Retrieval Systems*. "Annual Review of Information Science and Technology", Washington, 17, 1982, p. 99-120; KING, Donald W.; BRYANT, Edward C. – *Evaluation of Information Systems*. Washington, Information Resources Press, 1971; LANCASTER, F.W. – *Information Retrieval Systems. Characteristics, Testing and Evaluation,2nd ed.*, New York [etc.], John Wiley & Sons, 1979; REGAZZI, John J. – *Evaluating Indexing Systems: a Review After Cranfield*. "The Indexer", London, 12 (1) Apr. 1980,

Como referimos antes, foi a partir de Cranfield que se definiram as medidas essenciais, caracterizadoras do desempenho dos SRI. Assim, a eficácia de um SRI é, geralmente, avaliada através da determinação das taxas de revocação ("recall") e precisão ("precision")[22].

A revocação exprime a capacidade do sistema recuperar documentos úteis; a precisão indica a capacidade de o mesmo sistema rejeitar documentos sem interesse.

Embora quantitativamente seja fácil determinar os valores das taxas de revocação e precisão, a sua determinação pressupõe a definição do conceito de "relevância", que é inerente ao cálculo das referidas taxas.

Salton utiliza uma definição de "relevância", que exprime da seguinte forma: "relevance is the correspondence in context between an information requirement statement (a query) and an article (a document), that is, the extent to which the article covers the material that is appropriate to the requirement statement"[23]. Segundo esta definição, a noção de relevância é independente da necessidade específica de informação de um utilizador individual e refere-se ao consenso que pode ser obtido face à utilidade que um documento tem, pelo facto de conter informação de interesse em função de uma dada questão.

Aquela definição é, pois, a mais objectiva possível, visto que não considera o valor que um utilizador particular atribui a um documento, face às suas necessidades específicas de informação. Assim, e de acordo com a mesma definição, um documento pode ser considerado relevante, mesmo que um utilizador já conheça a informação nele veiculada e não acrescente, portanto, qualquer valor informativo ao seu conhecimento sobre a matéria em causa.

A relevância pode, no entanto, ser considerada sob um ponto de vista mais subjectivo, ou seja, em função da utilidade que um documento terá, face a uma necessidade de informação concreta, da parte de um utilizador. Neste caso, é algo que só pode ser avaliado e definido por esse mesmo utilizador, em função das suas necessidades individuais. É ligada a esta noção de "utilidade subjectiva" que se fala, não em relevância, mas sim em "pertinência". Assim, um documento *relevante* face a uma dada questão, pode ser considerado *não pertinente*, por um determinado utilizador, pelo facto de já o conhecer ou de não lhe fornecer qualquer informação nova.

De acordo com as noções de relevância e pertinência, podemos concluir que todos os documentos pertinentes, face a uma questão, são também documentos relevantes, embora o contrário não seja verdadeiro[24].

Uma vez que a determinação da relevância implica, necessariamente, um juízo de valor, é conveniente utilizar como critério para essa determinação, a sua definição mais objectiva. A medida da eficácia de um SRI deverá pressupor o conceito de relevância, baseado numa opinião consensual e não no juízo de valor subjectivo de um utilizador, que opina apenas em função das suas necessidades informativas específicas[25].

p. 14-21; SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. – *Retrieval Evaluation*, in "*Introduction to Modern Information Retrieval*" (o. c., p. 157-198).

[22] A taxa de precisão tem também sido designada por "taxa de relevância" ("relevance") ou "taxa de pertinência" ("pertinence"), embora estas duas designações pressuponham uma definição adequada dos conceitos de "relevância" e "pertinência". Estes conceitos têm sido muitas vezes alvo de confusão e de um uso indistinto, pelo que consideramos mais correcto falar em "taxa de precisão".

[23] Ver: SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. (o. c., p. 163).

[24] Sobre a noção de "relevância", ver: KEMP, D.A. – *Relevance, Pertinence and Information System Development*. "Information Storage and Retrieval", Elmsford, 10 (2) 1974, p. 37-47; SARACEVIC, Tefko – *Relevance: a Review of and a Framework for Thinking on the Notion in Information Science*. "Journal of the American Society for Information Science", Washington, 26 (6) 1975, p. 321-343.

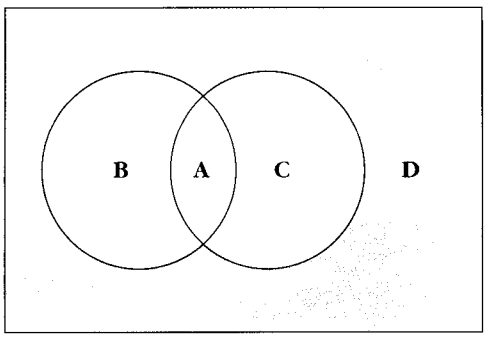
[25] Esta opinião é, por vezes, contestada, por se considerar que um SRI deverá, acima de tudo, fornecer informação útil, em função das necessidades concretas dos seus utilizadores, e que a eficácia deverá ser determinada, essencialmente, pela capacidade de recuperar apenas essa informação útil. Esta teoria é defendida especialmente por William Cooper, que propõe,

Determinados os critérios válidos para definir o conceito de relevância, podem-se calcular então as taxas de revocação e de precisão, medidas essenciais da eficácia de um SRI.

A *revocação* é definida como a proporção de documentos relevantes recuperados, face à totalidade dos documentos relevantes em função de uma dada questão, que existem num dado SRI.

A *precisão* define-se como a proporção de documentos relevantes recuperados, face ao total dos documentos recuperados, em função de uma dada questão.

Se considerarmos o conjunto de documentos existentes num dado SRI podemos, face a uma questão, "partir" esse conjunto segundo o seguinte modelo[26]:



sendo

a = # A = nº de documentos relevantes recuperados

b = # B = nº de documentos não relevantes recuperados

c = # C = nº de documentos relevantes não recuperados

d = # D = nº de documentos não relevantes não recuperados

Assim, o resultado de uma pesquisa pode ser apresentado numa tabela de duas entradas[27], como segue:

	Doc. relevantes	Doc. não relevantes	
Doc. recuperados	a	b	a + b (nº total doc. recuperados)
Doc. não recuperados	c	d	c + d (nº total doc. não recuperados)
	a + c (nº total doc. relevantes)	b + d (nº total doc. não relevantes)	a + b + c + d (nº total doc. existentes)

inclusivamente, fórmulas para determinar a medida da "utilidade". (Cf.: COOPER, William S. – *A Perspective on the Measurement of Retrieval Effectiveness*. "Drexel Library Quarterly", Philadelphia, 14, 1978, p. 25-39; ver também: REGAZZI, John J. – – o. c.; SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. – o. c., p. 184-186)

A eficácia de um SRI, naquela perspectiva, implica, a nosso ver, o cálculo de outras medidas, como por exemplo a "taxa de coincidência temática" ("notional overlap"), cujos fundamentos teóricos podem ser estudados em: CLEVERDON, C.W.; KIDD, J.S. – *Redundancy, Relevance, and Value to the User in the Outputs of Information Retrieval Systems*. "Journal of Documentation", London, 32 (3) Sep. 1976, p. 159-173; e a "taxa de novidade" ("novelty ratio") — ver: SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. (o. c., p. 176).

[26] Uma idêntica representação é apresentada em: SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. (o. c., p. 164).

[27] Cleverdon definiu assim o resultado de uma pesquisa, com base na experiência de Cranfield (ver literatura citada a propósito, neste mesmo capítulo, notas 7-9). Esta definição é aceite de uma forma consensual, embora a relevância possa ser considerada um conceito não absoluto. Daí que possam ser determinados vários graus de relevância. (Cf.: SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. – o. c.. p. 173-174; ALURI, Rao, *et al.* – *Evaluation of Subject Retrieval in Online Catalogs*, in "*Subject Analysis in Online Catalogs*". Englewood, Libraries Unlimited, 1991, p. 278).

A partir do modelo acima referido, podem-se definir diversas medidas da eficácia de um SRI, sendo essenciais, como mencionámos, a revocação e a precisão.

Taxa de revocação

É determinada pelo seguinte quociente:

$$\frac{a}{a + c} = \frac{\text{nº de documentos relevantes recuperados}}{\text{nº de documentos relevantes existentes}}$$

Esta taxa varia entre 0 e 1. Além de exprimir a eficácia de um SRI, em termos de capacidade para recuperar documentos relevantes, permite também calcular a "taxa de silêncio" (isto é, a proporção de documentos relevantes não recuperados), que é sua complementar.

Taxa de silêncio

É, como referimos, complementar da taxa de revocação. Calcula-se, portanto, da seguinte forma:

$$\frac{c}{a + c} = \frac{\text{nº de documentos relevantes não recuperados}}{\text{nº de documentos relevantes existentes}}$$

A determinação da taxa de revocação e, logo, da taxa de silêncio, carece de um requisito prévio, que é o conhecimento do número de documentos relevantes existentes, relativos a cada questão colocada ao sistema. Adiante referiremos de que forma pode ser determinado tal número.

Taxa de precisão

É calculada pelo seguinte quociente:

$$\frac{a}{a + b} = \frac{\text{nº de documentos relevantes recuperados}}{\text{nº total de documentos recuperados}}$$

Varia também entre 0 e 1 e mede a eficácia do sistema em termos de capacidade para não recuperar documentos não relevantes. O seu cálculo permite também determinar, de imediato, a "taxa de ruído", que é sua complementar.

Taxa de ruído

O ruído é a proporção de documentos não relevantes recuperados. A taxa de ruído é, como mencionámos, complementar da taxa de precisão e calcula-se assim:

$$\frac{b}{a + b} = \frac{\text{nº de documentos não relevantes recuperados}}{\text{nº total de documentos recuperados}}$$

Além das medidas enunciadas e consideradas essenciais na caracterização da eficácia de um SRI, há ainda outros indicadores que podem ser calculados. Referimo-nos, em particular, a duas medidas introduzidas por Gerard Salton e também consideradas fundamentais, a saber:

Taxa de irrelevância[28]

Exprime a proporção de documentos não relevantes recuperados face à quantidade de documentos não relevantes existentes. Esta taxa calcula-se do seguinte modo:

$$\frac{b}{b + d} = \frac{\text{nº de documentos não relevantes recuperados}}{\text{nº de documentos não relevantes existentes}}$$

Salton considera esta medida muito importante, uma vez que, em sua opinião, um SRI será considerado tanto mais eficaz quanto mais elevada for a taxa de revocação, mas também quanto menor for a taxa de irrelevância[29].

Taxa de generalidade

A outra das medidas introduzidas por Salton é o que ele designa por "factor de generalidade" (generality factor), sendo definido como o número médio de documentos relevantes existentes face a cada questão. Calcula-se da seguinte forma:

$$\frac{a + c}{a + b + c + d} = \frac{\text{nº total de documentos relevantes}}{\text{nº total de documentos existentes}}$$

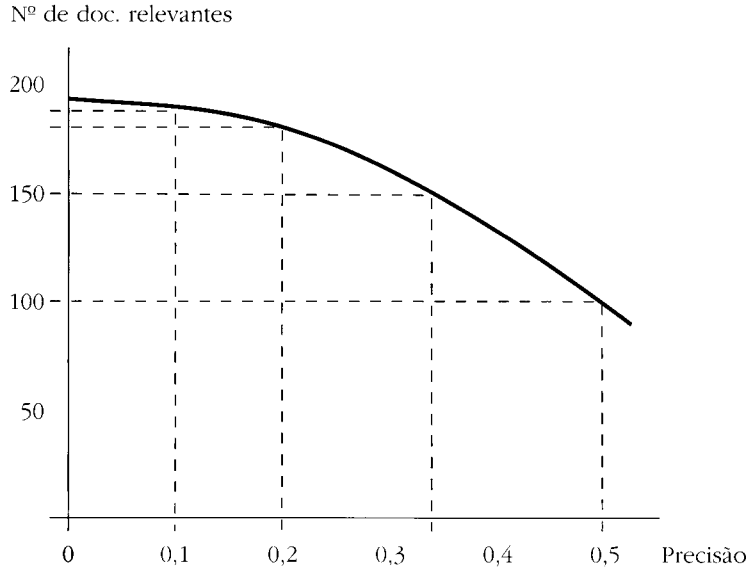
A precisão, segundo Salton, deverá ser considerada tendo em conta os valores da taxa de generalidade, pois alterações na quantidade de documentos existentes num dado SRI influem nos resultados desta taxa e tornam mais expressivos os valores da taxa de precisão[30].

Referimo-nos às medidas essenciais na determinação da eficácia de um SRI. Outras medidas poderão ainda ser calculadas[31], embora já não sejam consideradas fundamentais.
Como referimos atrás, o cálculo da revocação implica o conhecimento do número de documentos relevantes existentes, relativamente a cada questão. Quando o número total de documentos do SRI é diminuto, é possível avaliar a relevância de cada documento existente face a cada questão. Porém, esta solução não é viável na maioria das situações, dado que sistemas contendo largas quantidades de documentos não podem ser avaliados através de um julgamento da relevância, documento a documento. Haverá então que calcular o número de documentos relevantes, por estimativa.
Para efectuar tal cálculo existem vários métodos estatísticos, que funcionam por amostragem. Um dos mais conhecidos é designado por "método de Cleverdon". A sua aplicação consiste no seguinte: para responder a uma questão, interroga-se o SRI sucessivamente, usando equações de pesquisa cada vez mais alargadas, até que se chegue à formulação mais geral; vão-se registando num gráfico o número de documentos relevantes recuperados em cada interrogação ao sistema e

[28] Em Inglês o termo correspondente é "fallout". Debatemo-nos com bastantes dificuldades para conseguir um termo em Português que exprimisse este conceito com exactidão, pois a sua tradução literal ("queda" ou "desprendimento") não nos parecia adequada. Após várias consultas, em vão, de dicionários e glossários técnicos, bem como trocas de impressões com colegas bibliotecários e linguistas, chegámos a esta solução, que consideramos muito feliz. Cabe, no entanto, referir que o termo nos foi sugerido pela Senhora Drª Maria Teresa Pinto Mendes, com quem discutimos também esta questão.
[29] Cf. SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. (o. c., p. 174).
[30] O. c., p. 174-175.
[31] O. c., p. 176-177, 184-186; ALURI, Rao, *et al.* (o. c.).

os valores da taxa de precisão; traça-se, seguidamente, a curva obtida — que tende para zero — e, por extrapolação, calcula-se o número total de documentos relevantes.
Vejamos um exemplo[52]:

1ª questão: 200 documentos recuperados, dos quais 100 são considerados relevantes; a taxa de precisão é de 0,5
2ª questão: 450 documentos recuperados, dos quais 150 são relevantes; a taxa de precisão é de 0,33
3ª questão: 850 documentos recuperados, dos quais 170 são relevantes; a taxa de precisão é de 0,2
4ª questão: 1750 documentos recuperados, dos quais 175 são relevantes; a taxa de precisão é de 0,1



A extrapolação indica que o sistema contém 180 documentos relevantes.

Além deste método, outros poderão ser utilizados para estimar o número de documentos relevantes, os quais estão suficientemente descritos na literatura sobre esta questão[53].
As medidas atrás referidas permitem, como vimos, determinar a eficácia de um SRI. Sendo a revocação e a precisão consideradas as duas medidas fundamentais, em termos teóricos, um sistema será tanto mais eficaz, quanto mais elevados forem os valores das respectivas taxas. No entanto, a prática tem demonstrado que há uma tendência para estas duas medidas variarem no sentido

[52] Exemplo retirado de: DIJK, Marcel van; SLYPE, Georges van – *Le Service de Documentation...* (o. c., p. 247).
[53] Ver, por exemplo: LANCASTER, F.W. – Principes Directeurs... (o. c., p. 58-63); MARTIN, W.A. – *Methods for Evaluating the Number of Relevant Documents in a Collection.* "Journal of Information Science", London, 6, 1983, p. 173-177; MARTYN, John; LANCASTER, F.W. – *Investigative Methods in Library and Information Science. An Introduction.* Arlington, Information Ressources Press, 1981, p. 163-169; MILLER, Don; DATTOLA, Robert T. – *Methods for Estimating the Number of Relevant Documents in a Collection.* "Information Processing & Management", Elmsford, 18 (4) 1982, p. 179-191.

inverso, sendo determinada uma curva típica que ilustra tal variação[34]. Assim, quanto maior for o número de documentos relevantes recuperados, menor será o número de documentos não relevantes rejeitados, pelo que a taxa de precisão tende a diminuir.
Tem sido também verificado, através dos estudos de avaliação, que o grau de exaustividade e especificidade da indexação influem nos valores das taxas de revocação e de precisão[35]. Quanto mais exaustiva for a indexação, maior será a capacidade do sistema para recuperar documentos relevantes (aumenta a taxa de revocação). Por outro lado, quanto mais específica for a indexação, mais elevada será a taxa de precisão.
Além destes dois factores — exaustividade e especificidade — outros dispositivos[36] poderão ser usados para melhorar o desempenho dos SRI. De acordo com as conclusões de diversos estudos de avaliação, nomeadamente o projecto Cranfield II, a melhoria conseguida com o uso de tais dispositivos é muito pouco significativa, pelo que os benefícios obtidos não são justificativos dos custos que a aplicação de tais dispositivos acarreta[37].

3. O Teste de avaliação

A experiência conhecida, relativamente à avaliação de SRI, permitiu-nos ter ao nosso alcance os instrumentos necessários para realizar um teste de avaliação das duas bases de dados que construímos. Embora — se exceptuarmos o trabalho de Richard Lytle[38] — não sejam conhecidas experiências de avaliação de recuperação de informação em Arquivos, os procedimentos a desenvolver em tal avaliação e as medidas a utilizar estão suficientemente estudados, testados e difundidos, pelo que é perfeitamente viável a execução de um teste de avaliação da eficácia de uma base de dados com material arquivístico.

3.1. Objectivo do teste

O principal objectivo do teste de avaliação que realizámos foi o de comparar a eficácia — em termos de recuperação de informação — das duas bases de dados construídas: a base de dados A, sem qualquer tipo de controlo na linguagem de indexação utilizada; e a base de dados B, com controlo de autoridade na mesma linguagem.
Não pretendemos determinar a eficácia de cada uma das bases isoladamente, o que implicaria o cálculo das taxas de revocação e precisão para cada uma delas, mas sim comparar os resultados de pesquisas iguais, efectuadas nas duas bases.
Este estudo comparativo permitiu, não só atingir o objectivo pretendido, ou seja, determinar qual das bases de dados se revela mais eficaz, mas também determinar qual delas é mais eficiente na recuperação de informação.

[34] Cf.: CLEVERDON, C.W. – *On the Inverse Relationship of Recall and Precision.* "Journal of Documentation", London, 28 (3) Sept. 1972, p. 195-201; SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. (o. c., p. 168).
[35] Ver, por exemplo: CLEVERDON, C.W., *et al.* (o. c.); LANCASTER, F. W. – *Factors Affecting Performance of an Information Retrieval System*, in "*Information Retrieval Systems. Characteristics, Testing and Evaluation*" (o. c., p. 64-78).
[36] Ver, por exemplo: CHAUMIER, Jacques (o. c., p. 48-50); LANCASTER, F.W. – *Information Retrieval Systems...* (o. c., p. 84-96).
[37] Ver literatura citada a propósito de Cranfield II, neste mesmo capítulo, nota 8.
[38] LYTLE, Richard (o. c.).

3.2. Concepção e desenvolvimento do teste

3.2.1. Escolha das questões e dos utilizadores

A falta de estudos sobre as necessidades informativas dos utilizadores dos Arquivos e, no caso presente, do A.H.M.P., sem dúvida que prejudica qualquer estudo de avaliação, pois não é possível definir perguntas-tipo que possam ser usadas como amostra num teste deste género.
No A.H.M.P. não há qualquer registo das perguntas dos utilizadores que ocorrem, oralmente, no serviço de leitura. Apenas é possível analisar as questões que são colocadas por via postal ou telefonicamente, pois essas são anotadas de uma forma sistemática. Na sala de leitura, faz-se o registo das consultas e do tipo de utilizadores, para fins estatísticos. Todavia, é muito difícil assegurar o registo sistemático das perguntas directamente relacionadas com cada pesquisa.
Assim, tentámos fazer um estudo apenas das questões, provenientes do exterior, durante os anos de 1989-1991. No entanto, verificou-se que a grande maioria delas não podiam ser respondidas a partir da informação disponibilizada num inventário. Regra geral, eram perguntas muito especializadas. Daí que não tenham sido usadas para efeito do teste. De igual modo, as conclusões a que chegámos após a análise das pesquisas por assuntos, feitas em quatro Arquivos, ao longo de dois meses (ver capítulo 1, ponto 4. e quadros 13-16) permitem exactamente demonstrar a inviabilidade da utilização de tais questões para este teste.
A falta de uma caracterização correcta do perfil dos utilizadores também inviabiliza a selecção de uma amostra válida para realização do mesmo teste.
Face a tais dificuldades, decidimos realizar o teste num ambiente real, ou seja, com a colaboração dos utilizadores mais assíduos do A.H.M.P., tendo deixado ao seu critério a escolha das questões a colocar às bases de dados. Determinámos, apenas, o número de questões por utilizador: 3 questões.
A selecção dos utilizadores foi feita do seguinte modo: a partir da análise das requisições que foram preenchidas no serviço de leitura, nos anos de 1989, 1990 e 1991, verificámos que consultaram o A.H.M.P. 369 pessoas, das quais 325 apenas recorreram ao Arquivo uma única vez; das restantes, seleccionámos aquelas que apresentavam maior número de presenças, tendo determinado um mínimo de 20 como significativo para considerar um utilizador assíduo. Com mais de 20 presenças, identificámos 26 utilizadores, tendo conseguido contactar 22 para colaborar no teste.
Devido ao objectivo que norteou o teste, e porque pretendíamos que os utilizadores participantes nele emitissem juízos sobre a relevância dos registos recuperados, considerámos mais adequado trabalhar com peritos do que com utilizadores ocasionais. Para um utilizador esporádico, desconhecedor dos fundos do Arquivo, seria, naturalmente, muito mais difícil formular uma opinião sobre o grau de relevância dos registos recuperados, sugerir pistas para pesquisa, indicar falhas, etc.
Foram, portanto, aqueles 22 utilizadores, considerados como população regular do A.H.M.P., que colaboraram no teste. Não trabalhámos, por isso, com uma amostra, mas sim com os reais utilizadores que, mais regularmente, frequentam o Arquivo.
Os 22 utilizadores colocaram, no total, 66 questões, que foram testadas em cada uma das bases de dados.

3.2.2. Método usado na execução do teste

A cada um dos 22 utilizadores, enviámos um breve texto em que explicámos o objectivo do teste e indicámos o tipo de informação que poderia ser obtida a partir das bases de dados. Nesse texto, incluímos também um exemplo da forma como um registo incluído nas bases de dados

pode ser visualizado no écrã do computador, para poderem ter uma ideia mais concreta da informação disponibilizada a partir das mesmas bases. Igualmente distribuímos aos utilizadores os quadros de classificação dos fundos incluídos nas bases de dados e colocámos à sua disposição, para consulta, a lista de termos de indexação, utilizada como instrumento do controlo de autoridade, na base de dados B. Solicitámos a cada um dos utilizadores que preenchesse uma ficha com três questões, para serem utilizadas no teste.

A pesquisa nas bases de dados foi efectuada por nós, visto que pretendemos não entrar em linha de conta com uma variável impossível de controlar, que seria o conhecimento (ou, na quase totalidade dos casos, o desconhecimento) que os utilizadores teriam do sistema informático e das suas possibilidades de pesquisa.

A realização das pesquisas foi acompanhada directamente pelos utilizadores, tendo sido seguido o seguinte método:

— Relativamente a cada uma das três questões, foi interrogada primeiro a base de dados A, tantas vezes quantas as consideradas necessárias, até esgotar todas as possibilidades de pesquisa (impusemos como limite máximo 20 interrogações) e seguidamente a base de dados B, também as vezes necessárias, igualmente até ao máximo de 20 interrogações.

— As interrogações feitas às bases de dados, com vista à pesquisa sobre cada questão, em muitos casos, foram apoiadas pelos utilizadores, que sugeriam termos para pesquisa (sobretudo no caso da base de dados A, sem controlo na linguagem de indexação). Não raras vezes, manifestavam a sua satisfação por verificarem que a informação que conheciam era recuperada, ou porque encontravam documentação nova. Também indicavam falhas, quando sabiam que havia mais documentação relevante que não era recuperada.

— Face ao resultado de cada interrogação, os utilizadores pronunciavam-se sobre a relevância dos registos recuperados; determinámos 4 graus de relevância (muito relevante / relevante / pouco relevante / não relevante) e solicitámos aos utilizadores que emitissem uma opinião o mais objectiva possível, isto é, independente do valor que cada registo teria para os próprios (isto é, da pertinência da informação recuperada), mas sim baseada na relevância face à questão colocada[39].

— Os resultados das interrogações feitas, relativamente a cada uma das questões, nas duas bases de dados, bem como a opinião dos utilizadores sobre a relevância de cada um dos registos recuperados, foram anotados à medida que procedíamos às pesquisas, num impresso próprio, que concebemos para esse efeito (ver Fig. 4).

3.2.3. Dispositivos de pesquisa utilizados

O "software", Mini-Micro CDS/ISIS, que serve de suporte às bases de dados elaboradas encerra diversas possibilidades no que concerne à execução da pesquisa[40].

[39] Na generalidade dos casos, os utilizadores colocaram questões relacionadas com os seus trabalhos de investigação, pelo que já conheciam praticamente toda a documentação relevante existente no A.H.M.P. Por isso, foi-lhes possível emitir uma opinião sobre a relevância dos registos recuperados em face da descrição apresentada no ecrã do computador; só muito raramente foi necessário analisarem os próprios originais para formularem o seu juízo sobre a relevância.

Foi-nos grato verificar, por diversas vezes, que as bases de dados possibilitavam o acesso a informação a que os utilizadores não tinham acedido através do sistema manual do A.H.M.P., mesmo aqueles que haviam trabalhado durante largos períodos no Arquivo e supunham ter consultado toda a documentação de interesse para os seus estudos. Os pontos de acesso, no sistema manual eram, regra geral, os mesmos. No entanto, as combinações de termos, possibilitadas pelo sistema automático, permitem uma recuperação mais eficaz, quer em termos de revocação, quer em termos de precisão.

[40] Cf.: UNESCO. Division of Software Development and Applications. Office of Information Programmes and Services – *Mini-Micro CDS/ISIS*... (o. c., p. 95-107).

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO

Teste de Avaliação de Indexação – Resultados das Pesquisas

NOME DO UTILIZADOR: _____

_____ ª Questão: _____

_____

BASE DE DADOS: _____

PESQUISAS EFECTUADAS (máximo 20):

1ª Pesquisa (sintaxe) _____

_____

Nº doc. recuperados: _____ Nºs reg.: _____

_____

_____

Mtº relev. _____ Relev. _____ P. Relev. _____ Não Relev._____

2ª Pesquisa (sintaxe) _____

_____

Nº doc. recuperados (para além da pesquisa anterior): _____ Nºs reg.: _____

_____

_____

Mtº relev. _____ Relev. _____ P. Relev. _____ Não Relev._____ Nº doc. repetidos:_____

3ª Pesquisa (sintaxe) _____

_____

Nº doc. recuperados (para além da pesquisa anterior): _____ Nºs reg.: _____

_____

_____

Mtº relev. _____ Relev. _____ P. Relev. _____ Não Relev._____ Nº doc. repetidos:_____

.....

20ª Pesquisa (sintaxe) _____

_____

Nº doc. recuperados (para além da pesquisa anterior): _____ Nºs reg.: _____

_____

_____

Mtº relev. _____ Relev. _____ P. Relev. _____ Não Relev._____ Nº doc. repetidos:_____

==========

Nº total de doc. recuperados: _____

Mtº relev. _____ Relev. _____ P. Relev. _____ Não Relev._____

Nº total de pesquisas efectuadas: _____

Nº total de doc. repetidos recuperados: _____

Dispositivos de pesquisa utilizados:_____

_____

_____

Tempo da pesquisa: _____

Obs.:_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Fig. 4

Todos os números ou datas e todas as palavras ou conjuntos de palavras, susceptíveis de serem pesquisáveis, ou seja, que constituem ponto de acesso, fazem parte de um ficheiro inverso, que é gerado automaticamente pelo próprio programa informático. Este ficheiro inverso é acessível através de um "léxico de pesquisa", que apresenta, numa única sequência (primeiro os caracteres numéricos e depois os alfabéticos) todos os termos, de todos os campos de cada registo, que constituem ponto de acesso. Nesse léxico, são indistintamente ordenados os seguintes termos:

— códigos de referência componentes de cada registo;

— designações completas da "entidade detentora", "grupo de arquivos", "fundo", "secção" e "subsecção" e cada uma das palavras componentes de tais designações;

— títulos das séries e cada uma das palavras que os compõem;

— datas registadas nos campos "data inicial" e "data final";

— tipologia documental e cada uma das palavras suas componentes;

— menções de autoria e destinatários completos e cada uma das palavras que compõem tais menções;

— palavras assinaladas entre os sinais <>, no subcampo "assunto/conteúdo", campo "observações" e campo de descrição (em texto livre) da subsérie;

— elementos registados no subcampo ^j relativo à acessibilidade.

Fazem parte também do léxico de pesquisa os códigos de referência prefixados pelo respectivo identificador de nível (ED, GA, F, SC. SSC, SR, SSR, I e P) e as cotas prefixadas pelo identificador "CT"[41].

Na base de dados B, foram também incluídos no léxico de pesquisa, os termos de indexação precedidos da abreviatura "AS", a fim de serem distinguidos dos restantes elementos que integram o mesmo léxico. Foram ainda incluídas as datas registadas no campo previsto para esse efeito. Por outro lado, deixaram de figurar no referido léxico as palavras assinaladas entre os sinais <>, porque, como já referimos, não são consideradas ponto de acesso. A pesquisa por assuntos é feita através dos termos de indexação.

No que se refere aos dispositivos de pesquisa, utilizámos no teste apenas aqueles que são de uso mais generalizado e que não implicam conhecimentos técnicos aprofundados sobre o sistema informático. Consideramos que o utilizador comum não tem necessidade de conhecer em pormenor todos os dispositivos do "software" para realizar pesquisas com sucesso. Ele usa somente os dispositivos vulgares na consulta de bases de dados, até porque esses são os que possibilitam pesquisas mais rápidas. Assim, os dispositivos de pesquisa utilizados foram os seguintes:

— Pesquisa por termo exacto — é indicada ao computador uma sequência de caracteres, que ele vai comparar com os termos do léxico de pesquisa, com a finalidade de ver se há coincidência. Esta pesquisa só produz resultados se se verificar a existência, naquele léxico, de uma sequência de caracteres exactamente igual à indicada.

— Pesquisa por truncatura — faz-se mediante a indicação ao computador de parte de um termo, seguida do sinal $, que indica a truncatura à direita. Este tipo de pesquisa permite a recuperação da informação através de todos os pontos de acesso que têm a mesma raiz, ou seja, que começam por caracteres iguais aos indicados na expressão de pesquisa.

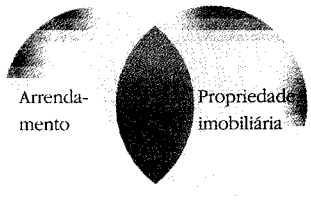
— Uso do léxico de pesquisa — consiste na selecção de um ou mais termos, existentes no léxico de pesquisa, os quais constituem, como referimos, os pontos de acesso à informação. Esta forma de pesquisa é idêntica à pesquisa por termo exacto, só que, em vez de ser indicado um conjunto

[41] Sobre os elementos componentes do léxico de pesquisa e, portanto, considerados pontos de acesso, ver: FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena – *ARQBASE... 3ª Versão...* (o. c, p. 38).

de caracteres para execução da pesquisa, é feita a selecção do "termo exacto" no léxico.
— Uso de operadores booleanos — o "software" permite a construção de expressões de pesquisa bastante complexas, mercê de combinações de termos, ligados pelos operadores booleanos, "E", "OU exclusivo" e "NÃO", expressos pelos sinais *, + e ^, respectivamente[42].
Estes operadores lógicos possibilitam a obtenção dos seguintes resultados:

— *Produto lógico* (expresso pelo operador "E") — este resultado consiste na intersecção de dois ou mais conjuntos de documentos, representados por diferentes termos.

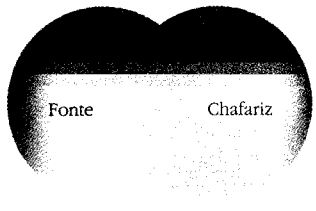
Exemplo:
Arrendamento * Propriedade imobiliária



(Os documentos recuperados tratam simultaneamente dos conceitos "arrendamento" e "propriedade imobiliária")

— *Soma lógica* (expressa pelo operador "OU") — este resultado é a reunião de dois ou mais conjuntos, representados por diferentes termos.

Exemplo:
Fonte + Chafariz

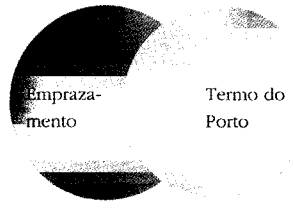


(Os documentos recuperados tratam do conceito "fonte" ou do conceito "chafariz")

— *Diferença lógica* (expressa pelo operador "NÃO") — este resultado consiste na exclusão de dois ou mais conjuntos de documentos, representados por diferentes termos.

[42] Sobre as diferentes operações lógicas, passíveis de serem realizadas, ver por exemplo: CHAUMIER, Jacques (o. c., p. 51-53).

Exemplo:
Emprazamento ^ Termo do Porto



(Os documentos recuperados tratam do conceito "emprazamento", excepto no "Termo do Porto")

Os dispositivos de pesquisa acima referidos foram usados para consultas nas duas bases de dados. Contudo, acresce referir que, na base de dados B, a pesquisa por "termo exacto" foi sempre apoiada pela lista de autoridade, que serve de controlo da linguagem de indexação e de instrumento de apoio à pesquisa, pois é com base nela que se faz a selecção dos termos a pesquisar.
Assim, a escolha dos pontos de acesso por assuntos pode ser feita através de listagem impressa (ver Anexo 5) ou directamente no computador, através da consulta da base "THES", que serve de suporte informático à mesma lista de autoridade.

3.2.4. Condicionantes do teste

Durante a execução do teste, defrontámo-nos com uma dificuldade que se fez sentir em quase todas as questões postas pelos diferentes utilizadores. Referimo-nos à necessidade de limitar cronologicamente os assuntos a pesquisar, dado que a grande maioria dos utilizadores estuda períodos de tempo limitados e pretende seleccionar a informação de acordo com tais períodos.
Quando o período cronológico é coincidente com um século, por exemplo, não há problema em fazer essa restrição, pois basta combinar o termo de pesquisa (assunto) com a indicação do século, truncada, através do operador lógico "E". Contudo, aumenta consideravelmente o tempo de pesquisa, tornando-se, em muitos casos, inaceitável tal demora[43].

Exemplo:
COMÉRCIO * 18$
(serão recuperados todos os registos que respeitam a "comércio" no "século XIX")

Porém, quando a limitação cronológica se refere, por exemplo, a um período mais restrito, embora distribuído por mais do que um século, a expressão de pesquisa tem de ser muito complexa e a busca torna-se, também, muito demorada.

[43] O resultado da pesquisa "COMÉRCIO * 18S", por exemplo, demorou 1 hora, 24 minutos e 25 segundos a ser apresentado. O computador utilizado e a respectiva velocidade têm, naturalmente, a sua quota parte de influência nesta demora. No caso concreto, foi usado um computador com processador 80286, disco rígido de 35 Megabytes e velocidade de 10 Mhz.

Exemplo:

Se se pretender recuperar informação relativa à questão "Emprazamento de Propriedades no Porto, excepto nos concelhos do Termo, nos anos de 1580-1640", teremos de construir a seguinte expressão de pesquisa

Emprazamento * Propriedade imobiliária ^ Termo do Porto + (158$ + 159$ + 160$ + 161$ + 162$ + 163$ + 1640)

Esta complexidade deve-se ao facto de, com os dispositivos vulgares de pesquisa, não ser possível recuperar informação do tipo "posterior a 1580" e "anterior a 1640".

É óbvio que tais questões nada têm a ver com a linguagem de indexação, mas sim com as características do programa informático que serviu de suporte ao nosso estudo. Apesar disso, tiveram influência no teste realizado, sobretudo no que respeita aos tempos de pesquisa, levando-nos, em muitos casos (sobretudo nos séculos XVIII e XIX, que abarcam a maior parte da documentação), a não usar as combinações com datas para abreviar o tempo de resposta. Preferimos não usar combinações cronológicas e, na análise dos resultados de cada pesquisa, ignorar os registos que não deveriam ser recuperados, caso tivessem sido usadas tais combinações.

Este problema implica, necessariamente, estudos a nível informático, com vista a tornar possível executar pesquisas deste género, sem a complexidade e a demora que, de momento, ocorrem.

CAPÍTULO 5

OS RESULTADOS DO TESTE DE AVALIAÇÃO

1. Medidas utilizadas na avaliação do desempenho das bases de dados

O objectivo central do teste de avaliação realizado era, como referimos no capítulo anterior, o de comparar a eficácia das duas bases de dados, em termos de recuperação de informação.
Para uma análise dos resultados das pesquisas nelas efectuadas, procedemos ao cálculo das seguintes taxas:

— taxa de precisão
— taxa de ruído

Estas taxas foram determinadas, primeiramente em relação aos resultados de cada uma das questões colocadas às bases de dados e, depois, por cálculo das taxas médias para cada base e respectivos desvios-padrão.
Para o cálculo da taxa de precisão, atribuímos diferentes valores aos quatro graus de relevância considerados[1]:

Muito relevante - 1.0
Relevante - 0.5
Pouco relevante - 0.25
Não relevante - 0

De acordo com esta ponderação, a taxa de precisão foi calculada dividindo

(nº de reg. mtº relev. recuperados x 1) + (nº de reg. relev. recuperados x 0.5) + (nº de reg. pouco relev. recuperados x 0.25)
pelo
nº total de registos recuperados[2].

O cálculo da taxa de ruído foi igualmente afectado pela ponderação estabelecida, pois esta taxa é, como referimos no capítulo anterior, complementar da taxa de precisão.
No que respeita à *revocação* — medida essencial para determinar a eficácia de uma base de dados — não procedemos ao seu cálculo, por duas ordens de razões:
1 — Antes de mais, o objectivo era proceder a uma avaliação comparativa das duas bases de dados construídas e não à avaliação de cada uma delas isoladamente; daí que a medida da revocação não fosse absolutamente necessária para o fim que nos propusemos;
2 — Os métodos conhecidos para estimar o número de documentos (ou registos) relevantes que existem face a uma questão — número esse imprescindível para o cálculo da taxa de revocação — não se revelam apropriados para aplicação em bases de dados como estas, em que a

[1] Este método foi já usado por outros autores. Ver, por exemplo: ALURI, Rao, *et al.* (o. c.).
[2] Referimo-nos sempre a "registos recuperados" e não "documentos recuperados" pois, no caso presente, as unidades de informação correspondem, regra geral, a mais do que um documento. A esmagadora maioria dos registos diz respeito a séries arquivísticas e não a documentos individuais.

indexação é necessariamente distinta da que é, normalmente, feita em Bibliotecas ou Centros de Documentação, dadas as características dos documentos tratados[3].
As mesmas razões fundamentam também a decisão de não calcular a *taxa de irrelevância.*

2. A eficácia das bases de dados: análise comparativa do seu desempenho

Para proceder a uma análise comparativa do desempenho das duas bases de dados, sistematizámos os resultados do teste de avaliação por forma a apresentar, em paralelo, os dados relativos a cada questão (ver Quadro 17). A análise destes dados permite verificar o seguinte:
— Relativamente a 10 das 66 questões envolvidas no teste, não foram recuperados quaisquer registos (em 6 casos, apenas numa das bases de dados; em 4 casos, nas duas).
— No que se refere ao *número de registos recuperados*, por questão, verifica-se que, em 32 questões, esse número foi superior na base de dados A; em 19 questões, foi superior na base de dados B; e, em 11 questões, foi igual nas duas bases.
— Quanto ao *número de registos relevantes recuperados*, por questão, em 22 delas foi superior na base de dados A; em 26 questões, foi maior na base de dados B; e, em 14 questões, foi igual nas duas bases.
— Relativamente ao *número de registos não relevantes recuperados*, por questão, ele foi maior na base de dados A, em 36 questões; na base de dados B, foi superior em 9 questões; e, em 17 questões, foi igual nas duas bases.
— No que respeita ao *número de registos repetidos recuperados* nas várias tentativas de pesquisa, face a uma questão, ele foi mais elevado em 20 questões, na base de dados A; foi maior, em 11 questões, na base de dados B; e foi igual, nas duas bases, em 5 questões. Em 26 questões, não se verificou a recuperação de registos repetidos, em nenhuma das bases.
— Quanto ao *número de pesquisas* efectuadas, por questão, esse número foi superior, em 50 questões, na base de dados A; foi maior, em 4 questões, na base de dados B; e foi igual, em 12 questões, nas duas bases.
— No que concerne aos *dispositivos de pesquisa* utilizados, verificou-se que:
a) A pesquisa por *termo exacto* foi feita em 63 questões na base de dados A; a pesquisa por descritores (ou seja, também por termo exacto) foi utilizada igualmente em 63 questões, na base de dados B[4].
b) A *truncatura* foi usada em 51 questões, na base de dados A e em 27 questões, na base de dados B.
c) Os *operadores booleanos* foram usados em 39 questões, na base de dados A e em 34 questões, na base de dados B.
d) A escolha dos pontos de acesso directamente no *léxico de pesquisa* foi feita, em 25 questões, na base de dados A; nunca foi usada, obviamente, na base de dados B.
e) Em 6 questões, na base de dados A, foi feita a pesquisa usando, deliberadamente, como pontos de acesso, as rubricas dos quadros de *classificação.* Haverá, porém, outros casos em que a pesquisa

[3] Esta problemática relativa aos métodos para determinar, por estimativa, o número de documentos relevantes face a uma questão, existentes em bases de dados com material de Arquivo, tratados ao nível da série (ou a outros níveis em que a unidade de tratamento é formada por conjuntos documentais e não por documentos isolados), carece de investigação aprofundada. Não se podem aplicar linearmente os métodos que se conhecem e se empregam na avaliação dos designados Sistemas de Recuperação de Informação.
[4] Na base de dados B, houve três questões em que não pôde ser feita a pesquisa por descritores, devido a não existirem, na linguagem de indexação, termos susceptíveis de representar os conceitos das questões em causa.

por termo exacto também correspondeu a um acesso através da classificação. Contudo, quando se indica um termo para pesquisa, ou se escolhe um termo de acesso no léxico, o programa ARQBASE não permite identificar se se trata de uma parte componente de uma rubrica de classificação, ou de um título, ou de qualquer outro campo.
f) Na base de dados A, apenas em 5 questões, foi usado um único dispositivo de pesquisa; nas outras 61, foram sempre usados vários desses dispositivos. Na base de dados B, a pesquisa por descritores, sem combinação com outros dispositivos, foi usada em 23 questões; em 40 questões, combinou-se a pesquisa por descritores com outros dispositivos; em 3 questões não foi possível a pesquisa por descritores[5].

A síntese das considerações acima expostas apresenta-se nos Quadros 18 e 19.

Os valores das taxas de precisão e de ruído, calculados para a totalidade das questões (ver Quadro 20), bem como as médias globais das referidas taxas, permitem concluir que a base de dados B, em que foi utilizada a linguagem controlada, revela um desempenho superior (mais 13,6%) ao da base de dados A.
Contudo, esta conclusão genérica não deve ser entendida de uma forma absoluta, devendo considerar-se outros aspectos específicos do desempenho de cada uma das bases de dados, para se analisar mais correctamente os resultados do teste de avaliação. Assim, se nos detivermos nos valores apresentados no Quadro 20, podemos ainda verificar que:
— Das 66 questões testadas, como já referimos, em 10 (15,1%) não foram recuperados quaisquer registos (em 4 casos, em nenhuma das bases de dados e, em 6 casos, apenas numa das bases)[6].
— Das 56 questões em que foram recuperados registos nas duas bases, verifica-se que, embora em 41 (62,1%) o desempenho da base de dados B se revele superior ao da base de dados A, há 8 questões (12,1%) em que se revela idêntico e 7 (10,6%) em que a base de dados A apresenta melhores resultados.

Face às médias da taxa de precisão, calculada para as duas bases de dados, é ainda de assinalar que os seus valores não se apresentam abaixo do normal (a base de dados B apresenta, mesmo, valores francamente bons), se tivermos em conta resultados de diferentes testes de avaliação e estudos feitos sobre a matéria[7]. Se analisarmos tais resultados, verificamos que os valores da taxa de precisão dificilmente ultrapassam os 60%.
A título de exemplo, podemos referir que, no caso da avaliação do Sistema MEDLARS, os valores das taxas de revocação e de precisão, calculados para 5 Centros de Documentação, foram os seguintes[8]:

[5] É de salientar que, em qualquer das bases de dados, muitas das vezes em que foram utilizados vários dispositivos de pesquisa, nomeadamente em expressões de pesquisa com truncatura e operadores booleanos, tal combinação foi determinada pela necessidade de delimitar cronologicamente os temas a pesquisar. Essa delimitação cronológica obrigou, forçosamente, ao uso daqueles dispositivos na construção das expressões de pesquisa.
[6] Para calcular as taxas médias de precisão e de ruído, considerámos apenas as questões em que foram recuperados registos, excluindo, portanto, aquelas cujo número de registos recuperados foi 0. Não é possível determinar com clareza se a não recuperação de registos ocorreu devido a ineficácia da linguagem de indexação ou, simplesmente, por não existirem, nas bases de dados, registos relevantes face a determinadas questões. Nos 4 casos em que não foram recuperados quaisquer registos, nas duas bases, é quase certo que tal facto se deve à inexistência de documentação para satisfazer as questões em causa.
[7] Ver literatura citada no capítulo 4, notas 16-18.
[8] Cf.: CLEVERDON, C.W. – *Progress in Documentation...* (o. c., p. 63).

	Revocação	Precisão
Centro A	69,2%	40,7%
Centro B	64,6%	43,2%
Centro C	57,9%	50,9%
Centro D	55,5%	55,6%
Centro E	43,3%	57,2%

Evidentemente que, o cálculo da taxa de precisão, só por si, ou seja, sem o cálculo da taxa de revocação, não nos dá uma ideia exacta do desempenho de um sistema, pois as duas taxas tendem a variar no sentido inverso. Cleverdon afirma que "em regra, é verdade que, em grande número de situações, um aumento da revocação só pode ser obtido à custa de um abaixamento da precisão, ou vice-versa..."[9]. Esta situação típica pode, obviamente, ser contrariada em alguns casos, pelo que a variação inversa das duas taxas não deve ser considerada uma lei geral, nem como diz também Cleverdon "deve ser usada como desculpa para justificar insucessos na melhoria geral do desempenho dos sistemas de recuperação de informação"[10].

No que se refere ao teste de avaliação feito por Richard Lytle — o único, de que há notícia, efectuado em Arquivos — não temos possibilidade de estabelecer comparações com os nossos resultados, pois as medidas utilizadas na avaliação são diferentes. Lytle baseou-se, essencialmente, no cálculo da revocação comparativa entre os dois métodos que testou, para determinar a eficácia do desempenho dos mesmos. Não calculou os valores da taxa de precisão.

De qualquer modo, é de referir que os valores da revocação comparativa determinados por Lytle foram de 48% (desvio-padrão — 24%) para o "provenance method" e 50% (desvio-padrão — 33%) para o "content indexing method"[11]. Daí que o autor tenha concluído que o desempenho dos dois métodos era aproximadamente igual e bastante "pobre" nos dois casos.

3. A eficiência das bases de dados: análise comparativa do seu desempenho

O desempenho de qualquer SRI (ou base de dados), além de ser medido em termos de eficácia, deve também ser avaliado no que respeita à eficiência, ou seja, na relação custo/benefício que o caracteriza.

Embora o nosso objectivo não se centrasse na análise da eficiência das bases de dados, os resultados do teste permitem, mesmo sem quantificação, chegar a algumas conclusões.

Medir a eficiência de um SRI (ou de uma base de dados) implica a análise dos custos, em termos de *tempo, esforço* e *dinheiro* dispendidos nas pesquisas[12].

No nosso caso, embora não possamos comparar, quantitativamente, aqueles três parâmetros, podemos avaliar as duas bases de dados, no que respeita ao tempo gasto nas pesquisas e ao esforço dispendido nas mesmas. Estes factores podem comparar-se a partir dos elementos registados nos Quadros 17, 18 e 19.

Assim, verifica-se o seguinte:

— Na base de dados A, o número de pesquisas, por questão, foi, em 75,8% dos casos, superior ao da base de dados B.

[9] Cf.: CLEVERDON, C.W. – *On the Inverse Relationship of Recall and Precision* (o. c., p. 199).

[10] Idem, ibidem.

[11] Cf.: LYTLE, Richard (o. c., p. 200).

[12] A este propósito, ver por exemplo: LANCASTER, F.W. – *Principes Directeurs*... (o. c., p. 64-76); SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. (o. c., p. 186-191).

— O número médio de pesquisas, na base de dados A, foi 4,2, enquanto que, na base de dados B, foi 2,8.
— Os dispositivos de pesquisa combinados e, portanto, a elaboração de expressões de pesquisa mais complexas, foram sempre mais utilizados na base de dados A, do que na B.

Estes dados permitem-nos concluir que o esforço dispendido nas pesquisas foi superior na base de dados A e, consequentemente, o tempo gasto também foi maior do que na base de dados B[13].
Esta última base não só operou mais rapidamente, como também recuperou, em média, maior número de documentos relevantes e menor número de documentos não relevantes e de documentos repetidos. Estes aspectos são também muito importantes, numa análise da eficiência, pois quanto maior for o ruído na informação recuperada, mais tempo será gasto a analisar registos que não contêm informação relevante.
O tempo da pesquisa diminui, portanto, não só porque se efectuam menos interrogações à base de dados, mas também porque a precisão é maior e o ruído menor.
Em conclusão, podemos afirmar que — mesmo sem determinarmos quantitativamente, em que medida diferem, nas duas bases de dados, os factores *tempo* e *esforço* dispendidos — na recuperação da informação, a base de dados B se revelou mais eficiente do que a base de dados A. De facto, na base B, foi possível, em termos globais, obter melhores resultados (mais eficácia) com menores custos (mais eficiência)[14].

4. A complementaridade das bases de dados

Uma vez que, na análise global feita a partir dos valores das taxas de precisão e de ruído, verificámos a existência de 7 casos em que a base de dados A revelou melhor desempenho, e porque na análise comparativa dos resultados de cada questão — atrás apresentada e sintetizada nos quadros 18 e 19 — também a mesma base de dados se apresentou mais eficaz em variadas situações, decidimos proceder ao cálculo de mais duas medidas, com o fim de aprofundar a análise comparativa.
Trata-se do cálculo da taxa de coincidência ("overlap") e do ganho adicional ("incremental advantage"), que permitem avaliar comparativamente bases de dados[15].

Taxa de coincidência

Exprime a quantidade de documentos coincidentes e a quantidade de documentos divergentes, recuperados pelas bases de dados que se pretendem estudar comparativamente. É um bom indicador para comparar o desempenho de bases de dados, mesmo sem ter sido calculada a taxa de

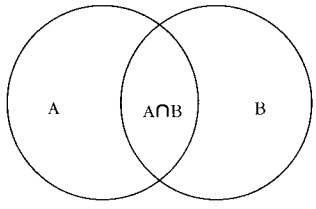
[13] Não analisámos o tempo gasto nas pesquisas, pois ele é função, sobretudo, do número de interrogações à base de dados. Temos também consciência de que, as características do sistema informático, nomeadamente a velocidade do processador central e a capacidade de memória, têm influência no tempo dispendido nas pesquisas. A exagerada demora que ocorreu em certo tipo de pesquisas, especialmente nas que envolviam o uso de vários operadores booleanos, é um problema a analisar, sob o ponto de vista informático e não se relaciona com a linguagem de indexação.
[14] A maior eficiência só pode ser verificada, face ao processo de recuperação da informação. Numa análise de custos global, haveria que entrar em linha de conta também com os custos da entrada de dados, os quais, na base B, são sem dúvida mais elevados, pois a linguagem controlada requer mais tempo e maior esforço na indexação. De qualquer modo, a base de dados A também pressupõe um esforço considerável na elaboração dos resumos de conteúdo, pois há que proceder à análise da documentação, da mesma forma que é feita na base B. Apenas são poupados o tempo e o esforço relativos à selecção dos conceitos e sua representação através dos descritores.
[15] Estas medidas foram já utilizadas por Richard Lytle na sua experiência de avaliação. (Cf.: LYTLE, Richard – o. c., p. 199-201)

revocação. A taxa de coincidência varia entre 0 e 1; se o seu valor for alto, significa que a maioria dos registos relevantes foram recuperados; se o seu valor for baixo, provavelmente, muitos registos relevantes ficaram por recuperar.
O seu cálculo obedeceu à seguinte fórmula:

$$\frac{\text{nº de reg. relev. recuperados nas duas bases de dados}}{\text{nº de reg. relev. coincidentes nas duas bases de dados}}$$

Medida do ganho adicional

Quantifica a vantagem (ou não) em juntar aos documentos recuperados por uma base de dados, os recuperados pela(s) outra(s) base(s) que se estuda(m) comparativamente.
O ganho adicional varia entre 0 (nenhum ganho adicional) e valores superiores a 1. O diagrama abaixo representa os registos considerados para o cálculo desta medida,



sendo os respectivos cardinais, os seguintes:

$n = \#(A \setminus B)$ = nº de registos recuperados pela base de dados A, mas não pela base de dados B
(representa o ganho adicional por parte de B)

$p = \#(B \setminus A)$ = nº de registos recuperados pela base de dados B, mas não pela base de dados A
(representa o ganho adicional por parte de A)

$q = \#(A \cap B)$ = nº de registos recuperados pelas duas bases de dados

O ganho adicional calcula-se da seguinte forma:

$$\frac{n}{q + p}$$ (ganho adicional pelo uso da base de dados A)

$$\frac{p}{n + q}$$ (ganho adicional pelo uso da base de dados B)

Calculámos esta medida apenas relativamente aos registos relevantes recuperados. Para o efeito, entrámos em linha de conta com todos os registos "muito relevantes", "relevantes" e "pouco relevantes" recuperados, pois consideramos que todos eles contribuem com informação susceptível de responder a uma questão colocada e, portanto, representam ganho adicional.

Face aos resultados da taxa de coincidência calculada (ver Quadro 21), podemos verificar que, em média, mais de metade (54,1%) dos registos relevantes foram recuperados por ambas as bases de dados. No entanto, permanecem ainda 45,9%, que não foram recuperados pelas duas bases. Estes números são indicadores da capacidade de revocação[16]. De qualquer modo, para se medir, com exactidão, esta capacidade, haveria que determinar, como já vimos, o número de registos relevantes existentes nas bases de dados. Mesmo que, por hipótese, a taxa de coincidência fosse de 100%, isso, só por si, não substituiria o cálculo da taxa de revocação, pois poderiam existir ainda outros registos relevantes, que ficavam por recuperar.

O "ganho adicional" ajuda ainda mais a comparar o desempenho das duas bases, pois permite avaliar qual delas apresenta maior capacidade de revocação e exprime a medida em que se traduz, de facto, a complementaridade entre as duas. Assim, se analisarmos os resultados do Quadro 22, podemos verificar que em 18 casos[17], é maior o ganho adicional pelo uso da base de dados A, associada à base de dados B; e, em 23 casos[18], é superior o ganho adicional pela base de dados B, associada à A. Em 7 questões não se verifica qualquer ganho adicional de parte a parte e, em outras 7 questões, o ganho adicional é igual para as duas bases.

Estes resultados permitem concluir que, apesar de, em termos globais, a base de dados B revelar, em cerca de dois terços das questões, um desempenho superior, a base de dados A proporcionaria um significativo ganho adicional, quando associada aos resultados das mesmas questões, na base de dados B.

Podemos, pois, afirmar que *as duas bases de dados se complementam*, visto que só em 7 questões houve coincidência total nos registos relevantes recuperados. Na maioria dos casos, cada uma das bases contribuiu com algum ganho adicional para os resultados da outra. Daí que, o superior desempenho da base de dados B, tenha de ser encarado de uma forma relativa e não absoluta.

Face a estes resultados, conclui-se que a combinação da linguagem controlada com a não-controlada, numa mesma base de dados, se apresenta como o meio mais eficaz de conseguir um melhor desempenho. Além dos resultados obtidos com a pesquisa através dos descritores, poderão ainda recuperar-se mais registos se se proceder à pesquisa em linguagem não-controlada. No caso da ARQBASE, esta linguagem permite o acesso aos vários campos da descrição. Não se trata, pois, de usar dois tipos de linguagens no acesso por assuntos, mas sim de procurar, através de palavras ou termos existentes nos diversos campos de cada registo, aceder a informação que, eventualmente, não seja recuperada por meio dos descritores.

O facto de apenas em 7 questões não se verificar qualquer ganho adicional, significa que é vantajoso dar ao utilizador as duas possibilidades de aceder à informação — de uma forma livre e através de uma linguagem controlada. Assim, após a pesquisa por descritores, ele poderá ainda tentar obter mais informação utilizando, como pontos de acesso, palavras ou termos que considerar passíveis de representar a sua questão, ou escolhendo no léxico de pesquisa os pontos de acesso que achar adequados.

Em nossa opinião, a linguagem não-controlada deverá ser uma possibilidade não excluída, mas sempre encarada como um complemento, ou melhor, um recurso, que pode traduzir-se em alguns ganhos, mas que acarreta também a recuperação de informação não relevante e de

[16] No caso da avaliação efectuada por R. Lytle, os valores da taxa de coincidência e do ganho adicional, enquanto indicadores da capacidade de revocação, permitiram confirmar o fraco desempenho dos dois métodos em análise.

[17] A estes 18 casos deveriam associar-se mais duas questões, para as quais não foi possível calcular o ganho adicional, pelo facto de não terem sido recuperados quaisquer registos relevantes, pela base de dados B.

[18] A estes 23 casos dever-se-iam associar mais 3, para os quais também não foram recuperados registos relevantes, pela base de dados A e, portanto, não foi possível, igualmente, calcular o ganho adicional.

gasto de tempo e esforço, muitas vezes não recompensado. Apesar de tudo, os ganhos obtidos serão, em termos globais, compensadores do esforço e tempo dispendidos. Daí a razão de considerarmos importante manter as possibilidades actuais de pesquisa na ARQBASE. Porém, no que respeita ao acesso por assuntos, a linguagem controlada deverá substituir o método até agora usado, que consiste no estabelecimento dos pontos de acesso a partir de palavras ou frases do resumo de conteúdo.

5. Análise dos êxitos e das falhas identificados a partir do teste

Do atrás exposto já verificámos que, embora em termos globais, a base de dados B se tenha revelado mais eficaz e mais eficiente, a base de dados A teve, em diversas situações, um melhor desempenho.
A partir de um exame atento dos elementos registados durante o teste, pudemos analisar as razões mais importantes dos êxitos e das falhas verificados em cada uma das bases de dados.

BASE DE DADOS A

Êxitos

a) A principal razão, geradora de êxito nas pesquisas, foi o facto de o elemento "título" e todas as palavras suas componentes constituírem pontos de acesso. Embora nem sempre o título seja identificativo dos assuntos, o acesso através deste elemento permitiu uma maior revocação e a recuperação de registos que, de outra forma, não seriam recuperados.
Vejamos um exemplo:
— Numa questão sobre "forais", foram recuperados 20 registos relevantes, porque a palavra "foral" fazia parte dos títulos. Se assim não fosse, no acesso por assuntos não seriam recuperados tais registos, pois "foral" figura no campo referente ao título e no subcampo relativo à tipologia documental e não no subcampo "assunto/conteúdo".

b) Além dos títulos, todos os outros pontos de acesso (mesmo não sendo relativos ao conteúdo ideológico) permitem um aumento da capacidade de revocação, pois criam mais possibilidades de acesso à informação. É óbvio que, este aumento da revocação se traduz, geralmente, numa diminuição da precisão (e, logo, num aumento do ruído).

c) É ainda de assinalar, como factor responsável pelos êxitos nas pesquisas, a existência de desenvolvidos resumos de conteúdo — onde se assinalaram os pontos de acesso — em cada unidade de descrição, os quais, embora redigidos em texto livre, são produto de uma análise bastante aprofundada.
Este aspecto é digno de realce, visto que esta prática não é muito comum nos Arquivos. Normalmente, a descrição arquivística centra-se mais no registo dos elementos de identificação e nos caracteres físicos dos documentos, do que na análise do seu conteúdo.

Falhas

a) A razão fundamental, que contribuiu para a recuperação de registos não relevantes, foi a falta de precisão semântica da linguagem não-controlada. A sinonímia e a polissemia ocorrem

com muita frequência, não havendo forma de distinguir os vários significados dos termos homógrafos.

Apenas dois exemplos:
— Numa questão sobre o tema "honras" (significando circunscrição senhorial com privilégios e isenções) foram recuperados registos em que figurava a palavra "honra" no campo de título. Assim, além dos registos relevantes, foram também recuperados outros em que a palavra "honra" surgia no seguinte contexto: "...monumento em sua honra...".

— Numa questão sobre "bairros operários" foram recuperados registos referentes ao tema em causa, mas também muitos outros respeitantes a "bairros administrativos". Isto sucedeu pelo facto de a palavra "bairro" não ter precisão semântica.

b) Outra razão que justifica a recuperação de registos não relevantes, é o facto de, na linguagem não-controlada, serem usadas, sem qualquer critério, as formas singular e plural. A existência destas duas formas, levou a que, na pesquisa — para reduzir o número de interrogações à base de dados — utilizássemos a truncatura, sempre que possível. Com este dispositivo, numa só interrogação, são recuperados os registos cujos pontos de acesso figuram quer no singular, quer no plural. Porém, em diversas situações, a truncatura possibilitou a recuperação de registos não relevantes.
Vejamos também dois exemplos:
— Numa questão sobre "construção de casas", a utilização da truncatura, com a finalidade de pesquisar os termos "casa" e "casas" na mesma operação, originou a recuperação de registos referentes a "casamento".

— Numa outra questão sobre "mercados", a truncatura, utilizada para o mesmo efeito, permitiu o acesso a registos sobre "mercadorias".

c) A falta de um campo apropriado para criar pontos de acesso por datas, também originou falhas na recuperação da informação.
Como já referimos, grande parte das questões envolvidas no teste implicavam uma limitação cronológica dos temas. A base de dados A apenas permite recuperar datas, desde que elas figurem nos respectivos campos ("data inicial" e "data final") ou sejam assinaladas entre <>, nos campos de preenchimento em texto livre.
Se, por exemplo, se pretender recuperar informação relativa ao século XV, um registo cujas datas extremas sejam, por hipótese, "1380-1600", não será recuperado.

d) O facto de, no léxico de pesquisa, não ser possível distinguir os pontos de acesso por assuntos, dos demais pontos de acesso, originou a recuperação de muitos registos repetidos, nas diversas interrogações relativas a uma mesma questão. Tais repetições implicam, obviamente, um maior gasto de tempo, na análise dos registos recuperados.

e) A falta de um vocabulário de indexação, onde estejam registados os pontos de acesso por assuntos, implica, necessariamente, um maior número de interrogações à base de dados, face a cada questão, na tentativa de esgotar todos os pontos de acesso existentes, susceptíveis de recuperar informação relevante.

f) A inexistência de um dicionário de palavras vazias, ou seja, palavras a excluir automaticamente do léxico de pesquisa[19], causa muitas vezes uma perda de precisão, sobretudo se for usada a truncatura.
Exemplo:
Se for usada a truncatura para recuperar informação relativa a "forais" (FORA$), com o objectivo de, na mesma interrogação, se recuperarem os registos em que a palavra figura no singular ou no plural, serão igualmente recuperados registos em que exista a palavra "fora", no campo de título, por exemplo. Se existisse um dicionário de palavras vazias, a palavra "fora" seria automaticamente excluída do léxico de pesquisa.

BASE DE DADOS B

Êxitos

a) A maior precisão da base de dados B deve-se ao facto de a linguagem de indexação possibilitar um controlo da sinonímia, da polissemia e da ambiguidade, e uma coerência na forma dos termos de indexação. Este controlo resulta, evidentemente, numa maior precisão semântica.

b) A existência de um instrumento de apoio à pesquisa — a lista de autoridade — permite seleccionar os termos de acesso antes de se iniciarem as interrogações à base de dados, não sendo, portanto, necessário tentar "adivinhar" as formas possíveis de estabelecimento dos pontos de acesso.

c) Os factores enunciados nas alíneas a) e b) contribuíram para a redução do número de pesquisas a efectuar, face a cada questão.

d) A distinção, no léxico de pesquisa, dos pontos de acesso por assuntos (surgem, como já atrás mencionámos, prefixados pela abreviatura "AS") permite aceder directamente ao conteúdo ideológico e excluir outros tipos de acesso, evitando ainda, em grande medida, a recuperação de registos repetidos.

e) A existência de um campo específico para registo dos pontos de acesso por datas possibilita uma maior revocação.
Exemplos:
— Se se pretender recuperar informação sobre o século XV, verificamos que, na base de dados B, são recuperados 33 registos, enquanto que, na base de dados A, apenas seriam recuperados 23; relativamente ao século XVI, temos 103 registos na base de dados B e 88 na A.

Falhas

a) O facto de uma linguagem de indexação controlada conter, necessariamente, menos termos do que uma linguagem onde não há controlo de autoridade, reduz, evidentemente, o número de pontos de acesso. Contudo, se a indexação for feita com exaustividade, diminui o risco de ausência de termos para pesquisa.

[19] Nos sistemas automatizados, que usam linguagem natural, ou linguagem não-controlada, é indispensável a existência de um dicionário de palavras consideradas vazias de significado (artigos, pronomes, preposições, advérbios, conjunções, etc.) a fim de se impedir, na medida do possível, a recuperação de documentos irrelevantes.

A falta de exaustividade originou, por vezes, falhas na recuperação, tendo-se verificado 3 casos em que não foi possível encontrar, na lista de autoridade, termos de indexação susceptíveis de representar os conceitos existentes nas questões formuladas[20].

b) Também em 3 situações, detectámos falhas originadas por uma falta de especificidade da linguagem de indexação.
Vejamos um dos casos:
— Questão: "O imposto do milhão"
Na linguagem de indexação não existia um termo capaz de representar, com especificidade, o conceito da questão formulada; apenas existia o termo genérico "finta", que fora usado para indexar as séries relativas àquele imposto. Aquando da pesquisa, verificou-se que, além dos 10 registos relativos ao referido imposto (considerados "muito relevantes" pelo utilizador) foram recuperados mais 4 registos referentes a outras fintas, mas considerados "não relevantes" para a questão em causa.

c) Algumas das questões postas pelos utilizadores necessitavam da combinação da pesquisa por descritores com outros pontos de acesso (nomeadamente com a tipologia documental), para que o resultado da pesquisa fosse verdadeiramente satisfatório. Ora, o facto de estarmos a testar apenas a linguagem de indexação (por assuntos) inibiu-nos de fazer aquela combinação, o que resultou numa menor revocação.
Apenas um exemplo:
— Questão: "Forais do Termo do Porto"
Para uma resposta satisfatória a esta questão, interessavam não só os documentos sobre forais, como também os próprios forais, enquanto tipo documental. Como utilizámos, na expressão de pesquisa, a palavra "foral" enquanto assunto (ou seja, precedida de "AS"), apenas foi recuperado um registo "muito relevante". Porém, se tivesse sido usada a palavra "foral" como ponto de acesso a outros campos que não o de assuntos, teriam sido recuperados 20 registos (9 "muito relevantes" e 11 "relevantes"). Foi, aliás, o que sucedeu na base de dados A, onde a palavra "foral" permitiu o acesso por "título" e por "tipologia documental", como já referimos num exemplo atrás descrito.

6. Conclusões do teste de avaliação

Em função da análise dos resultados do teste de avaliação, atrás apresentada, podemos tirar as seguintes conclusões:

1 — *A base de dados B, em que foi utilizado o controlo de autoridade na indexação por assuntos, revelou, em termos globais, um melhor desempenho* do que a base de dados A, na qual se usou uma linguagem de indexação não-controlada.
Este melhor desempenho traduz-se numa mais elevada taxa de precisão (57,2% na base de dados B, contra 43,6% na base de dados A) e, logo, numa menor taxa de ruído, indicadores do nível de eficácia.

[20] Em dois destes casos, na base de dados A, foram recuperados registos relevantes (numa questão 14 registos e na outra 5), o que prova que a falha se deve à linguagem de indexação. No terceiro caso, na base de dados A, também não foi possível recuperar qualquer registo.

2 — Além de se revelar mais eficaz, *a base de dados B também se apresentou mais eficiente na recuperação da informação*, a avaliar pelo esforço e pelo tempo dispendidos nas pesquisas.

3 — A análise comparativa das duas bases de dados, tendo como suporte o cálculo da "taxa de coincidência" e do "ganho adicional", permite concluir que, *na maioria das questões, cada uma das bases de dados contribuiu com algum ganho adicional para os resultados da outra.* Verifica-se, pois, uma grande complementaridade entre as duas bases de dados.

4 — Tendo em conta o melhor desempenho da base de dados B e também a complementaridade verificada entre as duas bases, podemos concluir que, em termos de recuperação da informação por assuntos, para que o sistema se torne mais eficaz, não é condição única o controlo de autoridade no estabelecimento dos pontos de acesso. Além da linguagem controlada, deverá *existir a possibilidade de pesquisa em linguagem não-controlada*, a qual permite o acesso através de palavras, ou conjuntos de palavras, registados nos diversos campos. Esta possibilidade, usada como complemento da linguagem controlada, faz aumentar a capacidade de revocação do sistema.

5 — As falhas, verificadas na base de dados B, deveram-se, essencialmente, a deficiências de indexação, nomeadamente no que respeita à falta de exaustividade e de especificidade. *O estudo de tais falhas possibilitou-nos um aperfeiçoamento da linguagem de indexação*, o qual se traduziu em correcções e introdução de novos termos na lista de autoridade[21].

6 — Por último, o teste permitiu-nos concluir que, *mais do que medir a eficácia e a eficiência de um SRI, a avaliação é importante pela posssibilidade que dá de detectar e analisar falhas e, consequentemente, corrigir as deficiências encontradas. A avaliação é, pois, um meio fundamental para promover melhorias em qualquer SRI.*
No caso dos Arquivos, quase não há notícia de experiências de avaliação. No entanto, este teste é um exemplo que permite demonstrar que *os arquivistas dispõem de fundamentação teórica e de instrumentos capazes para suportar tais experiências.* Podemos mesmo afirmar, com base no nosso estudo, que *a avaliação em Arquivos é tão importante como em quaisquer outros SRI e que deverá ser feita como meio de definir políticas de gestão do tratamento da informação, bem como para melhorar a qualidade dos serviços aos utilizadores, no que respeita ao acesso à mesma informação.*

[21] A lista de autoridade apresentada no Anexo 5 já contempla as alterações introduzidas.

Quadro 17

Resultados comparativos do teste de avaliação, efectuado nas bases de dados A e B

Utilizadores	Questões (Bases A e B)	Total Reg. Recuperados	Registos relevantes recuperados			Total Reg. Relev. Recuperados	Reg. não Relev. Recuperados	Reg. repetidos Recuperados	Nº de pesquisas	Dispositivos de pesquisa*
			Mtº Relev.	Relev.	Pouco Relev.					
1	A - 1	46	2	9	3	14	32	2	2	T/OB/L/CL
	B - 1	0				0			0	
	A - 2	7	6			6	1	1	7	TE/T/OB/L
	B - 2	7	7			7		4	5	D/T/OB
	A - 3	5	4	1		5		6	6	T/OB/L/CL
	B - 3	5	4	1		5		2	2	D
2	A - 1	31	23	5	1	29	2	37	4	TE/T/CL
	B - 1	28	23	4	1	28			1	D
	A - 2	23		3	3	6	17		4	TE/T/OB
	B - 2	6		1	3	4	2		1	D
	A - 3	44	44			44			1	TE/OB
	B - 3	48	48			48			1	D/OB/TE
3	A - 1	40	1	3	1	5	35	5	10	TE/L
	B - 1	32	1	4	2	7	25		6	D/T/OB
	A - 2	39	2	8	11	21	18	1	6	TE/L
	B - 2	40	3	7	14	24	16		5	D
	A - 3	29	1	7	13	21	8		3	TE
	B - 3	18	2	5	7	14	4		3	D
4	A - 1	9		4	1	5	4	1	5	TE/T/OB
	B - 1	17	3	7	3	13	4	1	4	D/T/OB
	A - 2	37	10	5		15	22	1	2	TE/T/OB
	B - 2	34	13	8	1	22	12	7	7	D/OB
	A - 3	9	3	3		6	3	2	5	TE/T/OB/L
	B - 3	9	2	3		5	4		3	D/OB
5	A - 1	29	3	2	2	7	22	7	6	TE/T/L
	B - 1	6	3	2	1	6		8	4	D
	A - 2	13	6	3	1	10	4		7	TE/T/L
	B - 2	14	4	9	1	14			4	D
	A - 3	38	4	7	3	14	24	1	4	TE/T/OB
	B - 3	15	5	5	3	13	2	1	4	D/T/OB
6	A - 1	57	16	20	3	39	18	7	7	TE/T/OB
	B - 1	72	18	22	4	44	28	2	4	D/OB
	A - 2	34	1	18	9	28	6	12	7	TE/T
	B - 2	28	1	17	6	24	4	1	4	D/T
	A - 3	21	5	7	2	14	7	5	5	TE/TOB
	B - 3	28	8	12	5	25	3	1	3	D/OB
7	A - 1	7	2	3		5	2	2	4	TE T
	B - 1	3	2	1		3		2	2	D
	A - 2	6		1	2	3	3	5	3	TE/T
	B - 2	3		1	1	2	1		1	D
	A - 3	23		8	6	14	9		3	TE/T/OB
	B - 3	26		10	7	17	9	2	4	D/OB
8	A - 1	8	7			7	1		1	TE/T
	B - 1	6	5	1		6			4	D
	A - 2	10	10			10			1	TE
	B - 2	14	10			10	4		1	D
	A - 3	11	1	2	3	6	5	8	10	TE/T/OB
	B - 3	8	1	2	4	7	1	9	5	D/T/OB
9	A - 1	17	7	6	2	15	2	2	2	TE/T/OB/L
	B - 1	14	9	5		14			1	D/OB
	A - 2	24	2	1	5	8	16	4	6	TE/T/OB/L
	B - 2	11	3	4	1	8	3	7	3	D/OB
	A - 3	7	2	4		6	1	3	3	TE/T/OB/L
	B - 3	5	2	2	1	5		2	3	D
10	A - 1	28	7			7	21		3	TE
	B - 1	7	7			7			1	D/T
	A - 2	8		1	1	2	6		4	TE/T
	B - 2	13		2		2	11		1	D
	A - 3	1	1			1			2	TE/T
	B - 3	1	1			1			1	D
11	A - 1	7	2	2	1	5	2	1	4	TE/T/OB
	B - 1	7		5	1	6	1		1	D/T/OB
	A - 2	7		6		6	1		2	TE/T/OB/L
	B - 2	7		6		6	1		1	D/T/OB
	A - 3	20	9	11		20		1	2	TE
	B - 3	1	1			1			1	D

(continua)

(continuação)

Utilizadores	Questões (Bases A e B)	Total Reg. Recuperados	Registos relevantes recuperados			Total Reg. Relev. Recuperados	Reg. não Relev. Recuperados	Reg. repetidos Recuperados	Nº de pesquisas	Dispositivos de pesquisa*
			Mtº Relev.	Relev.	Pouco Relev.					
12	A - 1	2	1	1		2			4	TE/T/OB
	B - 1	4	4			4		2	3	D/T/OB
	A - 2	0				0			2	TE/L
	B - 2	7	7			7			1	D/T/OB
	A - 3	2	2			2			1	TE/T/OB
	B - 3	2	2			2			1	D/T/OB
13	A - 1	36	12	10		22	14		3	TE/T/OB/CL
	B - 1	44	23	19	1	43	1		1	D/T/OB
	A - 2	5	5			5			1	OB/L
	B - 2	0				0			0	
	A - 3	30	5	4	2	11	19	2	10	TE/T/OB
	B - 3	43	9	8	3	20	23	5	7	D/T
14	A - 1	0				0			3	TE/T/OB
	B - 1	4	3	1		4			2	D/OB
	A - 2	35	1	7	4	12	23	5	4	TE/T/L
	B - 2	22	1	15	6	22		1	4	D
	A - 3	53	7	11	13	31	22	2	4	TE/T/OB
	B - 3	39	7	9	13	29	10		4	D/T/OB
15	A - 1	0				0			1	TE/T/OB
	B - 1	0				0			1	D/T/OB
	A - 2	0				0			3	TE/L
	B - 2	0				0			0	
	A - 3	25	9	7	8	24	1	8	3	TE/T/OB
	B - 3	25	7	13	4	24	1		1	D/OB
16	A - 1	4		2		2	2		4	TE/T/OB/CL
	B - 1	4		1		1	3		2	D/T
	A - 2	40	4	1	1	6	34	2	5	TE/T
	B - 2	6	4			4	2		2	D/T
	A - 3	33	1	2		3	30	1	3	TE/OB/L
	B - 3	14	2	1	1	4	10		2	D/T/OB
17	A - 1	4		1		1	3		3	TE/T/OB/L
	B - 1	1		1		1			2	D/T/OB
	A - 2	0				0			3	TE/T/OB
	B - 2	0				0			2	D/T/OB
	A - 3	0				0			4	TE/OB
	B - 3	1			1	1			3	D/OB
18	A - 1	8	3	4		7	1		4	TE/T/L
	B - 1	10	3	3	1	7	3		3	D
	A - 2	25	3	6	2	11	14	8	6	TE/T/OB/L
	B - 2	12	3	3		6	16	14	6	D/T/OB
	A - 3	8	5	2		7	1		5	TE/T/L
	B - 3	7	5	1		6	1	1	4	D
19	A - 1	0				0			4	TE/T/OB/L
	B - 1	0				0			3	D/T/OB
	A - 2	1				0	1		4	TE/T/OB
	B - 2	1				0	1		5	D/T/OB
	A - 3	7	6			6	1	1	8	TE/T/OB/L
	B - 3	7	7			7		6	6	D/T/OB
20	A - 1	34	3	10	5	18	16	2	3	TE/T/OB
	B - 1	27	4	15	4	23	4	2	2	D/T/OB
	A - 2	44	15	22		37	7	2	2	TE/T
	B - 2	35	14	20	1	35		2	2	D/T/OB
	A - 3	12	3	6	3	12		2	4	TE/L
	B - 3	10	3	6	1	10			1	D
21	A - 1	9		4	2	6	3		5	TE/T
	B - 1	16		11	1	12	4		5	D/OB
	A - 2	13	1	2	2	5	8		5	TE/T
	B - 2	11	3	2	2	7	4		3	D
	A - 3	1				0	1		7	TE/T/OB/L
	B - 3	0				0			1	D
22	A - 1	6	3			3	3		7	TE/T/L/CL
	B - 1	8	4			4	4		2	D
	A - 2	92	38	23	3	64	28		7	TE/OB/L
	B - 2	95	40	25	3	68	27		2	D
	A - 3	28	7			7	21		7	TE
	B - 3	7	7			7			1	D/T

Média de A	19,0		19,0	10,9	4,5	4,2	
(desvio padrão)	(17,8)		(17,8)	(10,3)	(6,4)	(2,2)	
Média de B	15,3		15,1	6,8	3,7	2,8	
(desvio padrão)	(17,5)		(17,5)	(7,7)	(3,4)	(1,7)	

* Abreviaturas :

CL - Rubricas de classificação
D - Descritores
L - Léxico de pesquisa
OB - Operadores booleanos
T - Truncatura
TE - Termo Exacto

Quadro 18

Resultados globais do desempenho das bases de dados A e B

Bases de dados	Registos recuperados	Registos relevantes recuperados	Registos não relevantes recuperados	Registos repetidos recuperados (*)	Número de pesquisas
A > B	32 questões	22 questões	36 questões	20 questões	50 questões
B > A	19 questões	26 questões	9 questões	11 questões	4 questões
A = B	11 questões	14 questões	17 questões	5 questões	12 questões

(*) - Em 26 questões não se verificou a recuperação de registos repetidos.

Quadro 19

Utilização dos dispositivos de pesquisa, nas bases de dados A e B

Bases de dados	Termo exacto	Truncatura	Operados booleanos	Léxico de pesquisa	Classificação	Uso de 1 só dispositivo	Uso de vários dispositvos
A	63 questões	51 questões	39 questões	25 questões	6 questões	5 questões	61 questões
B	63 questões	27 questões	34 questões			23 questões	39 questões

Quadro 20

Valores comparativos das taxas de precisão e de ruído das bases de dados A e B (em percentagem)

Utilizadores	Questões	Precisão A	Precisão B	Ruído A	Ruído B
1	1	15,8 %		84,2 %	
	2	85,7 %	100,0 %	14,3 %	0,0 %
	3	90,0 %	90,0 %	10,0 %	10,0 %
2	1	83,1 %	90,2 %	16,9 %	9,8 %
	2	9,8 %	20,8 %	90,2 %	79,2 %
	3	100,0 %	100,0 %	0,0 %	0,0 %
3	1	6,9 %	10,9 %	93,1 %	89,1 %
	2	22,4 %	25,0 %	77,6 %	75,0 %
	3	26,7 %	34,7 %	73,3 %	65,3 %
4	1	25,0 %	42,6 %	75,0 %	57,4 %
	2	33,8 %	50,7 %	66,2 %	49,3 %
	3	50,0 %	38,9 %	50,0 %	61,1 %
5	1	15,5 %	70,8 %	84,5 %	29,2 %
	2	51,9 %	62,5 %	48,1 %	37,5 %
	3	21,7 %	55,0 %	78,3 %	45,0 %
6	1	46,9 %	41,7 %	53,1 %	58,3 %
	2	36,0 %	39,3 %	64,0 %	60,7 %
	3	42,9 %	54,5 %	57,1 %	45,5 %
7	1	50,0 %	83,3 %	50,0 %	16,7 %
	2	16,7 %	25,0 %	83,3 %	75,0 %
	3	23,9 %	26,0%	76,1 %	74,0 %
8	1	87,5 %	91,7 %	12,5 %	8,3 %
	2	100,0 %	71,4 %	0,0 %	28,6 %
	3	25,0 %	37,5 %	75,0 %	62,5 %
9	1	61,8 %	82,1 %	38,2 %	17,9 %
	2	15,6 %	47,7 %	84,4 %	52,3 %
	3	57,1 %	65,0 %	42,9 %	35,0 %
10	1	25,0 %	100,0 %	75,9 %	0,0 %
	2	9,4 %	7,7 %	90,6 %	92,3 %
	3	100,0 %	100,0 %	0,0 %	0,0 %
11	1	46,4 %	39,3 %	53,6 %	60,7 %
	2	42,9 %	42,9 %	57,1 %	57,1 %
	3	72,5 %	100,0 %	27,5 %	0,0 %
12	1	75,0 %	100,0 %	25,0 %	0,0 %
	2		100,0 %		0,0 %
	3	100,0 %	100,0 %	0,0 %	0,0 %
13	1	47,2 %	74,4 %	52,8 %	25,6 %
	2	100,0 %		0,0 %	
	3	25,0 %	32,0 %	75,0 %	68,0 %
14	1		87,5 %		12,5 %
	2	15,7 %	45,5 %	84,3 %	54,5 %
	3	29,7 %	37,8 %	70,3 %	62,2 %
15	1				
	2				
	3	58,0 %	58,0 %	42,0 %	42,0 %
16	1	25,0 %	12,5 %	75,0 %	87,5 %
	2	11,9 %	66,7 %	88,1 %	33,3 %
	3	6,1 %	19,6 %	93,9 %	80,4 %
17	1	12,5 %	50,0 %	87,5 %	50,0 %
	2				
	3		25,0 %		75,0 %
18	1	62,5 %	47,5 %	37,5 %	52,5 %
	2	26,0 %	37,5 %	74,0 %	62,5 %
	3	75,0 %	78,6 %	25,0 %	21,4 %
19	1				
	2	0,0 %	0,0 %	100,0 %	100,0 %
	3	85,7 %	100,0 %	14,3 %	0,0 %
20	1	27,2 %	46,3 %	72,8 %	53,7 %
	2	59,1 %	69,3 %	40,9 %	30,7 %
	3	56,3 %	62,5 %	43,8 %	37,5 %
21	1	27,8 %	32,8 %	72,2 %	67,2 %
	2	19,2 %	40,9 %	80,8 %	59,1 %
	3	0,0 %		100,0 %	
22	1	50,0 %	50,0 %	50,0 %	50,0 %
	2	54,6 %	56,1 %	45,4 %	43,9 %
	3	25,0 %	100,0 %	75,0 %	0,0 %

Média	43,6 %	57,2 %	56,4 %	42,8 %
(desvio padrão)	(29,1 %)	(28,4 %)	(29,1 %)	(28,4 %)

Quadro 21

Valores da taxa de coincidência (taxa por questão e taxa média), calculada em função dos registos relevantes recuperados

Utilizadores	Questões	Total de registos relevantes recuperados (a + b)	Registos coincidentes	Registos não coincidentes	Taxa de coincidência
1	1	14	0	14 (A)	0,0 %
	2	9	4	5(2A + 3B)	44,4 %
	3	5	5	0	100,0 %
2	1	29	28	1 (A)	96,6 %
	2	6	4	2 (A)	66,7 %
	3	48	44	4 (B)	91,7 %
3	1	7	5	2 (B)	71,4 %
	2	25	20	5 (1A + 4B)	80,0 %
	3	26	9	17 (12A + 5B)	34,6 %
4	1	16	2	14 (3A + 11B)	12,5 %
	2	22	15	7 (B)	68,2 %
	3	7	4	3 (2A + 1B)	57,1 %
5	1	7	6	1 (B)	85,7 %
	2	18	5	13 (4A + 9B)	27,8 %
	3	18	9	9 (5A + 4B)	50,0 %
6	1	57	26	31 (13A + 18B)	45,6 %
	2	29	23	6 (5A + 1B)	79,3 %
	3	25	14	11 (B)	56,0 %
7	1	5	3	2 (A)	60,0 %
	2	3	2	1 (A)	66,7 %
	3	18	13	5 (1A + 4B)	72,2 %
8	1	8	5	3 (2A + 1B)	62,5 %
	2	10	10	0	100,0 %
	3	11	2	9 (4A + 5B)	18,2 %
9	1	18	11	7 (4A + 3B)	61,1 %
	2	9	7	2 (1A + 1B)	77,8 %
	3	7	4	3 (2A + 1B)	57,1 %
10	1	7	7	0	100,0 %
	2	4	0	4 (2A + 2B)	0,0 %
	3	1	1	0	100,0 %
11	1	11	0	11 (5A + 6B)	0,0 %
	2	7	5	2 (1A + 1B)	71,4 %
	3	20	1	19 (A)	5,0 %
12	1	6	0	6 (2A + 4B)	0,0 %
	2	7	0	7 (B)	0,0 %
	3	2	2	0	100,0 %
13	1	46	19	27 (3A + 24B)	41,3 %
	2	5	0	5 (A)	0,0 %
	3	20	11	9 (B)	55,0 %
14	1	4	0	4 (B)	0,0 %
	2	24	10	14 (2A + 12B)	41,7 %
	3	31	28	4 (3A + 1B)	90,3 %
15	1				
	2				
	3	30	18	12 (6A + 6B)	60,0 %
16	1	3	0	3 (2A + 1B)	0,0 %
	2	5	4	2 (A)	66,7 %
	3	6	2	3 (1A + 2B)	40,0 %
17	1	1	1	0	100,0 %
	2				
	3	1	0	1 (B)	0,0 %
18	1	8	6	2 (1A + 1B)	75,0 %
	2	11	6	5 (B)	54,5 %
	3	7	6	1 (A)	85,7 %
19	1				
	2				
	3	9	4	5 (2A + 3B)	44,4 %
20	1	26	15	11 (3A + 8B)	57,7 %
	2	38	34	4 (3A + 1B)	89,5 %
	3	15	7	8 (5A + 3B)	46,7 %
21	1	14	3	11 (3A + 8B)	21,4 %
	2	9	3	6 (2A + 4B)	33,3 %
	3				
22	1	4	3	1 (B)	75,0 %
	2	88	44	44 (20A + 24B)	50,0 %
	3	7	7	0	100,0 %

Taxa de cincidência média (desvio padrão)	54,1 % (32,2 %)

Quadro 22

Valores comparativos do "ganho adicional" pelo uso das bases de dados A e B

Utilizadores	Questões	Registos coincidentes	Registos relevantes (A menos B)	Registos relevantes (B menos A)	Ganho adicional pelo uso de A	Ganho adicional pelo uso de B
1	1	0	14	0		0,00 %
	2	4	2	3	28,57 %	50,00 %
	3	5	0	0	0,00 %	0,00 %
2	1	28	1	0	3,57 %	0,00 %
	2	4	2	0	50,00 %	0,00 %
	3	44	0	4	0,00 %	9,09 %
3	1	5	0	2	0,00 %	40,00 %
	2	20	1	4	4,17 %	19,05 %
	3	9	12	5	85,71 %	23,81 %
4	1	2	3	11	23,08 %	220,00 %
	2	15	7	7	31,82 %	31,82 %
	3	4	2	1	40,00 %	16,67 %
5	1	6	0	1	0,00 %	16,67 %
	2	5	4	9	28,57 %	100,00 %
	3	9	5	4	38,46 %	28,57 %
6	1	26	13	18	29,55 %	46,15 %
	2	23	5	1	20,83 %	3,57 %
	3	14	0	11	0,00 %	78,57 %
7	1	3	2	0	66,67 %	0,00 %
	2	2	1	0	50,00 %	0,00 %
	3	13	1	4	5,88 %	28,57 %
8	1	5	2	1	33,33 %	14,29 %
	2	10	0	0	0,00 %	0,00 %
	3	2	4	5	57,14 %	83,33 %
9	1	11	4	3	28,57 %	20,00 %
	2	7	1	1	12,50 %	12,50 %
	3	4	2	1	40,00 %	16,67 %
10	1	7	0	0	0,00 %	0,00 %
	2	0	2	2	100,00 %	100,00 %
	3	1	0	0	0,00 %	0,00 %
11	1	0	5	6	83,33 %	120,00 %
	2	5	1	1	16,67 %	16,67 %
	3	1	19	0	1900,00 %	0,00 %
12	1	0	2	4	50,00 %	200,00 %
	2	0	0	7	0,00 %	
	3	2	0	0	0,00 %	0,00 %
13	1	19	3	24	6,98 %	109,09 %
	2	0	5	0		0,00 %
	3	11	9	9	45,00 %	45,00 %
14	1	0	0	4	0,00 %	
	2	10	2	12	9,09 %	100,00 %
	3	28	3	1	10,34 %	3,23 %
15	1					
	2					
	3	18	6	6	25,00 %	25,00 %
16	1	0	2	1	200,00 %	50,00 %
	2	4	2	0	50,00 %	0,00 %
	3	2	1	2	25,00 %	66,67 %
17	1	1	0	0	0,00 %	0,00 %
	2					
	3	0	0	1	0,00 %	
18	1	6	1	1	14,29 %	14,29 %
	2	6	0	5	0,00 %	83,33 %
	3	6	1	0	16,67 %	0,00 %
19	1					
	2					
	3	4	2	3	28,57 %	50,00 %
20	1	15	3	8	13,04 %	44,44 %
	2	34	3	1	8,57 %	2,70 %
	3	7	5	3	50,00 %	25,00 %
21	1	3	3	8	27,27 %	133,33 %
	2	3	2	4	28,57 %	80,00 %
	3					
22	1	3	0	1	0,00 %	33,33 %
	2	44	20	24	29,41 %	37,50 %
	3	7	0	0	0,00 %	0,00 %
			Média (desvio padrão)		58,90 % (246,08 %) (*)	38,58 % (48,36 %)

(*) Nota: A média e o desvio padrão apresentam-se muito desvirtuados, devido ao valor do ganho adicional da questão nº 3 do utilizador 11. Se tal valor não fosse tido em conta, a média seria 26,6 % e o desvio padrão 33,31 %.

CONCLUSÃO

Nos Arquivos Portugueses, as práticas de tratamento documental não têm dado à indexação o relevo que lhe é devido, enquanto operação essencial para proporcionar o acesso ao conteúdo temático dos documentos. Pelo inquérito que realizámos verifica-se, exactamente, este facto.
Carecemos, também, quer a nível nacional, quer internacionalmente, de princípios orientadores em matéria de indexação, que sejam facilmente aplicáveis à realidade dos Arquivos.
Por outro lado, a ausência, na maior parte dos Arquivos, de meios capazes de proporcionarem o acesso por assuntos à documentação contribui, por certo, para que os utilizadores se abstenham de fazer pesquisas temáticas, já que sabem, de antemão, que não encontram instrumentos capazes de lhes fornecer as respostas que pretendem. A recolha dos pedidos de informação por assuntos, que realizámos em quatro Arquivos, mostrou que o número desses pedidos é bastante reduzido.
Contudo, se os utilizadores não fazem muitos pedidos por assuntos, isso só por si, não significa que não sintam tal necessidade. Os Arquivos não devem deixar-se arrastar para uma certa apatia, no seu tradicional papel de guardiões fiéis de documentos valiosos, sem procurarem, ao mesmo tempo, conhecer os seus utilizadores e as respectivas necessidades de informação.
Vivemos hoje na era da informação, por excelência, e os Arquivos - mesmo contra o pensamento de alguns, que continuam, exclusivamente, a encarar os arquivistas como meros "conservadores de testemunhos" - são serviços ou entidades que se integram naquilo que genericamente se designa por "Serviços de Informação". Assim, a nosso ver, torna-se imperioso que os Arquivos desenvolvam uma política "agressiva", de modo a fornecerem aos seus utilizadores instrumentos de pesquisa cada vez mais aperfeiçoados e capazes de lhes proporcionar um acesso rápido e eficaz à informação, que eles, por desconhecimento, por inibição, ou até por hábito, não reclamam.
Este nosso estudo teve, implicitamente, essa intenção. Mostrar que a indexação é, não só possível e necessária nos Arquivos, mas também que é útil e que pode "funcionar" eficazmente.
Mais do que atingir este objectivo, procurámos também demonstrar a importância do controlo de autoridade, como forma de conseguir melhores resultados na recuperação da informação. O teste de avaliação realizado permitiu-nos comprovar a hipótese de que partíramos.
Mas, apesar de sentirmos ter atingido os objectivos que nortearam a investigação, temos consciência das limitações deste estudo. Os resultados que conseguimos valem para o caso concreto que analisámos. Não se pode esquecer que, apenas utilizámos documentação tratada com vista à produção de um Inventário, e que nos circunscrevemos à realidade de um Arquivo municipal. Outros níveis de tratamento arquivístico e outros tipos de fundos requerem, obviamente, soluções diversas, ainda que aproveitando deste estudo.
Foi nossa preocupação estudar dois aspectos que consideramos básicos, em matéria de indexação em Arquivos:
1º - a necessidade da criação de pontos de acesso por assuntos, ao nível do inventário;
2º - a vantagem do uso de linguagens de indexação com controlo de autoridade.
Contudo, estes dois aspectos essenciais não contemplam, de modo algum, toda a complexidade de problemas que importa resolver relativamente à indexação.
Que princípios devem orientar a indexação, nos diferentes níveis de tratamento arquivístico? Que política de indexação se deve definir para cada nível? Deverão aplicar-se critérios distintos, em fundos diferentes, mesmo que tratados ao mesmo nível? - Estas questões precisam de ser estudadas.
No que respeita à linguagem de indexação, também muitas questões permanecem em aberto. Decidimos que é vantajoso o uso de linguagem controlada. Mas, que linguagem? Terá cada Arquivo que desenvolver a sua própria lista de autoridade? Ou listas de autoridade distintas, em

função do tipo de fundos e das características de cada um? Será possível a elaboração de "thesauri", por áreas temáticas? Ou de "thesauri" de termos genéricos, uma espécie de linguagem superestrutural, susceptível de ter uma aplicação generalizada e passível de desenvolvimentos, consoante as especificidades e as necessidades de cada Arquivo (ou grupos de Arquivos)?

Também estas questões carecem de investigação e de uma fundamentação teórica, para as soluções práticas a adoptar.

Antes de terminar, não queremos deixar de referir o uso do Programa ARQBASE, como suporte das bases de dados com que trabalhámos. Não foi aleatoriamente que escolhemos esta aplicação informática. A sua utilização foi intencional e teve justificação pelas razões, oportunamente, apontadas.

O trabalho desenvolvido, quer no preenchimento dos registos, quer na avaliação das pesquisas, permitiu uma análise aprofundada do programa, não só no que concerne aos modelos de descrição arquivística, mas também no respeitante aos pontos de acesso e, em particular, ao acesso por assuntos.

A estrutura da ARQBASE assenta numa filosofia, que está de acordo com princípios arquivísticos fundamentais. Os próprios modelos de descrição estão na linha do que se perspectiva como norma, a nível internacional. No entanto, no que respeita a questões mais específicas, como sejam, por exemplo, a definição dos elementos da descrição e o estabelecimento dos pontos de acesso, bem como as respectivas formas, a ARQBASE carece de desenvolvimentos e de algumas alterações.

Esperamos que este estudo possa contribuir para uma melhoria significativa do programa, tendo em conta os problemas levantados e as soluções ou sugestões que fomos avançando ao longo do seu desenvolvimento.

Nota: Os termos técnicos de Arquivística não estão incluídos neste glossário, pois são em número diminuto e de aceitação consensual. Seguimos, nesta matéria, o "Dictionary of Archival Terminology", publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos (2ª ed. rev., 1988).

Controlo de autoridade - processo que permite manter consistência nos pontos de acesso, através da ligação a um ficheiro (ou lista) de autoridade, constituído pelo conjunto de "registos de autoridade".
(V. t. *Ficheiro de autoridade; Lista de autoridade; Registo de autoridade*)

Descritor - termo utilizado na indexação, para representar um conceito contido num documento, com o fim de servir de ponto de acesso por assuntos.
(V. t. *Termo de indexação*)

Diferença lógica - operação da lógica de Boole, cujo resultado consiste na exclusão de dois ou mais conjuntos, ou seja, a criação de uma classe cujos elementos possuem uma determinada característica e outra classe, sua complementar, cujos elementos não possuem tal característica. É expressa pelo operador "NÃO".
(V. t. *Operador booleano*)

Documento relevante - documento cuja informação corresponde a uma necessidade expressa por intermédio de uma questão.

Eficácia (da pesquisa) - capacidade de um sistema de informação recuperar a informação relevante e não recuperar a informação não relevante, nele armazenada.

Eficiência (da pesquisa) - recuperação de informação, de uma forma eficaz, com um mínimo de custos.

Especificidade (da indexação) - exactidão com que um conceito é representado por um termo de indexação.

Exaustividade (da indexação) - quantidade de conceitos que caracterizam o conteúdo integral de um documento.

Ficheiro de autoridade - conjunto ordenado dos registos de autoridade.
(V. t. *Lista de autoridade; Registo de autoridade*)

Ficheiro inverso - componente de um sistema de recuperação de informação, no qual cada uma das características dos registos nele armazenados tem atribuída uma chave de identificação. Tal chave indica cada um dos registos que contem a característica em causa.

Ganho adicional - medida da vantagem (ou não) em adicionar aos documentos recuperados por um sistema de informação, os recuperados por outros sistemas, que se estudam comparativamente. Em inglês: "incremental advantage".

Indexação (por assuntos) - operação do tratamento técnico documental, que consiste na análise do conteúdo de um documento, com vista à sua descrição e caracterização através da representação dos conceitos nele contidos, por uma linguagem documental.

Indexação automática - indexação realizada por computador, através de um processo de comparação entre os elementos destinados a servirem de pontos de acesso e um ficheiro de termos autorizados. A indexação automática pode ainda ser feita, simplesmente, por eliminação de palavras consideradas "vazias" de significado, as quais estão registadas no ficheiro que serve para comparar os elementos a indexar.

Instrumento de apoio à indexação - documento em que está registada uma linguagem de indexação (por exemplo, " um thesaurus", "um ficheiro de autoridade", "uma lista alfabética estruturada", "uma tabela de classificação", etc.)

Léxico de pesquisa - lista constituída pelos pontos de acesso, passíveis de serem usados, directamente ou na construção de expressões, com vista à pesquisa de informação.

Linguagem combinatória - linguagem de indexação pós-coordenada, constituída por termos soltos e independentes, susceptíveis de variadas combinações "a posteriori", ou seja, no momento da pesquisa.
(V. t. *Pós-coordenação)*

Linguagem documental - v. *Linguagem de indexação*

Linguagem de indexação - conjunto de termos, escolhidos deliberadamente com o fim de representarem, sob forma condensada, o conteúdo dos documentos e servirem para a pesquisa de informação por assuntos.

Linguagem de indexação controlada - conjunto de termos de indexação, elaborado conscientemente com a finalidade de servir à indexação e à pesquisa e, pressupondo, por isso, um controlo do vocabulário, no que respeita à sinonímia, à polissemia e à ambiguidade.

Linguagem de indexação não-controlada - conjunto de termos usados na indexação e na pesquisa, sem qualquer controlo da sinonímia, da polissemia e da ambiguidade. Os pontos de acesso podem ser criados a partir da linguagem natural dos próprios documentos ou de resumos em texto livre, após a análise do conteúdo dos documentos.

Linguagem natural - linguagem usada pelos autores dos documentos. Pode ser usada para efeitos de indexação e de pesquisa, desde que sejam escolhidos, a partir dela, palavras ou termos susceptíveis de constituírem pontos de acesso à informação.
(V. t. *Linguagem de indexação; Linguagem de indexação controlada; Linguagem de indexação não controlada)*

Lista alfabética estruturada - vocabulário de indexação, organizado com a mesma estrutura de um "thesaurus", ou seja, explicitando relações semânticas entre os termos que o integram.
(V. t. *Lista de autoridade; "Thesaurus"*)

Lista de autoridade - relação alfabética dos termos de indexação que podem ser utilizados como pontos de acesso à informação. Uma lista de autoridade pode conter também termos não-preferenciais, remetendo para os autorizados, e explicitar relações semânticas entre os termos que a constituem.
(V. t. *Ficheiro de autoridade; Registo de autoridade*)

Lista de termos autorizados - v. *Lista de autoridade*

Método de Cleverdon - método estatístico que permite calcular, por estimativa, o número de documentos relevantes existentes num sistema de informação, face a uma questão colocada ao mesmo sistema.

Não-descritor - termo equivalente de um descritor (sinónimo ou quase sinónimo) que, embora fazendo parte de um vocabulário de indexação, não é utilizado como ponto de acesso. Remete, através de uma instrução do tipo "ver" ou "usar", para o termo que, sendo seu equivalente, é utilizado para efeitos de indexação e de pesquisa.

Operador booleano - elemento da lógica de Boole que, na formulação de uma questão, permite ligar, de forma lógica, dois ou mais conjuntos. Os operadores mais utilizados nos sistemas de recuperação de informação são: "E" (exprime o "produto lógico"), "OU" (exprime a "soma lógica") e "NÃO" (exprime a "diferença lógica")
(V. t. *Diferença lógica; Produto lógico; Soma lógica*)

Pertinência - valor atribuído a um documento relevante, em função da sua utilidade, face a uma necessidade de informação concreta, por parte de um utilizador.
(V. t. *Documento relevante; Relevância*)

Pesquisa por termo exacto - forma de proceder à pesquisa, em computador, a qual supõe a indicação de uma sequência de caracteres que irão ser comparados com os termos do léxico de pesquisa, a fim de se verificar se há coincidência. Esta pesquisa só produz resultados se se verificar a existência, no referido léxico, de uma sequência de caracteres exactamente igual à indicada.

Ponto de acesso - elemento usado como meio de aceder à informação armazenada num instrumento de pesquisa ou num sistema de recuperação de informação.

Pós-coordenação - combinação de dois ou mais termos de indexação, feita no momento da pesquisa, com vista à recuperação integral da informação contida num documento, a qual havia sido indexada através de vários termos de indexação independentes.
(V. t. *Linguagem combinatória*)

Precisão - Capacidade de um sistema de informação recuperar apenas documentos relevantes, ou seja, de rejeitar documentos não relevantes.
Em inglês: "*precision*".
(V. t. *Taxa de precisão*)

Produto lógico - Operação da lógica de Boole, cujo resultado é constituído por uma classe, formada pela intersecção de dois ou mais conjuntos. É expresso pelo operador "E".
(V. t. *Operador booleano*)

Profundidade da indexação - grau de exaustividade a que é feita a indexação.
(V. t. *Exaustividade*)

Recuperação da informação - processo que tem por base uma pesquisa, feita através dos pontos de acesso, com vista a localizar informação armazenada num sistema de informação.

Registo de autoridade - unidade de informação que contém um termo utilizado como ponto de acesso, as remissivas correspondentes, relações com outros termos autorizados, bem como notas relativas aos critérios seguidos para a determinação desse ponto de acesso.

Relação associativa - relação semântica que se estabelece entre termos de indexação mentalmente associáveis, de forma a que sejam sugeridos outros termos susceptíveis de serem utilizados na indexação e na pesquisa. Num "thesaurus", esta relação é expressa pela abreviatura "TR" (termo relacionado).

Relação de equivalência - relação semântica que se estabelece entre descritores e não-descritores, desde que se possam considerar representativos de um mesmo conceito. Num "thesaurus", esta relação exprime-se pelas formas "USE", que precede o descritor e "UP" (usado por), que antecede o não-descritor.

Relação hierárquica - relação semântica baseada em graus ou níveis de superioridade e subordinação. O termo genérico representa uma classe ou um todo, enquanto que o termo específico representa um elemento ou uma parte. Exprime-se, num "thesaurus", pelas abreviaturas "TG" (termo genérico) e "TE" (termo específico).

Relação semântica - relação "a priori" ou relação de base entre os termos de indexação, que constituem um "thesaurus" ou uma lista alfabética estruturada, os quais fazem parte de estruturas comuns de referência. As relações que podem ser encontradas entre os termos de indexação são: a relação de equivalência, a relação hierárquica e a relação associativa.

Relevância - correspondência entre a informação contida num documento recuperado por um sistema de informação e uma questão colocada ao mesmo sistema, enquanto expressão de uma necessidade de informação por parte de um utilizador.
(V. t. *Documento relevante; Pertinência*)

Revocação - capacidade de um sistema de informação recuperar documentos relevantes.
Em inglês: "*recall*"
(V. t. *Taxa de revocação*)

Rubrica de acesso - v. *Ponto de acesso*

Ruído - proporção de documentos não relevantes recuperados, face a uma questão.
(V. t. *Taxa de ruído*)

Silêncio - proporção de documentos relevantes não recuperados, face a uma questão.
(V. t. *Taxa de silêncio*)

Sistema de recuperação de informação - sistema que se destina ao armazenamento de informação e que executa diversos procedimentos, com vista ao tratamento, pesquisa e localização dessa mesma informação.

Soma lógica - Operação da lógica de Boole, cujo resultado é uma classe originada pela reunião de dois ou mais conjuntos. É expressa pelo operador "OU".
(V. t. *Operador booleano*)

Taxa de coincidência - medida que exprime a percentagem de documentos coincidentes recuperados por dois (ou mais) sistemas de informação, que se analisam comparativamente, face à totalidade de documentos recuperados pelos mesmos sistemas.
Em inglês: "*overlap ratio*".

Taxa de generalidade - medida que exprime a percentagem média de documentos relevantes existentes no sistema de informação, relativamente a cada questão.

Taxa de irrelevância - medida que exprime a percentagem de documentos não relevantes recuperados, face a uma questão, relativamente à totalidade de documentos não relevantes existentes no sistema de informação.
Em inglês: "*fallout ratio*".

Taxa de pertinência - v. *Taxa de precisão*

Taxa de precisão - Medida que exprime a percentagem de documentos relevantes recuperados, face à totalidade de documentos recuperados, em função de uma questão.
Em inglês: "*precision ratio*".
(V. t. *Precisão; Taxa de ruído*)

Taxa de relevância - v. *Taxa de precisão*

Taxa de revocação - medida que exprime a percentagem de documentos relevantes recuperados, face a uma questão, relativamente à totalidade de documentos relevantes existentes no sistema de informação.
Em inglês: "*recall ratio*".
(V. t. *Revocação; Taxa de silêncio*)

Taxa de ruído - medida que exprime a percentagem de documentos não relevantes recuperados, face a uma questão. Esta taxa é complementar da taxa de precisão.
(V. t. *Ruído; Taxa de precisão*)

Taxa de silêncio - medida que exprime a percentagem de documentos relevantes não recuperados, face a uma questão. Esta taxa é complementar da taxa de revocação.
(V. t. *Silêncio; Taxa de revocação*)

Termo autorizado - v. *Descritor; Termo de indexação*

Termo composto - termo de indexação formado por mais do que uma palavra. Por vezes, pode ser decomposto morfologicamente em partes distintas, as quais podem também constituir termos de indexação independentes.
(V. t. *Termo de indexação; Termo simples*)

Termo de indexação - representação de um conceito, de preferência sob a forma de nome ou locução nominal, que integra qualquer vocabulário de indexação, destinando-se a ser utilizado para efeitos de indexação e de pesquisa..
(V. t. *Descritor; Não-descritor; Termo composto; Termo simples*)

Termo não preferencial - v. *Não-descritor*

Termo preferencial - v. *Descritor*

Termo simples - termo de indexação constituído apenas por uma palavra.
(V. t. *Termo composto; Termo de indexação*)

Thesaurus - vocabulário de indexação controlada, organizado formalmente de modo a explicitar relações semânticas entre os termos que o integram.
(V. t. *Lista alfabética estruturada*)

Truncatura - dispositivo de pesquisa automática, que permite recuperar informação através dos pontos de acesso que contêm um conjunto de caracteres em comum, sendo a expressão de pesquisa formada por parte de uma palavra ou de um termo. Normalmente, utiliza-se este dispositivo quando não se conhece a forma exacta dos pontos de acesso estabelecidos. A truncatura pode fazer-se à esquerda, à direita ou ao centro.

Unidade de informação - conjunto de dados informativos relacionados, que constituem um registo bibliográfico ou um registo informático e que são tratados como uma unidade.

Vocabulário estruturado - v. *Lista alfabética estruturada; Thesaurus*

Vocabulário de indexação - conjunto de termos de indexação registado num suporte material (instrumento de apoio à indexação), enquanto expressão de uma linguagem documental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan - *Thesaurus Construction: a Practical Manual.* London, ASLIB, 1972.

AITCHISON, Jean, compil. - *Unesco Thesaurus. A Structured List of Descriptors for Indexing and Retrieving Literature in the Fields of Education, Science, Social Science, Culture and Communication.* Paris, UNESCO, 1977. 2 vol.

ALBERICO, Ralph; MICCO, Mary - *Building a Solid Foundation: a Vocabulary Control System*, in "*Expert Systems for Reference and Information Retrieval*". Westport; London, Meckler, 1990, p. 185-221.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira - *A Investigação nas Ciências Sociais*, 4ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1990.

ALURI, Rao, *et al.* - *Subject Analysis in Online Catalogs.* Englewood, Libraries Unlimited, 1991.

ALVARO BERMEJO, Concepción, *et al.* - *Desarrollo de Lenguajes Documentales Formalizadas en Lengua Española. II. Evaluación de los Tesauros Disponibles en Lengua Española.* "Revista Española de Documentación Científica", Madrid, 12 (3) 1989, p. 283-305.

Anglo-American Cataloging Rules, 2nd ed., London, The Library Association, 1984.

ARAD, Aried - *Enregistrement et Indexage Automatique: les Archives de l'État d'Israël.* "Revue de l'Unesco pour la Science de l'Information, la Bibliothéconomie et l'Archivistique", Paris, 2 (2) Avr.-Juin 1980, p. 127-137.

ARAD, Aried - *Indización Semiautomatica de Listas de Archivos y Frecuencia de Palavras en las Mismas.* "ADPA", Madrid, 3 (3) 1981, p. 15-40.

Archivística. Estudios Básicos. Sevilla, Diputación Provincial, 1981.

ARTANDI, Susan - *Measure of Indexing.* "Library Resources & Technical Services", Chicago, 8 (3) Summer 1964, p. 229-235.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS - *Manuel d'Archivistique.* Paris, S.E.V.P.E.N., 1970.

AUSTIN, Derek - *Vocabulary Control and Information Technology.* "ASLIB Proceedings", London, 38 (1) Jan. 1986, p. 1-15.

AUSTIN, Derek; DALE, Peter - *Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri*, 2nd rev. ed., Paris, PGI/UNISIST, 1981.
(PGI-81/WS/15)

BAKEWELL, K. G. B. - *Classification and Indexing Practice.* London, Clive Bingley, 1978.

BARTLE, Rachel; COOK, Michael - *Aplicaciones del Ordenador en los Archivos: una Panoramica.* "ADPA", Madrid, 4 (1/2) 1982-1983, p. 9-12.

BELL, Lionell - *Controlled Vocabulary Subject Indexing in Archives.* "Journal of the Society of Archivists", Winchester, 4 (4) Oct. 1971, p. 285-299.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli - *Tipologia Documental em Arquivos: Novas Abordagens.* "Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação", Lisboa, 2, 1989, p. 9-20.

BERNARDO ARES, José Manuel; MARTINEZ HERNANDEZ, Maria del Carmen - *Los Archivos Municipales. Clasificación Documental. Técnicas de Estudio y Aportación Cultural*, in "CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 - *A Informação em Tempo de Mudança. Actas*", vol. 1, Porto, BAD, 1985, p. 265-275.

BLACK, Elizabeth - *Le Contrôle d'Autorité. Un Manuel Destiné aux Archivistes.* [Ottawa], Bureau Canadien des Archivistes, 1991.

BLAIR, David C. - *Full Text Retrieval: Evaluation and Implications.* "International Classification", Frankfurt, 13 (1) 1986, p. 18-23.

BORKO, Harold; BERNIER, Charles L. - *Indexing Concepts and Methods.* New York, Academic Press, 1978.

BOSCH DE ROZE, Angelina - *Linguística y Ciencias de la Información. Un Acercamiento Integrador.* "Revista Española de Documentación Científica", Madrid, 9 (2) 1986, p. 167-171.

BROWN, A. G., *et al.* - *An Introduction to Subject Indexing. A Programmed Text*, 2nd ed., London, Clive Bingley, 1982.

BUCHANAN, Brian - *A Glossary of Indexing Terms*, 1st ed., London, Clive Bingley, 1976.

BURGER, Robert H. - *Artificial Intelligence and Authority Control.* "Library Resources & Technical Services", Chicago, Oct.-Dec. 1984, p. 337-345.

BURGER, Robert H. - *Authority Work. The Creation, Use, Maintenance and Evaluation of Authority Records and Files.* Littleton, Libraries Unlimited, 1985.

CAMPEY, Lucille H. - *Generating and Printing Indexes by Computer.* London, ASLIB, 1972.

CAMPOS, Astério Tavares - *A Indexação.* "Revista de Biblioteconomia de Brasília", Brasília, 15 (1) Jan.-Jun. 1987, p. 69-72.

CASTRO, Maria Ernestina de; OLIVEIRA, Maria Leonor Bacharel - *Construção de um Thesaurus. Uma Experiência*, in "CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 - *A Informação em Tempo de Mudança. Actas*", vol. 2, Porto, BAD, 1985, p. 259-269.

Cataloging & Classification Quarterly, New York, 11 (3/4) 1990.

CAVALCANTI, Cordelia R. - *A Recuperação da Informação e as Linguagens Documentárias.* "Revista Latinoamericana de Documentación", Brasília, 3 (2) Jul.-Dic. 1983, p. 24-27.

CHALMERS, Duncan - *Computer Indexing in the Public Record Office.* "Journal of the Society of Archivists", Winchester, 6, 1981, p. 399-413.

CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* - *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook.* Littleton, Libraries Unlimited, 1985.

CHARTRON, Ghislaine, *et al.* - *Indexation Manuelle et Indexation Automatique. Dépasser les Oppositions.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 26 (4/5) Juil.-Oct. 1989, p. 181-187.

CHAUMIER, Jacques - *Analyse et Langages Documentaires. Le Traitement Linguistique de l'Information Documentaire.* Paris, Entreprise Moderne d'Édition, 1982.

CHAUMIER, Jacques; DEJEAN, Martine - *L'Indexation Documentaire. De l'Analyse Conceptuelle Humaine à l'Analyse Morphosyntaxique.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 27 (6) Nov.-Dec. 1990, p. 275-279.

Classification and Indexing Research. Current Bibliography and Projects. "International Classification", Frankfurt, 14 (1) 1987, p. 34-35.

CLEVERDON, C. W. - *ASLIB Cranfield Research Project. Report on the Testing and Analysis of an Investigation into the Comparative Efficiency of Indexing Systems.* Cranfield, College of Aeronautics, 1962.

CLEVERDON, C. W. - *The Cranfield Tests on Index Language Devices.* "ASLIB Proceedings", London, 19 (6) June 1967, p. 173-194.

CLEVERDON, C. W. - *On the Inverse Relationship of Recall and Precision.* "Journal of Documentation", London, 28, 1972, p. 195-201.

CLEVERDON, C. W. - *Progress in Documentation. Evaluation Tests of Information Retrieval Systems.* "Journal of Documentation", London, 26 (1) Mar. 1970, p. 55-67.

CLEVERDON, C. W. - *Report on the First Stage of an Investigation into the Comparative Efficiency of Indexing Systems.* Cranfield, College of Aeronautics, 1960.

CLEVERDON, C. W.; KIDD, J. S. - *Redundancy, Relevance and Value to the User in the Outputs of Information Retrieval Systems.* "Journal of Documentation", London, 32 (3) Sept. 1976, p. 159-173.

CLEVERDON, C. W.; MILLS, J. - *The Testing of Index Language Devices,* in "CHAN, Lois Mai, ed. lit. *et al.* - *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook*". Littleton, Libraries Unlimited, 1985, p. 221-246.

CLEVERDON, C. W., *et al.* - *Factors Determining the Performance of Indexing Systems.* Cranfield, ASLIB Cranfield Research Project, 1966. 2 vol.

COATES, Eric J. - *Subject Catalogues. Headings and Structure.* London, The Library Association, 1969.

COMMISSION INTERNATIONALE DE DIPLOMATIQUE. Comité International des Sciences Historiques - *Vocabulaire International de la Diplomatique.* València, Conselleria de Cultura; Universitat de València, 1994.

Computerization Project for the Archivo General de Indias. Madrid, Ministerio de Cultura [etc.], 1990.

COOK, Michael - *Applying Automated Techniques to Archives Administration: a Commentary on the Present Situation and Areas of Likely Progress.* "Journal of Documentation", London, 39 (2) June 1983, p. 73-84.

COOK, Michael - *Archives Administration. A Manual for Intermediate and Smaller Organisations and for Local Government.* Folkstone, Dawson, 1986.

COOK, Michael - *Archives and the Computer,* 2nd ed., London, Butterworths, 1986.

COOK, Michael - *Automatização de Arquivos.* "Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação", Lisboa, 2, 1986, p. 37-46.

COOK, Michael - *Encuesta Internacional sobre Aplicaciones Informáticas a la Gestión Archivística.* "ADPA", Madrid, 5 (2) 1986, p. 43-54.

COOK, Michael - *The Management of Information from Archives.* Aldershot, Gower, 1986.

COOK, Michael; PROCTER, Margaret - *MAD User Guide: How to Set About Listing Archives. A Short Explanatory Guide to the Rules and Recommendations of the Manual of Archival Description.* Aldershot, Gower, cop. 1989.

COOK, Michael; PROCTER, Margaret - *Manual of Archival Description,* 2nd ed., Aldershot, Gower, cop. 1989.

COOPER, William S. - *A Perspective on the Measurement of Retrieval Effectiveness.* "Drexel Library Quarterly", Philadelphia, 14, 1978, p. 25-39.

CORTES ALONSO, Vicenta - *Los Documentos y Su Tratamiento Archivístico.* "Boletín de la ANABAD", Madrid, 31 (3) Jul.- Sep. 1981, p. 365-381.

CORTES ALONSO, Vicenta - *Manual de Archivos Municipales.* Madrid, Asociación Española de Archiveros, Bibliotecários, Museólogos y Documentalistas, 1982.

COSTA, Américo - *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular.* Porto, A.C., 1929-1943. 12 vol.

COSTA, Avelino de Jesus da - *Arquivos Eclesiásticos,* in "ANDRADE, António Alberto Banha de, dir. - *Dicionário de História da Igreja em Portugal*", vol. 1, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p. 515-553.

COURRIER, Yves - *Analyse et Langage Documentaires.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 13 (5/6) Sep.-Dec. 1976, p. 178-189.

CRAVEN, Timothy C. - *An Online Index Entry Format Based on Multiple Search Terms.* "Journal of Documentation", London, 43 (1) Mar. 1987, p. 46-53.

CRAVEN, Timothy C. - *String Indexing.* Orlando [etc.], Academic Press, 1986.

DARWIN, Kenneth - *The Use of the Computer in Indexing Records.* "Journal of the Society of Archivists", Winchester, 4 (3) Apr. 1971, p. 218-229.

DE LA FUENTE, Concepción - *La Anatomia de MEDLARS. El Informe Lancaster.* "Boletín de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas", Madrid, 19 (116) Nov.- Dic. 1970, p. 58-60.

DESCHATELETS, Gilles - *The Three Languages Theory in Information Retrieval.* "International Classification", Frankfurt, 13 (3) 1986, p. 126-132.

DIJK, Marcel van; SLYPE, Georges van - *Le Service de Documentation Face à l'Explosion de l'Information.* Paris, Les Éditions d'Organisation; Bruxelles, Les Presses Universitaires, [1969].

DUBOIS, C. P. R. - *The Use of Thesauri in Online Retrieval.* "Journal of Information Science", London, 8 (2) 1984, p. 63-66.

DURAND-EVRARD, Françoise; DURAND, Claude - *Guide Pratique à l'Usage de l'Archiviste-Documentaliste. Un Exemple Concret: les Communes,* 2ème tirage rev., Paris, Technique et Documentation Lavoisier, 1987.

FERRO, Maria do Céu - *Alguns Aspectos do Problema da Linguagem. Uma Experiência de Construção de Thesaurus,* in "CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 - *A Informação em Tempo de Mudança. Actas*", vol. 2, Porto, BAD, 1985, p. 231-239.

FISHBEIN, Meyer H. - *La Automatización de Archivos. Historia Sumaria.* "ADPA", Madrid, 3 (3) 1981, p. 9-13.

FOSKETT, A. C. - *A Abordagem Temática da Informação.* São Paulo, Editora Universidade de Brasília; Editora Polígono, 1973.

FOX, Michael J. - *Descriptive Cataloging for Archival Materials.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 17-34.

FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena - *ARQBASE. Metodologia de Descrição Arquivística para Tratamento Automatizado de Documentação Histórica.* [Lisboa], Instituto Português de Arquivos, 1991.

FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena - *ARQBASE. Metodologia de Descrição Arquivística para Tratamento Automatizado de Documentação Histórica (3ª Versão - Janeiro de 1990).* [Lisboa], Instituto Português de Arquivos, [1990].
(Texto policopiado)

FREEDMAN, Maurice J.; MALINCONICO, S. Michael, ed. lit. - *The Nature and Future of the Catalog. Proceedings of the ALA's Information Science and Automation Division's 1975 and 1977 Institutes on Catalog.* Phoenix, Oryx Press, 1979.

FROHMANN, Bernd - *Rules for Indexing: a Critique Mentalism in Information Retrieval Theory.* "Journal of Documentation", London, 46 (2) June 1990, p. 81-101.

FUGMANN, Robert - *The Complementarity of Natural and Indexing Languages.* "International Classification", Frankfurt, 9 (3) 1982, p. 140-144.

FUGMANN, Robert - *The Glamour and the Misery of the Thesaurus Approach. Treatise IV on Information Retrieval Theory.* "International Classification", Frankfurt, 1, 1974, p. 76-86.

FUGMANN, Robert - *Toward a Theory of Information, Supply and Indexing. Treatise VI on Retrieval System Theory.* "International Classification", Frankfurt, 6 (1) 1979, p. 3-15.

GAGNON-ARGUIN, Louise - *Une Introduction au Contrôle d'Autorité pour le Traitement des Noms Propres en Archivistique.* [Ottawa], Bureau Canadien des Archivistes, Comité de Planification sur les Normes de Description, 1989.

GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga; LÓPEZ GÓMEZ, Pedro - *Introducción na Arquivística.* [S. l., s. n.], 1985.

GERTZ, Janet; STOUT, Leon J. - *The MARC Archival and Manuscripts Control (AMC) Format: a New Direction in Cataloging.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 9 (4) 1989, p. 5-25.

GILCHRIST, Alan - *The Thesaurus in Retrieval.* London, ASLIB, 1971.

GODINHO, José António Matos - *MEDLARS e MEDLINE, Duas Técnicas de Recuperação Automática de Informação Biomédica.* Coimbra, [s.n.], 1978.
(Sep. de: "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra"; 34)

GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID - *Manual de Tipologia Documental de los Municipios.* Madrid, Consejeria de Cultura, 1988.

GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID - *Tipologia Documental Municipal 2.* Arganda del Rey, Ayuntamiento, 1992.

GRUPO DE TRABAJO SOBRE LENGUAJES DE INDIZACIÓN - *Control Versus No Control de Vocabulário en Sistemas de Almacenamiento y Recuperación de Información.* "Revista Latinoamericana de Documentación", Buenos Aires, 3 (1) Ene.-Jun. 1983, p. 22-26.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel - *Introduction Générale aux Sciences et Techniques de l'Information et de la Documentation,* 1ère éd., 2ème réimpr., Paris, Les Presses de l'Unesco, 1985.

GUINCHAT, Claire; SKOURI, Yoland - *Guide Pratique des Techniques Documentaires,* vol. 2, Paris, EDICEF, cop. 1989.

GULL, C. D. - *Seven Years of Work on the Organization of Materials in the Special Library.* "American Documentation", Washington, 7, 1956, p. 320-329.

HANNABUSS, Stuart - *The Concept of Performance: a Semantic Review.* "ASLIB Proceedings", London, 39 (5) May 1987, p. 149-158.

HARTER, Stephen P. - *The Cranfield II Relevance Assessments: a Critical Evaluation.* "The Library Quarterly", Chicago, 41 (3) 1971, p. 229-243.

HENSEN, Steven L. - *Archives, Personal Papers, and Manuscripts. A Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies and Manuscript Libraries,* 2nd ed., Chicago, Society of American Archivists, 1989.

HENZLER, Rolf G. - *Free or Controlled Vocabularies: Some Statistical User-Oriented Evaluation of Biomedical Information Systems.* "International Classification", Frankfurt, 5 (1) 1978, p. 21-26, 32.

HEREDIA HERRERA, Antónia - *Archivística General. Teoría y Práctica.* Sevilla, Diputación Provincial, 1989.

HEREDIA HERRERA, Antónia - *Manual de Instrumentos de Descripción Documental.* Sevilla, Diputación Provincial, 1982.

HEWITT, Joe A. - *Lancaster, F. Wilfrid,* in "*ALA World Encyclopedia of Library and Information Sciences*", 2nd ed., Chicago, American Library Association, 1986, p. 429.

HUDSON, J. P. - *Manuscripts Indexing,* 4th ed., [London?], British Library Office Services, 1983.

HUNTER, E.; BAKEWELL, K. G. B. - *Testing and Evaluating of Information Retrieval Systems,* in "*Cataloguing*", 1st ed., London, Clive Bingley, 1979, p. 153-161.

HUTCHINS, W. J. - *The Concept of "Aboutness" in Subject Indexing.* "ASLIB Proceedings", London, 30 (5) May 1978, p. 172-181.

Informatique Documentaire: Langage Documentaire ou Langage Naturel? Compte Rendu du Débat Organisé par la Commission "Systèmes et Méthodes de Traitement de l'Information", à l'Occasion du 10e Anniversaire de l'A.D.B.S. (Paris, SICOB, 26 Septembre 1973). "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 11 (1) Mars 1974, p. 47-54.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards - *ISAD(G). International General Standards for Archival Description,* draft version, Madrid, I. C. A., 1992.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards - *Statement of Principles Regarding Archival Description,* 1st version rev., Madrid, I. C. A., 1992.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION - *Documentation. Méthodes pour l'Analyse des Documents, la Détermination de Leur Contenu et la Sélection des Termes d'Indexation. Norme Internationale ISO 5963,* 1ère éd., [Genève, ISO], 1985.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION - *Documentation. Principes Directeurs pour l'Établissement et le Développement de Thésaurus Monolingues. Norme Internationale ISO 2788,* 2ème éd., [Genève, ISO], 1986.

JAMIESON, Alexis J., *et al.* - *Keyword Searching vs. Authority Control in an Online Catalog.* "Journal of Academic Librarianship", Ann Arbor, 12 (5) Nov. 1986, p. 277-283.

JANIK, Sophie; BRUNET, Lise - *La Mise a Jour d'un Thésaurus.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 24 (6) Nov.--Dec. 1987, p. 215-229.

JASTER, J. J., *et al.* - *The State of the Art of Coordinate Indexing.* Washington, Documentation Incorporated, 1962.

JOHANSEN, Thomas - *Elements of the Non-Linguistic Approach to Subject-Relationships.* "International Classification", Frankfurt, 14 (1) 1987, p. 11-18.

JONES, Karen Sparck - *Automatic Indexing.* "Journal of Documentation", London, 30 (4) Dec. 1974, p. 393-432.

JONES, Karen Sparck, ed. lit. - *Information Retrieval Experiment.* London, Butterworths, 1981.

JONES, Kevin P. - *Towards a Theory of Indexing.* "Journal of Documentation", London, 32 (2) June 1976, p. 118-123.

KANTOR, Paul B. - *Evaluation of and Feedback in Information Storage and Retrieval Systems.* "Annual Review of Information Science and Technology", Washington, 17, 1982, p. 99-120.

KEEN, E. Michael - *The Aberystwyth Index Languages Test.* "Journal of Documentation", London, 29 (1) Mar. 1973, p. 1-35.

KEEN, E. Michael; DIGGER, J. A. - *Report of an Information Science Index Languages Test.* Aberystwyth, College of Librarianship Wales, 1972.

KEMP, D. A. - *Relevance, Pertinence and Information System Development.* "Information Storage and Retrieval", Elmsford, 10 (2) 1974, p. 37-47.

KING, Donald W.; BRYANT, Edward C. - *Evaluation of Information Systems.* Washington, Information Resources Press, 1971.

KLUGMAN, Simone - *Failures in Subject Retrieval.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 10 (1/2) 1989, p. 9-35.

KNIGHT, G. Norman, ed. lit. - *Training in Indexing. A Course of the Society of Indexers.* Cambridge [etc.], The M.I.T. Press, cop. 1969.

KRISTENSEN, Jaana; JÄRVELIN, Kalervo - *The Effectiveness of a Searching Thesaurus in Free-Text Searching in a Full-Text Database.* "International Classification", Frankfurt, 17 (2) 1990, p. 77-84.

LAGUNA SERRANO, Emílio, *et al.* - *Confección Automatica de Tesauros.* "Revista Española de Documentación Científica", Madrid, 12 (2) Abr.-Jun. 1989, p. 129-140.

LANCASTER, F. W. - *Aftermath of an Evaluation.* "Journal of Documentation", London, 27 (1) Mar. 1971, p. 1-10.

LANCASTER, F. W. - *Cleverdon, Cyril,* in "*ALA World Encyclopedia of Library and Information Sciences*", 2nd ed., Chicago, American Library Association, 1986, p. 205-206.

LANCASTER, F. W. - *Evaluating the Performance of a Large Computerized Information System,* in "CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* - *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook*". Littleton, Libraries Unlimited, 1985, p. 326-339.

LANCASTER, F. W. - *Evaluation of the Medlars Demand Search Service.* Washington, National Library of Medicine, 1968.

LANCASTER, F. W. - *Information Retrieval Systems. Characteristics, Testing and Evaluation,* 2nd ed., New York, John Wiley & Sons, 1979.

LANCASTER, F. W. - *MEDLARS: Report on the Evaluation of Its Operating Efficiency.* "American Documentation", Washington, 20, Apr. 1969, p. 119-142.

LANCASTER, F. W. - *Principes Directeurs pour l'Évaluation des Systèmes et Services d'Information.* Paris, UNESCO, 1978. (PGI/78/WS/18)

LANCASTER, F. W. - *Thesaurus Construction and Use. A Condensed Course.* Paris, UNESCO, 1985. (PGI/85/WS/11)

LANCASTER, F. W. - *Vocabulary Control for Information Retrieval,* 1st ed., Washington, Information Resources Press, 1972.

LANCASTER, F. W.; MILLS, J. - *Testing Indexes and Index Language Devices: the ASLIB Cranfield Project.* "American Documentation", Washington, 15, Jan. 1964, p. 4-13.

LANGRIDGE, D. W. - *Subject Analysis: Principles and Procedures.* London [etc.], Bowker-Saur, cop. 1969.

LI, Tze-Chung - *An Introduction to Online Searching.* Westport, Greenwood Press, 1985.

LIMA, Marinús Pires de - *O Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia,* [2ª ed.], Lisboa, Editorial Presença, [1981].

LODOLINI, Elio - *Archivistica. Principi e Problemi,* 4ª ed., Milano, Franco Angelli, 1987.

LYTLE, Richard - *Intellectual Access to Archives.* "The American Archivist", Chicago, 43 (1) Winter 1980, p. 64-75; 43 (2) Spring 1980, p. 191-207.

MANIEZ, Jacques - *Les Langages Documentaires et Classificatoires. Conception, Construction et Utilisation dans les Systèmes Documentaires.* Paris, Les Éditions d'Organisation, 1987.

MANIEZ, Jacques - *Relationships in Thesauri: Some Critical Remarks.* "International Classification", Frankfurt, 15 (3) 1988, p. 133-138.

MARIZ, José - *Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais. (Versão Definitiva).* [Lisboa], Instituto Português de Arquivos, 1989. (Texto policopiado)

MARKEY, Karen - *Users and the Online Catalog: Subject Access Problems,* in "*The Impact of Online Catalogs*". New York; London, Neal-Schuman Publishers, cop. 1986, p. 35-69.

MARON, M. E. - *Depth of Indexing.* "Journal of the American Society for Information Science", Washington, 30, July 1979, p. 224-228.

MARTIN, W. A. - *Methods for Evaluating the Number of Relevant Documents in a Collection.* "Journal of Information Science", London, 6, 1983, p. 173-177.

MARTYN, John; LANCASTER, F. W. - *Investigative Methods in Library and Information Science. An Introduction.* Arlington, Information Resources Press, 1981.

MATTERS, Marion - *Authority Work for Transitional Catalogs.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 91-115.

MCCARTHY, Constance - *The Reliability Factor in Subject Access.* "College & Research Libraries", Chicago, 47, Jan. 1986, p. 48-56.

MCNITT, William H. - *Development of the PRESNET Subject Descriptor Thesaurus.* "American Archivist", Chicago, 52, Summer 1989, p. 358-364.

MENDES, Maria Teresa Pinto - *Catálogos Ideológicos.* Porto, Biblioteca Municipal, 1968.
(Comunicação ao 3º Encontro de Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, Porto, 1968)

MILLER, Don; DATTOLA, Robert T. - *Methods for Estimating the Number of Relevant Documents in a Collection.* "Information Processing & Management", Elmsford, 18 (4) 1982, p. 179-191.

MOOERS, C. N. - *The Indexing Language of an Information Retrieval System,* in "CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* - *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook*". Littleton, Libraries Unlimited, 1985, p. 247-261.

MOOERS, C. N. - *Zatocoding Applied to Mechanical Organization of Knowledge.* "American Documentation", Washington, 2 (1) Jan. 1951, p. 20-32.

MOUREAU, Magdeleine - *Principe et Développement d'un Thésaurus. Exemple d'Application: le Thésaurus Pétrole.* "Bulletin des Bibliothèques de France", Paris, 18 (1) Jan. 1973, p. 5-29.

MOUTA, Maria Fernanda - *O Arquivo. Termos, Conceitos, Definições.* Viseu, M. F. M., 1989.

MOUTA, Maria Fernanda - *Arquivos. Instrumentos de Recuperação da Informação.* "Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação", Coimbra, 13 (2) Jul.-Dez. 1977, p. 190-202.

NEDOBITY, Wolfgang - *La Terminologie et son Application à la Classification, à l'Indexation et à l'Analyse.* "Revue de l'Unesco pour la Science de l'Information, la Bibliothéconomie et l'Archivistique", Paris, 5 (4) Oct.-Dec. 1983, p. 248-256.

NEET, Hanna E. - *À la Recherche du Mot Clé. Analyse Documentaire et Indexation Alphabétique.* Genève, Les Éditions IES, [1989].

NIEHOFF, Robert; MACK, Greg - *The Vocabulary Switching System: Description of Evaluation Studies.* "International Classification", Frankfurt, 12 (1) 1985, p. 2-6.

NUYL, T. W. - *Examination of the Validity of the Conclusions Arrived at the ASLIB Cranfield Research Project.* Zeist, [FID, Committee on Classification Research], 1967.

OLMEDO, Maria Inês, *et al.* - *Bibliografia Comentada sobre Lenguages de Indización y Automatización.* "Revista Española de Documentación Científica", Madrid, 10 (4) 1987, p. 453-471.

OSTROFF, Harriet - *Subject Access to Archival and Manuscript Material.* "American Archivist", Chicago, 53, Winter 1990, p. 100-105.

PEPLER, Jonathan - *The Impact of Computers on Classification Theory.* "Journal of the Society of Archivists", Winchester, 11 (1/2) Jan.-Apr. 1990, p. 27-31.

PESCADOR DEL HOYO, Maria del Carmen - *El Archivo. Instrumentos de Trabajo.* Madrid, Ediciones Norma, 1986.

PINTO MOLINA, Maria - *Introducción al Análisis Documental y Sus Niveles: el Análisis de Contenido.* "Boletín de la ANABAD", Madrid, 39 (2) Abr.-Jun. 1989, p. 323-341.

PORTUGAL. Instituto Português de Arquivos - *ARQBASE. Nota Técnica nº 4.* 1990.
(Texto policopiado)

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 - *Norma Portuguesa NP 3715. Documentação. Método para a Análise de Documentos, Determinação do Seu Conteúdo e Selecção de Termos de Indexação.* Lisboa, I. P. Q., 1989.

PULIS, Noelle van; LUDY, Lorene E. - *Subject Searching in an Online Catalog with Authority Control.* "College & Research Libraries", Chicago, 49 (6) Nov. 1988, p. 523-533.

RADA, Roy - *Connecting and Evaluating Thesauri: Issues and Cases.* "International Classification", Frankfurt, 14 (2) 1987, p. 63-69.

RADA, Roy, *et al.* - *Creating and Evaluating Entry Terms.* "Journal of Documentation", London, 44 (1) Mar. 1988, p. 19-41.

RAITT, D. I. - *Recall and Precision Devices in Interactive Bibliographic Search and Retrieval Systems.* "ASLIB Proceedings", London, 32 (7/8) July-Aug. 1980, p. 281-301.

RANGANATHAN, S. R. - *Facet Analysis: Fundamental Categories,* in "CHAN, Lois Mai, ed. lit., *et al.* - *Theory of Subject Analysis. A Sourcebook.*" Littleton, Libraries Unlimited, 1985, p. 86-93.

REAL, Manuel Luís, *et al.* - *Arquivística e Documentação de História Local.* Porto, [s.n.], 1986.
(Sep. de: "Actas do 1º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas", vol. 2, Porto, BAD, 1985)

REED, Dale - *The RLIN AMC Format: an Experiment in Library-Compatible Archival Data Automation.* "Journal of the Society of Archivists", Winchester, 7 (7) Apr. 1985, p. 450-455.

REED, Dale - *Some Considerations on Archival Subject Access.*
(Comunicação apresentada ao "Annual Meeting of the Society of American Archivists", em Agosto de 1986 - texto dactilografado)

REGAZZI, John J. - *Evaluating Indexing Systems: a Review After Cranfield.* "The Indexer", London, 12 (1) Apr. 1980, p. 14-21.

Regras Portuguesas de Catalogação, vol. 1, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Bibliotecas Arquivos e Serviços de Documentação, 1984.

RIBEIRO, Fernanda - *O Acesso à Informação nos Arquivos Públicos Portugueses,* in "CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 4º, Braga, 1992 - *Informação, Ciência, Cultura. Bibliotecas e Arquivos para o Ano 2000. Actas*", vol. 1, Braga, BAD, 1992, p. 136-[176].

RICHTER, Noë - *Grammaire de l'Indexation Alphabétique.* Le Mans, Bibliothèque de l'Université du Maine, 1985.

RIVIER, Alexis - *Construction des Langages d'Indexation. Aspects Théoriques.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 27 (6) Nov.-Dec. 1990, p. 263-274.

ROE, Kathleen D. - *The Automation Odyssey: Library and Archives Systems Design Considerations.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 145-162.

ROHOU, Cécile - *La Gestion Automatisée des Thésaurus. Étude Comparative de Logiciels.* "Documentaliste. Sciences de l'Information", Paris, 24 (3) Mai-Juin 1987, p. 103-108.

ROWLEY, Jennifer E. - *Abstracting and Indexing.* London, Clive Bingley, 1982.

Rules for Archival Description. Ottawa, Bureau of Canadian Archivists, 1990.

SALTON, Gerard - *Automatic Information Organization and Retrieval.* New York, McGraw-Hill, 1968.

SALTON, Gerard - *A Comparison Between Manual and Automatic Indexing Methods.* "American Documentation", Washington, 20, Jan. 1969, p. 61-71.

SALTON, Gerard - *The Evaluation of Automatic Retrieval Procedures. Selected Test Results Using the SMART System.* "American Documentation", Washington, 16 (3) July 1965, p. 209-222.

SALTON, Gerard - *Suggestions for Library Network Design.* "Journal of Library Automation", Chicago, 12, Mar. 1979, p. 39-52.

SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. - *Introduction to Modern Information Retrieval,* international student ed., Auckland [etc.], McGraw-Hill International Book Company, 1983.

SARACEVIC, Tefko - *Relevance: a Review of and a Framework for Thinking on the Notion in Information Science.* "Journal of the American Society for Information Science", Washington, 26 (6) 1975, p. 321-343.

SCHEELE, Martin - *Automatic Indexing of Titles and Keywords on the Basis of a Model for an Overall Thesaurus of Knowledge.* "International Classification", Frankfurt, 10 (3) 1983, p. 135-137.

SCHELLENBERG, T. R. - *Manual de Arquivos.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

SCHELLENBERG, T. R. - *Princípios Archivísticos de Ordenacion.* Washington, 1961.
(Texto dactilografado)

SECRETARIAT DES MISSIONS D'URBANISME ET D'HABITAT - *Thesaurus.* Paris, S.M.U.H., 1975. 2 vol.

SHWARTZMAN, Rita Satovschi - *Para Conversar sobre Pesquisa.* "Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais", Belo Horizonte, 16 (1) Mar. 1987, p. 7-18.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira, org. - *Metodologia das Ciências Sociais,* 4ª ed., Porto, Edições Afrontamento, 1990.

SLYPE, Georges van - *Conception et Gestion des Systèmes Documentaires.* Paris, Les Éditions d'Organisation, 1979.

SLYPE, Georges van, *et al.* - *Systèmes Documentaires et Ordinateur.* Paris, Les Éditions d'Organisation, 1973.

SMIRAGLIA, Richard P. - *New Promise for the Universal Control of Recorded Knowledge.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 1-15.

SMIRAGLIA, Richard P. - *Subject Access to Archival Materials Using LCSH.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 63-90.

SMITH, G. Joan - *Catalogación Automatizada en los Archivos: el Experimento de la Inspección del Antártico Britanico.* "ADPA", Madrid, 4 (1/2) 1982-1983, p. 77-96.

STUDWELL, William E. - *Subject Suggestions 6: Some Concerns Relating to Quantity of Subjects.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 10 (4) 1990, p. 99-104.

SVENONIUS, Elaine F. - *Directions for Research in Indexing, Classification and Cataloging.* "Library Resources & Technical Services", Chicago, 25 (1) Jan.-Mar. 1981, p. 88-103.

SVENONIUS, Elaine F. - *An Experiment in Index Term Frequency.* "Journal of the American Society for Information Science", Washington, 23 (2) Mar.-Apr. 1972, p. 109-121.

SWANSON, Don R. - *The Evidence Underlying the Cranfield Results.* "The Library Quarterly", Chicago, 35 (1) Jan. 1965, p. 1-20.

SWANSON, Edward - *Choice and Form of Access Points According to AACR2.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 35-61.

TAYLOR, Arlene G. - *Authority Files in Online Catalogs: an Investigation of Their Value.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 4 (3) Spring 1984, p. 1-17.

TAYLOR, Hugh A. - *The Arrangement and Description of Archival Materials.* München [etc.], K.G. Saur, 1980.

TILLET, Barbara B. - *Considerations for Authority Control in the Online Environment.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 9 (3) 1989, p. 1-11.

TOWNLEY, Helen M.; GEE, Ralph D. - *Thesaurus-Making. Grow Your Own Word-Stock.* London, Andre Deutsch, 1980.

UNESCO. Division of Software Development and Applications. Office of Information Programmes and Services - *Mini-Micro CDS/ISIS Reference Manual (Version 2.3),* 1st ed., Paris, UNESCO, 1989.

UNISIST - *Principes Directeurs pour l'Établissement et le Développement de Thesaurus Monolingues.* Paris, UNESCO, 1973.
(SC/WS/555)

UNISIST - *Principes d'Indexation.* Paris, UNESCO, 1975.
(SC.75/WS/58)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral - *Princípios para o Estabelecimento de Cabeçalhos de Assuntos em Bibliotecas Gerais,* in "ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 6º, Aveiro, 1978 - *Actas*". Aveiro, VI E.B.A.D.P., 1978, p. 378-405.

VICKERY, B. C. - *Analysis of Information,* in "*Encyclopedia of Library and Information Science*", vol. 1, New York, Marcel Dekker, 1969, p. 355-384.

VIEIRA, Simone Bastos - *Indexação Automática e Manual: Revisão de Literatura.* "Ciência da Informação", Brasília, 17 (1) Jan.-Jun. 1988, p. 43-57.

WALNE, Peter, ed. lit. - *Dictionary of Archival Terminology,* 2nd rev. ed., München [etc.], K.G. Saur, 1988.
(ICA Handbooks Series; 7)

WEBER, Lisa B. - *Record Formatting: MARC AMC.* "Cataloging & Classification Quarterly", New York, 11 (3/4) 1990, p. 117-143.

WEINBERG, Bella Hass - *Why Indexing Fails the Researcher.* "The Indexer", London, 16 (1) Abr. 1988, p. 3-6.

WELLISH, Hans; WILSON, Thomas D., ed. lit. - *Subject Retrieval in the Seventies. New Directions.* Westport, Greenwood Publishing Company, 1972.

WILLETS, Margaret - *An Investigation of the Nature of the Relation Between Terms in Thesauri.* "Journal of Documentation", London, 31 (3) Sept. 1975, p. 158-184.

WILSON, Patrick - *Some Fundamental Concepts of Information Retrieval.* "Drexel Library Quarterly", Philadelphia, 14, 1978, p. 10-24.

WYLLIE, Jan - *Concept Indexing: the World Beyond the Windows.* "ASLIB Proceedings", London, 42 (5) May 1990, p. 153-159.

WYNAR, Bohdan S. - *Subject Analysis,* in "*Introduction to Cataloguing and Classification*", 7th ed., Littleton, Library Unlimited, 1985, p. 361-524.

YANNAKOUDAKIS, Emmanuel J.; ATTAR-BASHI, Hussain A. - *The Subject-Object Relationship Interface Model in Database Management Systems.* "Journal of Documentation", London, 45 (1) Mar. 1989, p. 25-48.

ANEXO 1

(A, B e C)

ANEXO 1 - A

INQUÉRITO

(Nas perguntas com várias opções, por favor assinale com um "x" as suas respostas)

1. Identificação do arquivo

1.1. Nome / Designação do Arquivo _____

1.2. Endereço _____

1.3. Telefone _____ Telex _____ Fax _____

2. Caracterização do arquivo

2.1. Tipo de Arquivo

a) Nacional ___ b) Ministerial ___ c) Distrital ___

d) Outro ___ Qual? _____

2.2. Qual a entidade tutelar do Arquivo? _____

2.3. Em que ano foi aberto ao público? _____

2.4. Possui pessoal técnico qualificado?

a) Número de técnicos superiores de BAD _____

b) Número de técnicos auxiliares de BAD _____

3. Pesquisa da informação

3.1. Que tipos de instrumentos de pesquisa manual possui o Arquivo?

3.1.1. Guias

a) Em forma de livro, folheto ou desdobrável ___

b) Em folhas soltas ___

3.1.2. Inventários

a) Em forma de livro ___

b) Em fichas ___

3.1.3. Catálogos

a) Em forma de livro ___

b) Em fichas ___

3.1.4. Índices

a) Em forma de livro ___

b) Em fichas ___

3.1.5. Outros instrumentos ___ Quais? _____

3.1.6. Não possui quaisquer instrumentos de pesquisa ___

(No caso de dar a resposta 3.1.6., passe ao ponto 4)

3.2. Possui instrumentos de pesquisa automática?

3.2.1. Sim ___ Quais? _____

_____

3.2.2. Não ___

3.2.3. Estão a ser preparados ___ Quais? _____

_____

3.3. Os instrumentos de pesquisa existentes, que tipo de acesso à informação permitem?

3.3.1. Classificado (orgânico/funcional) ___

3.3.2. Classificado ___

3.3.3. Onomástico ___

3.3.4. Geográfico/Toponímico ___

3.3.5. Ideográfico ___

3.3.6. Cronológico ___

3.3.7. Topográfico ___

3.3.8. Outro ___ Qual? _____

_____

3.4. No acesso por assuntos (indexação), que tipo de linguagem é utilizada?

3.4.1. Linguagem controlada ___

3.4.2. Linguagem não controlada ___

(No caso de dar a resposta 3.4.2., passe ao ponto 4)

3.5. Na linguagem controlada utilizada, como são estabelecidos os termos de indexação?

3.5.1. Com base numa lista de termos que vai sendo construída à medida que é feita a indexação ___

3.5.2. Com base numa lista de termos de indexação previamente elaborada ___

3.5.3. Com base em "thesaurus (i)" ___ Qual (quais)? _____

_____

3.5.4. Pelo indexador sem recurso a qualquer instrumento de apoio à indexação ___

(No caso de dar a resposta 3.5.4., passe ao ponto 4)

3.6. O instrumento de apoio à indexação utilizado de que forma se apresenta?

3.6.1. Lista alfabética simples ___

3.6.2. Lista alfabética estruturada ou "thesaurus" alfabético ___

3.6.3. Lista hierárquica ___

3.6.4. Apresentação gráfica ___

3.6.5. Outra ___ Qual? _____

_____

4. Contactos "a posteriori"

Pessoa a contactar no caso de ser necessário obter qualquer esclarecimento a propósito deste inquérito

a) Nome _____

b) Categoria _____

Agradecemos a colaboração prestada

Instruções para preenchimento do inquérito

(Estas instruções visam esclarecer os objectivos de algumas questões, bem como definir termos ou noções utilizados, a fim de não surgirem dúvidas no preenchimento do inquérito)

1. Este inquérito destina-se exclusivamente a **ARQUIVOS HISTÓRICOS abertos ao público**. Por "Arquivo Histórico" entendemos o conjunto de documentos, sem interesse administrativo, mas considerados de valor histórico e patrimonial e, por isso, dignos de conservação permanente (em princípio, tais documentos terão mais de 50 anos).

3.1.1. Guia - como o seu próprio nome indica, tem a função específica de orientar o utilizador, proporcionando uma visão genérica e uma informação sintética sobre os fundos documentais (por vezes é designado por "roteiro")

3.1.2. Inventário - descreve sumariamente as séries documentais existentes, como reflexo de uma actividade concreta, de uma tipologia documental ou de um método de ordenação, fazendo referência às unidades de instalação (livros, maços, caixas, etc.)

3.1.3. Catálogo - descreve as peças documentais (documentos soltos ou processos), pertencentes a uma série, secção ou mesmo a uma colecção factícia

3.1.4. Índice - instrumento auxiliar de pesquisa que permite a identificação e localização dos documentos e/ou da informação; pode ser autónomo ao estar dependente de outros instrumentos de pesquisa

3.2. Referimo-nos a instrumentos produzidos por computador ou existentes "on-line"

3.3.1. Classificado (orgânico/funcional) - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa correspondem ao código da classificação (a organização do Arquivo está de acordo com um quadro de classificação orgânico e/ou funcional que respeita, portanto, a estrutura das entidades produtoras da documentação)

3.3.2. Classificado - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa correspondem ao código da classificação (a organização do Arquivo assenta numa classificação temática, tipológica, fictícia ou de qualquer outra natureza, sem correspondência com a estrutura orgânica das entidades produtoras da documentação)

3.3.3. Onomástico - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa são constituídas por nomes de pessoas e/ou colectividades e instituições

3.3.4. Geográfico/Toponímico - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa são constituídas por nomes de regiões, localidades, ruas, praças, etc.

3.3.5. Ideográfico - refere-se ao acesso por assuntos (matérias), sendo os cabeçalhos do instrumento de pesquisa do tipo *descritores, cabeçalhos de matérias, palavras-chave*, etc.

3.3.6. Cronológico - as rubricas de acesso (cabeçalhos) são constituídas por datas

3.3.7. Topográfico - as rubricas de acesso (cabeçalhos) correspondem à localização (cota) dos documentos e/ou unidades de instalação; podem coincidir com o código de classificação, no caso de a montagem ser classificada (Nota: nesta situação deverão, além da resposta 3.3.7., ser também assinaladas as respostas 3.3.1. ou 3.3.2.)

3.4.1. Linguagem controlada - termos de indexação (descritores, palavras-chave, etc.) seleccionados a partir da linguagem natural, utilizados para representar de uma forma condensada o conteúdo dos documentos e para recuperar informação (controlo da sinonímia, polissemia, ambiguidade, etc.)

3.4.2. Linguagem não controlada - termos retirados dos documentos ou de resumos dos mesmos, sem qualquer controlo da sinonímia, polissemia, ambiguidade, etc.

3.5. Termo de indexação - esta designação refere-se genericamente a *descritores, palavras-chave, cabeçalhos de matéria*, etc.

3.5.3. Thesaurus (plural "thesauri") - vocabulário de uma linguagem de indexação controlada, organizado formalmente de modo a explicitar as relações semânticas entre os termos de indexação nele contidos

3.5.4. e 3.6. Instrumento de apoio à indexação - refere-se à lista de termos de indexação ou "thesaurus"

3.6.1. Lista alfabética simples - relação alfabética dos termos de indexação utilizados

3.6.2. Lista alfabética estruturada - lista alfabética dos termos de indexação utilizados, com relações semânticas entre eles (tipo "thesaurus")

3.6.3. Lista hierárquica - organização dos termos de indexação segundo uma estrutura classificada (tipo tabela de classificação)

3.6.4. Apresentação gráfica - organização esquemática dos termos de indexação (esquemas com setas, estruturas em árvore, etc.)

ANEXO 1 - B

INQUÉRITO

(Nas perguntas com várias opções, por favor assinale com um "x" as suas respostas)

1. ENTIDADE TUTELAR DO ARQUIVO

Governo Civil de _____

1.1. Possui Arquivo Histórico?
Sim ___ Não ___

(No caso da resposta ser <u>não</u>, passe ao ponto 4)

1.2. Está aberto ao público?
Sim ___ Não ___

(No caso da resposta ser <u>não</u>, passe ao ponto 4)

2. IDENTIFICAÇÃO / CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIVO

2.1. Nome / Designação do Arquivo _____
_____
2.2. Endereço _____
2.3. Telefone _____ Telex _____ Fax _____
2.4. Em que ano foi aberto ao público? _____
2.5. Possui pessoal técnico qualificado?
a) Número de técnicos superiores de BAD ____
b) Número de técnicos auxiliares de BAD ____

3. PESQUISA DA INFORMAÇÃO

(A partir daqui o questionário é igual ao do Anexo 1 - A)

ANEXO 1 - C

O questionário é igual ao do Anexo 1 - B.
Apenas substituímos, no ponto 1, as palavras "Governo Civil de" por "Câmara Municipal de".

ANEXO 2

ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL AOS QUAIS FOI ENVIADO O INQUÉRITO *

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO
Praça da República
3800 AVEIRO

ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA
Avenida Vasco da Gama
7800 BEJA

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA
Largo do Paço
4719 BRAGA CODEX

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA
Bairro Rubacar, lote 75-76
Apartado 125
5300 BRAGANÇA

ARQUIVO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO
Rua de São Marcos, 3
6000 CASTELO BRANCO

ARQUIVO DISTRITAL DE FARO
Rua de São Pedro, 12
8000 FARO

ARQUIVO DISTRITAL DA GUARDA
Largo General Humberto Delgado
6300 GUARDA

ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE
Convento de São Francisco
7300 PORTALEGRE

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO
Praça da República, 38
4000 PORTO

ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM
Rua Passos Manuel
2000 SANTARÉ

ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL
Rua Gama Braga, 15
2900 SETÚBAL

ARQUIVO DISTRITAL
DE VIANA DO CASTELO
Rua Manuel Espregueira, 140-146
4900 VIANA DO CASTELO

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL
Avenida Almeida Lucena, 5
5000 VILA REAL

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU
Largo Alves Martins
3500 VISEU

ARQUIVO GERAL DA MARINHA
Praça da Armada
1300 LISBOA

ARQUIVO HISTÓRICO
DA BIBLIOTECA NACIONAL
Campo Grande, 83
1751 LISBOA CODEX

ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO
DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS
Largo do Rilvas
1354 LISBOA CODEX

ARQUIVO HISTÓRICO
DA DIRECÇÃO-GERAL DAS ALFÂNDEGAS
Biblioteca da Alfândega de Lisboa
Rua Terreiro do Trigo
1100 LISBOA

ARQUIVO HISTÓRICO DA DIRECTORIA
DO PORTO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
Rua de São Bento da Vitória, 12
4000 PORTO

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR
Largo dos Caminhos de Ferro, 2
1100 LISBOA

* Os Arquivos dos Governos Civis não estão incluídos.

ARQUIVO HISTÓRICO
DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Rua Ocidental ao Campo Grande, 83
1700 LISBOA

ARQUIVO HISTÓRICO
DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (*)
Praça do Comércio
1100 LISBOA

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR
Palácio de São Bento
1296 LISBOA CODEX

ARQUIVO HISTÓRICO
DO TRIBUNAL DE CONTAS
Avenida Infante D. Henrique
1194 LISBOA CODEX

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO
Calçada da Boa Hora, 30
1300 LISBOA

ARQUIVO NACIONAL
DA TORRE DO TOMBO
Alameda da Universidade
1600 LISBOA

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Rua de São Pedro, 2
3000 COIMBRA

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO
DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Praça do Comércio, ala norte
1194 LISBOA CODEX

BIBLIOTECA PÚBLICA
E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA
Largo Vila Flor
7034 ÉVORA CODEX

BIBLIOTECA PÚBLICA
E ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA
Edifício da Câmara Municipal
2400 LEIRIA

DIRECÇÃO-GERAL
DA JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO.
Divisão do Arquivo, Museu e Biblioteca
Avenida Infante D. Henrique
1194 LISBOA CODEX

GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DA ENGENHARIA MILITAR
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA

(*) Oficiaram a informar que, presentemente, o Ministério da Justiça não possui arquivo histórico, tendo o mesmo sido transferido para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

ANEXO 3

(A, B e C)

ANEXO 3 - A

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

FUNDO: Câmara Municipal do Porto (*)

A **CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTO DO MUNICÍPIO**

A / A Forais do Porto e seu Termo
A / B Leis e Ordens Régias
A / C Capítulos de Cortes
A / D Pautas

B **ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO**

B / A **Câmara Municipal**
01. Constituição da Câmara
02. Actas
03. Acórdãos. Posturas. Regulamentos
04. Editais. Avisos. Boletim
05. Planos de actividade
06. Relatórios de gerência

B / B **Presidente da Câmara**
01. Gabinete do Presidente
02. Assuntos jurídicos e de contencioso
03. Protocolo e relações públicas
04. Juntas de freguesia

B / C **Assembleia Municipal**
B / D **Conselho Municipal**
B / E **Comissão Executiva**
B / F Comissão Administrativa

C **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

C / * Formulários
C / A **Expediente**
C / B **Pessoal**
C / C **Taxas e Licenças**
C / D **Contencioso Fiscal**
C / E **Notariado Privativo**
C / F **Arquivo**
01. Organização
02. Incorporações
03. Instrumentos de pesquisa
04. Traslados
05. Colecções factícias
06. Memórias

D **PATRIMÓNIO**

D / A Inventário de Bens
01. Bens imóveis
02. Baldios
03. Bens móveis

D / B Administração de Bens
01. Bens imóveis
02. Bens móveis

E SERVIÇOS FINANCEIROS

E / * Organização Antiga
01. Cofre dos Bens do Concelho
02. Cofre da Cidade
03. Cofre das Alças
04. Cofre das Fortificações
05. Cofre das Obras Públicas
06. Cofre da Imposição do Vinho
07. Cofre do Subsídio Militar
08. Cofre da Junta das Obras Públicas
09. Cofre dos Foros e Laudémios
10. Cofre da Imposição dos Carros
11. Cofre da Iluminação
12. Cofre dos Depósitos
13. Cofres eventuais
14. Juros

E / A **Contabilidade**
E / B **Tesouraria**
01. Guias de receita
02. Conta corrente
03. Caixa
04. Papéis de crédito
05. Depósitos bancários
06. Documentos diversos

E / C **Aquisições e Aprovisionamento**
E / D Empréstimos

(*) As rubricas destacadas a negro correspondem ao Quadro de Classificação do IPA; as restantes, aos desenvolvimentos do mesmo quadro, introduzidos no A.H.M.P.

F **IMPOSTOS**

F / A **Impostos Gerais**

01. Fintas
02. Imposição do Sal
03. Imposição do Vinho
04. Usual
05. Décima
06. Subsídio Militar
07. Sisa
08. Contribuições militares extraordinárias

F / B **Contribuições Municipais**

01. Imposto para custeio da iluminação da Cidade
02. Imposiçao dos Carros
03. Imposto sobre os despachos na Alfândega
04. Imposto do Piso

G **ELEIÇÕES**

H **FUNÇÕES MILITARES**

H / A Fortificações e Armamento
H / B Companhias de Ordenanças
H / C Companhia dos Cidadãos
H / D Guarda Nacional
H / E Junta do Subsídio Militar
H / F Junta das Coudelarias
H / G Comissão dos Aboletamentos

I **SEGURANÇA PÚBLICA**

I / A **Polícia**

01. Polícia Municipal
02. Guarda Municipal

I / B **Bombeiros**

01. Companhia de Incêndios
02. Inspecção Geral dos Incêndios
03. Corpo de Salvação Pública

I / C **Protecção Civil**

01. Caixa Municipal de Seguros

J **JUSTIÇA**

J / A Demandas sobre Jurisdição
J / B Correições da Câmara
J / C Processos Judiciais
J / D Oficiais de Justiça

K **CONTROLO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS**

K / * Almotaçaria
K / A **Estatística**
K / B **Agricultura**
K / C **Pecuária**
K / D **Indústria**
K / E **Comércio**
K / F **Transportes**
K / G **Aferições**

L **URBANISMO**

L / * Organização Antiga
L / A **Planos Directores e de Urbanização**
L / B **Estudos e Projectos**
L / C **Loteamentos**
L / D Compras e **Expropriações**
L / E **Obras Particulares**
L / F **Toponímia e Numeração Policial**
L / G Cartografia

M **OBRAS**

M / * Obras Gerais
M / A **Edificações Municipais**
M / B **Rede Viária**
M / C **Águas e Saneamento**
M / D **Iluminação Pública**
M / E **Oficinas,** Armazéns Gerais **e Parque de Máquinas e Viaturas**

N **SERVIÇOS URBANOS**

N / A Espaços Verdes
N / B Mercados e Feiras
N / C Matadouros

01. Açougues e Feitoria da Cidade
02. Administração das Carnes
03. Extinção da Administração das Carnes
04. Nova Administração das Carnes

N / D Profilaxia e **Protecção do Meio Ambiente**

01. Profilaxia Social
02. Protecção do Meio Ambiente

N / E **Limpeza e Higiene**
N / F **Águas e Saneamento**
N / G **Cemitérios**

N / H **Viação e Trânsito**
N / I Gás e Electricidade

O **HABITAÇÃO**

P **SAÚDE E ASSISTÊNCIA**
P / A **Expostos**
P / B **Assistência à Maternidade**
P / C **Hospitalização de Doentes Pobres**
P / D **Serviços Hospitalares**
P / E **Assistência Social**

Q **EDUCAÇÃO**
Q / A **População Escolar**
01. Professores
02. Alunos
Q / B **Transportes Escolares**
Q / C **Ensino Pré-Primário e Básico**
Q / D **Ensino Secundário e Superior**
Q / E **Ensino Profissioanl e Artístico**
01. Internato Municipal
02. Colégio dos Órfãos
03. Escola Popular de Canto
04. Instituto Musical
05. Conservatório de Música do Porto

R **CULTURA**
R / A **Animação Cultural**
R / B **Bibliotecas**
R / C **Museus**
R / D **Arquivo Histórico**
R / E **Casa da Cultura**
R / F **Património Cultural**
R / G Comemorações e Homenagens
R / H Congressos

S **DESPORTO**

T **TURISMO**

ANEXO 3 - B

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

FUNDO: Confraria de Nossa Senhora da Batalha

A CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

B ÓRGÃOS DIRIGENTES

C SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

D SERVIÇOS FINANCEIROS

E PATRIMÓNIO

F SERVIÇO RELIGIOSO

ANEXO 3 - C

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

FUNDO: Jockey Club Portuense

A	CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO
B	ÓRGÃOS SOCIAIS
C	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
D	SERVIÇOS FINANCEIROS
E	HIPÓDROMO DE MATOSINHOS
F	COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DO JOCKEY CLUB PORTUENSE
G	COMPANHIA EDIFICADORA DE MATOSINHOS E LEÇA

ANEXO 4

TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS

Acta de eleição
Acta de reunião
Acta de sessão solene
Acórdão
Alvará régio
Apólice de indemnização
Apontamentos
Apontamentos históricos
Atestado
Auto
Auto de aclamação
Auto de acusação
Auto de apreensão
Auto de conferência
Auto de defesa
Auto de entrega
Auto de inauguração
Auto de inquérito
Auto de inventário
Auto de liquidação
Auto de notícia
Auto de posse
Auto de recepção
Auto de revisão de contas
Auto de vistoria
Auto de vistoria e avaliação
Caderno eleitoral
(*v.t.* Lista de eleitores)
Capítulo de Cortes
Carta
Carta de ermitania
Carta régia
Cartulário
Conta geral de receita
e despesa *v.* Conta de gerência
Conta de gerência
(*v.t.* Relatório e Contas)
Contrato
Contrato de arrendamento
Contrato de concessão
Contrato de empréstimo
Contrato de fornecimento
Contrato de sociedade
Copiador
Copiador de anúncios
Copiador de circulares
Copiador de correspondência
Copiador de editais
Copiador de expediente
Copiador de informações
Copiador de ordens para avaliação
Copiador de ordens de serviço
Copiador de telegramas
Correspondência
(*v.t.* Requerimento)
Decreto
Desenho topográfico
Discurso
Documento de despesa
Documento de receita e despesa
Edital
Escritura
Escritura de aforamento *v.* Escritura
de emprazamento
Escritura de compra
Escritura de concessão
Escritura de emprazamento
Estatutos
Foral
Formulário
Guia de entrada
Guia de receita
Índice alfabético
Índice antroponímico
Índice cronológico
Índice ideográfico
Índice onomástico
Índice topográfico
Índice toponímico
Informação
Inventário de armamento
Inventário de bens
Inventário de papéis de crédito
Inventário de propriedades
Licença para festejos
Licença para peditório
Lista de acórdãos
Lista de apuramento

Lista de arrendamentos
Lista de arrendatários
Lista de barqueiros
Lista de beneficiários
Lista de bens
Lista de bens e rendimentos
Lista de bombeiros
Lista de comerciantes
Lista de depósitos
Lista de desertores
Lista de dívidas
Lista de donativos
Lista de eleitores
(*v.t.* Caderno eleitoral)
Lista de emprazamentos
Lista de escrituras
Lista de escrivães
Lista de estrangeiros
Lista de foros *v.* Lista de arrendamentos
Lista de incorporação
Lista de livros
Lista de marinheiros
Lista de militares
Lista de multas
Lista de operários
Lista de participantes
Lista de personalidades
Lista de polícias
Lista de procissões e festividades
Lista protocolar
Lista de recenseamento
Lista de sentenças
Lista de sócios
Lista de subscritores
Lista de talhos
Lista de tapadas
Lista de vagabundos
Livro caixa
Livro de conta corrente
Livro diário
Livro razão
Manifesto de gado
Manifesto de géneros
Manifesto de vinho
Mapa
(*v.t.* Tabela)
Mapa de análises
Mapa de arrematações
Mapa de encargos
Mapa estatístico
Mapa de expropriações
Mapa de faltas
Mapa de receita
Mapa de rendimentos *v.* Mapa de receita
Mapa de trabalho
Matrícula *v.* Registo
Memorando
Memorando de processos cíveis
Memória histórica
Obrigação
Ofício
Orçamento
Ordem de pagamento
Ordem de serviço
Participação de transgressão
Pauta
(*v.t.* Tabela)
Pedido de demissão
Petição *v.* Requerimento
Planta cartográfica
Postura
Processso
Processo de adjudicação
Processo de admissão
Processo de caução
Processo cível
Processo de compra
Processo de concessão
Processo de escritura
Processo de expropriação
Processo de inventário
Processo judicial
Processo de licença de obras
Processo de nomeação
Processo de obras
Processo de partilha
Processo penal
Processo de recurso
Processo de tributação
Procuração
Programa de espectáculo
Projecto arquitectónico
Proposta
Proposta de admissão

Provisão para emprazamento
Provisão régia
Recibo
Recibo de incorporação
Recibo de juros
Recibo de missas
Recibo de obrigações
Recibo de pagamento
Regimento do aferidor
Regimento dos expostos
Regimento do pão
Regimento da saúde
Registo
Registo de abates
Registo de acções
Registo de acórdãos
Registo de arrais e barqueiros
Registo de arrematações
Registo de arrendamentos
Registo de atestados
Registo de autos de transgressão
Registo de averbamentos
Registo de baixas
Registo de cartas de naturalização
Registo de cobranças
Registo de compras
Registo de concessão
Registo de contas
Registo de contribuintes
Registo de correspondência
Registo de declarações de danos
Registo de depósitos
Registo de despachos alfandegários
Registo de despesa
(*v.t.* Registo de pagamentos)
Registo de donativos
Registo de entradas
Registo de expediente
Registo de ferramentas
Registo de fiscalização
Registo de guias de entrada
Registo de inscrições
Registo de inspecção
Registo de jurados
Registo de licenças
Registo de licenças de venda
Registo de licenças para exposições e montras
Registo de multas
Registo de nomeações
Registo de obrigações
Registo de ofícios
Registo de ordens de pagamento
Registo de ordens de penhora
Registo de pagamentos
(*v.t.* Registo de despesa)
Registo de participações de ocorrências
Registo de participações de transgressão
Registo de pesagem
Registo de pesos e medidas
Registo de posturas e regulamentos
Registo de presos
Registo de privilégios
Registo de propriedades
Registo de receita
Registo de recibos
Registo de recipientes
Registo de recursos
Registo de requerimentos
Registo de requisições de material
Registo de taxas
Registo de termos de condenação
Registo de termos de depósito
Registo de termos de fiança
Registo de termos de vistoria
Registo de transgressões
Registo de vacinação
Registo de vales
Registo de vales e cheques
Registo de valores
Registo de vendas
Registo de verificação
Registo de veículos
Registo de vistorias
Regulamento
Regulamento de concurso
Relatório
Relatório e Contas
(*v.t.* Conta de gerência)
Relatório de inspecção
Requerimento
(*v.t.* Correspondência)
Requerimento de carta de vizinhança
Resumo de actas de reunião
Resumo de caixa

Sentença
Tabela
(*v.t.* Mapa; Pauta)
Tabela de emolumentos
Telegrama
Termo
Termo de arrematação
Termo de compra
Termo de declaração
Termo de depósito
Termo de eleição
Termo de entrada
Termo de fiança
Termo de inspecção
Termo de juramento
Termo de medição
Termo de medição e avaliação
Termo de nacionalidade
Termo de nomeação
Termo de obrigação
Termo de reconhecimento
Termo de registo
Termo de saída
Testamento

ANEXO 5

LISTA DE TERMOS DE INDEXAÇÃO

ABASTECIMENTO
UP Fornecimento
TR Produto agrícola
TR Produto alimentar
TR Produto de origem animal
TR Produto de origem vegetal

ABOLETAMENTO
TG Alojamento militar

ABRIGO DOS PEQUENINOS
TG Centro médico

ACIDENTE
TE Incêndio
TE Inundação

ACIDO ACÉTICO
TE Vinagre

ACLAMAÇÃO
TG Manifestação

AÇOUGUE
TG Equipamento social
TR Administração da Carne
TR Matadouro
TR Talho

ACTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA
(série arquivística)
TG Série arquivística

ACTIVIDADE CULTURAL
TE Espectáculo musical

ADMINISTRAÇÃO DA CARNE
TG Administração económica
TR Açougue
TR Matadouro
TR Talho

ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA
TE Administração local
TE Administração regional

Administração dos Expostos
USE Exposto

ADMINISTRAÇÃO ECONÓMICA
TE Administração da Carne
TE Almotaçaria
TE Coudelaria
TR Administração financeira

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
TE Contabilidade
TE Orrçamento
TR Administração económica
TR Finanças

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
TE Almotaçaria

ADMINISTRAÇÃO LOCAL
UP Administração municipal
TG Administração descentralizada
TE Almotaçaria
TE Câmara Municipal
TE Concelho Municipal
TE Junta de Freguesia
TR Organismo de administração local

ADMINISTRAÇÃO MILITAR
TE Coudelaria

Administração municipal
USE Administração local

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
TG Administração descentralizada
TE Almoxarifado (delegação administrativa)
TE Prefeitura
TE Provedoria de Concelho

ADMINISTRADOR DE CONCELHO
TG Governante local

ADMINISTRADOR DE JULGADO
TG Governante regional
TG Oficial de justiça

ADMISSÃO
TE Admissão de confrade
TE Admissão de sócio

ADMISSÃO DE CONFRADE
TG Admissão

ADMISSÃO DE SÓCIO
TG Admissão

AFERIÇÃO
UP Afilamento
TR Fiscalização
TR Inspecção
TR Medição
TR Pesagem

AFERIDOR DOS PESOS E MEDIDAS
TG Funcionário público

Afilamento
USE Aferição

AFONSO, Pedro
TG Bispo

AFONSO IV (rei de Portugal)
TG Rei

Aforamento
USE Emprazamento

ÁFRICA DO NORTE
TE Marrocos

AGRELA (São Pedro)
UP São Pedro da Agrela
TG Povoação portuguesa

AGRESSÃO ARMADA
TE Cerco militar
TE Invasão
TE Motim

ÁGUA
TG Líquido
TR Compagnie Générale des Eaux pour l'Étranger
TR Rede de distribuição de água

AGUADEIRO
TG Profissão

AGUARDENTE
TG Bebida alcoólica

AGUIAR DE SOUSA
TG Concelho
TG Povoação portuguesa
TG Região portuguesa

ALÇA (rendimento)
TG Rendimento
TR Renda
TR Sisa

ALÇADA
TG Tribunal

ALCAIDE-MOR
TG Pessoal militar
TE Penaguião, Conde de

ALFAIA LITÚRGICA
TE Cálice

ALFÂNDEGA
TG Instituição aduaneira
TE Alfândega do Porto
TR Despacho alfandegário

ALFÂNDEGA DO PORTO
TG Alfândega

ALFENA
TG Povoação portuguesa

ALIMENTO
TE Bebida
TE Carne
TE Cereal
TE Pão
TE Peixe
TR Azeite

TR Indústria alimentar
TR Produto alimentar
TR Sal
TR Vinagre

Aljube
USE Prisão

ALMOTAÇARIA
TG Administração económica
TG Administração judicial
TG Administração local

ALMOTACÉ
TG Funcionário público
TG Oficial de justiça

ALMOXARIFADO (delegação administrativa)
TG Administração regional
TG Circunscrição fiscal

ALMOXARIFADO (serviço camarário)
TG Serviço camarário

ALOJAMENTO MILITAR
TE Aboletamento
TR Quartel

ALTAR
TG Mobiliário religioso

ALUNO
UP Estudante
TG Pessoal escolar

ALVARÁ
TG Documento primário
TR Legislação

ALVARELHOS (Santa Maria)
UP Santa Maria de Alvarelhos
TG Povoação portuguesa

ALVARENGA, José Monteiro
TG Arrendatário

AMATUCCI, Emigdio Carlo
TG Escultor
TG Italiano

AMÉLIA (corveta)
TG Corveta

AMÉLIA (rainha de Portugal)
TG Rainha

AMÉRICA DO NORTE
TE Estados Unidos da América

AMÉRICA DO SUL
TE Brasil

ANÁLISE
TE Análise química

ANÁLISE QUÍMICA
TG Análise

ANIMAL AQUÁTICO
UP Animal marinho
TE Molusco
TE Peixe

ANIMAL DOMÉSTICO
TE Cavalgadura
TE Gado

Animal marinho
USE Animal aquático

ANTA (São Martinho)
UP São Martinho de Anta
TG Povoação portuguesa

ANÚNCIO
TE Pregão
TR Edital

Apelação
USE Recurso

APÓLICE DE SEGUROS
TG Documento primário

AQUEDUTO
TG Rede de distribuição de água
TE Aqueduto de Paranhos

AQUEDUTO DE PARANHOS
TG Aqueduto

ARAÚJO, Manuel Francisco de
TG Fornecedor

ARCA DE ÁGUA
TG Rede de distribuição de água
TE Arca de água de Paranhos

ARCA DE ÁGUA DE PARANHOS
TG Arca de água

ARCOZELO (São Miguel)
UP São Miguel de Arcozelo
TG Povoação portuguesa

ARMA
TG Equipamento militar

ARMAS MUNICIPAIS
TG Heráldica
TG Símbolo municipal
TE Armas do Porto

ARMAS NACIONAIS
TG Heráldica
TG Símbolo nacional
TR Armas reais

ARMAS DO PORTO
TG Armas municipais

ARMAS REAIS
TG Heráldica
TG Símbolo nacional
TR Armas nacionais

ARMAZÉM
TG Edifício

ARQUITECTO
TG Pessoal cultural
TG Profissão
TE Ferreira, Augusto Gerardo Teles

ARQUIVO
TE Arquivo histórico
TE Arquivo público

ARQUIVO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
UP Arquivo municipal
TG Arquivo público
TE Arquivo Municipal do Porto

ARQUIVO HISTÓRICO
TG Arquivo
TE Arquivo Municipal do Porto

Arquivo municipal
USE Arquivo da administração local

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO
TG Arquivo da administração local
TG Arquivo histórico

ARQUIVO PÚBLICO
TG Arquivo
TE Arquivo da administração local

ARRAIS
TG Profissão

ARREIGADA (São Pedro)
UP Reigada
UP São Pedro de Arreigada
TG Povoação portuguesa

ARREMATAÇÃO
TG Transacção

ARREMATANTE
TE Gonçalves, Joaquim José
TE Rodrigues, José Lopes

ARRENDAMENTO
TR Arrendatário
TR Emprazamento
TR Renda

ARRENDATÁRIO
UP Rendeiro
TE Alvarenga, José Monteiro
TE Domingues, José
TE Magalhães, António Torcato Ribeiro
TE Malheiro, José Manuel Teixeira
TR Arrendamento
TR Esmola dos rendeiros
TR Renda

Arrifana de Sousa
USE Penafiel

ARTE DO METAL
TE Ourivesaria

ARTISTA GRÁFICO
TG Artista visual
TE Gravador (artista)
TE Litógrafo
TE Tipógrafo

ARTISTA VISUAL
TE Artista gráfico
TE Escultor

ÁSIA DO SUL
TE Índia

ASILO
TG Instituição de assistência
TE Internato Municipal -
Escola de Artes e Ofícios
TR Comunidade religiosa

Asilo-Escola de Artes e Ofícios
USE Internato Municipal -
- Escola de Artes e Ofícios

Asilo Escola Dona Maria Amélia
USE Internato Municipal -
- Escola de Artes e Ofícios

Asilo-Escola Municipal nº 1
USE Internato Municipal -
- Escola de Artes e Ofícios

Asmes (São Lourenço)
USE Ermesinde

ASSINATURA
TG Elemento de identificação

ASSISTÊNCIA A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
TE Obra de caridade
TR Assistência social

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA
TE Doação
TE Donativo
TE Esmola
TE Subsídio

ASSISTÊNCIA INFANTIL
TE Exposto
TR Assistência social
TR Instituição de assistência

ASSISTÊNCIA SOCIAL
TE Esmola
TE Obra de caridade
TR Assistência infantil
TR Assistência a instituições religiosas
TR Associação de socorro social
TR Instituição de assistência

ASSOCIAÇÃO
TE Associação de socorro social
TR Comunidade
TR Membro de associação

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL
TE Confraria

ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO SOCIAL
TG Associação
TE Caixa 28 de Maio
TR Assistência social

ASTROMIL (Santa Marinha)
UP Santa Marinha de Astromil
TG Povoação portuguesa

Atafona
USE Moinho

Autarquia local
USE Câmara Municipal
USE Freguesia

AUTOS E SENTENÇA DE DÚVIDAS E JURISDIÇÃO ENTRE O BISPO E A CIDADE (série arquivística)
TG Códice
TG Série arquivística

AVALIAÇÃO
UP Louvação

AVALIADOR
UP Louvado
TG Profissão
TE Avaliador dos Órfãos

AVALIADOR DOS ÓRFÃOS
TG Avaliador

AVINTES
TG Povoação portuguesa

AVIOSO (Santa Maria)
UP Santa Maria de Avioso
TG Povoação portuguesa

AVIOSO (São Pedro)
UP São Pedro de Avioso
TG Povoação portuguesa

AVISO RÉGIO
TG Documento primário

AZEITE
TG Produto de origem vegetal
TR Alimento

Azenha
USE Moinho

AZEVEDO, António José de Sousa
TG Escultor

AZURARA (Santa Maria-a-Nova)
TG Povoação portuguesa

BACALHAU
TG Peixe

BAGUIM DO MONTE
TG Povoação portuguesa

BAIÃO
TG Concelho
TG Povoação portuguesa

BAILE
TG Divertimento
TE Baile dos Chinas
TE Baile dos Húngaros

BAILE DOS CHINAS
TG Baile

BAILE DOS HÚNGAROS
TG Baile

BAIRRO ADMINISTRATIVO
TG Circunscrição administrativa
TE Bairro de Cedofeita
TE Bairro Ocidental
TE Bairro Oriental
TE Bairro de Santa Catarina
TE Bairro de Santo Ovídio
TR Zona urbana

BAIRRO DO BONJARDIM
TG Zona urbana

BAIRRO DE CEDOFEITA
TG Bairro administrativo

BAIRRO OCIDENTAL
TG Bairro administrativo

BAIRRO OPERÁRIO
TG Habitação social
TE Bairro Operário Comércio do Porto
TE Bairro Operário de Lordelo do Ouro
TE Bairro Operário do Monte Pedral

TE Colónia Antero de Quental
TE Colónia Doutor Manuel Laranjeira
TE Colónia Estêvão de Vasconcelos
TE Colónia Viterbo de Campos

Bairro Operário das Antas
USE Colónia Antero de Quental

Bairro Operário da Arrábida
USE Colónia Viterbo de Campos

Bairro Operário de Coalhães
USE Colónia Doutor Manuel Laranjeira

BAIRRO OPERÁRIO COMÉRCIO DO PORTO
TG Bairro operário

BAIRRO OPERÁRIO DE LORDELO DO OURO
TG Bairro operário

BAIRRO OPERÁRIO DO MONTE PEDRAL
TG Bairro operário

Bairro Operário da Prelada
USE Colónia Estêvão de Vasconcelos

BAIRRO ORIENTAL
TG Bairro administrativo

BAIRRO DE SANTA CATARINA
TG Bairro administrativo

BAIRRO DE SANTO OVÍDIO
TG Bairro administrativo

BALDIO
TG Propriedade rústica

Banca de venda
USE Local de venda

BANDEIRA
TG Símbolo
TE Bandeira dos Voluntários da Rainha

BANDEIRA DOS VOLUNTÁRIOS DA RAINHA
TG Bandeira

BARÃO
TG Nobreza
TE Muritiba, Barão de

BARBOSA (Penafiel)
TG Honra (terra imune)
TG Povoação portuguesa

BARCA (São Martinho)
UP São Martinho da Barca
TG Povoação portuguesa

Barco
USE Embarcação

BARCO DE PASSAGEM
TG Embarcação

BARONESA
TG Nobreza
TE Muritiba, Baronesa de

BARQUEIRO
TG Profissão

Barra do Douro
USE Rio Douro

Barraca de venda
USE Local de venda

BEBIDA
TG Alimento
TE Bebida alcoólica

BEBIDA ALCOÓLICA
TG Bebida
TE Aguardente
TE Vinho

BELÉM (Lisboa)
TG Povoação portuguesa

BENEFICIÁRIO
TE Tencionário

Bens imóveis
USE Propriedade imobiliária

Bens móveis
USE Propriedade mobiliária

BENVIVER
TG Concelho
TG Povoação portuguesa

BESTEIROS (São Cosme)
UP São Cosme de Besteiros
TG Povoação portuguesa

BIBLIOTECA
TE Biblioteca municipal

BIBLIOTECA MUNICIPAL
TG Biblioteca
TE Biblioteca Pública Municipal do Porto

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO
TG Biblioteca municipal

BILHETE (senha)
TG Recibo
TG Salvo-conduto

BISPO
TG Ministro de religião
TE Afonso, Pedro

BITARÃES
TG Povoação portuguesa

BOMBEIROS MUNICIPAIS DO PORTO
TG Corporação de bombeiros

BOSTELO (São Miguel)
UP São Miguel de Bostelo
TG Couto (terra imune)
TG Povoação portuguesa

BOUÇAS
TG Concelho
TG Região portuguesa
TR Matosinhos

BOUGADO (São Martinho)
UP São Martinho de Bougado
TG Povoação portuguesa

BOUGADO (São Tiago)
UP São Tiago de Bougado
TG Povoação portuguesa

BRASÃO
UP Escudo (heráldica)
UP Pedra de armas
TG Heráldica
TG Símbolo

BRASIL
TG América do Sul

BRASILEIRO
NA Usar no sentido de cidadão brasileiro
TG Cidadão estrangeiro
TE Eu, Condessa de
TE Muritiba, Barão de
TE Muritiba, Baronesa de
TE Pedro II (Imperador do Brasil)
TE Pedro de Orleães e Bragança (príncipe do Grão Pará)

BULA PONTIFÍCIA
TG Diploma

BURGÃES (São Tiago)
UP São Tiago de Burgães
TG Povoação portuguesa

CABIDO DA SÉ
TG Comunidade religiosa

Cadeia
USE Prisão

CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO
TG Edifício público
TG Prisão

CAIS PORTUÁRIO
TG Infraestrutura de transporte
TE Cais da Ribeira

CAIS DA RIBEIRA
TG Cais portuário

CAIXA 28 DE MAIO
TG Associação de socorro social

Calceta (operário)
USE Preso da Calcetaria

CALCETARIA
TG Serviço camarário

CÁLICE
TG Alfaia litúrgica

CALMELS, Anatole Célestin
TG Escultor
TG Francês

CÂMARA MUNICIPAL
UP Autarquia local
TG Administração local
TE Câmara Municipal de Bouças
TE Câmara Municipal de Campanhã
TE Câmara Municipal da Foz do Douro
TE Câmara Municipal do Porto
TE Câmara Municipal de Vila do Conde

CÂMARA MUNICIPAL DE BOUÇAS
TG Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPANHÃ
TG Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DA FOZ DO DOURO
TG Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
TG Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE
TG Câmara Municipal

CAMPANHÃ
UP Santa Maria de Campanhã
TG Concelho
TG Freguesia do Porto
TG Zona urbana

CAMPO
UP Leira
TG Propriedade rústica
TE Leira das Fontaínhas

Campo (São Martinho)
USE São Martinho do Campo

Campo da Regeneração
USE Praça da República

CAMPO DE 24 DE AGOSTO
TG Praça

Canalização
USE Rede de distribuição de água

CANIDELO (Santo André)
UP Santo André de Canidelo
TG Povoação portuguesa

CAPELA (edifício)
TG Edifício religioso
TE Capela de Nossa Senhora da Batalha

CAPELA DE NOSSA SENHORA
DA BATALHA
TG Capela (edifício)

CAPITÃO-MOR
TG Pessoal militar
TE Penaguião, Conde de

CARLI, Jacopo
TG Músico

CARLOS I (rei de Portugal)
TG Rei

CARNE
TG Alimento
TG Produto de origem animal
TE Carne de carneiro

CARNE DE CARNEIRO
TG Carne

CARNICEIRO
UP Cortador de carne
UP Marchante
TG Profissão

CARRO
TG Veículo rodoviário

Carta
USE Correspondência

CARTA DE BRASÃO
TG Heráldica

Carta de foral
USE Foral

CARTA DE NATURALIZAÇÃO
TG Documento primário

CARTA DE NOBREZA
TG Documento primário
TR Privilégio

CARTA PATENTE
TG Documento primário

CARTA DE VIZINHANÇA
TG Documento primário

CARVALHOSA (São Tiago)
UP São Tiago de Carvalhosa
TG Povoação portuguesa

Casa
USE Edifício de habitação

Casa comercial
USE Estabelecimento comercial

CASAIS (São Pedro)
UP São Pedro de Casais
TG Povoação portuguesa

CASAL (propriedade)
TG Propriedade rústica
TE Casal da Fonte

CASAL DA FONTE
TG Casal (propriedade)

CASAMENTO
TG Cerimónia religiosa
TG Contrato

CASTELÕES DE CEPEDA
TG Povoação portuguesa

CASTIGO
TE Multa

Cativo
USE Prisioneiro

CAUÇÃO
TG Garantia
TR Fiança

CAVALGADURA
TG Animal doméstico
TE Cavalo
TR Coudelaria

CAVALO
TG Cavalgadura
TG Mamífero

CEDOFEITA (São Martinho)
UP São Martinho de Cedofeita
TG Freguesia do Porto

CEMITÉRIO
TG Infraestrutura urbana
TE Cemitério Paroquial de Campanhã
TR Sepultura

CEMITÉRIO PAROQUIAL DE CAMPANHÃ
TG Cemitério

CENTRO MÉDICO
TE Abrigo dos Pequeninos
TE Colónia Sanatorial Infantil Arco Íris
TE Instituto Vacínico
TR Saúde pública

CERCO MILITAR
TG Agressão armada
TE Cerco do Porto

CERCO DO PORTO
TG Cerco militar

CEREAL
TG Alimento
TG Produto agrícula
TE Milho
TE Trigo

CERIMÓNIA
TG Tradição
TE Cerimónia fúnebre
TE Cerimónia religiosa
TE Inauguração

CERIMÓNIA FÚNEBRE
TG Cerimónia
TE Quebra dos Escudos

CERIMÓNIA RELIGIOSA
TG Cerimónia
TE Casamento
TE Missa
TR Prática religiosa

CETE
TG Povoação portuguesa

CHAFARIZ
TG Mobiliário urbano
TG Rede de distribuição de água
TE Chafariz de São Domingos
TR Fonte

CHAFARIZ DE SÃO DOMINGOS
TG Chafariz

CHAVE DE FERRO
TG Povoação portuguesa

Cheia
USE Inundação

CHEQUE
TG Documento primário
TG Ordem de pagamento

CHIFRE
TG Produto de origem animal

CICLO DA VIDA
TE Morte
TE Nascimento

CIDADÃO
TE Cidadão estrangeiro
TE Cidadão portuense
TE Eleitor
TR Nacionalidade

CIDADÃO ESTRANGEIRO
TG Cidadão
TE Brasileiro
TE Francês
TE Italiano
TR Comerciante estrangeiro

CIDADÃO PORTUENSE
TG Cidadão

CIDADE PORTUGUESA
TE Matosinhos
TE Penafiel
TE Porto (cidade)
TE Póvoa de Varzim
TE Vila Nova de Gaia

CIRCULAR (documento)
TG Documento primário

CIRCUNSCRIÇÃO ADMINISTRATIVA
TE Bairro administrativo
TE Concelho
TE Freguesia
TR Circunscrição senhorial

CIRCUNSCRIÇÃO FISCAL
TE Almoxarifado (delegação administrativa)

CIRCUNSCRIÇÃO SENHORIAL
TE Couto (terra imune)
TE Honra (terra imune)
TR Circunscrição administrativa

CLASSE SOCIAL
TE Nobreza

COBRADOR
TE Cobrador municipal

COBRADOR MUNICIPAL
TG Cobrador
TG Funcionário público

CODEÇOS (São João)
UP São João de Codeços
TG Povoação portuguesa

CÓDICE
TG Documento de arquivo
TE Autos e Sentença de Dúvidas e Jurisdição entre o Bispo e a Cidade (série arquivística)
TE Livro Grande (série arquivística)
TR Foral

COFRE DA CIDADE
UP Cofre do Sobejo das Sisas
TG Finanças Municipais

COFRE DOS DEPÓSITOS. CAIXA E CONTA CORRENTE (série arquivística)
TG Série arquivística

Cofre do Sobejo das Sisas
USE Cofre da Cidade

COIMA
TG Multa

Colecção arquivística
USE Série arquivística

COLÉGIO
TE Colégio dos Órfãos

Colégio de Nossa Senhora da Graça
USE Colégio dos Órfãos

COLÉGIO DOS ÓRFÃOS
UP Colégio de Nossa Senhora da Graça
TG Colégio

COLÓNIA ANTERO DE QUENTAL
UP Bairro Operário das Antas
TG Bairro operário

COLÓNIA DOUTOR MANUEL LARANJEIRA
UP Bairro Operário de Coalhães
TG Bairro operário

COLÓNIA ESTÊVÃO DE VASCONCELOS
UP Bairro Operário da Prelada
TG Bairro operário

COLÓNIA SANATORIAL INFANTIL ARCO ÍRIS
TG Centro médico

COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS
UP Bairro Operário da Arrábida
TG Bairro operário

COMEMORAÇÃO
TG Tradição
TE Comemorações Henriquinas (1894)

COMEMORAÇÕES HENRIQUINAS (1894)
TG Comemoração

COMERCIANTE
UP Mercador
UP Regateira
UP Vendedor
TG Profissão

TE Comerciante ambulante
TE Comerciante estrangeiro
TE Comerciante de panos
TR Comércio
TR Fornecedor
TR Negociante

COMERCIANTE AMBULANTE
TG Comerciante

COMERCIANTE ESTRANGEIRO
TG Comerciante
TR Cidadão estrangeiro

COMERCIANTE DE PANOS
TG Comerciante

COMÉRCIO
TG Economia
TE Comércio ambulante
TE Comércio internacional
TE Comércio marítimo
TR Comerciante
TR Companhia comercial
TR Compra
TR Empresa comercial
TR Establecimento comercial
TR Feira
TR Local de venda
TR Mercado
TR Mercadoria
TR Preço
TR Venda

COMÉRCIO AMBULANTE
UP Venda ambulante
TG Comércio

COMÉRCIO INTERNACIONAL
TG Comércio
TE Exportação
TE Importação

COMÉRCIO MARÍTIMO
TG Comércio

COMISSÃO
TE Comissão de Construção de Moinhos
TE Comissão de Liquidação de Perdas e Danos
TE Comissão do Monumento de Dom Pedro IV

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DE MOINHOS
TG Comissão

COMISSÃO DE LIQUIDAÇÃO
DE PERDAS E DANOS
TG Comissão

COMISSÃO DO MONUMENTO
DE DOM PEDRO IV
TG Comissão

COMISSÁRIO DE PARÓQUIA
TG Governante local

COMPAGNIE GÉNÉRALE
DES EAUX POUR L'ÉTRANGER
UP Companhia das Águas do Porto
TG Empresa privada
TR Água

Companhia das Águas do Porto
USE Compagnie Générale
des Eaux pour l'Étranger

Companhia da Bomba
USE Companhia de Incêndios

COMPANHIA DOS CIDADÃOS
TG Força armada

COMPANHIA COMERCIAL
TE Companhia Geral da Agricultura
das Vinhas do Alto Douro
TR Comércio

COMPANHIA DO GÁS DO PORTO
TG Empresa privada

COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA
DAS VINHAS DO ALTO DOURO
TG Companhia comercial

COMPANHIA DE INCÊNDIOS
UP Companhia da Bomba
TG Corporação de Bombeiros
TR Corpo de Salvação Pública do Porto
TR Inspecção Geral do Serviço de Incêndios

Companhia de Ordenanças
USE Ordenança

COMPOSTO INORGÂNICO
TE Sal

COMPRA
TG Transacção
TR Comércio
TR Venda

COMPRAS (série arquivística)
TG Série arquivística

Compromisso (regulamento)
USE Estatutos

COMUNICAÇÃO EM GRUPO
TE Reunião

COMUNIDADE
TE Ordem militar
TR Associação

COMUNIDADE RELIGIOSA
TE Cabido da Sé
TE Confraria
TE Convento
TE Mosteiro
TR Asilo

CONCELHO
TG Circunscrição administrativa
TE Aguiar de Sousa
TE Baião
TE Benviver
TE Bouças
TE Campanhã
TE Ferreiros de Tendais
TE Foz do Douro (São João)
TE Gondomar
TE Maia (região)
TE Penafiel
TE Porto Carreiro
TE Póvoa de Varzim
TE Refojos
TE Soalhães
TE Valongo
TE Vila Nova de Gaia

CONCURSO
TE Concurso de adjudicação

CONCURSO DE ADJUDICAÇÃO
TG Concurso

CONDE
TG Nobreza
TE Eu, Conde de
TE Penaguião, Conde de

CONDENAÇÃO
TG Decisão de justiça

CONDESSA
TG Nobreza
TE Eu, Condessa de

CONFRADE
UP Membro de confraria
TG Membro de associação

CONFRARIA
UP Irmandade
TG Associação profissional
TG Comunidade religiosa
TE Confraria do Senhor Jesus do Anjo
TE Santa Casa da Misericórdia do Porto

CONFRARIA DO SENHOR JESUS DO ANJO
UP Confraria do Senhor Jesus Crucificado
TG Confraria

Confraria do Senhor Jesus Crucificado
USE Confraria do Senhor Jesus do Anjo

CONGRESSO
TG Reunião
TE Congresso Municipalista do Porto, 2º, 1910

CONGRESSO MUNICIPALISTA DO PORTO, 2º, 1910
TG Congresso

CONSELHO DISCIPLINAR
TG Organismo de administração

CONSELHO DE DISTRITO
TG Administração regional
TE Conselho do Distrito do Porto

CONSELHO DO DISTRITO DO PORTO
TG Conselho de Distrito

CONSELHO MUNICIPAL
TG Administração local

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO PORTO
TG Escola de músca

CONSTRUÇÃO
TE Construção naval

CONSTRUÇÃO NAVAL
TG Construção

CONSUL
TG Pessoal diplomático

CONTABILIDADE
UP Contadoria
TG Administração financeira

Contadoria
USE Contabilidade

CONTRASTE (marca)
TG Elemento de identificação

CONTRATO
TE Casamento
TR Escritura

Contribuição (imposto)
USE Imposto

CONTRIBUIÇÃO DE GUERRA
TG Imposto

CONTRIBUIÇÃO MILITAR
TG Imposto

CONTRIBUIÇÃO DO VINHO
TG Imposto

CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA
TG Donativo

CONVENTO
TG Comunidade religiosa
TG Edifício religioso
TE Convento das Carmelitas
TR Mosteiro

CONVENTO DAS CARMELITAS
TG Convento

CONVOCATÓRIA
TG Documento primário

CORNETEIRO
TG Profissão
TE Martins, Manuel

Coronado (São Mamede)
USE São Mamede de Coronado

Coronado (São Romão)
USE São Romão do Coronado

CORPO DE SALVAÇÃO PÚBLICA DO PORTO
TG Corporação de bombeiros
TR Companhia de Incêndios
TR Inspecção Geral do Serviço de Incêndios

CORPORAÇÃO DE BOMBEIROS
TG Instituição de socorro
TE Bombeiros Municipais do Porto
TE Companhia de Incêndios

TE Corpo de Salvação Pública do Porto
TR Governo militar

CORREGEDOR
TG Magistrado
TE Corregedor de Comarca
TE Eanes, Gil

CORREGEDOR DE COMARCA
TG Corregedor
TG Governante regional
TE Maracote, Rui Gonçalves

CORREIA, Vicente
TG Vereador

Correição
USE Fiscalização

CORRESPONDÊNCIA
UP Carta
TG Documento primário
TG Forma e género literários

CORRIDA DE CAVALOS
TG Desporto equestre

Cortador de carne
USE Carniceiro

CORTES
TG Instituição política

CORVETA
TG Embarcação
TE Amélia (corveta)

COSTA, António de Almeida
TG Escultor

Costumes
USE Tradição

COUDEL
TG Funcionário público
TG Pessoal militar

COUDELARIA
TG Administração económica
TG Administração militar
TR Cavalgadura

COURO
TG Material
TG Produto de origem animal

COUTO (terra imune)
TG Circunscrição senhorial
TE Bostelo (São Miguel)
TE Foz do Douro (São João)
TE Pedroso (São Pedro)
TE Vila Boa de Quires

COVAS (São João)
UP São João de Covas
TG Povoação portuguesa

COVELAS (São Martinho)
UP São Martinho de Covelas
TG Povoação portuguesa

CRÉDITO
TE Empréstimo
TE Obrigação (título de dívida)

CRIADO
TG Profissão

CRIANÇA DESPROTEGIDA
TE Exposto

CRIMINOSO
TE Desertor

CRISTELO
TG Povoação portuguesa

CURSO DE ENSINO
TE Curso popular

CURSO POPULAR
TG Curso de ensino

DADO ESTATÍSTICO
TE Recenseamento

Dano
USE Prejuízo

DÉCIMA
TG Imposto

DECISÃO DE JUSTIÇA
TE Condenação
TE Penhora
TE Sentença

DECLARAÇÃO
TG Documento primário

Decreto
USE Legislação

DEFESA MILITAR
TR Fortificação militar

Demanda
USE Processo judicial

DEMISSÃO
TE Demissão de sócio

DEMISSÃO DE SÓCIO
TG Demissão

DEMOLIÇÃO
TR Urbanização

DEPÓSITO MINERAL
UP Depósito rochoso
TE Mina
TE Pedreira

Depósito rochoso
USE Depósito mineral

DEPUTADO
TG Político
TE Deputado municipal

DEPUTADO MUNICIPAL
TG Deputado

DESERTOR
TG Criminoso

DESFAVORECIDO
TE Vagabundo

DESPACHO ALFANDEGÁRIO
TR Alfândega

DESPERDÍCIO
TE Lixeira

DESPESA
TG Finanças

DESPORTO
TE Desporto equestre
TE Futebol

DESPORTO EQUESTRE
TG Desporto
TE Corrida de cavalos

DEVEDOR
TE Devedor de dinheiro a juro

DEVEDOR DE DINHEIRO A JURO
TG Devedor
TE Tenreiro, João Correia da Silva Figueiredo Castelo Branco de Morais

DIÁRIO DO GOVERNO (publicação periódica)
TG Publicação periódica
TR Legislação

DINHEIRO A JURO
TR Dívida

DIPLOMA
TG Documento primário
TE Bula pontifícia

DIREITO ADMINISTRATIVO
TE Jurisdição

DIREITO CIVIL
TE Transgressão

DIREITOS DE MERCÊ
TG Imposto

DIVERTIMENTO
TE Baile
TE Espectáculo musical
TE Festa

DÍVIDA
TG Financiamento
TR Dinheiro a juro
TR Título de dívida

DÍZIMA
TG Imposto

DOAÇÃO
TG Assistência financeira
TG Transacção
TE Dote
TR Doador

DOADOR
TE Moreira, António Francisco
TR Doação

DOCEIRA
TG Profissão

DOCUMENTO
TE Documento administrativo
TE Documento de arquivo
TE Documento primário
TE Livro

DOCUMENTO ADMINISTRATIVO
TG Documento

DOCUMENTO DE ARQUIVO
TG Documento
TE Série arquivística

DOCUMENTO PRIMÁRIO
TG Documento
TE Alvará
TE Apólice de seguros
TE Aviso régio
TE Carta de naturalização
TE Carta de nobreza
TE Carta patente
TE Carta de vizinhança
TE Cheque
TE Circular (documento)
TE Convocatória
TE Correspondência
TE Declaração
TE Diploma
TE Edital
TE Escritura
TE Foral
TE Informação (documento)
TE Inventário de bens
TE Jornal
TE Manifesto
TE Ordem de serviço
TE Proclamação (documento)
TE Provisão
TE Publicação periódica
TE Recibo
TE Requerimento
TE Salvo-conduto
TE Telegrama
TE Título de crédito
TE Título de dívida
TE Vale

DOCUMENTOS RELATIVOS A TERMOS E ESCRITURAS (série arquivística)
TG Série arquivística

DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA
TE Peste

DOMICÍLIO
TE Domicílio político
TR Habitação

DOMICÍLIO POLÍTICO
TG Domicílio

DOMINGUES, José
TG Arrendatário

DONATÁRIO
TG Proprietário

DONATIVO
TG Assistência financeira
TE Contribuição voluntária

DOTE
TG Doação

DUAS IGREJAS (Santa Maria)
UP Santa Maria de Duas Igrejas
TG Povoação portuguesa

DUAS IGREJAS (Santo Adrião)
UP Santo Adrião de Duas Igrejas
TG Povoação portuguesa

E.U.A.
USE Estados Unidos da América

EANES, Gil
TG Corregedor

ECONOMIA
TE Comércio

Edificação particular
USE Obra particular

Edificação pública
USE Obra pública

EDIFÍCIO
TE Armazém
TE Edifício de habitação
TE Edifício público
TE Edifício religioso
TE Establecimento comercial
TE Establecimento militar
TE Fábrica
TE Fortificação militar
TE Moinho
TE Quiosque
TR Equipamento social
TR Instalação desportiva
TR Infraestrutura urbana
TR Monumento

EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO
UP Casa
TG Edifício
TE Palácio

Edifício industrial
USE Fábrica

Edifício militar
USE Fortificação militar

EDIFÍCIO PÚBLICO
TG Edifício
TE Cadeia da Relação do Porto
TE Paços do Concelho

EDIFÍCIO RELIGIOSO
TG Edifício
TE Capela (edifício)
TE Convento
TE Igreja (edifício)
TE Mosteiro

EDITAL
TG Documento primário
TR Anúncio

ELEIÇÃO
TR Mesa eleitoral

ELEITOR
TG Cidadão
TE Eleitor de paróquia
TE Eleitor de província

ELEITOR DE PARÓQUIA
TG Eleitor

ELEITOR DE PROVÍNCIA
TG Eleitor

ELEMENTO ESTRUTURAL (edifício)
TE Vitrina

ELEMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
TE Assinatura
TE Contraste (marca)
TE Marca de água

EMBARCAÇÃO
UP Barco
TG Veículo
TE Barco de passagem
TE Corveta

EMPRAZAMENTO
UP Aforamento
UP Enfiteuse
TG Regime de propriedade
TR Arrendamento

EMPRESA
TE Empresa comercial
TE Empresa privada

EMPRESA COMERCIAL
TG Empresa
TE Estabelecimento comercial
TR Comércio

EMPRESA PRIVADA
TG Empresa
TG Organização privada
TE Compagnie Générale
des Eaux pour l'Étranger
TE Companhia do Gás do Porto
TE Libertadora Eléctrica
TE Sociedade Energia Eléctrica do Porto

EMPRESÁRIO
TG Pessoal
TE Georgi, Charles

EMPRÉSTIMO
TG Crédito
TG Financiamento
TE Empréstimo municipal
TE Empréstimo paroquial

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL
TG Empréstimo
TE Empréstimo municipal (1852 Dez. 24)
TE Empréstimo municipal (1863 Maio 20)
TE Empréstimo municipal (1865 Maio 5)
TE Empréstimo municipal (1866 Maio 30)
TE Empréstimo municipal (1869 Set. 1)
TE Empréstimo municipal (1871 Set. 29)
TE Empréstimo municipal (1873 Fev. 11)
TE Empréstimo municipal (1873 Jul. 2)
TE Empréstimo municipal (1875 Mar. 17)
TE Empréstimo municipal (1877 Nov. 20)
TE Empréstimo municipal (1879 Jun. 21)
TE Empréstimo municipal (1881 Nov. 30)
TE Empréstimo municipal (1887 Jul. 8)
TE Empréstimo municipal (1889 Abr. 15)
TE Empréstimo municipal (1889 Maio 6)
TE Empréstimo municipal (1903 Nov. 21)
TE Empréstimo municipal (1908 Set. 18)
TE Empréstimo municipal (1913 Jul. 17)
TE Empréstimo municipal (1915 Jul. 16)

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1852 Dez. 24)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1863 Maio 20)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1865 Maio 5)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1866 Maio 30)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1869 Set. 1)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1871 Set. 29)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1873 Fev. 11)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1873 Jul. 2)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1875 Mar. 17)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1877 Nov. 20)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1879 Jun. 21)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1881 Nov. 30)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1887 Jul. 8)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1889 Abr. 15)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1889 Maio 6)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1903 Nov. 21)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1908 Set. 18)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1913 Jul. 17)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO MUNICIPAL (1915 Jul. 16)
TG Empréstimo municipal

EMPRÉSTIMO PAROQUIAL
TG Empréstimo

Enfiteuse
USE Emprazamento

Enjeitado
USE Exposto

ENSAIADOR DO OURO
TG Profissão

ENSINO
TR Pessoal escolar

ENTERRO
TR Sepultura

ENTRE-OS-RIOS (Penafiel)
TG Povoação portuguesa

EQUIPAMENTO
TE Equipamento científico
TE Ferramenta
TE Máquina

EQUIPAMENTO CIENTÍFICO
TG Equipamento
TE Equipamento de laboratório

EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO
TG Equipamento científico
TR Laboratório

EQUIPAMENTO SOCIAL
TE Açougue
TE Matadouro
TE Mercado
TE Talho
TR Edifício
TR Infraestrutura urbana

ERMESINDE
UP Asmes (São Lourenço)
UP São Lourenço de Asmes
TG Povoação portuguesa

ERMITÃO
TG Pessoa religiosa

ESCOLA
TE Escola de desprotegidos
TE Escola nocturna
TE Escola primária
TE Escola profissional

ESCOLA DE DESPROTEGIDOS
TG Escola
TE Internato Municipal -
- Escola de Artes e Ofícios

ESCOLA INDUSTRIAL
TG Escola profissional
TE Escola Industrial Faria Guimarães

ESCOLA INDUSTRIAL FARIA GUIMARÃES
TG Escola industrial

ESCOLA DE MÚSICA
TG Escola profissional
TE Conservatório de Música do Porto
TE Escola Popular de Canto
TE Instituto Musical

ESCOLA NOCTURNA
TG Escola

ESCOLA POPULAR DE CANTO
TG Escola de música

ESCOLA PRIMÁRIA
TG Escola

ESCOLA PROFISSIONAL
TG Escola
TE Escola de música
TE Escola industrial

ESCRITURA
TG Documento primário
TR Contrato

ESCRIVÃO
TG Profissão

Escudo (heráldica)
USE Brasão

ESCULTOR
TG Artista visual
TE Amatucci, Emigdio Carlo
TE Azevedo, António José de Sousa
TE Calmels, Anatole Célestin
TE Costa, António de Almeida
TE Pinto, Manuel da Fonseca

ESCULTURA
TE Estátua

Esgoto
USE Saneamento

ESMOLA
TG Assistência financeira
TG Assistência social

ESMOLA DOS RENDEIROS
TG Rendimento
TR Arrendatário
TR Renda
TR Sisa

ESPAÇO DE COMÉRCIO
TE Feira
TE Mercado

ESPAÇO URBANO
TE Feira
TE Mercado
TE Praça
TR Quinta (propriedade)

ESPECTÁCULO MUSICAL
TG Actividade cultural
TG Divertimento

ESTABELECIMENTO COMERCIAL
UP Casa comercial
TG Edifício
TG Empresa comercial
TE Padaria
TR Comércio

ESTABELECIMENTO HUMANO
TE Zona urbana

ESTABELECIMENTO MILITAR
TG Edifício
TE Quartel

ESTADISTA
TE Imperador

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
UP E.U.A.

UP U.S.A.
TG América do Norte

ESTALAJADEIRO
TG Profissão

ESTAMPARIA DO BOLHÃO
TG Fábrica

ESTÁTUA
TG Escultura

ESTATUTOS
UP Compromisso (regulamento)
TG Regimento (lei)
TG Regulamento

ESTRADA
TG Via de comunicação
TE Estrada de Braga
TE Estrada da Circunvalação
TE Estrada de Coimbra
TE Estrada de Lisboa
TE Estrada das Regueiras

ESTRADA DE BRAGA
TG Estrada

ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO
TG Estrada

ESTRADA DE COIMBRA
TG Estrada

ESTRADA DE LISBOA
TG Estrada

ESTRADA DAS REGUEIRAS
TG Estrada

Estudante
USE Aluno

EU, Conde de
UP Gastão de Orleães
TG Conde
TG Francês

EU, Condessa de
UP Isabel de Bragança
TG Brasileiro
TG Condessa

EUROPA OCIDENTAL
TE Inglaterra
TE Portugal
TE Reino Unido

EXÉRCITO
TG Força armada
TE Regimento militar

EXPORTAÇÃO
TG Comércio internacional

EXPOSTO
UP Administração dos Expostos
UP Enjeitado
UP Hospício dos Expostos
UP Roda dos Expostos
TG Assistência infantil
TG Criança desprotegida

EXPROPRIAÇÃO
TG Transacção
TR Urbanização

EXPROPRIAÇÕES (série arquivística)
TG Série arquivística

FÁBRICA
UP Edifício industrial
TG Edifício
TG Factor de produção
TE Estamparia do Bolhão
TE Oficina

FACTOR DE PRODUÇÃO
TE Fábrica
TE Maneio

FAJOZES
UP São Pedro de Fajozes
TG Povoação portuguesa

FAMÍLIA REAL
TE Princesa
TE Príncipe
TE Rainha
TE Rei

FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO
TG Pessoa religiosa

FÂNZERES
TG Povoação portuguesa

FARIA, Frutuoso de
TG Testador

Fazenda régia
USE Finanças

FEIRA
TG Espaço de comércio
TG Espaço urbano
TR Comércio
TR Mercado

Feira do Pão
USE Mercado de Santa Teresa

FERRAMENTA
TG Equipamento

FERRAZ, António Rodrigues
TG Guarda-mor da Saúde

FERREIRA (São Pedro)
UP São Pedro de Ferreira
TG Povoação portuguesa

FERREIRA, António Lopes
TG Mestre de obras

FERREIRA, Augusto Gerardo Teles
TG Arquitecto

FERREIROS DE TENDAIS
TG Concelho

FERRO
TG Metal

FESTA
TG Tradição
TG Divertimento
TE Festividade religiosa
TR Visita régia

FESTA DE NOSSA SENHORA DA BATALHA
TG Festividade religiosa

FESTA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS
TG Festividade religiosa

FESTA DE SÃO JOSÉ
TG Festividade religiosa

FESTIVIDADE RELIGIOSA
TG Festa
TE Festa de Nossa Senhora da Batalha
TE Festa de Nossa Senhora dos Remédios
TE Festa de São José

FIADOR
TE Passos, Custódio José de
TR Fiança

FIANÇA
TG Garantia
TR Caução
TR Fiador

FIGUEIRAS (São Salvador)
UP São Salvador de Figueiras
TG Povoação portuguesa

FINANÇAS
UP Fazenda régia
TE Finanças municipais
TR Administração financeira

FINANÇAS MUNICIPAIS
TG Finanças
TE Cofre da Cidade

FINANCIAMENTO
TE Dívida
TE Empréstimo
TE Hipoteca
TE Subscrição

FINTA
TG Imposto

FISCAL (cargo)
TG Profissão

FISCALIZAÇÃO
UP Correição
TE Vistoria
TR Aferição
TR Inspecção

FOLGOSA
TG Povoação portuguesa

FONTE
TG Mobiliário urbano
TG Rede de distribuição de água
TE Fonte da Fontinha
TR Chafariz
TR Mina de água

FONTE DA FONTINHA
TG Fonte

FORAL
UP Carta de foral
TG Documento primário
TR Códice

FORÇA ARMADA
TE Companhia dos Cidadãos
TE Exército
TE Governo militar
TR Força militarizada

FORÇA MILITARIZADA
TE Guarda costeira
TE Guarda Nacional
TE Polícia
TR Força armada

FORMA E GÉNERO LITERÁRIOS
TE Correspondência

FORNECEDOR
TE Araújo, Manuel Francisco de
TR Comerciante

Fornecimento
USE Abastecimento

Foro
USE Renda

FORTALEZA
TG Fortificação militar

FORTIFICAÇÃO MILITAR
UP Edifício militar
TG Edifício
TE Fortaleza
TR Defesa militar

FOZ DO DOURO (São João)
UP São João da Foz do Douro
TG Concelho
TG Couto (terra imune)
TG Freguesia do Porto
TG Zona urbana

FRAGUEIRO
TG Profissão

FRANCÊS
NA Usar no sentido de cidadão francês
TG Cidadão estrangeiro
TE Calmels, Anatole Célestin
TE Eu, Conde de
TE Georgi, Charles

FRAZÃO
TG Honra (terra imune)
TG Povoação portuguesa

FREGUESIA
UP Autarquia local
UP Paróquia

TG Circunscrição administrativa
TE Freguesia do Porto

FREGUESIA DO PORTO
TG Freguesia
TE Campanhã
TE Cedofeita (São Martinho)
TE Foz do Douro (São João)
TE Lordelo do Ouro
TE Massarelos
TE Miragaia (São Pedro)
TE Nevogilde (São Miguel)
TE Paranhos (São Veríssimo)
TE Ramalde
TE Santo Ildefonso (freguesia)
TE São Nicolau (freguesia)
TE Sé (freguesia)
TE Vitória (Nossa Senhora)
TR Zona urbana

FREIRA
UP Monja
TG Pessoa religiosa

Funcionário judicial
USE Oficial de justiça

Funcionário municipal
USE Funcionário público

FUNCIONÁRIO PÚBLICO
UP Funcionário municipal
TG Pessoal
TE Aferidor dos Pesos e Medidas
TE Almotacé
TE Cobrador municipal
TE Coudel
TE Guarda-mor da Saúde
TE Juíz da Montaria
TE Jurado
TE Neto, José
TE Pagador municipal
TE Quadrilheiro
TE Sobral, Joaquim de Almeida
TE Tesoureiro municipal
TR Profissão

FUTEBOL
UP Jogo de futebol
TG Desporto

GADO
TG Animal doméstico

Gaia
USE Vila Nova de Gaia

GANDRA (São Miguel)
UP São Miguel de Gandra
TG Povoação portuguesa

GARANTIA
TE Caução
TE Fiança
TE Hipoteca

Gastão de Orleães
USE Eu, Conde de

GEORGI, Charles
TG Empresário
TG Francês

GONÇALVES (Matosinhos)
TG Povoação portuguesa

GONÇALVES, Joaquim José
TG Arrematante

GONDARÉM
TG Povoação portuguesa

GONDOMAR
UP São Cosme (Gondomar)
TG Concelho
TG Povoação portuguesa
TG Região portuguesa

GOVERNANTE
TE Governante local
TE Governante regional
TE Imperador
TE Rei
TR Político

GOVERNANTE LOCAL
TG Governante
TE Administrador de Concelho
TE Comissário de Paróquia
TE Procurador da Cidade
TE Regedor
TE Vereador

GOVERNANTE REGIONAL
TG Governante
TE Administrador de Julgado
TE Corregedor de Comarca

GOVERNO
TG Instituição política
TE Governo militar

GOVERNO MILITAR
TG Força armada
TG Governo
TR Corporação de bombeiros
TR Guarda Municipal
TR Guarda Nacional
TR Ordenança

GRADIZ
TG Povoação portuguesa

GRAVADOR (artista)
TG Artista gráfico
TG Profissão

GRIJÓ (São Salvador)
UP São Salvador de Grijó
TG Povoação portuguesa

GUARDA COSTEIRA
TG Força militarizada

GUARDA-MOR DA SAÚDE
TG Funcionário público
TE Ferraz, António Rodrigues
TR Saúde pública

GUARDA MUNICIPAL
TG Polícia
TR Governo militar

GUARDA NACIONAL
TG Força militarizada
TR Governo militar

GUEDES, Baltasar
TG Reitor do Colégio dos Órfãos

Guerra Peninsular
USE Invasões Francesas

GUETIM
TG Povoação portuguesa

GUIDÕES (São João)
UP São João de Guidões
TG Povoação portuguesa

GUILHABREU
TG Povoação portuguesa

GULPILHARES
TG Povoação portuguesa

HABITAÇÃO
TE Habitação social
TR Domicílio

HABITAÇÃO SOCIAL
TG Habitação
TE Bairro operário

HENRIQUE (infante de Portugal)
TG Príncipe

HERÁLDICA
TE Armas municipais
TE Armas nacionais
TE Armas reais
TE Brasão
TE Carta de brasão

Heroísmo dos Povos e Tropas do Norte contra as Invasões Francesas (monumento)
USE Monumento da Guerra Peninsular

HIGIENE
TR Limpeza urbana
TR Saúde pública

HIPÓDROMO
TG Instalação desportiva

HIPOTECA
TG Financiamento
TG Garantia

HONRA (terra imune)
TG Circunscrição senhorial
TE Barbosa (Penafiel)
TE Frazão
TE Louredo (São Cristóvão)
TE Sobrosa (Santa Eulália)

Hospício dos Expostos
USE Exposto

IDANHA
TG Povoação portuguesa

IGREJA (edifício)
TG Edifício religioso

ILUMINAÇÃO PÚBLICA
TG Infraestrutura urbana

IMPERADOR
TG Estadista
TG Governante
TE Pedro II (Imperador do Brasil)

IMPORTAÇÃO
TG Comércio internacional

IMPOSIÇÃO DA ADUELA
TG Imposto

IMPOSIÇÃO DA CARNE
TG Imposto
TR Imposto da carne

IMPOSIÇÃO DOS CARROS
TG Imposto

IMPOSIÇÃO DO SAL
TG Imposto

IMPOSIÇÃO DO VINHO
TG Imposto
TR Sisa do vinho
TR Vinho

IMPOSTO
UP Contribuição (imposto)
UP Taxa
TE Contribuição de guerra
TE Contribuição militar
TE Contribuição do vinho
TE Décima
TE Direitos de mercê
TE Dízima
TE Finta
TE Imposição da aduela
TE Imposição da carne
TE Imposição dos carros
TE Imposição do sal
TE Imposição do vinho
TE Imposto da carne
TE Imposto do selo
TE Milhão (imposto)
TE Real de água
TE Serviço (imposto)
TE Sisa
TE Subsídio militar
TE Usual

IMPOSTO DA CARNE
TG Imposto
TR Imposição da carne

IMPOSTO DO SELO
TG Imposto

IMUNIZAÇÃO
TE Vacinação

INAUGURAÇÃO
TG Cerimónia

INCÊNDIO
TG Acidente

INDEMNIZAÇÃO
TG Remuneração

ÍNDIA
TG Ásia do Sul

INDÚSTRIA ALIMENTAR
TE Padaria
TR Alimento

Infanta
USE Princesa

Infante
USE Príncipe

INFORMAÇÃO (documento)
TG Documento primário

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE
TE Cais portuário
TE Ponte
TE Porto (ancoradouro)

INFRAESTRUTURA URBANA
TE Cemitério
TE Iluminação pública
TE Saneamento
TR Equipamento social
TR Urbanização

INGLATERRA
NA Usar até 1704, ano em que se deu a unificação dos parlamentos inglês e escocês, surgindo o Reino Unido da Grã-Bretanha
TG Europa Ocidental
TR Reino Unido

INQUÉRITO
TR Inquirição
TR Recenseamento

INQUIRIÇÃO
TR Inquérito

INSPECÇÃO
TE Inspecção médica
TR Aferição
TR Fiscalização

INSPECÇÃO GERAL DO SERVIÇO DE INCÊNDIOS
TG Organismo de fiscalização
TR Companhia de Incêndios
TR Corpo de Salvação Pública do Porto

INSPECÇÃO MÉDICA
TG Inspecção
TR Guarda-mor da Saúde
TR Junta médica
TR Saúde pública

INSTALAÇÃO DESPORTIVA
TE Hipódromo
TR Edifício

INSTALAÇÃO DE PESQUISA
TE Laboratório
TE Posto Fotométrico

INSTITUIÇÃO ADUANEIRA
TE Alfândega

INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA
TE Asilo
TR Assistência infantil
TR Assistência social

INSTITUIÇÃO POLÍTICA
TE Cortes
TE Governo

INSTITUIÇÃO DE SOCORRO
TE Corporação de bombeiros

INSTITUTO MUSICAL
TG Escola de música

INSTITUTO VACÍNICO
TG Centro médico

INTERNATO MUNICIPAL -
- ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS
UP Asilo-Escola de Artes e Ofícios
UP Asilo Escola Dona Maria Amélia
UP Asilo-Escola Municipal nº1
TG Asilo
TG Escola de desprotegidos

INUNDAÇÃO
UP Cheia
TG Acidente
TE Inundação (1909)

INUNDAÇÃO (1909)
TG Inundação

INVASÃO
TG Agressão armada
TE Invasões Francesas

INVASÕES FRANCESAS
UP Guerra Peninsular
TG Invasão

Inventário (cadastro de bens)
USE Inventário de bens

INVENTÁRIO DE BENS
UP Inventário (cadastro de bens)
UP Património
TG Documento primário

IRIVO
TG Povoação portuguesa

Irmandade
USE Confraria

Isabel de Bragança
USE Eu, Condessa de

ISABEL MARIA JOSEFA
(infanta de Portugal)
TG Princesa

ITALIANO
NA Usar no sentido de cidadão italiano
TG Cidadão estrangeiro
TE Amatucci, Emigdio Carlo

Jazigo
USE Sepultura

Jogo de futebol
USE Futebol

JORNAL
TG Documento primário
TG Publicação periódica
TE Periódico dos Pobres do Porto (jornal)

JOVIM
TG Povoação portuguesa

JUÍZ
TG Magistrado
TE Juíz Eleito
TE Juíz da Montaria
TE Juíz de Paz
TE Juíz Pedâneo

JUÍZ ELEITO
TG Juíz

JUÍZ DA MONTARIA
TG Funcionário público
TG Juíz

JUÍZ DE PAZ
TG Juíz

JUÍZ PEDÂNEO
TG Juíz

JUNTA DE FREGUESIA
UP Junta de paróquia
TG Administração local
TE Junta de Paróquia de Campanhã
TE Junta de Paróquia de Cedofeita
TE Junta de Paróquia da Foz do Douro
TE Junta de Paróquia de Lordelo do Ouro
TE Junta de Paróquia de Paranhos

JUNTA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
UP Junta de Inspectora da Iluminação
TG Organismo de administração local

Junta Inspectora da Iluminação
USE Junta da Iluminação Pública

JUNTA MÉDICA
TE Junta da Saúde da Guarda Nacional
TR Inspecção médica

JUNTA DAS OBRAS PÚBLICAS
TG Organismo de administração local

Junta de paróquia
USE Junta de freguesia

JUNTA DE PARÓQUIA DE CAMPANHÃ
TG Junta de freguesia

JUNTA DE PARÓQUIA DE CEDOFEITA
TG Junta de freguesia

JUNTA DE PARÓQUIA DA FOZ DO DOURO
TG Junta de freguesia

JUNTA DE PARÓQUIA DE LORDELO DO OURO
TG Junta de freguesia

JUNTA DE PARÓQUIA DE PARANHOS
TG Junta de freguesia

JUNTA DA SAÚDE DA GUARDA NACIONAL
TG Junta médica

JUNTA DO SUBSÍDIO MILITAR
TG Organismo de administração local

JURADO
TG Oficial de justiça
TG Funcinário público

JURISDIÇÃO
TG Direito administrativo

JURO
TG Rendimento

LABORATÓRIO
TG Instalação de pesquisa
TE Laboratório de química
TR Equipamento de laboratório

LABORATÓRIO DE QUÍMICA
TG Laboratório
TE Laboratório Químico Municipal do Porto

LABORATÓRIO QUÍMICO MUNICIPAL DO PORTO
TG Laboratório de química

Largo
USE Praça

LARGO DE SÃO DOMINGOS
TG Praça

LAUDÉMIO
TG Renda

LAVRA
TG Povoação portuguesa

LAVRADOR
TG Profissão

LEÇA DO BAILIO
TG Povoação portuguesa

LEÇA DA PALMEIRA
TG Povoação portuguesa

LEGISLAÇÃO
UP Decreto
UP Lei
UP Portaria (lei)
TE Lei civil
TE Postura (lei)
TE Regimento (lei)
TE Regulamento
TR Alvará

TR Diário do Governo (publicação periódica)
TR Provisão

Lei
USE Legislação

LEI CIVIL
TG Legislação
TE Pragmática (lei)

Leira
USE Campo

LEIRA DAS FONTAÍNHAS
TG Campo

LEITEIRA
TG Profissão

LEMOS, Albano de Miranda
TG Procurador da Câmara

LIBERTADORA ELÉCTRICA
TG Empresa privada

LICENÇA
TG Documento primário

LIMPEZA URBANA
TR Higiene
TR Saneamento

LÍQUIDO
TE Água

LITÓGRAFO
TG Artista gráfico
TG Profissão

LIVRO
TG Documento

LIVRO GRANDE (série arquivística)
TG Códice
TG Série arquivística

LIXEIRA
TG Desperdício

LOCAL DE VENDA
UP Banca de venda
UP Barraca de venda
TR Comércio

LORDELO (São Salvador)
UP São Salvador de Lordelo
TG Povoação portuguesa

LORDELO DO OURO
UP São Martinho de Lordelo do Ouro
TG Freguesia do Porto

LOUREDO (São Cristóvão)
UP São Cristóvão de Louredo
TG Honra (terra imune)
TG Povoação portuguesa

Louvação
USE Avaliação

Louvado
USE Avaliador

LUÍS I (rei de Portugal)
TG Rei

LUSTOSA (São Tiago)
UP São Tiago de Lustosa
TG Povoação portuguesa

LUZIM
TG Povoação portuguesa

MADALENA (Paredes)
TG Povoação portuguesa

MADALENA (Vila Nova de Gaia)
TG Povoação portuguesa

MAFAMUDE (São Cristóvão)
UP São Cristóvão de Mafamude
TG Povoação portuguesa

MAGALHÀES, António Torcato Ribeiro
TG Arrendatário

MAGISTRADO
TG Oficial de justiça
TE Corregedor
TE Juíz

MAIA (região)
TG Concelho
TG Povoação portuguesa
TG Região portuguesa

MALHEIRO, José Manuel Teixeira
TG Arrendatário

MAMÍFERO
TE Cavalo

MANEIO
NA Usar no sentido de trabalho
(acção de manejar, laboração)
TG Factor de produção
TG Recursos humanos

MANIFESTAÇÃO
TE Aclamação
TE Proclamação da República

MANIFESTO
TG Documento primário

MÁQUINA
TG Equipamento
TE Máquina de moagem

MÁQUINA DE MOAGEM
TG Máquina
TE Mó
TE Moinho

MAR
TE Mar Mediterrâneo

MAR MEDITERRÂNEO
TG Mar

MARACOTE, Rui Gonçalves
TG Corregedor de Comarca

MARCA DE ÁGUA
TG Elemento de identificação

Marchante
USE Carniceiro

MARECOS (Santo André)
UP Santo André de Marecos
TG Povoação portuguesa

MARIA II (rainha de Portugal)
TG Rainha

MARINHEIRO
TG Profissão

MARROCOS
TG África do Norte

MARTINS, Manuel
TG Corneteiro

MASSARELOS
TG Freguesia do Porto

MATADOURO
TG Equipamento social
TR Açougue
TR Talho

MATERIAL
TE Couro
TE Palha
TE Produto químico
TE Sola
TR Produto

MATERIAL DE INFORMAÇÃO
TE Publicação

MATERIAL VISUAL
TE Planta cartográfica

MATOSINHOS
TG Cidade portuguesa
TG Povoação portuguesa
TR Bouças

MATRÍCULA
TG Registo de inscrição

MEDIÇÃO
TR Aferição

MEDIDEIRA
TG Profissão

MEIRELES, Custódio Pinto de
TG Sargento-mor

MELRES
TG Povoação portuguesa

MEMBRO DE ASSOCIAÇÃO
TE Confrade
TR Associação

Membro de confraria
USE Confrade

MERCADO
TG Equipamento social
TG Espaço de comécio
TG Espaço urbano
TE Mercado do Anjo
TE Mercado do Bolhão
TE Mercado de Camões
TE Mercado de Ferreira Borges
TE Mercado das Fressureiras
TE Mercado das Leiteiras
TE Mercado da Natividade
TE Mercado do Peixe
TE Mercado de Santa Teresa
TR Comércio
TR Feira

MERCADO DO ANJO
TG Mercado

MERCADO DO BOLHÃO
TG Mercado

MERCADO DE CAMÕES
TG Mercado

MERCADO DE FERREIRA BORGES
TG Mercado

MERCADO DAS FRESSUREIRAS
TG Mercado

MERCADO DAS LEITEIRAS
TG Mercado

MERCADO DA NATIVIDADE
TG Mercado

Mercado do Pão
USE Mercado de Santa Teresa

MERCADO DO PEIXE
TG Mercado
TR Peixe

MERCADO DE SANTA TERESA
UP Feira do Pão
UP Mercado do Pào
TG Mercado
TR Pão

Mercador
USE Comerciante

MERCADORIA
TE Mercadoria inglesa
TR Comércio
TR Produto

MERCADORIA INGLESA
TG Mercadoria

MESA CENSÓRIA
UP Real Mesa Censória
TG Tribunal

MESA ELEITORAL
TR Eleição

Mester
USE Profissão

MESTRE DE EMBARCAÇÃO
TG Profissão

MESTRE DE OBRAS
TG Profissão
TE Ferreira, António Lopes
TE Nogueira, José Luís
TE Oliveira, Pedro de

METAL
TG Produto
TE Ferro

MILHÃO (imposto)
TG Imposto

MILHEIRÓS (São Tiago)
UP São Tiago de Milheirós
TG Povoação portuguesa

MILHO
TG Cereal

MILHUNDOS
TG Povoação portuguesa

MINA
TG Depósito mineral
TE Mina de água

MINA DE ÁGUA
TG Mina
TG Rede de distribuição de água
TR Fonte

MINISTÉRIO
TE Ministério da Fazenda

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TG Ministério

MINISTRO DE RELIGIÃO
TE Bispo

MIRAGAIA (São Pedro)
UP São Pedro de Miragaia
TG Freguesia do Porto

MISSA
TG Cerimónia religiosa

MÓ
TG Máquina de moagem

MOBILIÁRIO
TE Mobiliário religioso
TE Vitrina
TR Propriedade mobiliária

MOBILIÁRIO RELIGIOSO
TG Mobiliário
TE Altar

MOBILIÁRIO URBANO
TE Chafariz
TE Fonte
TE Quiosque

MOINHO
UP Atafona
UP Azenha
TG Edifício
TG Máquina de moagem

MOLUSCO
TG Animal aquático

Monja
USE Freira

MONTADO
TG Propriedade rústica

MONTE PEDRAL
TG Zona urbana

MONUMENTO
TG Propriedade cultural

TE Monumento da Guerra Peninsular
TR Edifício

MONUMENTO DA GUERRA PENINSULAR
UP Heroísmo dos Povos e Tropas do Norte contra as Invasões Francesas (monumento)
TG Monumento

Moreira (São Salvador)
USE Moreira da Maia

MOREIRA, António Francisco
TG Doador

MOREIRA DA MAIA
UP Moreira (São Salvador)
TG Povoação portuguesa

MORGADO (vínculo)
TG Vínculo

MORTE
UP Óbito
TG Ciclo da vida

MOSTEIRO
TG Edifício religioso
TG Comunidade religiosa
TE Mosteiro de Alcobaça
TE Mosteiro de Santa Clara do Torrão
TE Mosteiro de São Salvador de Braga
TR Convento

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA
TG Mosteiro

MOSTEIRO DE SANTA CLARA DO TORRÃO
TG Mosteiro

MOSTEIRO DE SÃO SALVADOR DE BRAGA
TG Mosteiro

MOTIM
TG Agressão armada
TE Motim (1757)

MOTIM (1757)
TG Motim

MOURIZ
TG Povoação portuguesa

MULTA
TG Castigo
TE Coima

MURITIBA, Barão de
TG Barão
TG Brasileiro

MURITIBA, Baronesa de
TG Baronesa
TG Brasileiro

MURO (São Cristóvão)
UP São Cristóvão do Muro
TG Povoação portuguesa

MUSEU
TE Museu Allen
TE Museu Histórico da Cidade do Porto
TE Museu Municipal do Porto

MUSEU ALLEN
TG Museu

MUSEU HISTÓRICO DA CIDADE DO PORTO
TG Museu

MUSEU MUNICIPAL DO PORTO
TG Museu

Museu Portuense
USE Museu Municipal do Porto

MÚSICO
TG Pessoal cultural
TG Profissão
TE Carli, Jacopo

NACIONALIDADE
TR Cidadão

NASCIMENTO
TG Ciclo da vida

NEGOCIANTE
TG Profissão
TE Negociante estrangeiro
TR Comerciante

NEGOCIANTE ESTRANGEIRO
TG Negociante

NEGRELOS (São Mamede)
UP São Mamede de Negrelos
TG Povoação portuguesa

NEGRELOS (São Tomé)
UP São Tomé de Negrelos
TG Povoação portuguesa

NETO, José
TG Funcionário público

NEVOGILDE (São Miguel)
UP São Miguel de Nevogilde
TG Povoação portuguesa

NEVOGILDE (São Veríssimo)
UP São Veríssimo de Nevogilde
TG Povoação portuguesa

NOBREZA
TG Classe social
TE Barão
TE Baronesa
TE Conde
TE Condessa

NOGUEIRA (Santa Maria)
UP Santa Maria de Nogueira
TG Povoação portuguesa

NOGUEIRA, José Luís
TG Mestre de obras

NOMEAÇÃO
TR Pessoal

NOSSA SENHORA
TE Nossa Senhora dos Remédios

NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS
TG Nossa Senhora

Nossa Senhora da Vitória (freguesia)
USE Vitória (Nossa Senhora)

NOTA (série arquivística)
TG Série arquivística

Óbito
USE Morte

OBRA DE CARIDADE
UP Obra pia
TG Assistência a instituições religiosas
TG Assistência social

Obra municipal
USE Obra pública

OBRA PARTICULAR
UP Edificação particular

Obra pia
USE Obra de caridade

OBRA PÚBLICA
UP Edificação pública
UP Obra municipal

OBRIGAÇÃO (título de dívida)
TG Crédito
TG Título de dívida

Ocupação (ofício)
USE Profissão

OFICIAL DE JUSTIÇA
UP Funcionário judicial
TG Pessoal
TE Administrador de Julgado
TE Almotacé
TE Juíz
TE Jurado

TE Magistrado
TE Ouvidor

OFICINA
TG Fábrica

Ofício (documento)
USE Correspondência

Ofício (profissão)
USE Profissão

OLIVEIRA, Pedro de
TG Mestre de obras

OLIVEIRA DO DOURO
TG Povoação portuguesa

OPERÁRIO
TG Trabalhador
TE Preso de Calcetaria

ORÇAMENTO
TG Administração financeira

Ordem (Santa Eulália)
USE Santa Eulália da Ordem

ORDEM MILITAR
TG Comunidade
TR Pessoal militar

ORDEM DE PAGAMENTO
TE Cheque
TE Vale

ORDEM DE SERVIÇO
TG Documento primário

ORDENANÇA
UP Companhia de Ordenanças
TG Pessoal militar
TR Governo militar

ORGANISMO DE ADMINISTRAÇÃO
TE Conselho disciplinar

ORGANISMO DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL
TG Organização
TE Junta da Iluminação Pública
TE Junta das Obras Públicas
TE Junta do Subsídio Militar
TE Regedoria
TR Administração local

ORGANISMO DE FISCALIZAÇÃO
TG Organização
TE Inspecção Geral do Serviço de Incêndios

ORGANIZAÇÃO
TE Organismo de administração local
TE Organismo de fiscalização

ORGANIZAÇÃO PRIVADA
TE Empresa privada

ÓRGÃO ANATÓMICO
TE Víscera

OURIVES
UP Prateiro
TG Profissão

OURIVESARIA
TG Arte do metal

OUVIDOR
TG Oficial de justiça

PAÇO EPISCOPAL
TG Palácio

PAÇO DE SOUSA
TG Povoação portuguesa

PAÇOS DO CONCELHO
TG Edifício público

PAÇOS DE FERREIRA
TG Povoação portuguesa

PADARIA
TG Estabelecimento comercial
TG Indústria alimentar

PADEIRO
TG Profissão

PAGADOR MUNICIPAL
TG Funcionário público

PAGAMENTO
TE Quitação

PALÁCIO
TG Edifício de habitação
TE Paço episcopal

PALHA
TG Material

PÃO
TG Alimento
TR Mercado de Santa Teresa

PARADA (Aguiar de Sousa)
TG Povoação portuguesa

PARANHOS (São Veríssimo)
UP São Veríssimo de Paranhos
TG Freguesia do Porto
TG Zona urbana

Paróquia
USE Freguesia

PARTIDOR DOS ÓRGÃOS
TG Profissão

PARTILHA
TG Transacção

PASSOS, Custódio José de
TG Fiador

Património
USE Inventário de bens
USE Propriedade imobiliária
USE Propriedade mobiliária

Pedra de armas
USE Brasão

PEDREIRA
TG Depósito mineral

PEDRO II (imperador do Brasil)
TG Brasileiro
TG Imperador

PEDRO IV (rei de Portugal)
TG Rei

PEDRO V (rei de Portugal)
TG Rei

PEDRO DE ORLEÃES E BRAGANÇA
(príncipe do Grão Pará)
TG Brasileiro
TG Príncipe

PEDROSO (São Pedro)
TG Couto (terra imune)
TG Povoação portuguesa

PEIXE
TG Alimento
TG Animal aquático
TG Vertebrado
TE Bacalhau
TR Mercado do Peixe

PENAFIEL
UP Arrifana de Sousa
TG Cidade portuguesa
TG Concelho
TG Povoação portuguesa

PENAGUIÃO, Conde de
TG Alcaide-mor
TG Capitão-mor
TG Conde

PENHORA
TG Decisão de justiça

Pensão (renda)
USE Renda

PENTEEEIRO
TG Profissão

PERGAMINHOS (série arquivística)
TG Série arquivística

PERIÓDICO DOS POBRES DO PORTO (jornal)
TG Jornal

PEROSINHO
TG Povoação portuguesa

PESAGEM
TR Aferição

PESSOA RELIGIOSA
TG Pessoal
TE Ermitão
TE Familiar do Santo Ofício
TE Freira

PESSOAL
TG Recursos humanos
TG Trabalho e emprego
TE Empresário
TE Funcionário público
TE Oficial de justiça
TE Pessoa religiosa
TE Pessoal científico
TE Pessoal cultural
TE Pessoal diplomático
TE Pessoal escolar
TE Pessoal militar
TR Nomeação

PESSOAL CIENTÍFICO
UP Pessoal técnico
TG Pessoal
TE Químico (pessoa)

PESSOAL CULTURAL
TG Pessoal
TE Arquitecto
TE Músico

PESSOAL DIPLOMÁTICO
TE Consul

PESSOAL ESCOLAR
TG Pessoal
TE Aluno
TE Professor
TR Ensino

Pessoal das forças militarizadas
USE Pessoal militar

PESSOAL MILITAR
UP Pessoal das forças militarizadas
TG Pessoal
TE Alcaide-mor
TE Capitão-mor
TE Coudel
TE Ordenança
TE Sargento-mor
TE Soldado
TR Ordem militar

Pessoal técnico
USE Pessoal científico

PESTE
TG Doença infecto-contagiosa

PINHEIRO (São Vicente)
UP São Vicente do Pinheiro
TG Povoação portuguesa

PINTO, Manuel de Figueiroa
TG Proprietário

PINTO, Manuel da Fonseca
TG Escultor

PLANTA CARTOGRÁFICA
TG Material visual

PLANTAS DE CASAS (série arquivística)
TG Série arquivística

POLÍCIA
TG Força militarizada
TE Polícia Municipal

POLÍCIA MUNICIPAL
UP Zelador municipal
TG Polícia
TE Quadrilheiro

POLÍTICO
TE Deputado
TE Senador
TR Governante

PONTE
TG Infraestrutura de transporte
TE Ponte de Guifões
TE Ponte Luís I

PONTE DE GUIFÕES
TG Ponte

PONTE LUÍS I
TG Ponte

PORTA DE CIMO DE VILA
TG Porta de muralha

PORTA DE MURALHA
TE Porta de Cimo de Vila
TE Porta do Olival

PORTA DO OLIVAL
TG Porta de muralha

Portaria (lei)
USE Legislação

PORTO (ancoradouro)
TG Infraestrutura de transporte

PORTO (cidade)
TG Cidade portuguesa

PORTO CARREIRO
TG Concelho

PORTUGAL
TG Europa Ocidental

POSTO FOTOMÉTRICO
TG Instalação de pesquisa

POSTURA (lei)
TG Legislação

PÓVOA DE VARZIM
TG Cidade portuguesa
TG Concelho

POVOAÇÃO PORTUGUESA
TE Agrela (São Pedro)
TE Aguiar de Sousa
TE Alfena
TE Alvarelhos (Santa Maria)
TE Anta (São Martinho)
TE Arcozelo (São Miguel)
TE Arreigada (São Pedro)
TE Astromil (Santa Marinha)
TE Avintes
TE Avioso (Santa Maria)
TE Avioso (São Pedro)
TE Azurara (Santa Maria-a-Nova)
TE Baguim do Monte
TE Baião
TE Barbosa (Penafiel)
TE Barca (São Martinho)
TE Belém (Lisboa)
TE Benviver
TE Besteiros (São Cosme)
TE Bitarães
TE Bostelo (São Miguel)
TE Bougado (São Martinho)
TE Bougado (São Tiago)
TE Burgães (São Tiago)
TE Canidelo (Santo André)
TE Carvalhosa (São Tiago)
TE Casais (São Pedro)
TE Castelões de Cepeda
TE Cete
TE Chave de Ferro
TE Codeços (São João)
TE Covas (São João)
TE Covelas (São Martinho)

TE Cristelo
TE Duas Igrejas (Santa Maria)
TE Duas Igrejas (Santo Adrião)
TE Entre-os-Rios (Penafiel)
TE Ermesinde
TE Fajozes
TE Fânzeres
TE Ferreira (São Pedro)
TE Figueiras (São Salvador)
TE Folgosa
TE Frazão
TE Gandra (São Miguel)
TE Gonçalves (Matosinhos)
TE Gondarém
TE Gondomar
TE Gradiz
TE Grijó (São Salvador)
TE Guetim
TE Guidões (São João)
TE Guilhabreu
TE Gulpilhares
TE Idanha
TE Irivo
TE Jovim
TE Lavra
TE Leça do Bailio
TE Leça da Palmeira
TE Lordelo (São Salvador)
TE Louredo (São Cristóvão)
TE Lustosa (São Tiago)
TE Luzim
TE Madalena (Paredes)
TE Madalena (Vila Nova de Gaia)
TE Mafamude (São Cristóvão)
TE Maia (região)
TE Marecos (Santo André)
TE Matosinhos
TE Melres
TE Milheirós (São Tiago)
TE Milhundos
TE Moreira da Maia
TE Mouriz
TE Muro (São Cristóvão)
TE Negrelos (São Mamede)
TE Negrelos (São Tomé)
TE Nevogilde (São Veríssimo)
TE Nogueira (Santa Maria)
TE Oliveira do Douro
TE Paço de Sousa
TE Paços de Ferreira
TE Parada (Aguiar de Sousa)
TE Pedroso (São Pedro)
TE Penafiel
TE Perosinho
TE Pinheiro (São Vicente)
TE Raimonda (São Pedro)
TE Rebordões (São Tiago)
TE Rebordosa
TE Refojos
TE Refojos (São Cristóvão)
TE Rio Tinto (São Cristóvão)
TE Roriz (São Pedro)
TE Santa Eulália da Ordem
TE Santa Marta (Lordelo)
TE Santo Tirso
TE São Félix da Marinha
TE São Mamede (Refojos)
TE São Mamede do Coronado
TE São Martinho do Campo
TE São Pedro da Cova
TE São Pedro Fins
TE São Romão de Coronado
TE Seixezelo
TE Seroa
TE Serzedo (São Miguel)
TE Sobrado (Santo André)
TE Sobrosa (Santa Eulália)
TE Sousa (São João Baptista)
TE Sousela
TE Torrão (Marco de Canaveses)
TE Tougues (São Vicente)
TE Urrô
TE Vairão
TE Valadares (São Salvador)
TE Valbom (São Veríssimo)
TE Valongo
TE Vandoma (Aguiar de Sousa)
TE Vila Boa de Quires
TE Vila Chã (São Mamede)
TE Vila Cova de Carros
TE Vila Nova de Gaia
TE Vilar de Andorinho
TE Vilar do Paraíso
TE Vilela (Santo Estêvão)

PÓVOAS, Fernão Anes das
TG Procurador da Câmara

PRAÇA
UP Largo
TG Espaço urbano
TE Campo de 24 de Agosto
TE Largo de São Domingos
TE Praça da Liberdade
TE Praça do Marquês de Pombal
TE Praça da República

PRAÇA DA LIBERDADE
UP Praça Nova
TG Praça

PRAÇA DO MARQUÊS DE POMBAL
TG Praça

Praça Nova
USE Praça da Liberdade

PRAÇA DA REPÚBLICA
UP Campo da Regeneração
TG Praça

PRAGMÁTICA (lei)
TG Lei civil

Prateiro
USE Ourives

PRÁTICA RELIGIOSA
TE Procissão
TR Cerimónia religiosa

PRAZOS (série arquivística)
TG Série arquivística

PREÇO
TR Comércio

PREFEITURA
TG Administração regional
TE Prefeitura do Douro

PREFEITURA DO DOURO
TG Prefeitura

PREGÃO
TG Anúncio

PREJUÍZO
UP Dano

PRÉMIO
TG Recompensa
TE Prémio Infante Dom Henrique
TE Prémio 28 de Maio

PRÉMIO INFANTE DOM HENRIQUE
TG Prémio

PRÉMIO 28 DE MAIO
TG Prémio

PRESO DA CALCETARIA
UP Calceta (operário)
TG Prisioneiro
TR Operário

PRINCESA
UP Infanta
TG Família real
TE Isabel Maria Josefa (infanta de Portugal)

PRÍNCIPE
UP Infante
TG Família real
TE Henrique (infante de Portugal)
TE Pedro de Orleães e Bragança
(príncipe do Grão Pará)

PRISÃO
UP Aljube
UP Cadeia
TE Cadeia da Relação do Porto

PRISIONEIRO
UP Cativo
UP Preso
TE Preso da Calcetaria

PRIVILÉGIO
TR Carta de nobreza

PROCESSO (documento)
TG Documento primário
TE Processo judicial

PROCESSO CÍVEL
TG Processo judicial

PROCESSO JUDICIAL
UP Demanda
TG Processo (documento)
TE Processo cível

PROCESSOS DE LICENÇAS PARA OBRAS (série arquivística)
TG Série arquivística

PROCISSÃO
TG Prática religiosa
TE Procissão do Corpo de Deus

PROCISSÃO DO CORPO DE DEUS
TG Procissão

PROCLAMAÇÃO (documento)
TG Documento primário

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
TG Manifestação

PROCURADOR
TE Procurador à Junta Geral de Distrito
TE Procurador da Câmara
TE Procurador da Cidade

PROCURADOR À JUNTA GERAL DE DISTRITO
TG Procurador

PROCURADOR DA CÂMARA
TG Procurador
TE Lemos, Albano de Miranda
TE Póvoas, Fernão Anes das

PROCURADOR DA CIDADE
TG Governante local
TG Procurador

PRODUTO
TE Composto inorgânico
TE Metal
TE Produto agrícola
TE Produto alimentar
TE Produto de origem animal
TE Produto de origem vegetal
TE Produto químico
TE Produto de tinturaria
TR Material
TR Mercadoria

PRODUTO AGRÍCOLA
TG Produto
TE Cereal
TR Abastecimento

PRODUTO ALIMENTAR
TG Produto
TR Abastecimento
TR Alimento

PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL
TG Produto
TE Carne
TE Chifre
TE Couro
TE Sebo
TE Sola
TR Abastecimento

PRODUTO DE ORIGEM VEGETAL
TG Produto
TE Azeite
TR Abastecimento

PRODUTO QUÍMICO
TG Material
TG Produto

PRODUTO DE TINTURARIA
TG Produto
TE Sumagre

PROFESSOR
TG Pessoal escolar
TE Professor régio
PROFESSOR RÉGIO
TG Professor

PROFISSÃO
UP Mester
UP Ocupação (ofício)
UP Ofício (profissão)
TG Trabalho e emprego
TE Aguadeiro
TE Arquitecto
TE Arrais
TE Avaliador dos Órfãos
TE Barqueiro
TE Carniceiro
TE Comerciante
TE Corneteiro
TE Criado
TE Doceira
TE Engenheiro
TE Ensaiador do ouro
TE Escrivão
TE Estalajadeiro
TE Fiscal (cargo)
TE Fragueiro
TE Gravador (artista)
TE Lavrador
TE Leiteira
TE Litógrafo
TE Marinheiro
TE Medideira
TE Mestre de embarcação
TE Mestre de obras
TE Músico
TE Negociante
TE Ourives
TE Padeiro
TE Partidor dos Órfãos
TE Penteeiro
TE Sacristão
TE Tesoureiro
TE Tipógrafo
TE Toucinheiro
TE Tripeira
TR Funcionário público

PRÓPRIAS (série arquivística)
TG Série arquivística
PROPRIEDADE
TE Propriedade imobiliária
TE Propriedade mobiliária

PROPRIEDADE CULTURAL
TE Monumento

PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA
UP Bens imóveis
UP Património
TG Propriedade
TE Propriedade rústica
TE Terreno
TE Vinha

PROPRIEDADE MOBILIÁRIA
UP Bens móveis
UP Património
TG Propriedade

PROPRIEDADE RÚSTICA
TG Propriedade imobiliária
TE Baldio
TE Campo
TE Casal (propriedade)
TE Montado
TE Quinta (propriedade)

PROPRIETÁRIO
TE Donatário
TE Pinto, Manuel de Figueiroa
TE Silva, António de Oliveira e

PROVEDOR
TE Provedor de Concelho

PROVEDOR DE CONCELHO
TG Provedor

PROVEDORIA DE CONCELHO
TG Administração regional
TE Provedoria do Concelho do Porto

PROVEDORIA DO CONCELHO DO PORTO
TG Provedoria de Concelho

PROVISÃO
TG Documento primário
TR Legislação

PUBLICAÇÃO
TG Material de informação

PUBLICAÇÃO EM SÉRIE
TE Publicação periódica

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA
TG Documento primário
TG Publicação em série
TE Diário do Governo (publicação periódica)
TE Jornal

QUADRILHEIRO
TG Funcionário público
TG Polícia Municipal

QUARTEL
TG Estabelecimento militar
TE Quartel dos Bombeiros Municipais do Porto
TE Quartel General da Região Militar do Norte
TR Alojamento militar

QUARTEL DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS DO PORTO
TG Quartel

QUARTEL GENERAL DA REGIÃO MILITAR DO NORTE
UP Quartel de Santo Ovídio
TG Quartel

Quartel de Santo Ovídio
USE Quartel General da Região Militar do Norte

QUEBRA DOS ESCUDOS
TG Cerimónia fúnebre

QUÍMICO (pessoa)
TG Pessoal científico
TE Silva, Ferreira da

QUINTA (propriedade)
TG Propriedade rústica
TR Espaço urbano

QUIOSQUE
TG Edifício
TG Mobiliário urbano

QUITAÇÃO
TG Pagamento

RAIMONDA (São Pedro)
UP São Pedro da Raimonda
TG Povoação portuguesa

RAINHA
TG Família real
TE Amélia (rainha de Portugal)
TE Maria II (rainha de Portugal)

RAMALDE
TG Freguesia do Porto

REAL DE ÁGUA
TG Imposto

Real Mesa Censória
USE Mesa Censória

REBORDÕES (São Tiago)
UP São Tiago de Rebordões
TG Povoação portuguesa

REBORDOSA
TG Povoação portuguesa

RECEITA
NA Usar no sentido de receita financeira
TG Finanças

RECENSEAMENTO
TG Dado estatístico
TE Recenseamento eleitoral
TE Recenseamento militar

RECENSEAMENTO ELEITORAL
TG Recenseamento

RECENSEAMENTO MILITAR
TG Recenseamento

RECIBO
TG Documento primário
TE Bilhete (senha)

RECIPIENTE
TE Recipiente para transporte

RECIPIENTE PARA TRANSPORTE
TG Recipiente

RECOMPENSA
TE Prémio

RECRUTAMENTO
TE Recrutamento militar

RECRUTAMENTO MILITAR
TG Recrutamento

RECURSO
UP Apelação

RECURSOS HUMANOS
TE Maneio
TE Pessoal

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
UP Canalização
TE Aqueduto
TE Arca de água
TE Chafariz
TE Fonte
TE Mina de água
TR Água

REFOJOS
TG Concelho
TG Povoação portuguesa
TG Região portuguesa
TR Santo Tirso

REFOJOS (São Cristóvão)
UP São Cristóvão de Refojos
TG Povoação portuguesa

Regateira
USE Comerciante

REGEDOR
TG Governante local

REGEDORIA
TG Oragnismo de administarção local

REGIÃO PORTUGUESA
TE Aguiar de Sousa
TE Bouças
TE Gondomar
TE Maia (região)
TE Refojos
TE Santo Tirso
TE Termo do Porto

REGIME DE PROPRIEDADE
TE Emprazamento

REGIMENTO (lei)
TG Legislação
TE Estatutos
TR Regulamento

REGIMENTO MILITAR
TG Exército
TE Regimento dos Voluntários da Rainha

REGIMENTO DOS VOLUNTÁRIOS
DA RAINHA
TG Regimento militar

REGISTO DOS ALVARÁS, PROVISÕES
DO COFRE (série arquivística)
TG Série arquivística

REGISTO GERAL (série arquivística)
TG Série arquivística

REGISTO DE INSCRIÇÃO
TE Matrícula

REGULAMENTO
TG Legislação
TE Estatutos
TR Regimento (lei)

REI
TG Família real
TG Governante
TE Afonso IV (rei de Portugal)
TE Carlos I (rei de Portugal)
TE Luís I (rei de Portugal)
TE Manuel I (rei de Portugal)
TE Pedro IV (rei de Portugal)
TE Pedro V (rei de Portugal)

Reigada
USE Arreigada (São Pedro)

REINO UNIDO
NA Usar a partir de 1704, altura em que surge o Reino Unido da Grã-Bretanha, com a unificação dos parlamentos inglês e escocês
UP Reino Unido da Grã-Bretanha
UP Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda
UP Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
TG Europa Ocidental
TR Inglaterra

Reino Unido da Grã-Bretanha
USE Reino Unido

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda
USE Reino Unido

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
USE Reino Unido

REITOR
TE Reitor do Colégio dos Órfãos

REITOR DO COLÉGIO DOS ÓRFÃOS
TG Reitor
TE Guedes, Baltasar
TE São Pedro, João de

REMUNERAÇÃO
TG Rendimento
TE Indemnização
TE Salário

RENDA
UP Foro
UP Pensão (renda)
TG Rendimento
TE Laudémio
TE Tença
TR Alça (rendimento)
TR Arrendamento
TR Arrendatário
TR Esmola dos rendeiros

Rendeiro
USE Arrendatário

RENDIMENTO
TE Alça (rendimento)
TE Esmola dos rendeiros
TE Juro
TE Remuneração
TE Renda
TR Vínculo

REQUERIMENTO
TG Documento primário

REUNIÃO
TG Comunicação em grupo
TE Congresso
TE Reunião municipal

REUNIÃO MUNICIPAL
UP Sessão da Câmara Municipal
UP Sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal
UP Sessão da Comissão Executiva da Câmara Municpal
TG Reunião

RIO
TE Rio Douro

RIO DOURO
UP Barra do Douro
TG Rio

RIO TINTO (São Cristóvão)
UP São Cristóvão de Rio Tinto
TG Povoação portuguesa

Roda dos Expostos
USE Exposto

RODRIGUES, José Lopes
TG Arrematante

RORIZ (São Pedro)
UP São Pedro de Roriz
TG Povoação portuguesa

RUA
TG Via de comunicação
TE Rua do Bonjardim
TE Rua das Flores
TE Rua do Infante Dom Henrique
TE Rua Nova da Alfândega

RUA DO BONJARDIM
TG Rua

RUA DAS FLORES
TG Rua

Rua Formosa (século XV)
USE Rua do Infante Dom Henrique

RUA DO INFANTE DOM HENRIQUE
UP Rua Formosa (século XV)
UP Rua dos Ingleses
UP Rua Nova
TG Rua

Rua dos Ingleses
USE Rua Infante Dom Henrique

Rua Nova
USE Rua do Infante Dom Henrique

RUA NOVA DA ALFÂNDEGA
TG Rua

SACRISTÃO
TG Profissão
SAL
TG Composto inorgânico
TR Alimento

SALÁRIO
TG Remuneração
TG Rendimento

SALVO-CONDUTO
TG Documento primário
TE Bilhete (senha)

SANEAMENTO
UP Esgoto
TG Infraestrutura urbana
TR Limpeza urbana

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO
TG Confraria

SANTA EULÁLIA DA ORDEM
UP Ordem (Santa Eulália)
TG Povoação portuguesa

Santa Eulália de Sobrosa
USE Sobrosa

Santa Maria de Alvarelhos
USE Alvarelhos (Santa Maria)

Santa Maria de Avioso
USE Avioso (Santa Maria)

Santa Maria de Campanhã
USE Campanhã

Santa Maria de Duas Igrejas
USE Duas Igrejas (Santa Maria)

Santa Maria de Nogueira
USE Nogueira (Santa Maria)

Santa Maria de Sousela
USE Sousela

Santa Marinha de Astromil
USE Astromil (Santa Marinha)

SANTA MARTA (Lordelo)
TG Povoação portuguesa

Santo Adrião de Duas Igrejas
USE Duas Igrejas (Santo Adrião)

Santo André de Canidelo
USE Canidelo (Santo André)

Santo André de Marecos
USE Marecos (Santo André)

Santo André de Sobrado
USE Sobrado (Santo André)

Santo Estêvão de Vilela
USE Vilela (Santo Estêvão)

SANTO ILDEFONSO (freguesia)
TG Freguesia do Porto

SANTO TIRSO
TG Povoação Portuguesa
TG Região Portuguesa
TR Refojos

São Cosme (Gondomar)
USE Gondomar

São Cosme de Besteiros
USE Besteiros (São Cosme)

São Cristóvão de Louredo
USE Louredo (São Cristóvão)

São Cristóvão de Mafamude
USE Mafamude (São Cristóvão)

São Cristóvão do Muro
USE Muro (São Cristóvão)

São Cristóvão de Refojos
USE Refojos (São Cristóvão)

São Cristóvão de Rio Tinto
USE Rio Tinto (São Cristóvão)

SÃO FÉLIX DA MARINHA
TG Povoação portuguesa

São João de Codeços
USE Codeços (São João)

São João da Foz do Douro
USE Foz do Douro (São João)

Sào João de Guidões
USE Guidões (São João)

São Lourenço de Asmes
USE Ermesinde

SÃO MAMEDE (Refojos)
TG Povoação portuguesa

SÃO MAMEDE DO CORONADO
UP Coronado (São Mamede)
TG Povoação portuguesa

Sào Mamede de Negrelos
USE Negrelos (São Mamede)

Sào Mamede de Serzedo
USE Serzedo (São Mamede)

Sào Mamede de Vila Chã
USE Vila Chã (São Mamede)

São Martinho de Anta
USE Anta (São Martinho)

São Martinho da Barca
USE Barca (São Martinho)

São Martinho de Bougado
USE Bougado (São Martinho)

SÃO MARTINHO DO CAMPO
UP Campo (São Martinho)
TG Povoação portuguesa

São Martinho de Cedofeita
USE Cedofeita (São Martinho)

São Martinho de Covelas
USE Covelas (São Martinho)

São Martinho de Lordelo do Ouro
USE Lordelo do Ouro

São Miguel de Arcozelo
USE Arcozelo (São Miguel)

São Miguel de Bostelo
USE Bostelo (São Miguel)

São Miguel de Gandra
USE Gandra (São Miguel)

São Miguel de Nevogilde
USE Nevogilde (São Miguel)

SÃO NICOLAU (freguesia)
TG Freguesia do Porto

São Paio de Casais
USE Casais (São Paio)

SÃO PEDRO, João de
TG Reitor do Colégio dos Órfãos

São Pedro de Agrela
USE Agrela (São Pedro)

São Pedro de Arreigada
USE Arreigada (São Pedro)

São Pedro de Avioso
USE Avioso (São Pedro)

SÃO PEDRO DA COVA
TG Povoação portuguesa

São Pedro de Fajozes
USE Fajozes

São Pedro de Ferreira
USE Ferreira (São Pedro)

SÃO PEDRO FINS
TG Povoação portuguesa

São Pedro de Miragaia
USE Miragaia (São Pedro)

São Pedro da Raimonda
USE Raimonda (São Pedro)

São Pedro de Roriz
USE Roriz (São Pedro)

SÃO ROMÃO DE CORONADO
UP Coronado (São Romão)
TG Povoação portuguesa

São Salvador de Figueiras
USE Figueiras (São Salvador)

São Salvador de Grijó
USE Grijó (São Salvador)

São Salvador de Lordelo
USE Lordelo (São Salvador)

São Salvador de Valadares
USE Valadares (São Salvador)

São Tiago de Bougado
USE Bougado (São Tiago)

São Tiago de Burgães
USE Burgães (São Tiago)

São Tiago de Carvalhosa
USE Carvalhosa (São Tiago)

São Tiago de Lustosa
USE Lustosa (São Tiago)

São Tiago de Milheirós
USE Milheirós (São Tiago)

São Tiago de Rebordões
USE Rebordões (São Tiago)

São Tomé de Negrelos
USE Negrelos (São Tomé)

São Veríssimo de Nevogilde
USE Nevogilde (São Veríssimo)

São Veríssimo de Paranhos
USE Paranhos (São Veríssimo)

São Veríssimo de Valbom
USE Valbom (São Veríssimo)

São Vicente do Pinheiro
USE Pinheiro (São Vicente)

São Vicente de Tougues
USE Tougues (São Vicente)

SARGENTO-MOR
TG Pessoal militar
TE Meireles, Custódio Pinto de

SAÚDE PÚBLICA
TR Centro médico
TR Guarda-mor da Saúde
TR Higiene
TR Inspecção médica
TR Limpeza urbana

SÉ (freguesia)
TG Freguesia do Porto

SEBO
TG Produto de origem animal

SEIXEZELO
TG Povoação portuguesa

SENADOR
TG Político

SENTENÇA
TG Decisão de justiça

SENTENÇAS (série arquivística)
TG Série arquivística

SEPULTURA
UP Jazigo
TR Cemitério
TR Enterro

SÉRIE ARQUIVÍSTICA
UP Colecção arquivística
UP Série factícia
TG Documento de arquivo
TE Actas da Comissão Executiva (série arqui-vística)
TE Autos e Sentença de Dúvidas e Jurisdição entre o Bispo e Cidade (série arquivística)
TE Cofre dos Depósitos. Caixa e Conta Corrente (série arquivística)
TE Compras (série arquivística)
TE Documentos Relativos a Termos e Escrituras (série arquivística)
TE Expropriações (série arquivística)
TE Livro Grande (série arquivística)
TE Nota (série arquivística)
TE Pergaminhos (série arquivística)
TE Plantas de Casas (série arquivística)
TE Prazos (série arquivística)
TE Processos de Licenças para Obras (série arquivística)
TE Próprias (série arquivística)
TE Registo Geral (série arquivística)
TE Registo dos Alvarás, Provisões do Cofre (série arquivística)
TE Sentenças (série arquivística)
TE Termos de Concessão de Jazigos nos Cemitérios Municipais (série arquivística)
TE Termos Diversos (série arquivística)
TE Termos de Nacionalidade (série arquivística)
TE Tombo (série arquivística)
TE Vereações (série arquivística)

Série factícia
USE Série arquivística

SEROA
TG Povoação Portuguesa

SERVIÇO (imposto)
TG Imposto

SERVIÇO CAMARÁRIO
TE Almoxarifado (serviço camarário)
TE Calcetaria
TE Terceira Repartição (serviço camarário)

SERZEDO (São Mamede)
UP São Mamede de Serzedo
TG Povoação portuguesa

Sessão da Câmara Municipal
USE Reunião municipal

Sessão da Comissão Administrativa
da Câmara Municipal
USE Reunião municipal

Sessão da Comissão Executiva
da Câmara Municipal
USE Reunião municipal

Silva, António Joaquim Ferreira da
USE Silva, Ferreira da

SILVA, António de Oliveira e
TG Proprietário

SILVA, Ferreira da
UP Silva, António Joaquim Ferreira da
TG Químico (pessoa)

SÍMBOLO
TE Bandeira
TE Brasão
TE Símbolo municipal
TE Símbolo nacional

SÍMBOLO MUNICIPAL
TG Símbolo
TE Armas municipais

SÍMBOLO NACIONAL
TG Símbolo
TE Armas nacionais
TE Armas reais

SISA
TG Imposto
TE Sisa das correntes da terra
TE Sisa das entradas do mar
TE Sisa do pescado
TE Sisa da sanjoaneira
TE Sisa do ver do peso
TE Sisa do verde
TE Sisa do vinho
TR Alça (rendimento)
TR Esmola dos rendeiros

SISA DAS CORRENTES DA TERRA
TG Sisa

SISA DAS ENTRADAS DO MAR
TG Sisa

SISA DO PESCADO
TG Sisa

SISA DA SANJOANEIRA
TG Sisa

SISA DO VER DO PESO
TG Sisa

SISA DO VERDE
TG Sisa

SISA DO VINHO
TG Sisa
TR Imposição do vinho
TR Vinho

SOALHÃES
TG Concelho

SOBRADO (Santo André)
UP Santo André de Sobrado
TG Povoação portuguesa

SOBRAL, Joaquim de Almeida
TG Funcionário público

SOBROSA (Santa Eulália)
UP Santa Eulália de Sobrosa
TG Honra (terra imune)
TG Povoação portuguesa

SOCIEDADE ENERGIA ELÉCTRICA DO PORTO
TG Empresa privada

SOLA
TG Material
TG Produto de origem animal

SOLDADO
TG Pessoal militar
TE Soldado adido
TE Soldado supranumérico

SOLDADO ADIDO
TG Soldado

SOLDADO SUPRANUMÉRICO
TG Soldado

SOUSA (São João Baptista)
TG Povoação portuguesa

SOUSELA
UP Santa Maria de Sousela
TG Povoação portuguesa

SOUTO, António Rodrigues
TG Testamenteiro

SUBSCRIÇÃO
TG Financiamento

SUBSÍDIO
TG Assistência financeira

SUBSÍDIO MILITAR
TG Imposto

SUMAGRE
TG Produto de tinturaria

TALHO
TG Equipamento social
TR Açougue
TR Matadouro
Taxa
USE Imposto

TELEGRAMA
TG Documento primário

TENÇA
TG Renda

TENCIONÁRIO
TG Beneficiário

TENREIRO, João Correia da Silva Figueiredo Castelo Branco de Morais
TG Devedor de dinheiro a juro

TERCEIRA REPARTIÇÃO (serviço camarário)
TG Serviço camarário

TERMO DO PORTO
TG Região portuguesa

TERMOS DE CONCESSÃO DE JAZIGOS NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS (série arquivística)
TG Série arquivística

TERMOS DIVERSOS (série arquivística)
TG Série arquivística

TERMOS DE NACIONALIDADE (série arquivística)
TG Série arquivística

TERRENO
TG Propriedade imobiliária

TESOUREIRO
TG Profissão
TE Tesoureiro municipal

TESOUREIRO MUNICIPAL
TG Funcionário público
TG Tesoureiro

TESTADOR
TE Faria, Frutuoso de

TESTAMENTARIA
TR Testamenteiro

TESTAMENTEIRO
TE Souto, António Rodrigues
TR Testamentaria

TIPÓGRAFO
TG Artista gráfico
TG Profissão

TÍTULO DE CRÉDITO
TG Documento primário

TÍTULO DE DÍVIDA
TG Documento primário
TE Apólice
TE Obrigação (título de dívida)
TR Dívida

TOMBO (série arquivística)
TG Série arquivística

TORRÃO (Marco de Canaveses)
TG Povoação portuguesa

TOUCINHEIRO
TG Profissão

TOUGUES (São Vicente)
UP São Vicente de Tougues
TG Povoção portuguesa

TRABALHADOR
TE Operário

TRABALHO E EMPREGO
TE Pessoal

TRADIÇÃO
UP Costumes
TE Cerimónia
TE Comemoração
TE Festa

Trajo
USE Vestuário

TRANSACÇÃO
TE Arrematação
TE Compra
TE Doação
TE Expropriação
TE Partilha
TE Venda

TRANSGRESSÃO
TG Direito civil

TRANSPORTE
TR Veículo

TRATADO
TE Tratado de comércio

TRATADO DE COMÉRCIO
TG Tratado

TRAVESSA (via de comunicação)
TG Via de comunicação
TE Travessa de São Bento

TRAVESSA DE SÃO BENTO
TG Travessa (via de comunicação)

TRIBUNAL
TE Alçada
TE Mesa Censória

TRIGO
TG Cereal

TRIPEIRA
TG Profissão

U.S.A.
USE Estados Unidos da América

URBANIZAÇÃO
TR Demolição
TR Expropriação
TR Infraestrutura urbana
TR Obra particular
TR Obra pública

URRÔ
TG Povoação portuguesa

USUAL
TG Imposto

VACINAÇÃO
TG Imunização

VAGABUNDO
TG Desfavorecido

VAIRÃO
TG Povoação portuguesa

VALADARES (São Salvador)
UP São Salvador de Valadares
TG Povoação portuguesa

VALBOM (São Veríssimo)
UP São Veríssimo de Valbom
TG Povoação portuguesa

VALE
NA Usar no sentido de ordem de pagamento
TG Documento primário
TG Ordem de pagamento

VALONGO
TG Concelho
TG Povoação portuguesa

VANDOMA (Aguiar de Sousa)
TG Povoação portuguesa

VEÍCULO
TE Embarcação
TE Veículo terrestre
TR Transporte

VEÍCULO RODOVIÁRIO
TG Veículo terrestre
TE Carro

VEÍCULO TERRESTRE
TG Veículo
TE Veículo rodoviário

VENDA
TG Transacção
TR Comércio
TR Compra

Venda ambulante
USE Comércio ambulante

Vendedor
USE Comerciante

VEREAÇÕES (série arquivística)
TG Série arquivística

VEREADOR
TG Governante local
TG Político
TG Correia, Vicente

VERTEBRADO
TE Peixe

VESTUÁRIO
UP Trajo

VIA DE COMUNICAÇÃO
TE Estrada
TE Rua
TE Travessa (via de comunicação)

VILA BOA DE QUIRES
TG Couto (terra imune)
TG Povoação portuguesa

VILA CHÃ (São Mamede)
UP São Mamede de Vila Chã
TG Povoação portuguesa

VILA COVA DE CARROS
TG Povoação portuguesa

VILA NOVA DE GAIA
UP Gaia
TG Cidade portuguesa
TG Concelho
TG Povoação portuguesa

VILAR (Porto)
TG Zona urbana

VILAR DE ANDORINHO
TG Povoação portuguesa

VILAR DO PARAÍSO
TG Povoação portuguesa

VILELA (Santo Estêvão)
UP Santo Estêvão de Vilela
TG Povoação portuguesa

VINAGRE
TG Ácido acético
TR Alimento

VÍNCULO
TE Morgado (vínculo)
TR Rendimento

VINHA
TG Propriedade imobiliária

VINHO
TG Bebida alcoólica
TR Imposição do vinho
TR Sisa do vinho

VÍSCERA
TG Órgão anatómico

VISITA RÉGIA
TR Festa

VISTORIA
TG Fiscalização

VITÓRIA (Nossa Senhora)
UP Nossa Senhora da Vitória (freguesia)
TG Freguesia do Porto

VITRINA
TG Elemento estrutural (edifício)
TG Mobiliário

Zelador municipal
USE Polícia Municipal

ZONA URBANA
TG Estabelecimento humano
TE Bairro do Bonjardim
TE Campanhã
TE Foz do Douro (São João)
TE Monte Pedral
TE Paranhos (São Veríssimo)
TE Vilar (Porto)
TR Bairro administrativo
TR Freguesia do Porto